

RENALDO CÉSAR BUENO ALVES DA SILVA

EIS QUE, POSTO QUE E VEZ QUE COMO CONECTIVOS CAUSAIS:
VARIAÇÃO E PADRONIZAÇÃO NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Belo Horizonte
Faculdade de Letras – UFMG
2018

RENALDO CÉSAR BUENO ALVES DA SILVA

***EIS QUE, POSTO QUE E VEZ QUE* COMO CONECTIVOS CAUSAIS:
VARIAÇÃO E PADRONIZAÇÃO NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística Teórica e Descritiva.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva

Linha de pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Carmo Viegas

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

S586e Silva, Renaldo César Bueno Alves da.
Eis que, Posto que e Vez que como conectivos causais
[manuscrito]: variação e padronização no Português do Brasil /
Renaldo César Bueno Alves da Silva. – 2018.
254 f., enc. : il., tabs, grafs (color)
Orientadora: Maria do Carmo Viegas.
Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.
Linha de Pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Letras.
Bibliografia: f. 116-126.
Apêndices: f. 127-254.

1. Sociolinguística – Teses. 2. Língua portuguesa – Variação –
Teses. 3. Mudanças linguísticas – Teses. I. Viegas, Maria do Carmo.
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III.
Título.

CDD: 418



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



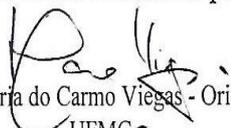
FOLHA DE APROVAÇÃO

**EIS QUE, POSTO QUE E VEZ QUE COMO CONECTIVOS CAUSAIS:
VARIAÇÃO E PADRONIZAÇÃO NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

RENALDO CÉSAR BUENO ALVES DA SILVA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Aprovada em 20 de abril de 2018, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Maria do Carmo Viegas - Orientadora
UFMG


Prof(a). Sueli Maria Coelho
UFMG


Prof(a). Pâmella Alves Pereira
UFVJM

Belo Horizonte, 20 de abril de 2018.

*À Professora Doutora Maria do Carmo Viegas,
que a mim possibilitou a realização deste
trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Profa. Dra. Maria do Carmo Viegas por acolher-me em disciplina do curso de graduação em Letras e em disciplina do curso de mestrado em Linguística; por ter-me aceitado como orientando; por mostrar-se sempre disponível diante de minhas demandas; por defender princípios ético-científicos de forma serena e, ao mesmo tempo, vigorosa; por ensinar-me a discernir o que importa, de fato, no fazer científico, instigando-me a buscar lentes alternativas para observar e para compreender os fenômenos linguísticos; por acreditar no meu potencial; por acompanhar minha formação com paciência incansável; por incentivar-me e por servir de esteio nos meus momentos de dificuldade e de incerteza.

Agradeço ao Prof. Dr. Eduardo Tadeu Roque Amaral, à Profa. Dra. Jânia Martins Ramos, à Profa. Dra. Maria Cândida Trindade Costa de Seabra, ao Prof. Dr. Mário Alberto Perini e à Profa. Dra. Sueli Maria Coelho, por descortinarem novos mundos de conhecimento nas disciplinas que cursei no mestrado.

Agradeço à Profa. Dra. Pâmella Alves Pereira, à Profa. Dra. Sueli Maria Coelho e à Profa. Dra. Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen por terem prontamente aceitado compor a banca examinadora de minha dissertação.

Agradeço a Maria de Fátima Monteiro Lobato Campos Ferreira, minha ex-chefe no Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, por ter-me feito acreditar na relevância do trabalho do profissional de Letras, por demonstrar satisfação com meu êxito acadêmico e por ter contribuído efetiva e decisivamente para que meu sonho se tornasse realidade.

Agradeço a meus pais, Oswaldo Alves da Silva (*in memoriam*) e Renée Bueno Alves da Silva, por me terem trazido à existência e por me terem oferecido direcionamento.

Agradeço à Tita, por oferecer-me enérgica tutela muitos anos antes de eu iniciar o curso de mestrado e por mostrar-me que se pode ter sabedoria mesmo na carência de instrução formal.

A língua tem uma vida e um funcionamento próprios, que não dependem em absoluto dos desejos, crenças ou determinações dos gramáticos ou linguistas.

Mário A. Perini (1998)

RESUMO

Nesta dissertação, fundamentada na Sociolinguística (LABOV, 1972), examinou-se a realização de variantes conservadoras e inovadoras da variável <conectivos causais no português contemporâneo do Brasil> em três diferentes grupos de textos (judiciais, jornalísticos e técnico-científicos de áreas não jurídicas), bem como discutiu-se a possibilidade e a conveniência de se estabelecer uma única variedade padrão para o português escrito no Brasil. O objetivo precípua foi testar a hipótese de que as expressões EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE, empregadas como variantes inovadoras de conectivos causais, ocorrem exclusiva ou preponderantemente em textos redigidos por magistrados, por seus assessores e por seus assistentes, em comparação com textos jornalísticos e técnico-científicos de áreas não jurídicas. Tais locuções são itens “funcionais” (COELHO; VITRAL, 2010, p. 79), resultam de processos de gramaticalização (HOPPER; TRAUGOTT, 2003) e diferem de termos e expressões que usualmente se abrigam sob o rótulo de “juridiquês” e que se referem, *grosso modo*, a itens lexicais do português e a termos e expressões em latim aplicados a fatos e a situações próprios do universo jurídico. O procedimento metodológico consistiu em: selecionar amostras que contivessem número total de palavras idêntico em cada coletânea de textos; identificar as ocorrências de variantes causais inovadoras e conservadoras nos textos selecionados; registrar as ocorrências em quadros criados para esse fim; apurar a frequência absoluta e relativa das variantes em cada obra pesquisada, em cada grupo de textos e no total dos três conjuntos de textos. A análise dos dados revelou que os termos EIS QUE e VEZ QUE, como variantes de conectivos causais, ocorrem somente no grupo de textos judiciais. Por outro lado, a locução POSTO QUE, com sentido causal, é também encontrada no conjunto de textos jornalísticos e na coletânea de textos técnico-científicos, mas em frequência menor do que no agrupamento de textos judiciais. Observou-se, ainda, que as variantes conservadoras causais da variável <conectivos causais no português contemporâneo do Brasil> também não se realizam de maneira uniforme nos três conjuntos de textos. Como os *corpora* desta pesquisa se enquadram no que se entende como “língua padrão escrita” (ROCHA, 2002, p. 67), as conclusões decorrentes dos dados analisados serviram como oportuno pretexto para o reexame da histórica controvérsia sobre padronização linguística no Brasil.

Palavras-chave: EIS QUE; POSTO QUE; VEZ QUE; Conectivos Causais; Variação Linguística; Padronização Linguística.

ABSTRACT

In this dissertation, based on Sociolinguistics (LABOV, 1972), the occurrence of conservative and innovative variants of the variable <causative connectors in Brazil's contemporary Portuguese language> in three different groups of texts (judicial, journalistic and technical-scientific of non-legal areas) was examined, and the possibility and convenience of establishing a single standard variety to the written Portuguese language in Brazil was also discussed. The aim of this research was to verify the hypothesis that the expressions *EIS QUE*, *POSTO QUE* and *VEZ QUE*, used as innovative variants of causative connectors, occur exclusively or predominantly in texts written by magistrates, their advisors and their assistants, compared to journalistic and technical-scientific texts of non-legal areas. These locutions are "functional" (COELHO; VITRAL, 2010, p. 79), result from grammaticalization processes (HOPPER; TRAUGOTT, 2003), and differ from terms and expressions which are usually placed under the label "*juridiquês*" (neologism in vogue in Brazil to designate the unnecessary and excessive use of legal jargon and technical terms of law) and that roughly refer to the lexical items of the Portuguese language and to the Latin terms and expressions applied to facts and specific situations of the universe of law. The methodological procedure has consisted in: selecting samples which had got the same total number of words in each collection of texts; identifying the occurrences of innovative and conservative causative variants in the selected texts; recording occurrences in tables created for this purpose; determining the absolute and relative frequency of the variants in each searched work, in each group of texts and in the total of three sets of texts. The analysis of the data revealed that the terms *EIS QUE* and *VEZ QUE*, as variants of causative connectors, only occur in the group of judicial texts. On the other hand, the locution *POSTO QUE*, with causative sense, is also found in the set of journalistic texts and in the collection of technical-scientific texts, but in a lower frequency than in the group of judicial texts. It was also observed that the conservative causative variants of the variable <causative connectors in Brazil's contemporary Portuguese language> do not perform consistently in the three sets of texts. As the *corpora* of this research fit into what is understood as "written standard language" (ROCHA, 2002, p. 67), the conclusions derived from the analyzed data have served as a suitable pretext to the reexamination of the historical controversy on linguistic standardization in Brazil.

Keywords: *EIS QUE*; *POSTO QUE*; *VEZ QUE*; Causative Connectors; Linguistic Variation; Linguistic Standardization.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL	– Academia Brasileira de Letras
ABRALIN	– Associação Brasileira de Linguística
ALIP	– Amostra Linguística do Interior Paulista
BDS Pampa	– Banco de Dados Sociolinguísticos da Fronteira e da Campanha Sul-Rio-Grandense
CF	– Constituição Federal
CLC	– Conjunção e Locução Conjuntiva
CPC	– Código de Processo Civil
CPP	– Código de Processo Penal
D&G	– Discurso & Gramática
DJE/TJMG	– Diário do Judiciário Eletrônico do Tribunal de Justiça de Minas Gerais
FALE	– Faculdade de Letras
GTs	– Gramáticas Tradicionais
LUAL	– Língua Usada em Alagoas
MG	– Minas Gerais
Nurc	– Norma Linguística Urbana Culta
PEUL	– Programa de Estudos sobre Usos da Língua
RJ	– Rio de Janeiro
SBEnBio	– Associação Brasileira de Ensino de Biologia
SN	– Sintagma Nominal
STF	– Supremo Tribunal Federal
STJ	– Superior Tribunal de Justiça
STM	– Superior Tribunal Militar
TJ	– Tribunal de Justiça
TRE	– Tribunal Regional Eleitoral
TRF	– Tribunal Regional Federal
TRT	– Tribunal Regional do Trabalho
TSE	– Tribunal Superior Eleitoral
TST	– Tribunal Superior do Trabalho

TVM	– Teoria da Variação e Mudança Linguística
UFMG	– Universidade Federal de Minas Gerais
VALPB	– Variação Linguística no Estado da Paraíba
Varsul	– Variação Linguística na Região Sul do Brasil
VarX	– Banco de Dados Sociolinguísticos Variáveis por Classe Social
VOLP	– Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Gramaticalização de <i>posto que</i>	50
FIGURA 2 – Gramaticalização de <i>vez que</i>	57
FIGURA 3 – Sinopse da padronização linguística segundo James Milroy e Lesley Milroy ...	65
FIGURA 4 – A padronização ortográfica no Brasil na primeira metade do século XX.....	76
FIGURA 5 – Poder Judiciário no Brasil.....	253
GRÁFICO 1 – Total de ocorrências com conectivos causais por grupo de textos	100
GRÁFICO 2 – Proporção de ocorrências por conjunto de textos	103
GRÁFICO 3 – Diversidade de variantes por conjunto de textos	103
GRÁFICO 4 – Variantes mais frequentes nos <i>corpora</i> judicial, jornalístico, técnico-científico de áreas não jurídicas	104
GRÁFICO 5 – Variantes mais frequentes no <i>corpus</i> judicial	105
GRÁFICO 6 – Variantes mais frequentes no <i>corpus</i> jornalístico	105
GRÁFICO 7 – Variantes mais frequentes no <i>corpus</i> técnico-científico de áreas não jurídicas	105
QUADRO 1 – Conjunções e locuções conjuntivas causais em gramáticas tradicionais.....	32
QUADRO 2 – Conjunções, locuções conjuntivas e demais variantes de valor causal selecionadas como objeto de pesquisa	37
QUADRO 3 – Acepções da palavra <i>eis</i> em dicionários de português contemporâneo.....	43
QUADRO 4 – <i>eis que</i> nos séculos XIV e XV <i>versus EIS QUE</i> no século XX.....	49
QUADRO 5 – Número de palavras efetivamente analisadas nos textos judiciais	82
QUADRO 6 – Número de palavras efetivamente analisadas nos textos jornalísticos	83
QUADRO 7 – Número de palavras efetivamente analisadas nos textos técnico-científicos de áreas não jurídicas.....	85
QUADRO 8 – Ocorrências repetidas nos textos analisados.....	90
QUADRO 9 – Ocorrências em paralelismo nos textos analisados	92
QUADRO 10 – Quadros e apêndices com registro de ocorrências.....	94
QUADRO 11 – Variantes mais frequentes por conjunto de textos.....	104
QUADRO 12 – Frequência absoluta das variantes inovadoras por grupo de textos.....	107
QUADRO 13 – Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	127

QUADRO 14 – Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região	135
QUADRO 15 – Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho da 1ª Região.....	153
QUADRO 16 – Jornal <i>O Globo</i> – 1º/03/2017	168
QUADRO 17 – Jornal <i>O Globo</i> – 29/03/2017	174
QUADRO 18 – Jornal <i>Folha de São Paulo</i>	180
QUADRO 19 – Revista <i>Carta Capital</i>	184
QUADRO 20 – Revista <i>Época</i>	188
QUADRO 21 – Revista <i>IstoÉ</i>	192
QUADRO 22 – <i>Revista da Associação Brasileira de Ensino de Biologia</i>	194
QUADRO 23 – <i>Filosofia da Linguagem e da Lógica</i>	202
QUADRO 24 – <i>Revista Brasileira de Ensino de Física</i>	210
QUADRO 25 – <i>Revista Brasileira de Geografia</i>	213
QUADRO 26 – <i>Revista Brasileira de História</i>	218
QUADRO 27 – <i>Revista da Associação Brasileira de Linguística</i>	223
QUADRO 28 – <i>Revista Virtual de Química</i>	228

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Dados consolidados	97
TABELA 2 – Ocorrência de variantes causais no total dos <i>corpora</i> judicial, jornalístico e técnico-científico de áreas não jurídicas.....	98
TABELA 3 – Ocorrências de variantes causais por conjunto de textos e proporção relativa a 10.000	101
TABELA 4 – Espécies de variantes causais por conjunto de textos.....	102
TABELA 5 – Ocorrências no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro	232
TABELA 6 – Ocorrências na Justiça Federal da 2ª Região	233
TABELA 7 – Ocorrências na Justiça do Trabalho da 1ª Região.....	234
TABELA 8 – Ocorrências no Jornal <i>O Globo</i> – 1º/03/2017	235
TABELA 9 – Ocorrências no Jornal <i>O Globo</i> – 29/03/2017	236
TABELA 10 – Ocorrências no Jornal <i>Folha de São Paulo</i>	237
TABELA 11 – Ocorrências na Revista <i>Carta Capital</i>	238
TABELA 12 – Ocorrências na Revista <i>Época</i>	239
TABELA 13 – Ocorrências na Revista <i>IstoÉ</i>	240
TABELA 14 – Ocorrências na <i>Revista da Associação Brasileira de Ensino de Biologia</i>	241
TABELA 15 – Ocorrências no livro <i>Filosofia da linguagem e da lógica</i>	242
TABELA 16 – Ocorrências na <i>Revista Brasileira de Ensino de Física</i>	243
TABELA 17 – Ocorrências na <i>Revista Brasileira de Geografia</i>	244
TABELA 18 – Ocorrências na <i>Revista Brasileira de História</i>	245
TABELA 19 – Ocorrências na <i>Revista da Associação Brasileira de Linguística</i>	246
TABELA 20 – Ocorrências na <i>Revista Virtual de Química</i>	247
TABELA 21 – Ocorrências no conjunto de textos judiciais	248
TABELA 22 – Ocorrências no conjunto de textos jornalísticos	249
TABELA 23 – Ocorrências no conjunto de textos técnico-científicos	250

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	Justificativa	17
1.2	Objetivos	19
1.2.1	Objetivo geral.....	19
1.2.2	Objetivos específicos	19
1.3	Estrutura deste trabalho.....	19
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	21
2.1	Teoria da Variação e Mudança	21
2.2	A variável <i>conectivos causais</i> e as variantes causais.....	28
2.2.1	A variável conectivos causais	28
2.2.2	As variantes causais padrão	29
2.2.2.1	Legitimação em gramática.....	31
2.2.2.2	Legitimação em dicionário	37
2.2.3	As variantes causais não padrão.....	39
2.2.4	EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE: indícios de gramaticalização	41
2.2.4.1	EIS QUE	42
2.2.4.2	POSTO QUE.....	50
2.2.4.3	VEZ QUE.....	54
2.3	Padronização linguística	57
2.3.1	Evidências de institucionalização e de padronização do português no Brasil	57
2.3.2	Conceito de padronização	61
2.3.3	Padronização linguística segundo James Milroy e Lesley Milroy.....	63
2.3.4	Padronização linguística no Brasil.....	71
3	METODOLOGIA	79
3.1	Delimitação de <i>corpora</i>	79
3.1.1	Decisões judiciais.....	79
3.1.2	Textos jornalísticos	82
3.1.3	Textos técnico-científicos de áreas não jurídicas.....	83
3.2	Seleção de variantes	85
3.2.1	Requisito oracional	86
3.3	Seleção de ocorrências	89
3.3.1	Ocorrências repetidas.....	89
3.3.2	Ocorrências em simetria de construção	91
3.3.3	Estruturas ambíguas	92
3.4	Registro de ocorrências	94
3.5	Tratamento estatístico dos dados	95
4	ANÁLISE DOS DADOS.....	98
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
	REFERÊNCIAS	116
	APÊNDICES.....	127

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, cuida-se de examinar a ocorrência de conectivos causais em textos judiciais¹, em textos jornalísticos e em textos técnico-científicos de áreas não jurídicas, bem como de discutir a possibilidade e a conveniência de se estabelecer uma única variedade padrão para o português escrito no Brasil.

Considere-se, inicialmente, a afirmação de Remenche (2016, p. 345):

A humanidade desenvolveu a ciência e as técnicas gradativamente, num movimento que exigiu a ampliação do repertório linguístico, responsável por documentar as criações e os novos conceitos. Essa linguagem especializada é frequentemente chamada de jargão, denominação em que subjazem aspectos pejorativos do vocabulário especializado e que gera alguns desencontros com a área da Terminologia – disciplina linguística consagrada ao estudo científico dos conceitos e dos termos empregados nas línguas de especialidade.

Fato é que, nas diversas áreas de atividade técnica, científica e profissional, é comum a utilização de muitos termos e expressões que são específicos daquele ramo do conhecimento. Isso é tanto verdade, que existe grande quantidade de publicações especializadas, por exemplo, em vocabulário do Direito, da Psicanálise, da Medicina, sem falar nos dicionários de economês e de outros domínios do saber e da ciência.

Relativamente ao Direito, é importante considerar que estudiosos, pesquisadores e profissionais da área, ao redigirem seus textos, além de utilizarem amplo vocabulário em português inerente ao mundo jurídico, frequentemente recorrem a palavras, a locuções e a fórmulas em latim (os brocardos ou aforismos jurídicos). Para caracterizar a linguagem jurídica, criou-se o neologismo *juridiquês*, que vem sendo utilizado em referência a um léxico praticamente exclusivo, constituído de termos próprios do Direito, além de palavras e de expressões latinas usadas no mundo jurídico.

Além desses recursos linguísticos peculiares à área jurídica, juízes, desembargadores, ministros dos tribunais superiores, assim como assistentes e assessores de magistrados costumam utilizar expressões não dicionarizadas, como *inobstante* (no lugar de *não obstante*) e *no que pertine a* (equivalendo a *no que diz respeito a*), além de se valerem de

¹ Embora Silva (2008, p. 446) mencione que *judiciário*, usado como adjetivo, equivale a *judicial*, significando “tudo o que se refira à justiça ou ao juiz”, neste trabalho optou-se pelo emprego do segundo termo porque parece ser ele utilizado com mais frequência quando se deseja qualificar a espécie de texto que é produzido nessa área.

formas linguísticas de uso geral, às quais imprimem valores um tanto particulares. Em muitas decisões judiciais, constata-se, por exemplo, o uso reiterado de *restar* como verbo que tem predicativo, em construção e em sentido não reconhecíveis de imediato pelos usuários da variedade padrão do português do Brasil, como se observa na oração que se segue:

- (1) **Restou** infrutífera a tentativa de conciliação. (DEJT, 2016, p. 305, grifo meu).

A leitura da frase (1) pode causar certo estranhamento ao leitor não muito acostumado com o texto judicial, porque nela o verbo *restar* é empregado no sentido de *resultar* com predicativo. Esse significado e essa construção diferem daqueles em que o verbo *restar* é usado com frequência. Compare-se a frase (1) com a frase (2), que se segue:

- (2) **Restaram** apenas três peras na fruteira.

Em (2), o verbo *restar*, usado intransitivamente, é sinônimo de *sobrar*, construção que a maioria dos usuários do português certamente compreende sem dificuldade e que está prevista nos principais dicionários da língua portuguesa disponíveis no mercado atual (FERREIRA, 2010; HOUAISS, 2009), bem como em dicionários especializados em regência verbal (FERNANDES, 2001; LUFT, 1993), enquanto o verbo *restar*, na acepção de *resultar* seguido de predicativo, conforme consta do exemplo (1), não é mencionado em nenhuma dessas obras.

Fenômeno semelhante pode estar alcançando as locuções EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE, itens que parecem ter uso bastante peculiar no texto judicial. Em levantamento assistemático preliminar, verificou-se que tais expressões, mesmo sem integrarem o linguajar especializado do Direito, têm sido utilizadas, nas produções escritas nessa área, com o sentido de *porque*, de *visto que*, de *porquanto* e de outras expressões catalogadas como conjunções ou como locuções conjuntivas causais em gramáticas tradicionais, conforme sugerem os exemplos que se seguem:

- (3) Como se depreende da documentação acostada às folhas 319, foi revogada a prisão temporária decretada em desfavor do paciente, **eis que** não constatada qualquer participação deste nos fatos em apuração nos autos [...]. (DJE/TJMG, 2016, p. 420, grifo meu).
- (4) Indefiro o pedido, **posto que** a Justiça Gratuita não se estende para outro processo. (DJE/TJMG, 2016, p. 237, grifo meu).

- (5) Indefiro o pedido de vista dos autos, fora de cartório, formulado à f. 403, pela Apelante, **vez que** o processo já se encontra incluído em pauta de julgamentos. (DJE/TJMG, 2016, p. 375, grifo meu).

Nos exemplos de (3) a (5) acima, as expressões EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE são usadas em sentido nitidamente causal, enquanto, nos exemplos de (6) a (8), que se seguem, essas expressões são usadas em sentido e/ou em construção mais próximos ao que prescrevem as gramáticas tradicionais:

- (6) Quando menos esperávamos, **eis que** desaba uma tempestade! (SACCONI, 2011, p. 347, grifo do autor)².
- (7) O preço dos automóveis subiu, **posto que** não houvesse nenhuma razão para tal. (SACCONI, 2011, p. 346, grifo do autor)³.
- (8) A realidade deve ser aceita como é, sem nenhuma opinião a respeito, **uma vez que** não pode ser modificada. (SACCONI, 2011, p. 342, grifo do autor)⁴.

Na presente pesquisa, de caráter variacionista, investiga-se a ocorrência de variantes⁵ conservadoras e inovadoras de conjunções e de locuções conjuntivas causais em textos judiciais, comparativamente à sua ocorrência em textos jornalísticos e em textos técnico-científicos de áreas não jurídicas.

O objetivo precípua é averiguar a hipótese de que, em textos judiciais, se encontrariam disseminadas as expressões EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE, como variantes inovadoras das chamadas conjunções ou locuções conjuntivas causais, fenômeno que é ausente ou proporcionalmente muito menor em textos jornalísticos e em textos técnico-científicos de áreas não jurídicas.

Considerando que a amostra desta pesquisa se enquadra na formulação de Rocha (2002, p. 67), segundo a qual “o corpus da língua padrão escrita deve ser constituído de textos oficiais, técnico-científicos e jornalísticos”, os dados coletados serviram como oportuno pretexto para o reexame da histórica controvérsia sobre padronização linguística no Brasil.

² De acordo com Sacconi (2011, p. 347, grifo do autor), EIS QUE “se usa com propriedade, quando a situação é de imprevisto, equivalendo a **de repente**, exprimindo surpresa”.

³ Segundo Sacconi (2011), POSTO QUE é locução conjuntiva concessiva, equivalente a *embora*.

⁴ Como se pode observar, essa locução conjuntiva causal é formada por três palavras (*uma vez que*). Gramáticas e dicionários não mencionam a existência da locução VEZ QUE.

⁵ O conceito de *variante* e sua tipologia constam da subseção 2.2.

Assim, a questão que norteou esse trabalho é como estabelecer um padrão quando as variantes são usadas diferentemente, por exemplo, em textos oficiais, em textos jornalísticos e em textos técnico-científicos de áreas não jurídicas.

1.1 Justificativa

Não é novidade o fato de que a linguagem judicial está repleta de termos especializados e de latinismos. Palavras e expressões como *mandado de segurança*, *delação premiada*, *coisa julgada*, *carta precatória*, *usufruto*, *acórdão*, *recurso ordinário*, *data venia*, *habeas corpus*, *de cujus*, *ultra petita*, *referendum*, *onus probandi*, são apenas alguns dos muitos itens lexicais geralmente presentes no texto judicial. No *juridiquês*, também usado por advogados militantes junto ao Poder Judiciário, identificam-se, ainda, itens que denotam preciosismo vocabular, como o uso de *cártula chéquica* em vez de *folha de talão de cheque*; de *ergástulo público* por *cadeia*; de *peça incoativa* no lugar de *petição inicial*. Esses elementos costumam se aliar a certos mecanismos de linguagem, como a inversão sintática, e acabam por conferir ao texto que circula no âmbito judicial um caráter bastante distinto de outras espécies textuais escritas na variedade padrão do português.

Ressalte-se que o uso excessivo desses recursos linguísticos tem sido alvo de críticas e de propostas visando a alterar a cultura e a prática linguísticas dominantes na área do Direito. A Associação dos Magistrados Brasileiros, por exemplo, com o objetivo de “aproximar o judiciário da sociedade”, lançou, em 2005, a Campanha pela Simplificação da Linguagem Jurídica⁶. A mesma Associação publicou a obra *O Judiciário ao Alcance de Todos* (ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS, 2016), em que esclarece muitos termos e expressões corriqueiramente usados no meio judicial.

Ocorre que, na produção de um texto judicial, além do *juridiquês*, os profissionais desse campo empregam palavras, expressões e construções linguísticas de uso geral, às quais atribuem, no entanto, sentido específico. Isso parece estar ocorrendo com as expressões EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE, as quais, se não tiveram seu uso como variantes de

⁶ BOLETIM DE NOTÍCIAS CONJUR. São Paulo: Consultor Jurídico, data de publicação: 10 ago. 2005. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2005-ago-10/amb_lanca_campanha_simplificacao_juridiques>. Acesso em: 30 out. 2016.

conjunções ou locuções conjuntivas causais inaugurado por profissionais do Direito, por eles vêm sendo usadas com exclusividade ou com prioridade.

É importante notar que essas locuções se distinguem dos elementos que configuram o *juridiquês* porque elas são usadas como instrumentos gramaticais, e não como formas lexicais, como é o caso dos termos específicos do Direito.

Assim, esta pesquisa se justifica, primeiramente, porque pretende demonstrar, por meio do estudo da ocorrência das variantes causais EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE, em relação às outras causais, no texto judicial, comparativamente com a sua presença no texto jornalístico e no texto técnico-científico não jurídico, que o caráter peculiar do primeiro não se deve apenas à terminologia especializada e aos latinismos, elementos geralmente lexicais, rotulados de *juridiquês*. Pretende-se demonstrar que a singularidade do texto judicial também se deve ao fato de nele ocorrerem as locuções EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE empregadas, exclusiva ou preponderantemente, como itens gramaticais, ou seja, como itens mais estruturantes, com significado bastante distinto daquele que lhes é atribuído em textos de áreas não judiciais, assim como em gramáticas e em dicionários do português contemporâneo do Brasil.

Outra justificativa para a realização desta pesquisa liga-se ao fato de que o reconhecimento da existência de variação em textos supostamente escritos na variedade padrão do português, como é o caso dos textos judicial, jornalístico e técnico-científico de áreas não jurídicas, suscita questionamento sobre os critérios que habilitam determinadas formas linguísticas a se agregarem sob o rótulo de *variedade padrão*. A questão-chave a ser examinada, à vista da diversidade linguística, é a propriedade e a conveniência de se flexibilizar a padronização do português do Brasil.

Espera-se que as informações geradas pela pesquisa sejam úteis para estudantes, para professores, para pesquisadores e para profissionais que lidam com o português do Brasil em situações de escrita formal, além de contribuírem para a discussão a respeito da padronização linguística.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo central deste trabalho é descrever a realização de variantes padrão e não padrão da variável <conectivos causais no português contemporâneo do Brasil> em decisões judiciais, comparativamente à ocorrência dessas variantes em textos jornalísticos e em textos técnico-científicos de áreas não jurídicas.

1.2.2 Objetivos específicos

Como desdobramento do objetivo principal, busca-se, na presente pesquisa:

- a) investigar o uso das variantes inovadoras causais EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE, cotejando sua ocorrência com a de variantes conservadoras causais em três *corpora*: judicial, jornalístico e técnico-científico de áreas não jurídicas;
- b) examinar se, entre os textos judicial, jornalístico e técnico-científico de área não jurídica, verifica-se a uniformidade de padrões linguísticos inerente à ideologia da língua padrão, relativamente a conectivos causais;
- c) discutir a padronização linguística e a variedade padrão no Brasil.

1.3 Estrutura deste trabalho

Além desta Introdução e da Conclusão, a presente dissertação constitui-se de três seções: Fundamentação Teórica, Metodologia e Análise dos Dados.

Na Fundamentação Teórica (seção 2), apresentam-se ideias e conceitos relacionados aos principais sustentáculos deste trabalho, quais sejam, a Teoria da Variação e Mudança (subseção 2.1) e a Padronização Linguística (subseção 2.3). Entre esses dois eixos teóricos, na subseção 2.2, procura-se, com base em informações contidas em gramáticas tradicionais e em dicionários de português do Brasil da atualidade, caracterizar o objeto de

estudo desta pesquisa, a saber, a variável <conectivos causais no português contemporâneo do Brasil> e as variantes causais padrão e não padrão que a integram. Na sequência, apresentam-se, na subseção 2.2.4, indícios de processos de gramaticalização de que decorrem as variantes causais não padrão EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE. A porção final do embasamento teórico, que consiste em alguns pontos sobre padronização em geral (subseção 2.3.2) e sobre a padronização linguística na visão de James Milroy e de Lesley Milroy (subseção 2.3.3), encerra-se com um retrospecto da padronização linguística no Brasil (subseção 2.3.4).

Na parte destinada à Metodologia (seção 3), descrevem-se, inicialmente, na subseção 3.1 e em seus desdobramentos, os critérios e procedimentos relativos à delimitação dos *corpora* (judicial, jornalístico e técnico-científico de área não jurídica) e aos critérios de amostragem. Em seguida, expõem-se os critérios de seleção de variantes (subseção 3.2), conjugando-se a legitimação em gramática e em dicionários com o requisito oracional. Além disso, menciona-se, na subseção 3.3, como se realizou a seleção de ocorrências, detalhando-se alguns fenômenos observados nos dados coletados, como ocorrências repetidas e ocorrências em simetria de construção. Nas duas últimas partes da Metodologia, informam-se os procedimentos adotados com relação ao registro e ao tratamento estatístico das ocorrências (subseções 3.4 e 3.5, respectivamente).

Na seção 4, reservada à Análise dos Dados, examinam-se as ocorrências de relevância nos *corpora*, à luz da fundamentação teórica e dos objetivos que se pretendeu alcançar. Os comentários partem de observações de caráter geral, sobre a realização das variantes de conectivos causais na reunião dos três conjuntos de textos, buscando sempre confrontar os dados observados com o que está consignado em gramáticas tradicionais e em dicionários do português do Brasil atual. Em seguida, procura-se destacar as diferenças de realização dessas variantes causais entre os três conjuntos de texto. Por fim, examina-se especificamente a realização das variantes inovadoras causais EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE em cada grupamento de textos, de forma comparativa com as outras coletâneas de textos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Teoria da Variação e Mudança

De acordo com Coelho *et al.* (2015, p. 12), “a Sociolinguística é uma área da Linguística que estuda a relação entre a língua que falamos e a sociedade em que vivemos.” É também chamada de Sociolinguística Laboviana, em virtude de um dos seus precursores e expoentes ser o norte-americano William Labov, ou de Sociolinguística Quantitativa, devido ao fato de os pesquisadores dessa área submeterem os dados de suas pesquisas a tratamento estatístico. Costuma, ainda, ser designada como Teoria da Variação e Mudança Linguística (TVM), denominação que exprime, exatamente, as suas principais preocupações: a variação e a mudança na língua (COELHO *et al.*, 2015).

Variação linguística é “o processo pelo qual duas formas podem ocorrer no mesmo contexto com o mesmo valor referencial/representacional, isto é, com o mesmo significado” (COELHO *et al.*, 2015, p. 16). Mudança linguística “diz respeito a como, nessa disputa de forças, certas formas tornam-se cada vez mais correntes, levando outras à obsolescência” (COELHO *et al.*, 2015, p. 8). De acordo com Tarallo (2007, p. 63), “nem tudo o que varia sofre mudança; toda mudança linguística, no entanto, pressupõe variação”.

Uma obra fundamental para se entender a essência do pensamento sociolinguístico é o livro intitulado *Sociolinguistic Patterns* (LABOV, 1972), em que o autor apresenta uma forma de conceber os fenômenos linguísticos que contempla, entre outros, a diversidade, a heterogeneidade, a variação, a mudança e o componente social na análise linguística.

Labov (1972) dedica atenção especial à diversidade linguística que se manifesta por meio da expressão oral. Em sua pesquisa pioneira, realizada na ilha de Martha’s Vineyard, nos Estados Unidos da América, estudou com prioridade os condicionadores extralinguísticos e as diferentes pronúncias dos ditongos /ay/ e /aw/ que foram observadas entre os falantes daquela ilha. Outra pesquisa de Labov, também considerada um clássico da sociolinguística, foi realizada em lojas de departamento na cidade de Nova York e tinha como objetivo verificar se a consoante [r] em posição pós-vocálica (como em *car*, *card*, *four*, *fourth*) estava presente na fala dos informantes.

Tarallo (2007) afirma que, em vários estudos sociolinguísticos que se seguiram aos primeiros trabalhos de Labov, diferentes pesquisadores empenharam-se na coleta e na análise de dados da língua falada por informantes da Cidade do Panamá, de Norwich, de Belfast, de Montreal, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte e de São Paulo. Coelho *et al.* (2015), por seu turno, citam vários bancos de dados de língua falada que se vêm formando no Brasil a partir de 1970, sendo o primeiro deles o projeto Norma Linguística Urbana Culta (Nurc), com entrevistas gravadas em Porto Alegre, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Salvador e em Recife.

Hoje, mais de meio século após a empreitada de Labov em Martha's Vineyard, a sociolinguística mantém-se fiel a seus fundamentos. Essa vinculação é explicitada, por exemplo, por Tarallo (2007, p. 19), quando ele assevera que o objeto de estudo da sociolinguística é a **língua falada**, o **vernáculo**, ou seja, “o veículo linguístico de comunicação usado em situações naturais de interação social, do tipo comunicação face a face”. Tal sentido também está presente no conceito formulado por Coelho *et al.* (2015, p. 12, grifo meu), mencionado na abertura desta subseção (“uma área da Linguística que estuda a relação entre a **língua que falamos** e a sociedade em que vivemos”), bem como na caracterização do objeto da sociolinguística feita por Alkmim (2012, p. 33, grifo meu): “estudo da **língua falada**, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso”.

Embora a variação, concebida em termos sociolinguísticos como “a coexistência de formas para a expressão de um significado” (COELHO *et al.*, 2015, p. 8), seja um fenômeno observável amiúde na língua falada, ela também está presente na língua escrita. Isso é bastante evidente quando se compara, por exemplo, uma mensagem eletrônica ou um *e-mail* que se envia a um parente ou a um amigo com um texto acadêmico. Certamente, eles diferem não somente com relação ao vocabulário utilizado e à ortografia, mas também com relação à estruturação sintática, à pontuação, à forma e à frequência das abreviações, etc. Do mesmo modo, uma carta enviada a um familiar a qual tenha sido redigida por um senhor de oitenta anos provavelmente conterá elementos vocabulares e construções morfossintáticas distintas de uma carta destinada a um familiar a qual tenha sido escrita por um adolescente. A variação na escrita também fica patente quando se compara o trecho de um romance de Machado de Assis com o texto de uma revista em quadrinhos, com o manual de instruções de um aparelho eletrodoméstico, com a bula de um medicamento, etc. No cotejo de uma decisão judicial com um laudo médico, por sua vez, possivelmente serão constatadas não somente

diferenças relacionadas ao vocabulário específico de cada área profissional, como também variação de formas e de construções sintáticas.

Vale ressaltar que a variação pode ser observada não somente quando se confrontam textos pertencentes a gêneros textuais distintos, mas também quando se comparam textos que se filiam a um mesmo gênero. Pagotto (1998) menciona que, ao comparar o texto constitucional de 1824 com o texto da constituição republicana de 1892, constatou uma série de diferenças, sendo muito significativa a que se refere à posição dos clíticos: na constituição imperial, essencialmente proclítica, existe até sentença iniciando-se pelo clítico; a constituição republicana, por seu turno, é enclítica. Observou que, na primeira constituição, usa-se *aonde* em contextos em que, na constituição de 1892, emprega-se *onde*. Notou, ainda, que, na constituição do império, encontram-se pelo menos duas relativas cortadoras, construção evitada na primeira constituição republicana. Finalmente, citou que, na constituição de 1824, emprega-se categoricamente a construção *todo o* para a quantificação universal, enquanto na constituição de 1892 usa-se, na mesma situação, somente a forma *todo*, sem o artigo.

As diferenças apontadas por Pagotto (1998) demonstram que a variação ocorre até mesmo em textos legais, que, por pressuposição, se redigem com maior cuidado e com mais alto grau de monitoramento.

Assim, na língua escrita, como na língua falada, costumam ocorrer variações de natureza diatópica (ou regional ou geográfica), diastrática (ou social, que inclui: grau de escolaridade, nível socioeconômico, sexo/gênero, faixa etária, etc.), diafásica (ou estilística), além da variação diamésica, que diz respeito à diferença entre a modalidade escrita e a modalidade oral.

Vale lembrar que, se, por um lado, é fato, como afirmam Milroy e Milroy, (2012, posição 1.024), que “a padronização por meio da prescrição tem sido claramente mais bem-sucedida no canal escrito”⁷, por outro lado, não é menos verdade que nesta modalidade linguística, com frequência, também se observam transgressões de regras ditadas pelas gramáticas, pelos manuais de uso linguístico, pelos dicionários e por outros veículos que se propõem a uniformizar os usos da língua. Isso significa que, mesmo sendo uma forma de

⁷ Texto original em inglês: “Standardisation through prescription has clearly been most successful in the written channel [...]” (MILROY; MILROY, 2012, posição 1.024, tradução minha).

expressão sujeita a um controle social (e, em alguns casos, a um controle legal⁸) mais efetivo do que a língua falada espontaneamente, a língua escrita também está sujeita ao fenômeno da variação e da mudança linguísticas.

Considerando, pois, que a língua escrita também é passível de variação e de mudança, a ela também se aplicam muitos constructos da Sociolinguística. Para a presente pesquisa, têm especial relevância as noções de variável e de variante.

De acordo com Tarallo (2007, p. 8), “variantes linguísticas são [...] diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de ‘variável linguística’”.

No português falado no Brasil, por exemplo, à variável linguística “marcação de plural no sintagma nominal”, representada por <s>, correspondem duas variantes linguísticas: a primeira variante, representada por [s], é a presença do segmento fônico /s/, como em “aS meninaS bonitaS”; a segunda, representada por [∅], é a ausência do /s/, como em “aS meninaS bonita∅” ou em “aS menina∅ bonita∅” (TARALLO, 2007, p. 8/9).

Coelho *et al.* (2015) exemplificam a diferença entre variável e variante por meio do fenômeno da variação, no português do Brasil, entre os pronomes pessoais *tu* e *você*, usados para a segunda pessoa (P2). A alternância entre uma e outra forma, que, segundo os autores, ocorre em função da origem do falante e do grau de formalidade que ele dispensa a seu interlocutor, pode ser representada, em termos sociolinguísticos, pela variável <expressão pronominal de P2> e pelas variantes [tu] e [você].

As variantes linguísticas podem ser adjetivadas como padrão, não padrão, conservadora, inovadora, estigmatizada e de prestígio. A seguir, apresenta-se a distinção proposta por Coelho *et al.* (2015, p. 18, grifos dos autores):

As variantes padrão são, *grosso modo*, as que pertencem às *variedades cultas* da língua; já as variantes não padrão costumam se afastar dessas variedades. Mesmo que não seja a variante mais usada por uma comunidade, a variante padrão é, em geral, a variante **de prestígio**, enquanto a não padrão é muitas vezes **estigmatizada** – pode haver comentários negativos à forma ou aos falantes que a empregam. Ademais as variantes padrão tendem a ser **conservadoras**, fazendo parte do repertório linguístico da comunidade há mais tempo, ao passo que as variantes não padrão tendem a ser **inovadoras**.

⁸ Por exemplo: o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 dez. 1990, foi promulgado pelo Decreto 6.583, de 29 set. 2008 (BRASIL, 2017a), alterado pelo Decreto n. 7.875, de 27 dez. 2012 (BRASIL, 2017b), que fixou o período de transição de 1º de jan. 2009 a 31 dez. 2015, durante o qual coexistiriam a norma ortográfica vigente antes do Acordo e a norma por meio deste estabelecida.

Para Coelho *et al.* (2015, p. 15), *padrão* remete à variedade culta, a qual “é normalmente associada às camadas mais altas da pirâmide social. É, em geral, a língua usada pelos falantes mais escolarizados, com maior remuneração e que moram em centros urbanos”. Segundo esses autores, “a variedade culta também apresenta variações – basta pensar que as variedades, ainda que agreguem falantes com características (geográficas, sociais etc.) em comum, não são homogêneas”. Por isso, eles admitem a existência de “variedades cultas”.

Quando se analisa a variável <marcação de plural no sintagma nominal> no português do Brasil, percebe-se que a variante [s] é considerada padrão, conservadora e de prestígio, enquanto a variante [ø] é não padrão, inovadora e estigmatizada.

Tarallo (2007) e Coelho *et al.* (2015) ressaltam, no entanto, que a tríade *padrão, conservadora, de prestígio*, assim como a tríade *não padrão, inovadora, estigmatizada*, não são indissolúveis. Um exemplo fornecido por Coelho *et al.* (2015) é o da variável <expressão pronominal de P4>, cujas variantes são os pronomes *nós* e *a gente*. A variante *nós* é considerada padrão, conservadora e de prestígio. Com relação a *a gente*, considerada não padrão e inovadora, Coelho *et al.* (2015) mencionam que o estigma tem se perdido e que esta variante tem sido empregada também em contextos mais formais, que eram reservados à variante de prestígio *nós*⁹.

Por conceber a língua como algo mutável e por entender que a variação linguística não é um fenômeno aleatório, a sociolinguística busca estabelecer os fatores que regulam o uso das variantes. Os contextos que favorecem o uso de determinada variante são chamados de “fatores condicionadores” e se classificam em dois grupos: fatores condicionadores *internos* (ou *linguísticos*) e fatores condicionadores *externos* (ou *extralinguísticos*). Para ilustrar a ação dos condicionadores internos, Tarallo (2007) menciona que sobre o sintagma nominal (SN) “as casas pequenas” podem ser levantadas várias hipóteses acerca do uso das variantes [s] e [ø], relativas à variável <marcação de plural no sintagma nominal>. O emprego da forma singular ou da forma plural em cada constituinte de “as casas pequenas” pode ser afetado, por exemplo, pela posição da palavra no SN (no caso, primeira, segunda ou terceira posição), pela classe de palavras (artigo, substantivo ou adjetivo), por fatores fonológicos (por exemplo, se o “s” de plural é seguido por uma consoante ou por uma vogal), etc. É possível, ainda, levantar a hipótese de que haja cruzamento de dois ou mais fatores internos

⁹ A propósito do exemplo de Coelho *et al.* (2015), vale salientar que, em algumas situações, é provável que esteja ocorrendo até mesmo uma inversão, isto é, que a variante padrão e conservadora seja estigmatizada, enquanto a variante não padrão e inovadora desfrute de prestígio ou seja menos estigmatizada. Isso pode estar ocorrendo com os pronomes *nós* e *a gente* quando eles são usados como objeto direto. Compare-se *Ele levou nós ao clube* com *Ele levou a gente ao clube*. Parece que, nesse contexto, a variante não padrão e inovadora *a gente*, se não goza de prestígio, não suscita a mesma carga de estigma que o pronome *nós*.

favorecendo o uso de uma ou de outra variante. Como exemplos de condicionadores extralinguísticos, podem ser citados o nível socioeconômico do informante, sua escolaridade, sua faixa etária e seu sexo/gênero.

De acordo com a TVM, a heterogeneidade é inerente à língua. Se a língua fosse homogênea, as normas linguísticas seriam categóricas, ou seja, sempre se aplicariam da mesma maneira, a exemplo da regra no português segundo a qual o artigo se coloca antes do nome a que se refere: os brasileiros sempre dizem e escrevem *a bola*, mas nunca dizem ou escrevem **bola a*, porque tal regra não admite exceções.

Coelho *et al.* (2015) afirmam que o interesse maior da sociolinguística incide, no entanto, sobre as regras variáveis, aquelas que permitem, em certos contextos linguísticos, sociais e estilísticos, falar (ou escrever) de uma forma e, em outros contextos, de outra forma.

Zilles *et al.* (2000, p. 196/201) mencionam que, enquanto no português padrão a concordância verbal com a primeira pessoa do plural é categórica (“Nós *falamos* português corretamente”), nas variedades não padrão do português do Brasil constatam-se formas diferentes de marcação da concordância verbal (por exemplo: “Nós *falamos* nosso alemão”, “Nós *era* agricultor”, “*Cheguemo* no restaurante e era uma gurizada [...]).

As regras variáveis permitem que se alterne entre duas ou mais formas verbais. A realização de determinada variante, contudo, não é fortuita. Como demonstraram Zilles *et al.* (2000), ela decorre de condicionadores linguísticos (por exemplo, as formas verbais proparoxítonas favorecem a omissão da desinência) e extralinguísticos (por exemplo, a omissão de desinência e o uso da desinência *-mo* são favorecidos pelo baixo grau de escolaridade), os quais regem a variação, de modo que se pode afirmar que esta é sistematicamente ordenada.

Segundo Coelho *et al.* (2015, p. 62), “as regras variáveis da língua são sistemáticas, indicando padrões linguísticos e padrões sociais e estilísticos de comportamento”. Acrescentam que, nesse caso, o termo *padrão* “é entendido como um **uso regular e frequente de uma dada variante**, isto é, como uma tendência de comportamento linguístico” (COELHO *et al.*, 2015, p. 62, grifo meu). Coelho *et al.* (2015) lembram, ainda, que o título da obra clássica de Labov (1972), *Sociolinguistic Patterns*, deve ser compreendido nessa acepção.

Observa-se que essa ideia de *padrão* como **uso regular e frequente de uma dada variante** é distinta da concepção de *padrão* apresentada por Coelho *et al.* (2015, p. 18, grifos dos autores) quando estes afirmam que “as variantes padrão são, *grosso modo*, as que pertencem às *variedades cultas* da língua”.

De acordo com Tarallo (2007, p. 57/58), “a língua falada é [...] um sistema variável de regras”, ao qual obviamente devem corresponder “tentativas de regularização, de normalização. Como grande estandarte dessa regularização surge a língua escrita tal qual ensinada nas escolas”.

Ocorre que, diferentemente das demais variedades linguísticas, a variedade padrão é constituída de maneira deliberada e passa a ser tomada como modelo (MILROY; MILROY, 2012).

Faraco (2009, p. 71) afirma que a expressão *norma culta/comum/standard* “designa o conjunto de fenômenos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas de fala e escrita”. Segundo esse autor, a expressão *norma-padrão*, por seu turno, refere-se àquilo que “se codificou como modelar para a escrita” (FARACO, 2009, p. 107); trata-se, neste caso, de “uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, a projetos políticos de uniformização linguística” (FARACO, 2009, p. 73)¹⁰.

De acordo com Faraco (2009, p. 107), existe um “fosso profundo entre a norma culta e a norma-padrão”. No presente trabalho, procura-se demonstrar que, de fato, o texto judicial, embora se enquadre na chamada *norma culta*, apresenta peculiaridades que o afastam da norma-padrão.

Assim, a noção de heterogeneidade linguística reveste-se de grande importância no presente estudo: a provável constatação de que as variantes de conectivos causais¹¹ não ocorrem de forma homogênea nos três conjuntos de textos que compõem os *corpora* desta pesquisa (judicial, jornalístico e técnico-científico de áreas não jurídicas), todos supostamente escritos na variedade padrão, reforça a tese de que é uma atitude muito limitadora negar a existência da diversidade e estabelecer um único padrão linguístico para o português escrito no Brasil.

¹⁰ FARACO (2009, p. 79/80) ressalta, no entanto, que, no Brasil, o esforço padronizador não ocorreu em resposta a uma situação de “dialeção profunda” nem se vinculou a projeto de “construção de um Estado unificado”. De acordo com esse autor, “o projeto da norma-padrão no Brasil teve, [...] como objetivo fundamental, [...] combater as variedades de português popular”.

¹¹ A variável *conectivos causais* e as variantes causais serão explicitadas na próxima subseção deste trabalho.

2.2 A variável *conectivos causais* e as variantes causais

Com base no conceito e na tipologia encontrados em Coelho *et al.* (2015), explicitados na subseção 2.1, considerou-se que a variável da presente pesquisa será representada por <conectivos causais no português contemporâneo do Brasil>. Essa variável e as variantes padrão e não padrão a ela associadas serão caracterizadas nas três próximas subseções (2.2.1, 2.2.2 e 2.2.3).

2.2.1 A variável *conectivos causais*

Segundo Houaiss (2009), a palavra *conectivo* é empregada, em sentido gramatical, como “forma linguística que estabelece ligação entre dois termos de uma oração, ou entre orações num período (são as conjunções e os advérbios ou pronomes relativos)”. Definição bem próxima a essa é encontrada em Ferreira (2010): “palavra que liga partes da oração, ou as orações, em um período”. Tanto Houaiss (2009) quanto Ferreira (2010) informam que, quando empregada em sentido linguístico-gramatical, *conector* é palavra sinônima de *conectivo*.

Câmara Júnior (1984, p. 79), por sua vez, assim caracteriza os *conectivos*:

Vocábulos gramaticais, que, como morfemas relacionais, estabelecem conexão entre palavras ou partes de uma frase. São subordinativos, quando a conexão é de subordinação (v.), e são coordenativos, quando a conexão é de coordenação (v.).

Em português, há três espécies de conectivos: 1) preposições (v.) para a subordinação de palavras ou expressões lexicais; 2) pronome relativo (v.), que além do seu valor pronominal é um conectivo de subordinação de orações; 3) conjunções (v.), que, conforme servem – a) à subordinação de orações, ou – b) à coordenação de palavras, expressões léxicas ou orações, são – a) subordinativas, ou – b) coordenativas.

Assim, estabeleceu-se, preliminarmente, com respaldo em Câmara Júnior (1984), em Houaiss (2009) e em Ferreira (2010), que a palavra *conectivo*, que confere substância à variável do presente estudo, será empregada com referência a um conjunto específico de

variantes, constituído da preposição *por*, de conjunções, de locuções¹² prepositivas e de locuções conjuntivas, as quais serão explicitadas nas subsecções 2.2.2 (variantes padrão) e 2.2.3 (variantes não padrão).

Como a variável desta pesquisa, <conectivos causais no português contemporâneo do Brasil>, é qualificada, torna-se necessário explicitar o sentido do adjetivo *causal*, o que será feito na próxima subsecção. Com relação ao adjetivo *contemporâneo* e à locução adverbial *no português do Brasil*, pretendeu-se, com o emprego desses adjuntos, delimitar a abrangência da variável, que, de outro modo, poderia se referir, por exemplo, ao português arcaico, ao português de Portugal, etc.

2.2.2 As variantes causais padrão

Entre as classes de palavras, as gramáticas tradicionais (doravante, GTs) geralmente conceituam a conjunção como “palavra invariável que liga orações ou, ainda, termos de mesma função sintática” (SACCONI, 2011, p. 338). Por outro lado, chama-se locução conjuntiva “o conjunto de duas ou mais palavras com valor de conjunção” (SACCONI, 2011, p. 338).

As conjunções e as locuções conjuntivas (doravante, CLCs) são classificadas nas GTs em dois grandes grupos: coordenativas e subordinativas. De acordo com Sacconi (2011), no primeiro grupo, encaixam-se as CLCs responsáveis por ligar orações ou termos da oração sintaticamente independentes¹³; no segundo grupo, aparecem as conjunções e as locuções conjuntivas que ligam orações sintaticamente dependentes. Usualmente, as GTs elencam, em cada um desses grupos, os diversos tipos de conjunção e de locução conjuntiva segundo seu valor semântico.

Sacconi (2011) arrola como coordenativas as seguintes CLCs:

- a) aditivas;
- b) adversativas;
- c) alternativas;
- d) conclusivas;

¹² Segundo Câmara Júnior (1984, p. 162), *locução* é a “reunião de dois vocábulos que conservam individualidade fonética e mórfica, mas constituem uma unidade significativa para determinada função”.

¹³ Orações sintaticamente independentes são aquelas “que não dependem uma da outra no plano sintático” (SACCONI, 2011, p. 338).

e) explicativas.

Por outro lado, Sacconi (2011) relaciona dez tipos de CLCs subordinativas, a saber:

a) integrantes;

b) causais;

c) comparativas;

d) concessivas;

e) condicionais;

f) conformativas;

g) consecutivas;

h) temporais;

i) finais;

j) proporcionais.

As CLCs causais, objeto de estudo no presente trabalho, “iniciam oração que exprime a causa, o motivo, a razão do pensamento da oração principal” (BECHARA, 2001, p. 326).

A importância das CLCs, do ponto de vista da linguística textual, tem sido demonstrada por vários pesquisadores. Halliday e Hasan (1976 citados por KOCH, 1999) incluem a conjunção entre os cinco mecanismos de coesão textual¹⁴. De acordo com Koch (1999, p. 19), “o conceito de coesão textual diz respeito a todos os processos de sequencialização que asseguram (ou tornam recuperável) uma ligação linguística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual”. Segundo Koch (1999, p. 62), os conectores interfrásticos, entre os quais se situam as conjunções e as locuções conjuntivas, permitem o estabelecimento de relações lógico-semânticas entre orações, enunciados ou partes do texto, inclusive a relação de causalidade, ou seja, “p porque q”.

Fiorin (1995, p. 279) menciona que, “ao escrever, deve-se ter o cuidado de usar o elemento apropriado para exprimir o tipo de relação que se quer estabelecer”. Esse autor ressalta que os elementos de coesão “não são formas vazias, que podem ser substituídas entre si, sem nenhuma consequência” (FIORIN, 1995, p. 279).

Na presente pesquisa, essas ponderações ganham relevância, uma vez que, no texto judicial, de um modo geral, tende a prevalecer a argumentação, fazendo que conectivos

¹⁴ Segundo Halliday e Hasan (1976 citados por KOCH, 1999), os cinco mecanismos de coesão textual são: referência, substituição, elipse, conjunção e coesão lexical.

sejam acionados com muita frequência para introduzir, em nome da lógica argumentativa, a causa de um enunciado anterior. Compare-se, por exemplo, o fato de que, em apenas quinze páginas de texto da Justiça do Trabalho¹⁵, encontraram-se 29 conectivos empregados com valor causal, ao passo que, em todo o texto atualizado da Constituição da República¹⁶, não se encontrou nenhum conectivo usualmente classificado nas GTs como CLC causal. Embora o texto do Legislativo não seja objeto de análise na presente pesquisa, a comparação parece oportuna por demonstrar que no texto judicial se utilizam com bastante frequência as CLCs causais e por ensejar que os seus redatores, até para evitar repetição e monotonia, procuram diversificar o uso de CLCs causais, recorrendo, para isso, tanto às espécies conservadoras como às inovadoras.

Além das variantes inovadoras¹⁷ EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE, considerou-se como variante causal, nesta pesquisa, o conectivo que tem valor semanticamente causal e que satisfaça, simultaneamente, a dois requisitos:

- a) ser mencionado como conectivo causal em pelo menos uma das gramáticas pesquisadas;
- b) ser mencionado como conectivo causal em pelo menos um dos dicionários consultados.

Nas subseções 2.2.2.1 e 2.2.2.2, detalha-se cada um desses requisitos e explicitam-se os conectivos que foram considerados como variantes causais por atenderem a essas condições.

2.2.2.1 Legitimação em gramática

Como um dos objetivos centrais desta pesquisa é o cotejamento das variantes inovadoras EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE com conectivos causais cujo uso é abonado pelas gramáticas e pelos dicionários, o primeiro passo para definir as variantes causais que

¹⁵ DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Brasília: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, n. 1975, data da disponibilização: 11 maio 2016. Caderno Judiciário, p. 161-175. Disponível em: <<https://dejt.jt.jus.br/dejt/>>. Acesso em: 30 out. 2016.

¹⁶ BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 1º out. 2016.

¹⁷ As variantes inovadoras EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE serão caracterizadas na subseção 2.2.3.

seriam pesquisadas nos *corpora* foi relacionar conjunções e locuções conjuntivas que são citadas como tais em GTs.

Assim, foram consultadas as seguintes gramáticas tradicionais: André (1978), Bechara (2001), Cunha e Cintra (1985), Cegalla (1993), Nicola e Infante (1999), Rocha Lima (2007) e Sacconi (2011).

Em levantamento realizado nessas sete GTs, apuraram-se as CLCs causais constantes do Quadro 1.

QUADRO 1 – Conjunções e locuções conjuntivas causais em gramáticas tradicionais

CONJUNÇÃO OU LOCUÇÃO CONJUNTIVA	GRAMÁTICA TRADICIONAL						
	A	B	C	CE	N	R	S
<i>como</i>	•	•	•	•	•	•	•
<i>desde que</i>		•		•		•	
<i>já que</i>	•	•	•	•	•	•	•
<i>pois</i>			•	•			•
<i>pois que</i>			•		•	•	
<i>por isso que</i>			•				
<i>porquanto</i>	•		•	•		•	•
<i>porque</i>	•	•	•	•	•	•	•
<i>quando (= já que)</i>							•
<i>que</i>		•	•	•		•	•
<i>se (= já que)</i>							•
<i>uma vez que</i>		•	•	•	•	•	•
<i>visto como</i>		•	•	•		•	
<i>visto que</i>	•	•	•	•	•		•

Fonte: Todos os quadros constantes neste trabalho foram elaborados pelo autor.

Legenda: **A** = André (1978, p. 233)
B = Bechara (2001, p. 326)
C = Cunha; Cintra (1985, p. 572)
CE = Cegalla (1993, p. 268)
N = Nicola e Infante (1999, p. 335)
R = Rocha Lima (2007, p. 186)
S = Sacconi (2011, p. 342)

De acordo com Cegalla (1993, p. 270), “muitas conjunções não têm classificação única, imutável, devendo, portanto, ser classificadas de acordo com o sentido que apresentam no contexto”.

De fato, na maioria dos casos, o contexto é suficiente para que se perceba quando uma conjunção ou locução conjuntiva está sendo empregada em sentido causal e quando ela está sendo usada em sentido não causal, conforme exemplos abaixo:

- (9) Tio Couto estava sombrio, **pois** aparecera um investigador da polícia perguntando por Gervásio. (VERÍSSIMO, 1963¹⁸ *apud* CUNHA; CINTRA, 1985, p. 572, grifo do autor).
- (10) Ele se mudou, **pois** seu apartamento está vazio. (NICOLA; INFANTE, 1999, p. 303, grifo dos autores).
- (11) Foste injusto com teu amigo; deves, **pois**, desculpar-te. (ROCHA LIMA, 2007, p. 185, grifos meu e do autor).

Em (9), a conjunção *pois* inicia uma oração subordinada que denota causa, devendo ser classificada, de modo correlato, como conjunção subordinativa causal (CUNHA; CINTRA, 1985).

Em (10), a oração introduzida pelo conectivo *pois* justifica a ideia contida na oração anterior (CUNHA; CINTRA, 1985). Por isso, ela se classifica como coordenada explicativa (NICOLA; INFANTE, 1999).

No exemplo (11), a classificação de *pois* como conjunção conclusiva também pode ser feita com base no valor semântico que ela adquire no contexto, já que a segunda oração exprime ideia de conclusão. Ressalte-se que, nesse caso, há, ainda, uma peculiaridade sintática: a conjunção *pois*, empregada no sentido conclusivo, não vem no começo de oração, mas depois de um de seus termos (ROCHA LIMA, 2007).

Castilho (2014) também se apoia na semântica contextual para esclarecer a diferença entre a conjunção *porque* usada como subordinada causativa e a conjunção *porque* empregada como coordenada explicativa. Os exemplos do autor estão reproduzidos em (12) e em (13):

- (12) A rua está molhada **porque** choveu. (CASTILHO, 2014, p. 348, grifo meu).
- (13) Choveu, **porque** a rua está molhada. (CASTILHO, 2014, p. 348, grifo meu).

Em (12), temos uma sentença complexa com ordem não marcada, ou seja, uma sentença matriz de consequência seguida por uma sentença subordinada de causa. Em (13), a

¹⁸ VERÍSSIMO, Érico. *Um lugar ao sol*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1963, p. 137.

ordem é marcada, isto é, temos uma sentença matriz de causa seguida por uma sentença subordinada de efeito: é pouco plausível que o fato de a rua estar molhada seja a causa de ter chovido. Desse modo, a tradição gramatical considera como explicativa a oração que se inicia com *porque* em (13).

A seguir, apresentam-se outros exemplos de conjunções e de locuções conjuntivas causais, assim classificadas por gramáticos tradicionais:

- (14) **Como** estivesse de luto, não nos recebeu. (CEGALLA, 1993, p. 268, grifos meu e do autor).
- (15) **Desde que** é impossível, não insistirei. (CEGALLA, 1993, p. 268, grifos meu e do autor).
- (16) **Já que não resolvem nossos problemas**, vamos nós mesmos resolvê-los. (NICOLA; INFANTE, 1999, p. 335, grifos meu e dos autores).
- (17) Não ficaremos, **porquanto** nos querem roubar. (ANDRÉ, 1978, p. 233, grifos meu e do autor).
- (18) Ele foi-se embora, **porque** não podia pagar a pensão. (ROCHA LIMA, 2007, p. 186, grifos meu e do autor).
- (19) Por que ficar amontoado na cidade, sob a poluição, **quando** existe um mundo de terra fértil no campo para se trabalhar? (SACCONI, 2011, p. 342, grifo do autor).
- (20) A fruta caiu do pé **que** estava madura. (SACCONI, 2011, p. 342, grifo do autor).
- (21) **Se** Susana gosta de você, por que não a procura? (SACCONI, 2011, p. 342, grifo do autor).
- (22) A realidade deve ser aceita como é, sem nenhuma opinião a respeito, **uma vez que** não pode ser modificada. (SACCONI, 2011, p. 342, grifo do autor).
- (23) **Visto que** não queres participar, serás afastado do grupo. (ANDRÉ, 1978, p. 233, grifos meu e do autor).

Com exceção de Cegalla (1993) e de Nicola e Infante (1999), os gramáticos tradicionais consultados não fornecem listas exaustivas de conectivos causais. As relações de CLCs causais oferecidas por André (1978), por Bechara (2001), por Cunha e Cintra (1985), por Rocha Lima (2007) e por Sacconi (2011) terminam, invariavelmente, com a abreviatura da expressão latina *et cetera*, significando que outras espécies eventualmente existentes não

foram por eles mencionadas. Por esse motivo, em busca de conectivos causais que pudessem ter escapado aos gramáticos tradicionais consultados, foram também consultadas as gramáticas de Neves (2011) e de Castilho (2014), autores que tentam desvincular-se da tendência ao prescritivismo de muitos gramáticos tradicionais e que se voltam para a descrição de usos linguísticos.

Assim, com base em Neves (2011), acrescentaram-se as locuções conjuntivas causais *dado que*, *por causa que* e *tanto mais que* à relação inicial, constituída de CLCs causais mencionadas nas gramáticas tradicionais consultadas. Abaixo, transcrevem-se exemplos de uso desses conectivos fornecidos por essa autora:

- (24) **DADO QUE** boa parte das detentas tem relacionamentos com homens também presos, criou-se uma mecânica de viabilização desses encontros interprisionais. (VEJA¹⁹ *apud* NEVES, 2011, p. 802, grifos do autor).
- (25) Demorei a vir, mas foi **POR CAUSA QUE** não queria chegar aqui com as mãos abanando. (ROSA, 1951²⁰ *apud* NEVES, 2011, p. 803, grifos do autor).
- (26) Mas, quanto à rainha D. Amélia, achei que seria mais educado ir avisá-la pessoalmente, **TANTO MAIS QUE** residia ela pertinho da rua de Lubeck, à rua de Long-champs, perto da avenida Kleber. (ISTOÉ²¹ – São Paulo *apud* NEVES, 2011, p. 803, grifos do autor).

Castilho (2014) observa, com base em Dias de Moraes (1987, p. 152-), que a preposição *por*, assim como as locuções prepositivas *devido a*, *em razão de* e *por causa de*, seguidas de forma verbal infinitiva, concorrem com as conjunções causais. Essa tese é, de fato, afiançada pelos exemplos reproduzidos a seguir:

- (27) *É uma concepção falsa... porque supôs... (...) que eles atribuíam uma lama a objetos e plantas...* (CASTILHO, 2014, p. 375, grifos do autor).
- (28) a) *É uma concepção falsa, por supor que eles atribuem uma lama a objetos e plantas.* (CASTILHO, 2014, p. 375, grifos do autor).
b) *É uma concepção falsa devido a/em razão de supor que eles atribuem uma lama a objetos e plantas.* (CASTILHO, 2014, p. 375, grifos do autor).

¹⁹ Em NEVES (2011, p. 802/951), informa-se somente que o texto citado foi extraído da *Revista Veja*. Não se mencionam outros elementos de referência, como número, data de publicação e editora.

²⁰ ROSA, Guimarães. *Sagarana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

²¹ Em NEVES (2011, p. 803/942), informa-se somente que o texto citado foi extraído da *Revista Isto é* – São Paulo. Não se mencionam outros elementos de referência, como número, data de publicação e editora.

Vale mencionar que, muitos anos antes de a gramática de Castilho (2014) ser publicada, Garcia (1977, p. 51) asseverou que as orações “reduzidas de infinitivo introduzidas pela preposição ‘por’ constituem formas comuns de indicar causa”. Eis o exemplo desse autor:

(29) O jornalista acabou sendo preso, **por** *se negar a prestar depoimento*.
(GARCIA, 1977, p. 51, grifos meu e do autor).

Assim, com base em Castilho (2014), entendeu-se que a preposição *por* e as locuções prepositivas *devido a*, *em razão de* e *por causa de* também deveriam ser acrescentadas à relação de conectivos causais a serem pesquisados nos *corpora*, já que, seguidas de forma verbal no infinitivo, podem ser consideradas variantes das CLCs causais. Adotado esse critério, tomou-se cuidado, apenas, para não se classificar, equivocadamente, como variante de CLC causal, a preposição *por* quando esta, seguida de verbo no infinitivo, introduz oração que não indique circunstância de causa, como no exemplo (30), que se segue:

(30) Previamente, já havia uma dupla responsável **por** pagar propinas: [...]
(TAVARES, 2017, p. 18, grifo meu).

No exemplo (30), ainda que a preposição *por* esteja seguida de forma verbal no infinitivo, não se pode identificá-la como variante causal: a oração reduzida que complementa o sentido do adjetivo *responsável* não mantém relação de causa e consequência com o que é dito na oração principal.

Após a elaboração da lista inicial, com base nas sete gramáticas tradicionais que serviram de fonte para a confecção do Quadro 1, e após os acréscimos que a ela foram feitos com base nas gramáticas descritivas de Neves (2011) e de Castilho (2014), os seguintes conectivos passaram a integrar a relação provisória de variantes causais padrão a serem investigadas nesta pesquisa: *como*, *dado que*, *desde que*, *devido a*, *em razão de*, *já que*, *pois*, *pois que*, *por*, *por causa de*, *por causa que*, *por isso que*, *porquanto*, *porque*, *quando*, *que*, *se*, *tanto mais que*, *uma vez que*, *visto como*, *visto que*.

O caráter provisório dessa relação deve-se ao fato de que se verificou se os seus elementos, além do requisito *legitimação em gramática*, satisfaziam o requisito *legitimação em dicionário*, que será explicitado na próxima subseção. Assim, a verificação dessa segunda condição implicou a revisão da relação provisória de variantes causais padrão informada acima.

2.2.2.2 Legitimação em dicionário

O requisito *legitimação em dicionário* significa que, com exceção das variantes inovadoras EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE, os demais conectivos só permaneceriam na lista previamente elaborada de acordo com o critério *legitimação em gramática* se também fossem citados como conectivos causais em pelo menos um dos dois dicionários consultados, Houaiss (2009) e Ferreira (2010). A condição de legitimação em dicionário baseia-se na constatação de que, geralmente, há um descompasso entre a disseminação do uso efetivo de determinado item linguístico e o reconhecimento de seu emprego nos dicionários, que tendem a privilegiar a chamada variedade padrão, sendo, por isso, considerados conservadores.

Assim, da relação final de conectivos causais que seriam pesquisados nos *corpora* não constaram *por causa que*, *por isso que* e *tanto mais que*, por estarem ausentes dos dicionários consultados. Também não permaneceu na lista de conectivos a serem investigados a conjunção *quando*, por estar presente nos dicionários consultados, mas não com sentido causal. Finalmente, não constou da relação definitiva de conectivos a serem pesquisados a locução *visto como*, porque ela está ausente de Ferreira (2010) e porque, em Houaiss (2009), informa-se que seu significado é equivalente a “visto o modo como”, que é incorreto seu emprego com o sentido de *visto que*, *de já que*, ou seja, com sentido causal.

No Quadro 2, que se segue, são apresentadas, além das variantes inovadoras EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE, as conjunções, as locuções conjuntivas, a preposição *por* e as locuções prepositivas que foram tomadas como variantes objeto desta pesquisa por satisfazerem aos requisitos *legitimação em gramática* e *legitimação em dicionário*.

QUADRO 2 – Conjunções, locuções conjuntivas e demais variantes de valor causal selecionadas como objeto de pesquisa

CONECTIVO	GRAMÁTICAS			DICIONÁRIOS	
	GTs	CASTILHO (2014, p. 374/375)	NEVES (2011, p. 801-803)	FERREIRA (2010)	HOUAISS (2009)
<i>EIS QUE</i>					
<i>POSTO QUE</i>					
<i>VEZ QUE</i>					
<i>como</i>	x	x	x	x	x
<i>dado que</i>			x		x
<i>desde que</i>	x	x	x	x	

CONECTIVO	GRAMÁTICAS			DICIONÁRIOS	
	GTs	CASTILHO (2014, p. 374/375)	NEVES (2011, p. 801-803)	FERREIRA (2010)	HOUAISS (2009)
<i>devido a</i>		x		x	x
<i>em razão de</i>		x		x	x
<i>já que</i>	x	x	x	x	x
<i>pois</i>	x		x	x	x
<i>pois que</i>	x		x	x	x
<i>por</i>	x	x		x	x
<i>por causa de</i>		x		x	x
<i>porquanto</i>	x		x	x	x
<i>porque</i>	x	x	x	x	x
<i>que</i>	x	x	x	x	x
<i>se</i>	x			x	x
<i>uma vez que</i>	x		x	x	x
<i>visto que</i>	x		x	x	x

Nota: Foram consultadas as seguintes gramáticas tradicionais (GTs): André (1978, p. 233), Bechara (2001, p. 326), Cunha e Cintra (1985, p. 572), Cegalla (1993, p. 268), Nicola e Infante (1999, p. 335), Rocha Lima (2007, p. 186) e Sacconi (2011, p. 342).

No Quadro 2, acima, a letra *x*, no entrecruzamento de linha com coluna, significa que o conectivo causal constante de determinada linha é mencionado como tal na publicação constante da respectiva coluna.

Em síntese, a variável <conectivos causais no português contemporâneo do Brasil> compõe-se, de acordo com os critérios adotados nesta pesquisa, do seguinte conjunto de variantes padrão: *como, dado que, desde que, devido a, em razão de, já que, pois, pois que, por, por causa de, porquanto, porque, que, se, uma vez que, visto que*.

As variantes conservadoras figuram em pelo menos uma gramática e em pelo menos um dos dicionários de português do Brasil consultados, enquanto as variantes inovadoras, ao serem citadas em gramática ou em dicionário, são sempre alvo de crítica desfavorável a seu uso como conectivo causal.

2.2.3 As variantes causais não padrão

São consideradas como variantes não padrão e inovadoras, neste trabalho²², as locuções EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE, usadas em sentido causal, como nos exemplos que se seguem, extraídos do Diário do Judiciário Eletrônico do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (DJE/TJMG):

- (3) Como se depreende da documentação acostada às folhas 319, foi revogada a prisão temporária decretada em desfavor do paciente, **EIS QUE** não constatada qualquer participação deste nos fatos em apuração nos autos [...]. (DJE/TJMG, 2016, p. 420, grifo meu).
- (4) Indefiro o pedido, **POSTO QUE** a Justiça Gratuita não se estende para outro processo. (DJE/TJMG, 2016, p. 237, grifo meu).
- (5) Indefiro o pedido de vista dos autos, fora de cartório, formulado à f. 403, pela Apelante, **VEZ QUE** o processo já se encontra incluído em pauta de julgamentos. (DJE/TJMG, 2016, p. 375, grifo meu).

Essas variantes são consideradas não padrão, em primeiro lugar, porque as expressões EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE não são mencionadas como espécie de CLC causal em nenhuma das GTs consultadas. Além disso, em obra dedicada ao uso da língua portuguesa no Brasil, Neves (2011) fornece exemplos de locuções conjuntivas causais que não constam das GTs consultadas – *dado que, tanto mais que, por isso que e por causa que* – sem qualquer referência às expressões EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE.

As variantes causais EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE também são consideradas não padrão porque as locuções EIS QUE e VEZ QUE, com sentido causal, estão ausentes dos dicionários de Ferreira (2010) e de Houaiss (2009), enquanto a locução POSTO QUE com sentido causal é citada apenas nesta última publicação, mesmo assim, como regionalismo do Brasil, de uso informal, com a observação de que seu emprego como causal é rejeitado pelos gramáticos.

As variantes EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE são ainda consideradas não padrão porque seu uso como conectivos causais é contraindicado em várias publicações sobre o português do Brasil.

²² Ressalta-se que existem outras variantes não padrão de <conectivos causais>, como *tendo em vista que e haja vista que*.

Em Almeida (2003), por exemplo, reconhece-se a existência das expressões EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE como causais, mas não se concede abono a seu uso. De acordo com esse autor (ALMEIDA, 2003, p. 163-164), EIS QUE causal é uma expressão criada por algum jurista e imitada por outros, à qual “falta a justificação etimológica e o cunho da tradição”. Sobre a expressão POSTO QUE, Almeida (2003, p. 432) limita-se a asseverar que se trata de “locução conjuntiva de sentido concessivo, e não causal”, e que ela significa *ainda que, bem que, embora, apesar de*. Com relação a VEZ QUE, Almeida (2003, p. 597) afirma que não há justificativa para o emprego dessa locução no lugar de *uma vez que*, destacando que esta forma, sim, está presente nos “dicionários insuperáveis” de Laudelino Freire e de Caldas Aulete.

Arruda (1996, p. 108/109), em publicação dedicada à “linguagem do juiz”, recomenda que se evite “o uso errôneo” das locuções EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE. Sobre a primeira, menciona que “não se deve usar como conjunção”; sobre a segunda, afirma que é “conjunção concessiva, que não deve ser usada como causal”; sobre a última, informa que “nenhum dicionário ou gramática [a] registram”.

Soares (1995) também se opõe ao uso de EIS QUE como locução causal. Com relação a POSTO QUE, informa que “é locução concessiva, equivalente a *embora, ainda que*, e não causal nem explicativa. Erra-se comumente ao empregar *posto que* com o sentido de *porque, visto que, visto como*” (SOARES, 1995, p. 132, grifos do autor).

Sacconi (2011, p. 347), por sua vez, afirma que EIS QUE, como locução conjuntiva, não existe, embora haja quem a use em substituição a *porque*, “principalmente advogados mal-informados”. Com relação a POSTO QUE, Sacconi (2011, p. 346, grifos do autor) assevera que não pode ser usada por *porque*, menciona que há quem use essa locução “só porque a acha elegante ou um tanto ou quanto sofisticada”, e afirma que “elegante, sim, mas por **embora**, sempre por **embora**”. Abaixo, reproduzem-se exemplos desse autor:

(31) Viajei, **posto que** chovesse. (SACCONI, 2011, p. 346, grifo do autor).

(32) Não viajei, “**posto que**” choveu. (SACCONI, 2011, p. 346, grifos do autor).

De acordo com Sacconi (2011), em (31), POSTO QUE equivale a *embora*, tendo, portanto, valor concessivo. Segundo esse autor, em (32), o uso de POSTO QUE é indevido, pois a locução não pode ser usada no lugar de *porque*.

Registre-se, ainda, que as variantes causais EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE, além de não padrão, são consideradas inovadoras, principalmente porque o sentido de

conjunção causal não é encontrado nas primeiras ocorrências das formas em questão no *Corpus do Português* (DAVIES; FERREIRA, 2016).

Como o uso das locuções EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE é considerado não padrão e inovador, não haveria lógica em verificar se elas atendem às condições de *legitimação em gramática* e de *legitimação em dicionários*, requisitos que foram observados com relação às variantes padrão, conforme explanado nas subseções 2.2.2.1 e 2.2.2.2. Afinal, entre outros motivos, acima expostos, é por não estarem legitimadas em gramáticas e em dicionários que as locuções EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE são consideradas não padrão.

2.2.4 EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE: indícios de gramaticalização

Nesta subseção, levantam-se alguns aspectos linguísticos relacionados a EIS QUE, a POSTO QUE e a VEZ QUE, a fim de compreender o que teria ocorrido para que essas formas se constituíssem variantes de conectivos causais.

Hipotetiza-se que essas três locuções conjuntivas resultem de processos de gramaticalização e, embora não seja possível, nos limites desta pesquisa, investigar rigorosamente as trajetórias que ensejaram o emprego desses itens como variantes causais, pretende-se abordar alguns elementos relativos a esses processos.

De acordo com Hopper e Traugott (2003), *gramaticalização* é o processo pelo qual itens lexicais e construções passam a desempenhar, em determinados contextos linguísticos, funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, passam a exercer novas funções gramaticais²³.

Segundo Coelho e Vitral (2010, p. 79), consideram-se como *lexicais* os itens “de conteúdo”, isto é, as palavras que se usam para designar “coisas, ações e qualidade ou, numa fórmula mais cômoda, entidades do universo biopsicossocial”. São chamados de *gramaticais* os itens “funcionais”, ou seja, as palavras que “desempenham um papel estruturador na língua, estabelecendo relações entre palavras e entre orações ou referindo-se aos participantes e entidades do discurso, posicionando-se em relação a eles”.

²³ Em textos de vários autores que não serão apresentados nesta dissertação, encontram-se abrangentes estudos e discussões acerca do conceito e dos mecanismos da *gramaticalização*.

A partir desses conceitos, considera-se que as expressões EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE, usadas como locuções conjuntivas causais, ou seja, como itens funcionais, provavelmente sejam formas advindas de itens lexicais, que alcançaram aquele estatuto mediante processos de gramaticalização.

Na subseção 2.2.4.1, mencionam-se controvérsias sobre a classificação gramatical e sobre a etimologia de *eis*, e faz-se alusão à gramaticalização que teria resultado em EIS QUE como conectivo causal. Em seguida, na subseção 2.2.4.2, apresentam-se algumas informações acerca da variante causal POSTO QUE. Por fim, na subseção 2.2.4.3, examinam-se alguns mecanismos atuantes na gramaticalização que podem estar associados ao uso do item VEZ QUE como variante de locução conjuntiva causal.

2.2.4.1 EIS QUE

Nesta subseção, pretende-se demonstrar que sobre a palavra *eis* recaem controvérsias quanto à sua classificação gramatical (“advérbio” *versus* “palavra de classificação à parte”) e quanto à sua origem (de *haveis* ou de *ecce*). Apesar dessas indefinições, ao final da subseção mencionam-se elementos que acenam à possibilidade de que a variante causal EIS QUE seja resultado de processo de gramaticalização.

Cunha e Cintra (1985, p. 540) mencionam que a palavra *eis* denota “designação” e se classifica como “certas palavras, por vezes enquadradas impropriamente entre os advérbios, [que] passaram a ter, com a Nomenclatura Gramatical Brasileira, classificação à parte, mas sem nome especial”²⁴. Esses autores assim justificam a exclusão dessas palavras da classe dos advérbios:

Como vemos, tais palavras não devem ser incluídas entre os advérbios. Não modificam o verbo, nem o adjetivo, nem outro advérbio. São por vezes de classificação extremamente difícil. Por isso, na análise, convém dizer apenas: “palavra ou locução denotadora de exclusão, de realce, de retificação”, etc. (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 541).

²⁴ Além de *eis*, que denota “designação”, Cunha e Cintra (1985, p. 540-541, grifos dos autores) mencionam que “as palavras de classificação à parte” podem denotar inclusão (*até, inclusive, mesmo, também, etc.*), exclusão (*apenas, salvo, senão, só, somente, etc.*), realce (*cá, lá, é que, só, etc.*), retificação (*aliás, ou antes, isto é, ou melhor, etc.*), situação (*afinal, agora, então, mas, etc.*). Apresentam, contudo, a seguinte ressalva: “A Nomenclatura Gramatical Brasileira admite a existência dos ADVÉRBIOS DE EXCLUSÃO e DE INCLUSÃO e considera ADVÉRBIOS DE ORAÇÃO o que denominamos PALAVRAS DENOTATIVAS DE SITUAÇÃO”.

Diferentemente do que consta em Cunha e Cintra (1985), três dicionários (FERREIRA, 2010; HOUAISS, 2009; WEISZFLOG, 1998) informam que a palavra *eis* é **advérbio** e tem as acepções relacionadas no Quadro 3, abaixo:

QUADRO 3 – Acepções da palavra *eis* em dicionários de português contemporâneo

DICIONÁRIO	SIGNIFICADO	ABONAÇÃO OU EXEMPLO
Ferreira	Aqui está	“Depois abre uma porta: <u>eis</u> a cama do filho.” (Ribeiro Couto, <i>Poesias Reunidas</i> , p. 32) ²⁵
Houaiss	Aqui está Veja	<i>Quanto às últimas novas, ei-las aqui minuciadas. Tantos anos depois, eis-nos envelhecidos e enfraquecidos.</i>
Michaelis	Aqui está Aqui tendes Vede	<i>Eis o homem. Eis-me aqui.</i>

Fontes: Elaborado pelo autor a partir de Ferreira (2010), de Houaiss (2009) e de Weiszflog (1998).

Weiszflog (1998, p. 767) informa que *eis* tem “força de verbo vindo a pessoa ou coisa designada como se fosse objeto direto”. Informa, ainda, que *eis* “aparece frequentemente reforçado” como em “*eis aqui, eis aí, eis ali, eis que, eis senão que, eis senão quando*”. Essas informações não constam dos outros dois dicionários, exceto a informação referente a *eis senão quando*, que significa, “quando menos se esperava; subitamente, repentinamente” (FERREIRA, 2010), ou seja, “de modo súbito; inesperadamente” (HOUAISS, 2009).

Entre os três dicionários mencionados, observa-se diferença com relação à etimologia da palavra *eis*: em Ferreira (2010) e em Houaiss (2009), consta “origem incerta” e “origem controversa”, respectivamente; em Weiszflog (1998), há menção da forma latina *ecce*.

Em consulta ao *Dicionário latino-português*, encontra-se *ecce* assim traduzido e caracterizado:

[...] **ecce**, (partícula demonstrativa), adv. Eis, eis aí, eis aqui, eis que (Cíc. At. 13, 16, 1). Obs.: Na língua da conversação, no período arcaico, aparece frequentemente ligado aos demonstrativos: **eccillum**, **eccilla**, **eccistam**, etc. Em Cícero vem sempre acompanhado de nom. (FARIA, 2003, p. 335, grifos do autor).

²⁵ Em Ferreira (2010), as informações relativas à abonação consistem tão somente de autor, de título e de número de página.

Por meio de dicionários especializados em etimologia, também não é possível estabelecer com precisão a origem da palavra *eis*. Comparem-se, a propósito, os verbetes extraídos de Cunha (2007) e de Bueno (1974):

eis *adv.* ‘aqui está’ | *ex* XIV | De origem incerta, talvez forma evolutiva do lat. *ex*. (CUNHA, 2007, p. 286, grifos do autor).

Eis – *adv.* Aqui está. É forma verbal *eis*, abreviação de *haveis*, usada adverbialmente. (BUENO, 1974, p. 1.064, grifos do autor).

Além de as informações dos dois etimologistas não coincidirem, é digno de nota o fato de que *ex* em latim tem vários significados, e Cunha (2007) não menciona com qual(is) deles *eis* estaria relacionado. Confirmam-se, a seguir, os diversos sentidos de *ex* na língua latina:

Ex, ē, ec, prep. e prevérbio. I – Indica ponto de partida (sent. local): 1) Do interior de, de (com idéia de movimento de dentro para fora). Com verbos que significam sair, expulsar, tirar, como: **exire** (sair de), **deducere** (levar, retirar), **aufferre** (retirar), **tollere**, etc. (Cés. B. Gal. 4, 30, 3). 2) De, procedente de (idéia de origem) (Cés. B. Gal. 5, 13, 1). 3) Da parte de, de entre, do número de, entre (idéia partitiva) (Cíc. De Or. 2, 357). II – Daí: 4) De, desde, a partir de (sent. temporal) (Cíc. Rep. 1, 25). 5) Em seguida a, logo depois de (Cíc. Br. 318). 6) Em virtude de, por causa de, por (sent. causal) (Cíc. Of. 3, 99). 7) Conforme, segundo (Cíc. Clu. 177). 8) De, feito de (indicando a matéria de que uma coisa é feita) (Cíc. Verr. 2, 50). 9) Em locuções: **ex lege** (Cíc. Clu. 103) “conforme a lei, legalmente”; **ex consuetudine** (Cíc. Clu. 38) “segundo o costume”; **ex itinere** (Cíc. Fam. 3, 9, 1) “pelo caminho, no caminho”; **ex eo** (Tác An. 12, 7) “a partir deste momento”; **ex insidiis** (Cíc. Of. 2, 26) “à traição”. Obs.: I – Como prevérbio **ex**: 1) É constante antes de vogal e de consoantes: **examinare**, **extollere**. 2) Toma a forma **ec** antes de **f**: **ecferre** (= **efferre**, com assimilação do **c** do prevérbio). 3) Toma a forma **e** antes de **b, d, g, l, m, n, r, “i” consoante e “u” consoante**: **egredi**, **eligere**, **emittere**. 4) Subsiste antes de **s, c, qu**: **exsequi**, **excutere**, **exquirere**. 5) **e** ou **ex** antes de **p**: **expers**. II – Na composição **ex** designa: 1) Idéia de saída (**exire** sair de), algumas vezes com idéia accessória de baixo para cima: **extollere**, elevar, levantar. 2) Idéia de ausência, privação: **expers**, que não tem parte em, falta de. 3) Idéia de acabamento: **ebibere**, beber até o fim, esvaziar. Neste emprêgo a força do prevérbio é, muitas vezes, enfraquecida e o composto tem o mesmo sentido que o simples: **vincio** e **evincio**, cingir, ligar, atar. 4) Serve para reforçar formas adverbiais: **exadversus** (*adv.*), “defronte de, em frente a”. Como preposição, o emprêgo de **ex** obedece às mesmas regras enumeradas para o emprêgo de **ex** prevérbio, sendo porém, de se notar que são estas menos estritas, sendo a forma **ex** a preferida na língua falada e **e** de uso corrente na língua escrita. (FARIA, 2003, p. 363-364, grifos do autor).

A dúvida quanto à origem de *eis* persiste quando se buscam informações em gramáticos e em estudiosos da língua portuguesa. Cegalla (2007, p. 144, grifos do autor) afirma que essa palavra tem origem incerta e que “talvez provenha de *heis* (por *haveis*) ou do lat. *ecce*”. Nunes (1975) acredita na primeira possibilidade, enquanto Ribeiro (1950) e Sacconi (1984) defendem que a palavra provenha do latim *ecce*.

Nunes (1975, p. 346-347, grifos do autor) assim se refere a *eis*:

O advérbio latino *ecce*, que tem sido dado para étimo deste [*eis*] (V. Morais s. v.), se convém pelo sentido, é repellido pela fonética; também não pode ser explicado pelo espanhol *he*, de igual significação, cuja forma mais antiga foi *fe*, ao passo que o nosso sempre assim se escreveu ou *ex* [...]; deve, segundo penso, ser a 2ª pessoa do plural do indicativo presente do verbo *haver* (antes *aver*) na sua forma encurtada; o emprego dessa pessoa, em vez do imperativo, como era de esperar, não é sem exemplo: cf. na antiga língua *treides* na *Rev. Lus.* vol. III, 189, e na moderna *Os Lusíadas*, VII, estâncias 4 e 5. (*Vede-los alemães, vede-lo duro inglês*), e o autor da *Eufrosina* (*vedes ahi carta de Crisandor, 233; veis ahi um vintém pera pão, 47*). Com sentido igual a *eis* possuía a língua antiga e ainda mantém a popular de hoje a forma *aque*, que Carolina Michaëlis de Vasconcelos [...] faz vir de *ecce*, influído por ataque.

Sacconi (1984) apresenta entendimento diferente do que consta do verbete acima. Ele explica a proveniência de *eis* conforme se segue:

O elemento *eis*, que muitos consideram palavra denotativa de designação ou redução de *haveis*, provém, na realidade de *ecce*, elemento que já no próprio latim vinha às vezes seguido de acusativo: *Ecce me nulum* = Eis-me acabado. Normalmente, contudo, aparecia com nominativo: *Ecce homo* = Eis o homem. Em português, como invariavelmente aparece com objeto direto, julgamos melhor doutrina considerá-lo um elemento de força verbal transitiva direta. Assim, para efeito de análise, temos em *Eis a oportunidade que aguardávamos*, um período composto, sendo *a oportunidade* um objeto direto. Neste outro período, agora simples: *Ei-lo alegre e satisfeito*, vemos um objeto direto (*lo*) e dois predicativos do objeto (*alegre e satisfeito*). (SACCONI, 1984, p. 294-295, grifos do autor).

De acordo com Ribeiro (1950, p. 476, grifos do autor), “o vocabulo *eis* do latim *ecce*, classificado geralmente pelos gramaticos entre os *adverbios*, não se deve considerar incluído nessa categoria senão como uma proposição incompleta, *implicita* ou *contracta*”. Assim, segundo esse autor, as expressões *eis-me*, *eil-o*, *eil-os*, *eil-as* significam *vós me vedes*, *me tendes*, *me haveis* ou *heis aqui*; *vós o vedes*, *o tendes*, *o haveis* ou *heis aqui*; *vós os vedes*, *os tendes*, *os haveis* ou *heis aqui*; *vós as vedes*, *as tendes*, *as haveis* ou *heis aqui*; etc.

Almeida (1952, p. 267, grifos do autor) menciona que *eis* “tem força de verbo e rege acusativo”. Afirma que, em “Eis o homem”, tem-se *o homem* como objeto direto, e acrescenta que é por essa razão que “se diz *ei-lo, eis-nos*, com pronome oblíquo”.

Nascimento (1992) parece ter atentado para algo além da etimologia de *eis*. Ele apresenta de forma sinóptica um possível percurso que teria levado a palavra *eis* a ser usada na locução EIS QUE como variante de conectivo causal. Abaixo, reproduz-se o entendimento desse autor:

O EIS é tradução de ECCE, advérbio latino que se verte para o vernáculo nas expressões “eis aqui, eis que (adv.), de improviso, de repente” e só este uso é Português de lei. É castigo o uso de EIS QUE como advérbio, como, v. g., “Íamos partir, mas EIS QUE vem a chuva”. Já em latim era usado ECCE junto a conjunções. Ex.: ECCE AUTEM ou SEC ECCE que se verte por “eis porém”, “mas eis”, “mas eis que”, “quando de repente”. Ora, basta-nos verificar nesta última frase exemplificativa que a expressão EIS QUE é advérbio e jamais poderia ser conjunção causal depois da adversativa “mas”. **Certamente, foi o uso de EIS QUE como advérbio e a presença do QUE formador de tantas conjunções que conduziu ao engano de empregá-lo como causal.** (NASCIMENTO, 1992, p. 131-132, grifos meu e do autor).

Vale lembrar que autores como Bueno (1974) e como Nunes (1975) não comungam a lição de Nascimento (1992) de que *ecce* é étimo latino de *eis*. Além disso, Cunha e Cintra (1985), seguindo a Nomenclatura Gramatical Brasileira, classificam *eis* como palavra denotadora de designação, não como advérbio.

Quando se trata de linguagem, geralmente todo “engano” corresponde a fenômeno que pode ser examinado e muitas vezes explicado pela linguística. Assim, ao relacionar o emprego de EIS QUE em sentido causal com o item *eis* e com o “advérbio” *eis que*, Nascimento (1992) suscita um possível objeto de pesquisa: o processo de gramaticalização que resultou no uso de EIS QUE como locução conjuntiva causal.

Observa-se que, em consonância com Cunha (2007), as primeiras ocorrências de *eis* no *Corpus do Português* datam do século XIV, quando esse item era representado graficamente pela variante *ex*, conforme exemplos que se seguem:

- (33) Homëes boos, bem creio que avedes ouvydo as condições que som postas antre el rey de França e mÿ e em como avyamos de aver batalha em este campo oje ã este dya. E, por que vos outros desto sejades certos, **ex** as cartas da postura que he antre nos. (Título: *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Data: século XIV, grifo meu).

- (34) Mercee, conde senhor, doeevos do nosso mal! **Ex** aquy hûu filho que nos Deus deu! (Título: *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Data: século XIV, grifo meu).
- (35) E veo hy a elle con seis centos cavaleiros e disse: – **Ex** nos aquy en vossa prison. Mandaame prender. (Título: *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Data: século XIV, grifo meu).
- (36) E fio em Deus que, aquellas suas trôbas e atambores, ante vós os faça tanger. O Cide, estando ã esto fallando, **ex que** os mouros entravã ênas ortas muy ryjamète. (Título: *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Data: século XIV, grifo meu).

No século XV, paralelamente à forma gráfica *ex*, passa-se a usar a variante gráfica *eis*, conforme ocorrências que se seguem, também extraídas do *Corpus do Português*:

- (37) E naquelle tepo entrãdo Jhesu andaua por jerico. & **eis** huû homem chamado zacheo que era principal dos pubricos pecadores. (Título: *Euangelhos e epistolas con suas exposições en romãce*. Autor: Gonçalo Garcia de Santa Maria. Data: 1497, grifo meu).
- (38) O boõ criado pois que no pouco foste leal: eu te farey assistente de dez çidades. Ueeo outro dizendo senhor teu marco ganhou çinquo marcos. E disse a este. E tu seeras sobre çinquo çidades E outro veo dizendo. Senhor **eis** aquy teu marco que tẽnho guardado ã hum panno [...]. (Título: *Euangelhos e epistolas con suas exposições en romãce*. Autor: Gonçalo Garcia de Santa Maria. Data: 1497, grifo meu).
- (39) E tardando o esposo todas vijndolhes grande sonno adormeçerõse. E aameea noyte sentiram vozes **eis que** o esposo veë saij o a receber emtõ alleuantarõ se todas & corregerom suas lâpadas. (Título: *Euangelhos e epistolas con suas exposições en romãce*. Autor: Gonçalo Garcia de Santa Maria. Data: 1497, grifo meu).

Nota-se que tanto a forma *ex* quanto a variante gráfica *eis*, nas mais antigas ocorrências registradas no *Corpus do Português*, que datam dos séculos XIV e XV, parecem ser usadas para designação, seguindo o padrão *eis + sintagma nominal*, com a possibilidade de interposição de palavra entre o primeiro elemento e o sintagma nominal, como em (34) e em (38), em que o advérbio *aqy* parece reforçar o sentido de *ex* e de *eis*.

Observa-se, também, nos séculos XIV e XV, o uso de *ex que* ou de *eis que*, como em (36) e em (39) respectivamente, expressões que parecem ter sentido adverbial correspondente a *subitamente*, *inesperadamente*.

Nos registros relativos aos séculos XIV e XV, não foi encontrada a locução EIS QUE empregada como locução conjuntiva causal. As ocorrências referem-se aos itens *ex* ou *eis* usados em sentido designativo, bem como a *ex que* ou *eis que* empregados em sentido adverbial.

Nos arquivos do século XX, observam-se ocorrências de EIS QUE como variante de conectivo causal no *Corpus do Português*, como em (40) e em (41):

- (40) Concluiu requerendo que fosse utilizado o juízo de retratação ou, caso contrário, a reforma da decisão pelo Plenário da Casa. Mantive a decisão agravada. [...] Conhece-se do agravo, **eis que** interposto na melhor forma regimental. (Título: *ACÓRDÃO nº 23.048*. Data: século XX, grifo meu).
- (41) Tenho motivos altruísticos para recusar a doar meus órgãos irresponsavelmente. Segundo maledicentes, meu fígado deveria ser legado a ciência, com que até não tenho moral para discordar com muita veemência, mas, quanto ao resto, faço objeções, **eis que** o estado geral de meus órgãos não me parece capaz de passar por um controle de qualidade medianamente rigoroso. Não quero matar ninguém, muito menos depois de morto. (Título: *Há um rouborgao em nosso futuro*. Data: 23/2/1997, grifo meu).

Observa-se que, em (40), em (41), assim como em todas as ocorrências do *Corpus do Português* e dos *corpora* da presente pesquisa nas quais EIS QUE é empregada como variante de conectivo causal, ela tem posição definida no período (após a oração principal), e não há interposição de palavras entre os componentes *eis* e *que*. Além disso, não foi encontrada, no *Corpus do Português* nem nos conjuntos de textos examinados nesta pesquisa, ocorrência de EIS QUE como locução conjuntiva causal em que ela seja empregada junto com outro conectivo.

A expressão *eis que*, usada em sentido adverbial, foi observada, no *Corpus do Português*, não somente no meio de período, mas também no início de período, conforme exemplo (42). Além disso, foram observadas, no *Corpus do Português*, ocorrências em que a locução se junta com conjunções como *e* e *mas*, conforme exemplo (43). Finalmente, ainda no *Corpus do Português*, encontraram-se ocorrências em que há inserção de palavra entre *eis* e *que*, como no exemplo (44):

- (42) Ainda combatida pelo sofrimento, a voz frágil, gritou: – Matu! Matu! **Eis que** as águas se fenderam, e algo cortou a superfície do lago. (Título: *Os Rios Inumeráveis*. Autor: Alvaro Cardoso Gomes. Data: 1997, grifo meu).

- (43) Fez gravemente a pergunta: – Bom? Cristina tomou mais uma colherada, como a certificar-se de seu gosto: – Bom! Muito bom! Aimbé riu desafogado. **Mas eis que** lá dentro, do longo corredor escuro que conduz à cozinha aberta, rebentam gritos, gritos humanos em algazarra, nasalados, em torrentes de palavras que não se entendem. (Título: *O Galo de Ouro*. Autor: Rachel de Queiroz. Data: 1985, grifo meu).
- (44) Sempre fora um moço pacato, sem impulsos fortes, habituado a obedecer à mãe, aos costumes, da casa e aos deveres da repartição onde trabalhava, muito escravo da rotina e finalmente feliz nesse calmo torpor da sua vida. **Eis contudo que** essa moreninha pálida, um pouco zombeteira, o fora pouco a pouco interessando e em suma empolgando [...]. (Título: *A Luta*. Autor: Emília Moncorvo Bandeira de Melo. Data: 1911, grifo meu).

A distinção entre as primeiras ocorrências da expressão *eis que*, nos séculos XIV e XV, e as ocorrências do item EIS QUE empregado como variante de conectivo causal no século XX, está sintetizada no Quadro 4:

QUADRO 4 – *eis que* nos séculos XIV e XV versus EIS QUE no século XX

FATOR		<i>eis que</i> ⁽¹⁾ SÉCULOS XIV e XV	EIS QUE SÉCULO XX
Semântico		<i>subitamente,</i> <i>inesperadamente</i> (advérbio)	sentido causal (conectivo)
Sintático	Posição no período	variável	fixa (após oração principal)
	Interposição de termos	com ou sem interposição de termos entre <i>eis</i> e <i>que</i>	sem interposição de termos entre <i>EIS</i> e <i>QUE</i>
	Coocorrência com conjunção (ex: <i>mas</i> , <i>e</i>)	com ou sem coocorrência	sem coocorrência

Nota: ⁽¹⁾ Também ocorre no século XX.

As limitações sintáticas que caracterizam EIS QUE como variante de conectivo causal no século XX provavelmente estão relacionadas ao fato de ser essa locução conjuntiva um item *gramatical* ou *funcional*, no sentido que Coelho e Vitral (2010) atribuíram a esses termos. Assim, certamente como decorrência do processo de gramaticalização, ocorreu fixação sintática relativamente a essa variante causal, cujo emprego se pauta pelas seguintes condições: posição depois da oração principal, não inserção de palavras entre os componentes *EIS* e *QUE*, não ocorrência dessa locução conjuntiva causal junto com outro conectivo.

2.2.4.2 POSTO QUE

Por meio do levantamento bibliográfico realizado para esta dissertação, constatou-se que, das três variantes inovadoras de conectivos causais investigadas neste trabalho, **POSTO QUE** é a única que já foi objeto de estudo sob a ótica da gramaticalização.

Apresentam-se, a seguir, os principais pontos que foram levantados por Barreto (1999), por Amorim (2017) e por Said Ali (1965), sobre as possíveis origens desse conectivo.

De acordo com Barreto (1999 citada por AMORIM, 2017), a gramaticalização de **POSTO QUE**, ocorrida no século XV²⁶, resultou da recategorização segundo o modelo *verbo + conjunção > conjunção*, viabilizada por reanálise:

A forma do particípio passado do verbo *pôr*, *posto*, inicialmente, seguida de uma oração substantiva subjetiva, introduzida por uma conjunção integrante *que*, após a reanálise do período, reuniu-se à conjunção, dando origem a uma conjunção concessiva. (BARRETO, 1999, p. 367 *apud* AMORIM, 2017, grifos da autora).

Tal entendimento, acrescido da informação de que, no *corpus* examinado por Barreto (1999 *apud* AMORIM, 2017), assim como no *corpus* estudado por Amorim (2017), o sentido causal do conectivo *posto que* é detectado no século XVII, possibilita que se delineie o percurso de gramaticalização desse item, conforme Figura 1:

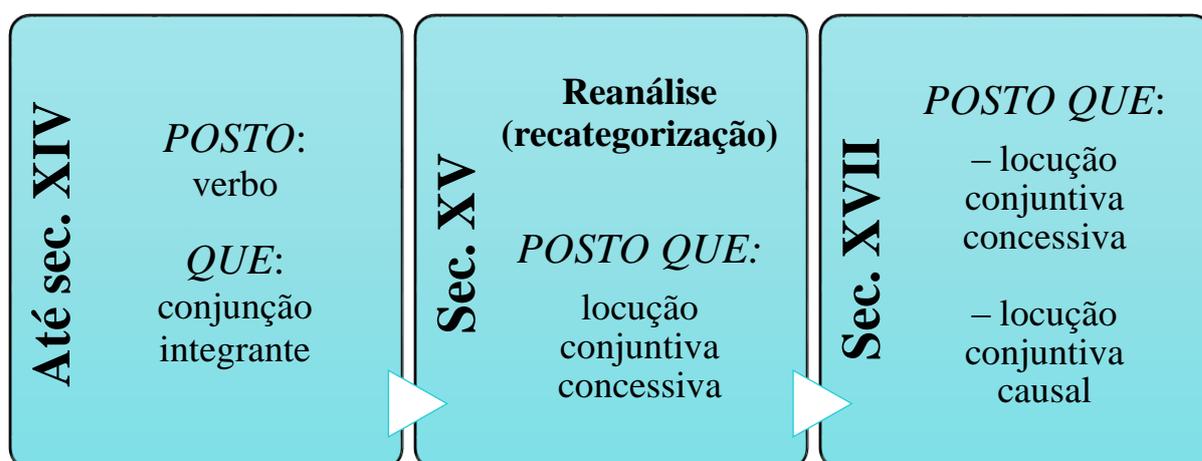


FIGURA 1 – Gramaticalização de *posto que*

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Barreto (1999 *apud* AMORIM, 2017) e de Amorim (2017).

²⁶ Ressalta-se que, no *Corpus do Português*, se encontra *posto que* empregado como conectivo concessivo antes do século XV, conforme exemplo (53), adiante, nesta dissertação, extraído de texto do século XIV.

Amorim (2017) ressalta, no entanto, que faltam dados, na argumentação de Barreto (1999), que demonstrem contexto favorável à reanálise que teria vinculado os itens *posto* e *que*, os quais perderam, em alguns contextos, a condição de verbo e de conjunção integrante, respectivamente, passando a compor a locução conjuntiva *posto que*.

Amorim (2017) assevera que tampouco identificou, no *corpus* da pesquisa por ele mesmo realizada, ocorrência na qual *posto que* forma oração matriz em que se encaixa oração subjetiva, por isso afirma que talvez a gramaticalização desse conectivo não se relacione com reanálise.

Said Ali (1965, p. 222) menciona que participios como *dado*, *posto* e *admitido* eram usados em construções do ablativo absoluto²⁷ em latim para exprimirem relações circunstanciais, entre elas, concessão e hipótese. Segundo esse autor, “perdura nestes participios geralmente o sentido próprio do verbo; *pôsto* entretanto ligou-se semanticamente à partícula, produzindo a conjunção concessiva *pôsto que*” (SAID ALI, 1965, p. 222, grifos do autor).

A partir dessas informações, Amorim (2017, p. 179, grifo do autor) considera a seguinte hipótese de surgimento de *posto que* como conectivo:

[...] pode-se supor que os sentidos de *posto que* representem uma persistência de usos latinos da sua base lexical.

No português, esses sentidos podem ter sido reativados por motivações discursivas. No caso do sentido concessivo, [...] essa motivação é representada pelo uso de *posto (que)* em sentenças negativas ou em segmentos precedidos de sentença negativa, contexto geralmente adversativo favorável à leitura de concessão [...]. A reativação do sentido causal, por sua vez, tem como motivação o emprego de *posto que* em sentenças com verbo no indicativo.

Ressalte-se que a ligação entre o surgimento do sentido causal de *posto que* e o fato de ele se conectar a orações com verbo no indicativo também foi observada por Barreto (1999 citada por AMORIM, 2017).

Mencione-se, a propósito, que, no português do Brasil atual, segundo Neves (2011, p. 818), as orações causais geralmente têm o verbo no indicativo, que “é o modo votado para expressar causa, já que a expressão da causa constitui uma proposição com certo grau de certeza”.

²⁷ Amorim (2017, p. 179, grifo do autor) lembra que o “ablativo absoluto representa construções comparáveis ao que tradicionalmente se considera uma oração adverbial reduzida de participio; ‘**Terminada a festa**, todos tivemos que fazer a limpeza do salão’”.

Percebe-se que há controvérsias em relação à evolução que resultou na locução conjuntiva *posto que*: de um lado, entende-se que tal locução tenha provindo da recategorização, mediante reanálise, das formas *posto* (verbo) e *que* (conjunção integrante); de outro lado, hipotetiza-se que motivações discursivas teriam ensejado a reativação de sentidos circunstanciais relacionados ao ablativo absoluto do latim.

De qualquer forma, é fato incontestável que ao item *posto* (verbo), empregado como elemento lexical, de conteúdo, contrapõem-se os conectivos *posto* (conjunção) e *posto que* (locução conjuntiva), que se incluem em categoria gramatical ou funcional. No primeiro caso, como forma verbal de participípio, *posto* flexiona-se, de acordo com o contexto, em número e em gênero, como demonstram os exemplos (45) a (52), que se seguem, extraídos do *Corpus do Português*; no segundo caso, como conjunção ou como componente de locução conjuntiva, *posto* é palavra invariável, como atestam os exemplos (53) a (56), também colhidos no *Corpus do Português*:

- (45) E se ha hũa das partes ñ quis uijr ao prazo que lhy for **posto** a ouuir seu juizo ñõno leixe poren de dar ou dé a sentença de dia e ñõ de noyte e seyã y omes boos quando der deante o juyzo per que se possa prouar se for mester. (Título: *Afonso X. Foro Real*. Data: [1280?], grifo meu).
- (46) As cinzas foram junto com o primeiro satélite totalmente desenhado e construído pela Espanha, o Minisat. Ele foi **posto** em órbita pelo foguete Pegassus, que voou até uma altura de 11.500 metros. O "enterro" cósmico foi realizado por uma funerária americana. (Título: *Satélite faz primeiro funeral cósmico*. Data: 21 abr. 1997, grifo meu).
- (47) [...] stabellecemos que enas cidades e enas uillas todas seyan **postos** escriuaos ppublicos que chamen taballioes iurados, per mãdado dal rey ou de què el mandar e ñõ per outrè ou de senhor que for da terra. (Título: *Afonso X. Foro Real*. Data: [1280?], grifo meu).
- (48) Morto, os objetos que lhe pertenceram foram **postos** de quarentena, até que se apagou o pavor do mal de que sucumbiu. (Título: *O braço direito*. Autor: Otto Lara Rende. Data: 1963, grifo meu).
- (49) E o uendedor tornelhi o preço e peytelhy a pëa que foy **posta** ena uenda. (Título: *Afonso X. Foro Real*. Data: [1280?], grifo meu).
- (50) **Posta** de lado a possibilidade de Portas entrar na « corrida » eleitoral, o social-democrata António Morgado tem, assim, uma maior margem de manobra e mais hipóteses de manter a votação do PSD conquistada há quatro anos pelo PSD e assegurar os três vereadores. (Título: *PP sem portas*. Data: 14 ago. 1997, grifo meu).

- (51) E assy as outras deffensões ñõ rematam a demanda, mays alongã o juyzo, assy como quando disser que é forçado ou que á juyz sospeyto ou outras cousas semellauees. E estas deuẽ seer **postas** ante que o preyto seya começado... por tal deffensõ se se quiser deffender, ñõ possa senõ se acaecer depoy da resposta ca entõ bena pode parar ante sy. (Título: *Afonso X. Foro Real*. Data: [1280?], grifo meu).
- (52) **Postas** perante a indiferença masculina, sem ninguém capaz de as perseguir e as excitar, as Levadeiras decidiram-se a partir e a buscar o martírio noutro lado. (Título: *Insânia*. Autor: Hélia Correia. Data: 1996, grifo meu).
- (53) Renuçyou todos os direitos cijuyz e canonjcos lex costumes stormentos priuylegyos que ouesse ou podese auer cõtra a dita doaçom que ñõ venha ñẽ posa vyyr contra ela em juizo ñẽ forra de juizo & **posto que** vena ou queyra vyír que nom seia ouuyda ñẽ Reçebuda ñẽ lhij valha. (Título: *Documentos do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*. Autor: Notários. Data: século XIV, grifo meu).
- (54) **Posto** fosse tarde, o sono teimava em fugir-lhe, e ele velou até muito além da meia-noite. (Título: *Helena*. Autor: Machado de Assis. Data: século XIX, grifo meu).
- (55) **Posto que** religioso e a Deus consagrado fosse, conhecia um pouco das artes militares; assim, então me não foi difícil domesticar a horda de negros que passou a ter o comportamento duma tropa regular. (Título: *Os rios inumeráveis*. Autor: Álvaro Cardoso Gomes. Data: 1997, grifo meu).
- (56) A Terminologia cumpre um importante papel no mundo moderno, repleto de inovações científico-tecnológicas, **posto que** esses avanços científicos e tecnológicos precisam ter nomes, e nomes apropriados. (Título: *Segmentação textual automática em sentenças de documentos em*. Data: séc. XX, grifo meu).

Observa-se, de um lado, que as flexões do verbo *pôr*, item lexical, no participípio, ocorrem tanto no português medieval – exemplos (47), (49) e (51) – quanto no português mais recente, ou seja, do século XX – exemplos (48), (50) e (52). De outro lado, percebe-se que, como item funcional, *posto (que)* é invariável, independentemente da época em que é usado, conforme exemplos (53), (54), (55) e (56).

Além do questionamento quanto ao fenômeno da reanálise, Amorim (2017) menciona que a locução conjuntiva *posto que* seguiu percurso atípico, uma vez que sua semântica concessiva, ocorrida no século XV, antecede sua semântica causal. Lembrando que, segundo esse autor, o sentido causal de *posto que* é detectado, no *corpus* por ele examinado, no século XVII, transcreve-se a seguinte passagem, na qual são mencionados estudos de

Kortmann (1997) e de Longhin e Lopes-Damasio (2014), que aprofundam a observação de que é incomum a trajetória de sentido de *posto que*:

Kortmann (1997), com base em estudo tipológico, mostra que a mudança semântica verificada em conectores adverbiais de diversas línguas europeias se apresenta como diacronicamente direcional. O autor propõe quatro grandes sistemas semântico-cognitivos identificados nos trânsitos de sentido da mudança envolvendo conectores – Tempo, Modo, Lugar e CCCC (causa, condição, contraste e concessão) –, assinalando que, sob o viés diacrônico, essas trajetórias são marcadas por relações polissêmicas que exibem um aumento de complexidade cognitiva.

Nessa perspectiva, conforme também mostra [Longhin e] Lopes-Damasio (2014), no sistema CCCC, a noção de causa é mais básica que a de concessão, sugerindo que, como destacado, a emergência do sentido concessivo seja, em processos de gramaticalização, posterior à do sentido causal. Como se vê, no caso do *posto que*, o movimento é inverso, pois o seu emprego, como conector concessivo, data do século XV, enquanto o sentido causal surge no século XVII. (AMORIM, 2017, p. 178, grifo do autor).

Amorim (2017) salienta que o emprego inovador de POSTO QUE com valor causal não significou que o uso concessivo desse item deixasse de ser produtivo.

Tal afirmação está respaldada por exemplos extraídos do *Corpus do Português*, os quais demonstram que, no português atual, paralelamente à semântica concessiva – exemplo (55) – ocorre o uso de POSTO QUE com sentido causal – exemplo (56).

Essa observação é importante no que se refere à presente pesquisa, pois, como foi dito na subseção 2.2.3, o uso da locução POSTO QUE em sentido causal ainda encontra forte resistência na tradição gramatical, estando legitimado em gramáticas e em dicionários somente seu sentido concessivo.

2.2.4.3 VEZ QUE

Arruda (1996, p. 109), afirma que a locução *vez que* não se encontra registrada em nenhum dicionário ou gramática, e recomenda: “Há que ser ‘uma vez que’.”

Almeida (2003), por seu turno, assevera não ter encontrado justificativa para o emprego de VEZ QUE em substituição a *uma vez que*. As palavras do autor, transcritas a seguir, podem servir de pista para a investigação do processo de gramaticalização por meio do qual o item VEZ QUE passou a ser usado como variante de locução conjuntiva causal:

Não nos foi dado até hoje encontrar justificação para “vez que” em lugar de “uma vez que”. Domingos Vieira, o mais rico dicionário de exemplos de emprego de vocábulos, não traz a expressão causal. Laudelino Freire e Caldas Aulete, dicionários insuperáveis, trazem somente a locução conjuntiva causal “uma vez que”, equivalente a “já que”, “pois que”, “visto que”, “porquanto”: “Podiam sem susto apresentar-se, *uma vez que* confiassem no seu mérito” – “*Uma vez que* o assunto foi examinado...”. (ALMEIDA, 2003, p. 597, grifos do autor).

Depreende-se das citações de Arruda (1996) e de Almeida (2003), que a forma VEZ QUE, usada em sentido causal, tem sido empregada como variante da locução conjuntiva causal *uma vez que*.

Mediante consulta ao *Corpus do Português*, percebe-se que, no século XIII, quando se registram as primeiras ocorrências da palavra *vez*, ela era usada quase exclusivamente como substantivo, ou seja, como item lexical²⁸ (COELHO; VITRAL, 2010), como atestam os seguintes exemplos:

- (57) Tant' andou daquela **vez** que un cavaleiro fez dela namorar. (Título: *Cantigas de Santa Maria 1*. Data: século XIII, grifo meu).
- (58) Non conven aa omagen 1 da Madre do grorfoso... Aquesto todos lo viron. Ond' avêo hũa **vez** que a Virgen gloriosa sobr' esto miragre fez tan grande, que a omagen do demo tal come pez fez tornar en hũa ora 1 mui feo e mui lixoso. (Título: *Cantigas de Santa Maria 2*. Data: século XIII, grifo meu).

Assim, hipotetiza-se que o substantivo *vez*, item lexical, tenha passado a item funcional na locução *uma vez que*. Além disso, parece plausível a hipótese de que VEZ QUE, como locução conjuntiva causal, seja forma reduzida de *uma vez que*, pois é tratada como variante desta última por Arruda (1996) e por Almeida (2003).

Ao discutir o estatuto teórico da gramaticalização, Gonçalves *et al.* (2007) mencionam que, sob a perspectiva da unidirecionalidade, os mecanismos que atuam na gramaticalização acarretam mudanças em diversos níveis de análise: fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático.

Assim, admitida a hipótese de que a variante VEZ QUE se originou de *uma vez que*, é possível reconhecer que nesse processo de gramaticalização a expressão já

²⁸ Em somente uma das 161 ocorrências de *vez*, no século XIII, esse item aparece formando a locução prepositiva *em vez de*.

gramaticalizada *uma vez que* tenha perdido o elemento composicional *uma* e tenha passado à forma VEZ QUE, ocorrendo, portanto, redução morfológica e fonológica.

Além disso, de acordo com Neves (2011), a locução conjuntiva *uma vez que* forma orações que tanto precedem a oração principal quanto a seguem. Então, no nível sintático, essa locução conjuntiva parece sofrer menos restrição do que a variante VEZ QUE, a qual não é usada em posição anterior à oração principal, a julgar pelas suas ocorrências nos *corpora* desta pesquisa.

Observem-se os exemplos abaixo, nos quais *uma vez que* tanto ocorre antes da oração principal, como em (59) e em (60), quanto após a oração principal, como em (61), enquanto VEZ QUE ocorre somente depois da oração principal, como em (62):

- (59) Por fim, **uma vez que** o valor apurado pela Embargante é superior aquele (*sic*) tido como correto apurado pela Contadoria, cumpre-me reconhecer como devido, sob pena de proferir sentença ultra petita, o valor de R\$ 240.110,96, nos estritos termos da planilha apresentada pelo CNPQ às fls. 6/7. (DEJF/2ª REGIÃO, 2017, p. 140, grifo meu).
- (60) **Uma vez que** as crianças passam um terço de seu dia na escola, faz-se necessário que esse tempo seja aproveitado da melhor maneira possível [...] (REVISTA DE ENSINO DE BIOLOGIA DA SBEnBio, 2017, p 70, grifo meu).
- (61) Não ocorreu a omissão suscitada capaz de ensejar a anulação do julgado por violação do art. 535 do CPC **uma vez que** somente quando da oposição dos embargos de declaração o INSS pleiteou a manifestação da Corte de origem sobre o eventual excesso do valor da verba honorária fixada no juízo de primeiro grau. (DEJF/2ª REGIÃO, 2017, p. 490, grifo meu).
- (62) O segundo requisito também se encontra comprovado, **vez que** o falecido era titular de aposentadoria por tempo de contribuição, conforme se verifica do INFBEN de fl. 88. (DEJF/2ª REGIÃO, 2017, p. 1.250, grifo meu).

Com base nas diferenças entre *uma vez que* e VEZ QUE, nos níveis morfológico, fonológico e sintático, conforme apontado acima, pode-se conceber que esta última variante de conectivo causal corresponda a uma etapa de gramaticalização mais avançada que a da variante *uma vez que*, da qual provavelmente se originou. A Figura 2, que se segue, apresenta, esquematicamente, os principais elementos relacionados a esse processo de gramaticalização:

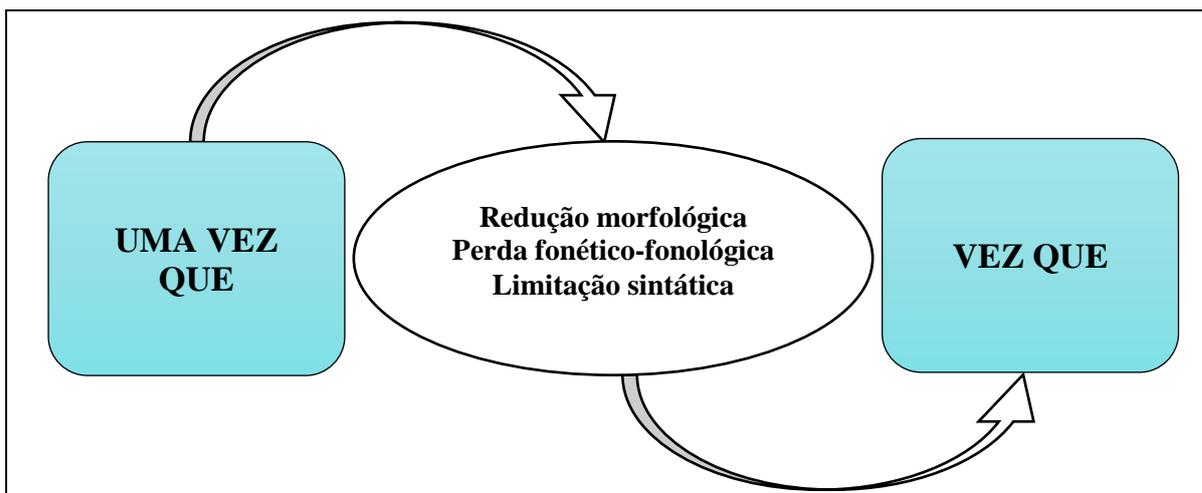


FIGURA 2 – Gramaticalização de *vez que*²⁹

Fonte: Elaborada pelo autor.

2.3 Padronização linguística

Inicia-se esta subseção com a apresentação de evidências empíricas de que a língua portuguesa está institucionalmente reconhecida no Brasil (subseção 2.3.1). A seguir, busca-se conceituar os fenômenos da padronização em geral (subseção 2.3.2) e da padronização linguística (subseção 2.3.3). Na sequência, examinam-se, na subseção 2.3.4, alguns aspectos da padronização linguística no Brasil.

Ressalta-se, que, a menos que se explicito o contrário, o conceito de padronização linguística que se apresentará nesta subseção não se afina com a ideia de *padrão* como uso regular e frequente de determinada variante, à qual remete a obra de Labov (1972), *Sociolinguist Patterns*, segundo Coelho *et al.* (2015).

2.3.1 Evidências de institucionalização e de padronização do português no Brasil

Em 8 de março de 1995, o Supremo Tribunal Federal (STF), em Sessão Plenária, julgou o pedido de *habeas corpus* impetrado por Luiz Garcia Meza Tejada, que se qualificava

²⁹ No presente trabalho, não se detalharão os mecanismos de gramaticalização relacionados ao conectivo causal VEZ QUE nem se proporá a sequência em que tais mecanismos ocorreram, embora se reconheça a importância dessas informações.

como “General de División em retiro” do exército boliviano e “ex-Presidente de facto de la República de Bolívia”, nos autos do processo HC 72.391-8 DISTRITO FEDERAL (STF, 2017). O impetrante apontava o Presidente da República Federativa do Brasil como autoridade coatora, e a impetração tinha como objetivo obter permissão para que o paciente permanecesse no país até que fosse apreciado o pedido de clemência por ele dirigido ao Presidente.

O STF, por votação unânime, resolvendo questão de ordem suscitada pelo relator do processo, Exmo. Ministro Celso de Mello, não conheceu do pedido de *habeas corpus*. Do voto do relator destaca-se a seguinte passagem:

Ocorre, no entanto, que a presente impetração foi inteiramente deduzida em idioma espanhol. Essa circunstância bastaria para inviabilizar o trânsito do pedido nesta Corte, **EIS QUE, no Brasil é obrigatório o uso da língua portuguesa em todos os atos e termos do processo, consoante prescreve o art. 156 do Código de Processo Civil**, que é aplicável por analogia aos procedimentos de natureza penal por efeito do que dispõe o art. 3º do Código de Processo Penal.

A **imprescindibilidade do uso do idioma nacional** nos atos processuais, além de corresponder a uma exigência que decorre de razões vinculadas à própria **soberania nacional**, constitui projeção concretizadora da norma inscrita no **art. 13, caput, da Carta Federal**, que proclama ser a língua portuguesa “*o idioma oficial da República Federativa do Brasil*”. (STF, 2017, grifos meu e do autor).

Deixando de lado, por ora, a expressão EIS QUE, a qual foi empregada como locução conjuntiva causal no excerto acima e em outras seis passagens do voto e da ementa relativos a esse processo de *habeas corpus*, os demais destaques no texto do Ministro relator evidenciam a importância atribuída, oficialmente, à língua portuguesa no país.

Paralelamente à lembrança de que o emprego do idioma nacional nos atos processuais se associava a questões de soberania, o Ministro relator invocou, em um primeiro momento, um dispositivo constitucional e outro legal para justificar a exigência de tal uso. O artigo 13 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, reproduzido textualmente pelo Ministro relator, estabelece que “a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil” (BRASIL, 2017, art. 13). Em consonância com a Constituição, o artigo 156 do Código de Processo Civil (CPC) de 1973, em vigor na data em que foi proferida a decisão, assim dispunha: “em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso do vernáculo” (BRASIL, 2017d, art. 156).

Em um segundo momento, para enfatizar a imperiosidade de utilização da língua portuguesa nos atos processuais, o Ministro relator recorreu a mais um dispositivo legal

(artigo 236 do Código de Processo Penal – CPP), mencionou bibliografia doutrinária do Direito e finalizou a argumentação em favor do idioma nacional com a citação de uma advertência jurisprudencial acerca de documentos redigidos em língua estrangeira. Eis o parágrafo do voto em que o Ministro relator se valeu desses elementos:

A utilização do idioma nacional nos atos processuais praticados perante órgãos do Poder Judiciário brasileiro constitui formalidade indispensável que se impõe à compulsória observância de todos os sujeitos da relação processual, à semelhança do que ocorre com os documentos produzidos em língua estrangeira (CPP, art. 236), **ainda que o conteúdo das peças seja acessível à compreensão do juiz e das partes** (JULIO FABBRINI MIRABETE, “Processo Penal”, p. 301, 1991, Atlas; E. MAGALHÃES NORONHA, “Curso de Direito Processual Penal”, p. 130/131, item n. 78, 19ª ed., 1989, Saraiva), eis que – consoante adverte a jurisprudência dos Tribunais – *“documentos redigidos em língua estrangeira (...) devem ser traduzidos para o Português, ainda que as partes e o Juiz tenham conhecimento do idioma alienígena, porque seu conteúdo deve ser acessível a todos”* (RT 637/238). (STF, 2017, grifos meu e do autor).

O extrato acima reforça a linha argumentativa do Ministro relator em benefício da língua portuguesa. Esclareça-se, tão somente, que o mencionado artigo 236 do CPP prevê, literalmente, que “os documentos em língua estrangeira, sem prejuízo de sua juntada imediata, serão, se necessário, traduzidos por tradutor público, ou, na falta, por pessoa idônea nomeada pela autoridade” (BRASIL, 2017e, art. 236).

Há de se salientar que, além do mencionado artigo 13, existe um dispositivo na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que endossa o caráter oficial conferido à língua portuguesa. Trata-se do artigo 210, que, em seu parágrafo 2º, assim estabelece: “**o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa**, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem” (BRASIL, 2017, art. 210, § 2º, grifo meu).

Ao apresentar, a título de introdução à subseção 2.3, que aborda a padronização linguística, algumas circunstâncias legais e judiciais relacionadas com a obrigatoriedade de uso da língua portuguesa no Brasil, pretendeu-se chamar a atenção para o fato de que esses dispositivos só produzem sentido no texto constitucional, em textos legais e em outros textos oficiais porque eles se afinam com a ideia de que língua é uma entidade com contornos definidos, que possui caráter incólume, sendo, por isso, perene. Ao usarem termos e expressões como “língua portuguesa”, “idioma nacional”, “idioma oficial”, “Português”, “vernáculo”, e ao contrapô-los a “língua estrangeira” ou a “idioma alienígena”, os textos

oficiais deixam transparecer a qualidade de instituição e o aspecto de permanência que se atribuem à língua portuguesa e a outras línguas de que ela se diferencia.

Na verdade, embora explicitamente presente nos textos oficiais apresentados, a concepção de língua portuguesa como algo que tem existência própria, que é regido por estatuto imanente, não é exclusiva dos responsáveis pela elaboração de textos legais e judiciais. Em muitas situações de ensino e aprendizagem, nas diversas áreas de produção e de disseminação de conhecimento científico, nos variados setores de atividade profissional, nos meios de comunicação e entre o público leigo, parece prevalecer a convicção de que a língua portuguesa existe por si mesma, tem identidade própria e deve ser aprendida, preservada e apropriada por aqueles que querem obter êxito em situações de interação social. Citem-se, como consequência e como testemunho dessa forma de conceber a língua portuguesa, expressões tão frequentemente veiculadas, como “arranhar o português”, “maltratar a língua materna”, “fazer uso do bom português”, “a nossa língua”, “língua emprestada” e outras similares, que traduzem o sentimento de que a língua portuguesa é uma instância com personalidade autônoma, adjetivável, defensável, apropriável.

No início de um artigo publicado originalmente em 1968, Rodrigues (2012) menciona que a língua, como um sistema singular, existe apenas em nível abstrato:

Não há língua que seja, em toda a sua amplitude, um sistema uno, invariado, rígido. Ainda que frequentemente se defina cada língua como *um* sistema de comunicação e os métodos de análise e descrição linguística sejam delimitados em geral a partir do pressuposto de que se opera com uma estrutura bem determinada, sabemos que isso resulta de abstração feita conscientemente a fim de possibilitar um mais imediato domínio da estrutura linguística por parte do investigador. Na realidade, toda língua, quer sirva a uma grande nação consideravelmente extensa e muito diferenciada cultural e socialmente, quer pertença a uma pequena comunidade isolada de apenas poucas dezenas de indivíduos, é um complexo de variedades, um conglomerado de variantes. (RODRIGUES, 2012, p. 11, grifo do autor).

Admitida a tendência de se conceber a língua portuguesa como uma estrutura com existência própria, autônoma, as perguntas que se interpõem relacionam-se com a origem ou com a construção da natureza abstrata, institucionalizada e soberana que se lhe atribui, assim como com as consequências dessa concepção de língua. A resposta para tais questões certamente se liga ao fenômeno chamado *padronização linguística* ou *standardização linguística*, que se pretende examinar nas subseções 2.3.2, 2.3.3 e 2.3.4.

2.3.2 Conceito de padronização

O sentido primeiro da palavra *padronização* que se encontra nos dicionários de Ferreira (2010) e de Houaiss (2009) é o de “ato ou efeito de padronizar”, ou seja, de “estabelecer o padrão”. Em sua acepção primária, *padrão* é um substantivo que designa, segundo esses dicionaristas, um “modelo oficial de pesos e medidas”, uma “base de comparação consagrada como modelo por consenso geral ou por determinado órgão oficial”. Nesse sentido é que se usam expressões como *padrão métrico*, *padrão monetário*, *padrão de peças industriais*, *padrão de plugues*, etc., nas quais subjaz a ideia de uniformização.

Milroy (2016, p. 531) afirma que a “padronização consiste na imposição de uniformidade sobre uma classe de objetos”³⁰. Segundo o autor (MILROY, 2016), essa é uma definição primária, destituída de ideologia, que se relaciona com a estrutura interna ou com a forma de objetos padronizados e que se aplica a muitas coisas além da língua.

De fato, além dos exemplos citados, há inúmeros objetos e situações aos quais se aplica o conceito de padronização. Recorrentemente, compara-se, por exemplo, o padrão de uma peça industrial com o padrão de determinado aparelho eletrônico. Nesse processo de comparação, verifica-se a existência de uniformidade de tamanho, de geometria, etc., entre eles, para que se decida sobre a compatibilidade de itens. As folhas de papel usadas em impressoras, por sua vez, são produzidas obedecendo a padrões de textura e de tamanho visando à perfeita adaptação aos padrões das máquinas em que serão utilizadas. Os medicamentos também devem seguir estritos padrões de composição físico-química para surtirem o efeito preventivo ou curativo desejado. O padrão-ouro, que remonta ao século XVII, era uma “medida que indicava a conversibilidade de uma moeda em outra e que também servia para estabelecer a paridade entre moedas de diferentes países, com base na quantidade do metal que uma e outra contivesse” (SANDRONI *et al.*, 1985, p. 311). Citem-se, ainda, como exemplos, o padrão de embalagens, o padrão de beleza, o padrão da moda, o padrão comportamental, o padrão musical, etc.

Milroy (2016) chama a atenção para o fato de que, ao se definir padronização como a imposição de uniformidade sobre uma classe de objetos, pressupõe-se que as coisas, por natureza, não sejam uniformes, mas variáveis. Assim, a padronização somente é alcançada porque se impõe uniformidade sobre um conjunto de itens diferenciados.

³⁰ Texto original em inglês: “[...] standardization consists of the imposition of uniformity upon a class of objects” (MILROY, 2016, p. 531, tradução minha).

Em termos de objetos físicos, a variabilidade e o processo de uniformização são fenômenos que se podem perceber com relativa facilidade. As pilhas eletromagnéticas, por exemplo, além de existirem em diversos tamanhos, variam de acordo com a durabilidade e com a natureza (ácida ou alcalina). Ao se aplicar o princípio da uniformização sobre um conjunto de pilhas, pode-se discriminá-las segundo características que as distinguem umas das outras. Em um momento seguinte, consegue-se reagrupá-las em subconjuntos que se reputam uniformes, não por serem essencialmente iguais uns aos outros em todos os aspectos, mas porque, selecionado algum critério de comparação (tamanho, por exemplo), os seus elementos compartilham alguma(s) característica(s) que os torna(m) semelhantes entre si e diferentes dos elementos que pertencem a outros subconjuntos de pilhas. Assim, em virtude da submissão de um conjunto heterogêneo de pilhas ao processo de uniformização, segundo o critério de tamanho, consegue-se padronizá-las e catalogá-las em subconjuntos correspondentes às suas medidas (A, AA e AAA, etc.).

A padronização, concebida como imposição de uniformidade sobre um grupo de elementos que possuem características variáveis, é um procedimento de que há muito se utilizam as ciências biológicas. Mediante observação e discriminação das semelhanças e das diferenças entre os organismos, os fitotaxonomistas e os zootaxonomistas separam vegetais e animais e reagrupam-nos em espécies, gêneros, subfamílias, famílias, etc., segundo critérios de classificação que indicam existirem certas características uniformemente presentes nos organismos que se situam em um mesmo nível taxonômico, as quais os distinguem dos seres vivos que se incluem em outras instâncias da escala taxonômica.

Um exemplo de estandardização aparentemente bem-sucedida é a música orquestral de Ray Conniff. Ao longo de vigorosa carreira, esse maestro norte-americano, falecido em 2002, aos 85 anos de idade, desenvolveu um estilo que associava vozes masculinas e femininas a instrumentos de sopro de tons baixo e alto, respectivamente, conferindo um aspecto bastante particular a suas interpretações, que agradavam a um grande público internacional. A música de Ray Conniff, caracterizada pela limpidez sonora, pela perfeita marcação dos compassos, pela harmonização esmerada de vozes com instrumentos, pela ausência de sons sobressaindo-se do conjunto, parece ser executada para transportar o ouvinte a um lugar de segurança, sem abalos provocados por excessos, sem elementos divergentes. Clássicos da música popular dos Estados Unidos e de muitos países latino-americanos ganham um tom purificado, higienizado, quase pasteurizado, na versão de Conniff. Não se percebe nenhum elemento dissonante, muitas vezes o coral se limita a um *lá-lá-lá*, sem qualquer vestígio de desafinação de voz ou de instrumento, sem malabarismo

melódico. À parte a questão do gosto por esse tipo de concepção e de execução musical, fato é que a fórmula de sucesso do músico parece ter um forte componente de padronização, associado à convicção de que “menos é mais”: afastam-se os elementos supérfluos, destoantes, e uniformizam-se os elementos melódicos essenciais e afins, articulando-os em andamentos uniformemente executados. Cuida-se, enfim, de manter higiênica padronização musical, de modo que a música chegue impecável aos ouvidos de quem a frui. Talvez seja por isso que, ao se escutar uma faixa musical da orquestra, se tenha a sensação de que o mundo é organizado e perfeito, estando cada coisa no exato lugar em que deveria estar.

Considere-se, agora, em exercício de imaginação, como seria o processo de estandardização de componentes de um equipamento eletrônico se, em vez de se elegerem algumas de suas propriedades físicas (por exemplo: tamanho, formato) ou funcionais (por exemplo: alto ou baixo aquecimento) como critério de classificação para agrupamento de itens uniformes, fosse considerado o prestígio que tais peças desfrutam junto a um determinado segmento da clientela da empresa que as produz. Além da falta de objetividade desse critério, relacionada à dificuldade em mensurar o parâmetro escolhido (“prestígio”), seria necessário desenvolver uma metodologia muito sofisticada para verificar se a parcela de clientes que confere prestígio a determinado componente eletrônico é representativa do total de clientes da empresa. Assim, a padronização de peças eletrônicas com base no parâmetro prestígio poderia ter, como consequência, a inserção, em uma mesma embalagem, de pilhas de vários tamanhos, com durabilidades distintas, o que, em última análise, implicaria insatisfação do público consumidor desses produtos e, possivelmente, dificuldades comerciais e financeiras para a empresa.

Apesar de esse último exemplo ser de natureza distinta dos fenômenos linguísticos, ele sinaliza a possibilidade de que efeitos equivocados também ocorram quando se trata de padronização linguística, já que o fator prestígio é um dos pilares do processo de estandardização de uma língua, como será exposto a seguir.

2.3.3 Padronização linguística segundo James Milroy e Lesley Milroy

Uma das publicações de maior reconhecimento, em nível internacional, na área de padronização linguística é o livro lançado em 1985, intitulado *Authority in Language*, escrito pelo casal James Milroy e Lesley Milroy (2012), em que os autores abordam, entre outros, os

seguintes temas: prescrição linguística e suas consequências; inglês padrão e tradição de queixa; normas de escrita e de fala; gramática e discurso; questões educacionais associadas ao prescritivismo.

A padronização linguística, de acordo com Milroy e Milroy (2012), pode ser compreendida como um processo de eleição de formas padrão, que são consideradas as únicas corretas, e, ao mesmo tempo, de tentativa de blindagem contra o que não é considerado padrão, visando à maximização da eficiência fisiológica da língua. Esse entendimento é detalhado na seguinte passagem:

Assim, a padronização objetiva assegurar valores fixos para os contadores em um sistema. Em língua, isso significa evitar variabilidade na ortografia e na pronúncia por meio da escolha de convenções fixas consideradas como unicamente corretas, estabelecer o sentido ‘correto’ das palavras (*aggravate*, por exemplo, significa, de acordo com a ideologia padrão, ‘make more serious’, não ‘annoy’: o segundo sentido, ‘coloquial’, é desautorizado), formas de palavras aceitáveis de modo único (*he does* é aceitável, mas *he do*, não) e convenções fixas de estrutura de sentença. Toda a noção de padronização vincula-se ao objetivo de eficiência funcional da língua. Em última análise, o que se deseja é que todos usem e entendam a língua da mesma forma, com o mínimo de mal-entendido e com o máximo de eficiência.³¹ (MILROY; MILROY, 2012, posição 748, grifos dos autores).

Historicamente, a padronização de pesos e de medidas e a padronização linguística são processos que se generalizaram a partir do início da Idade Moderna, com a insólita expansão das atividades comerciais e com o desenvolvimento do capitalismo. Antes disso, na Europa medieval, as variedades linguísticas apresentavam alto grau de variação e de divergência. Assim, o mecanismo de padronização expandiu-se à medida que se intensificavam as transações comerciais e que se incrementava o aparato tecnológico.

Atualmente, línguas usadas em larga escala, como o inglês, o francês e o espanhol, são consideradas línguas que possuem uma variedade padrão e, como tais, sujeitam-se à **ideologia da língua padrão**, perspectiva que confunde uma língua com o seu padrão.

³¹ Texto original em inglês: “Thus standardisation aims to ensure fixed values for the counters in a system. In language, this means preventing variability in spelling and pronunciation by selecting fixed conventions uniquely regarded as ‘correct’, establishing ‘correct’ meanings of words (*aggravate*, for example, means according to the standard ideology – ‘make more serious’, not ‘annoy’: the second ‘colloquial’ meaning is disallowed), uniquely acceptable word-forms (*he does* is acceptable, but *he do* is not) and fixed conventions of sentence structure. The whole notion of standardization is bound up with the aim of functional efficiency of the language. Ultimately, the desideratum is that everyone should use and understand the language in the same way with the minimum of misunderstanding and the maximum of efficiency” (MILROY; MILROY, 2012, posição 748, tradução minha).

Visando a uma melhor exposição dos principais pontos de reflexão dos Milroys, apresenta-se a Figura 3, abaixo, na qual estão sintetizadas algumas de suas ideias que se consideram importantes para a discussão da padronização linguística no presente trabalho.

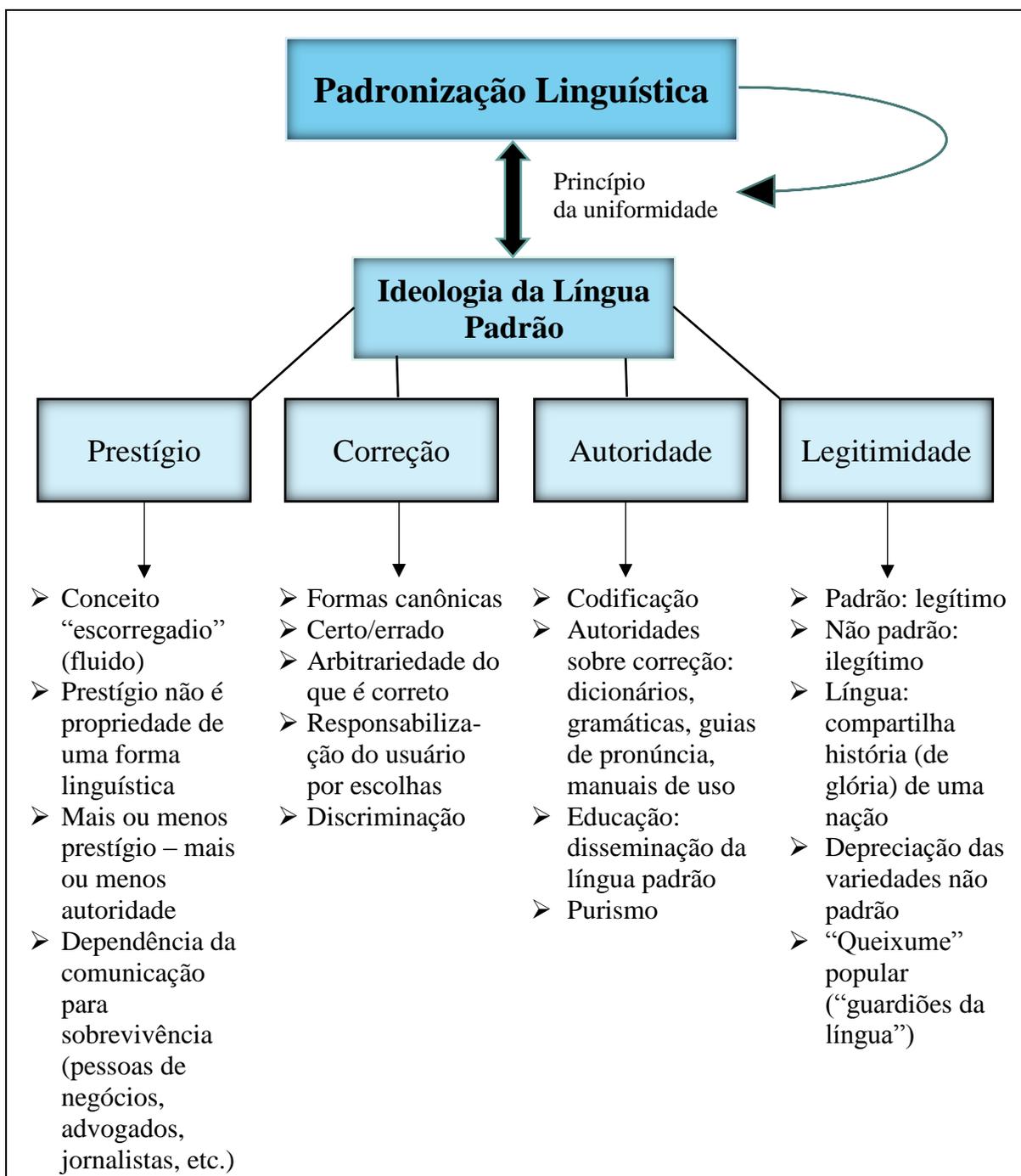


FIGURA 3 – Sinopse da padronização linguística segundo James Milroy e Lesley Milroy

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Milroy e Milroy (2012); Milroy (2007); Milroy (2016).

Na base da Figura 3, encontram-se os elementos caracterizadores do processo de padronização linguística, ou seja, os fatores prestígio, correção, autoridade e legitimidade.

Prestígio pode ser entendido como “valor sociocultural positivo atribuído a uma coisa, a um indivíduo ou a um grupo, que faz com que estes se imponham aos demais, os quais adotam uma atitude de subordinação” (HOUAISS, 2009).

Em termos de padronização linguística, trata-se de um conceito escorregadio, movediço, relativo ou fluido, pois prestígio é algo que não está atrelado à propriedade de uma forma linguística, em si, mas que se vincula aos usuários de uma língua, ou seja, é um fator externo à língua. Considerem-se, por exemplo, as frases (63) e (64) que se seguem:

(63) Todos os meninos saíram correndo da sala.

(64) Os menino saiu tudo correndo da sala.

Sabe-se que, no português do Brasil, (63) é considerada padrão e desfruta de maior prestígio que (64), considerada não padrão. Embora se possam arrolar muitas explicações linguísticas para a concordância que se usa em (63) ou em (64), a **escolha** pelo emprego da forma considerada padrão ou pelo uso da forma considerada não padrão é algo que diz respeito aos falantes, os quais diferem entre si quando se trata de designar prestígio a um grupo social específico e a determinada variedade linguística. Dito de outro modo, não é a lógica interna da língua que faz os usuários do português atribuírem maior prestígio a (63) do que a (64). São as peculiaridades dos falantes de uma língua, inseridos em sociedade e em cultura específicas, que os fazem eleger a variante de prestígio.

Milroy (2007) menciona que os falantes tendem a atribuir prestígio às classes sociais mais altas e às variantes linguísticas por elas empregadas. Acrescenta que prestígio é um aspecto da padronização que dialoga com a noção de autoridade, porque alguns grupos sociais, aqueles a que geralmente se atribui maior prestígio, parecem ter mais autoridade do que outros. O autor ressalta que pesquisas sociolinguísticas sugerem, no entanto, não serem as variedades características dos pequenos grupos de elite – constituídos dos muito ricos, ou da aristocracia – aquelas para as quais converge a maior parcela de prestígio. Na Inglaterra, por exemplo, o discurso do herdeiro ao trono tende a ser considerado antiquado e, por isso, tende a ser evitado por representantes mais jovens da monarquia inglesa, que demonstram maior afinidade com o discurso da classe média. Milroy (2007) afirma, ainda, que, em cidades como Boston e como Nova York nos Estados Unidos, o padrão costuma ser determinado por advogados, por jornalistas e por pessoas do ramo de negócios, ou seja, por profissionais que dependem da comunicação como meio de subsistência. Afinal, é a variedade padrão, normalmente coincidente com a variedade usada na escrita (MILROY; MILROY, 2012), que

serve aos propósitos da comunicação à distância e ao longo do tempo. Assim, esse tipo de prestígio, associado à funcionalidade linguística, a seu aspecto utilitário e econômico, distingue-se do prestígio que decorre meramente do *status* social dos falantes.

Correção, outro elemento mencionado na Figura 3 como caracterizador da padronização linguística, consiste, de acordo com Milroy (2007), no desenvolvimento da noção de certo ou canônico, em termos linguísticos, entre os usuários de uma língua. Sob a perspectiva da ideologia da língua padrão, o conceito de correção é compartilhado por todos os falantes submetidos à cultura da língua padrão, os quais acreditam haver formas corretas de itens linguísticos, paralelamente a outras formas, consideradas incorretas.

Relativamente ao conceito de correção, emerge um primeiro problema, de natureza arbitral: não há nenhuma explicação linguística que justifique ser uma forma correta em detrimento das demais formas que com ela concorrem. Considere-se, por exemplo, que dois falantes de português do Brasil emitam a oração que se segue:

(65) No coração da moça, há muita paz.

Sabe-se que a pronúncia da palavra *coração* varia segundo a região geográfica do país. Um falante nascido e radicado em Salvador emitiria um /o/ mais aberto ao pronunciar essa palavra do que um falante que tenha nascido e vivido sempre em Porto Alegre. Nesse caso, por mais que se explique, linguisticamente, a origem dessas diferenças, não há como afirmar qual das variantes é a correta. Qualquer afirmação nesse sentido seria alheia ao sistema linguístico e completamente arbitrária.

Quando se pensa em língua escrita, a arbitrariedade relacionada com o fator correção pode ser ainda mais evidente. Como será exposto na subseção 2.3.4, várias reformas ortográficas ocorreram, por exemplo, na primeira metade do século XX no Brasil, demonstrando que a padronização gráfica possui natureza artificial, baseia-se em convenção e, como tal, é passível de variação.

Em princípio, sendo o nível mais padronizado da língua, era de se esperar que, uma vez codificadas as grafias consideradas corretas, as palavras se mantivessem ostensivamente protegidas contra a variação, mas esta muitas vezes acaba ocorrendo por questões externas à língua, como a tradição e os acordos político-ortográficos. Um exemplo de imposição externa é o fato de que, durante muitos anos, saber português, ou seja, dominar a variedade padrão, significava, entre outras coisas, saber empregar com correção as formas díspares *dia-a-dia*, um substantivo, escrito com hífen, e *dia a dia*, uma locução adverbial,

cujos elementos eram escritos separadamente, sem hífen. Apesar de tais formas serem consideradas corretas e de estarem cristalizadas em dicionários e em gramáticas, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa que foi assinado em 1990 e que entrou em vigor no Brasil em 2016 igualou o substantivo à locução adverbial, de modo que hoje só existe a forma *dia a dia*, que se aplica a ambos os casos.

Outro exemplo de mudança no tradicional padrão de correção refere-se às formas dos verbos *crer*, *dar*, *ler* e *ver* e dos verbos deles derivados, como *descrer*, *reler*, *rever*. As terceiras pessoas do plural do presente do indicativo desses verbos eram escritas corretamente com duas letras *ee*, sendo a primeira delas acentuada, como *crêem*, *dêem*, etc. Após a entrada em vigor do Acordo Ortográfico, a nova forma correta dessas palavras é sem acento, como *creem*, *deem*.

O Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP)³², repositório de formas corretas, contrariando o pressuposto da ideologia da língua padrão, de que existe somente uma forma correta para cada componente da língua, apresenta mais de uma possibilidade de escrita para muitas palavras do português do Brasil, entre elas, *excepcional* e *excecional*; *chimpanzé* e *chipanzé*; *infarte*, *infarto*, *enfarte*, *enfarto*.

A coexistência de variantes, seja na língua falada, seja na língua escrita, além de ratificar o caráter convencional e arbitrário do que se impõe como correto em termos linguísticos, revela quão frágil é a ideologia da uniformidade. Se esta fosse um processo acabado, definitivo, a forma considerada correta se imporá sobre a(s) forma(s) incorreta(s), mas isso nem sempre ocorre, porque a língua é dinâmica. Assim, a padronização não é algo universal, muito menos permanente. Aliás, cabe aqui a observação de que muitas línguas não seguem a ideologia da língua padrão, ou seja, são línguas não padronizadas, cujos falantes não estão inseridos em uma cultura da língua padrão. Essas línguas caracterizam-se pela variação sem coibição e por isso não se encaixam nos limites do conceito de língua que geralmente se aplica às línguas padronizadas. Por isso, Milroy e Milroy (2012, posição 4.399) mencionam que, ao tentarem descrever “línguas do Pacífico” segundo o modelo europeu, estudiosos têm-lhes imposto padrões muito mais rigidamente definidos do que os padrões que elas de fato possuem.

Além da questão arbitral, um segundo problema inerente à correção diz respeito à própria manutenção da consciência da língua padrão. Apesar de a escolha da forma correta ser arbitrária, uma vez implantada a correção, os usuários da língua devem procurar manter-se

³² Disponível em: <<http://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>. Acesso em: 30 set. 2017.

fiéis às formas eleitas como formas padrão, sob pena de serem responsabilizados por não seguirem as prescrições normativas e de serem geralmente discriminados pela utilização de formas consideradas incorretas. Nesse processo, a língua deixa de ser possessão de cada falante como membro de uma comunidade, fruto de elaborações internas a partir do convívio social, e passa a ser um bloco monolítico, fechado, possessão dos poucos indivíduos que se arrogam o direito de impor regras sobre o sistema linguístico.

É nesse ponto que emerge um terceiro elemento caracterizador da padronização linguística, constante da Figura 3, a **autoridade**, exercida principalmente por meio do processo de codificação que se consubstancia em dicionários, em gramáticas, em manuais de redação, em livros didáticos, etc., e por intermédio da educação.

Esses verdadeiros instrumentos de autoridade linguística não só prescrevem o correto uso das formas (por exemplo: *Vendem-se casas.*) como enfatizam que a forma alternativa (*Vende-se casas.*) é incorreta e deve ser evitada. Ao afirmarem que só existe uma forma correta e ao renegarem o uso da forma considerada incorreta, os comandos de autoridade demonstram o conservadorismo de que estão possuídos, em nome do qual repudiam os novos usos, os quais, examinados sob o ponto de vista mais descritivo e menos compromissado com a ideologia da língua padrão, podem revelar-se muito mais presentes em uma comunidade linguística do que supõem as autoridades.

Além da imposição de uniformidade por meio da padronização, outra vertente de atuação da autoridade linguística é a restrição ao estrangeirismo, ou seja, defende-se, de forma imperativa, a conservação da língua em um estado puro. Entretanto, tal como acontece na contraíndicação de formas consideradas incorretas, costuma ser vão o esforço purista contra os empréstimos de outras línguas, haja vista as muitas palavras que foram incorporadas à língua portuguesa em virtude do desenvolvimento e da disseminação dos computadores e dos componentes de informática a partir da última década do século passado.

A **legitimização**, também relacionada na Figura 3, é outro processo que se reveste de grande importância para o fenômeno da padronização linguística. É por meio da legitimização que a forma padrão passa a ser considerada a forma legítima e que a forma não padrão se transforma em forma ilegítima no imaginário popular, conforme assevera Milroy (2007):

O estabelecimento da ideia de uma variedade padrão, a difusão de conhecimento dessa variedade, a sua codificação em gramáticas e em dicionários usados em larga escala e a sua promoção em ampla gama de funções, tudo isso acarreta a desvalorização das demais variedades. A forma padrão torna-se a forma legítima, e as outras formas tornam-se, na mente popular, ilegítimas. Elas são comumente chamadas de não padrão ou mesmo de subpadrão.³³ (MILROY, 2007, p. 138).

Milroy (2007) chama a atenção para a importância de linguistas históricos demonstrarem o papel da legitimação. Eles mostram que, uma vez submetida ao processo de padronização, a língua considerada legítima de um estado-nação, de um grande império, costuma compartilhar as glórias históricas do estado-nação que a adotou como língua padrão e comumente passa a ser considerada como parte da identidade desse estado-nação.

Diretamente associada à legitimação, destaca-se o fenômeno da tradição de queixa, que consiste, *grosso modo*, em lamentar a baixa qualidade de uso da língua e em afirmar que a língua está passando por um processo de degeneração.

Milroy e Milroy (2012) classificam as queixas em dois tipos, a saber:

- a) **queixa tipo 1 – legalística:** relaciona-se com a correção; ataca os usos indevidos de partes específicas da fonologia, da gramática, do vocabulário, além de erros de ortografia e de pontuação, quando se trata de texto escrito;
- b) **queixa tipo 2 – moralística:** consiste na recomendação de clareza nos textos escritos e têm como alvo de ataque os abusos de linguagem que podem enganar e confundir o público.

Na prática, esses lamentos ocorrem, por exemplo, quando uma pessoa aponta “erros” na fala de outro falante ou na escrita de determinado texto em português. Nessas ocasiões, tende-se a associar o “baixo nível do português” à degradação moral da juventude, à falta de interesse pela leitura, à má formação dos professores, à aceitação acrítica dos estrangeirismos, etc.

Esse processo de lamúria e de culpabilização é reflexo da ideologia da língua padrão e acaba por reforçar esses ideais nas mentes dos usuários de determinada língua, contribuindo para a manutenção dos esforços de preservação da língua, sem os quais, acredita-se, ela se corromperá, decairá e, finalmente, se desintegrará.

³³ Texto original em inglês: “The establishment of the idea of a standard variety, the diffusion of knowledge of this variety, its codification in widely used grammar books and dictionaries, and its promotion in a wide range of functions – all lead to the devaluing of other varieties. The standard form becomes the legitimate form, and other forms become, in the popular mind, illegitimate. They are commonly referred to as non-standard or even sub-standard” (MILROY, 2007, p. 138, tradução minha).

2.3.4 Padronização linguística no Brasil

Apesar de três línguas conviverem no Brasil colonial – português, língua geral e latim –, sendo o Brasil dependente politicamente de Portugal antes da década de 1820, tinha de se submeter aos ditames da metrópole também no que se referia ao padrão linguístico, o qual passou a ser alvo de maior controle a partir de 1757, quando o Marquês de Pombal, primeiro-ministro português, proibiu o ensino em língua diferente do português.

Assim, foi somente após a independência política do Brasil, em 1822, que entrou em cena a questão de uma “língua brasileira”.

Em dois volumes de uma obra densa, Pinto (1978; 1981) reúne, sob a forma de documentário, as contribuições mais significativas sobre a “língua do Brasil”, apresentando, com rigor linguístico e histórico, uma antologia de textos em que se expõem opiniões e reflexões sobre o português do Brasil. Escritos por poetas, por romancistas, por historiadores e por estudiosos da língua no período de 1820 a 1945, os textos selecionados, em sua maioria, falam por si, demonstrando como a questão ideológica perpassa, diacronicamente, a concepção de padronização linguística em cada momento histórico em que se discute a necessidade e a oportunidade de se estabelecer uma variedade padrão para o português do Brasil, independente daquela de Portugal.

O precursor dos estudos sobre a diferenciação da língua do Brasil foi o Visconde de Pedra Branca, que, em seu texto de 1824-1825, apontou, como especificidade brasileira, no campo fonológico, o falar mais doce, mais ameno. No campo lexical, mencionou certas particularidades semânticas, assim como empréstimos indígenas e empréstimos de procedências indefinidas (PINTO, 1978).

Frei Caneca, também pioneiro nas manifestações sobre a natureza da língua do Brasil, relacionou, entre as virtudes da elocução, a “correção”, que se alcança “quando consta de palavras unidas, conforme as regras da gramática da língua em que falar o orador” (CANECA, 1875³⁴ *apud* PINTO, 1978, p. 3).

Entre os primeiros estudiosos que se expressaram sobre a língua no Brasil, destaca-se, ainda, José Bonifácio. Embora centrado em questões relativas à linguagem poética, ele chama a atenção para a relação entre língua e política, defendendo o direito dos

³⁴ CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. Tratado de eloquência extraído dos melhores escritores. In: CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino. *Obras políticas e literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Col. pelo Comendador Antônio Joaquim de Melo. Recife: Tip. Mercantil, 1875. t. I, p. 70-71.

brasileiros de criarem neologismos cultos, à revelia dos puristas que não dispensavam a chancela lusitana (PINTO, 1978).

Essas expressões incipientes, que ocorreram nos anos imediatamente subsequentes ao da independência política do Brasil, continham o embrião para uma tomada de posição mais explícita a respeito da língua como um problema de interesse nacional, postura esta que se tornará mais consistente a partir da segunda metade do século XIX.

Nessa época, Varnhagen não apenas reconhece a diversificação da língua falada no império, como também atribui tal diversidade ao fato de que “a língua portuguesa no Brasil, desde o princípio se *acastelhanou* muito” (VARNHAGEN, 1850³⁵ *apud* PINTO, 1978, p. 21-22, grifo do autor).

De acordo com Pinto (1978), encontra-se em Varnhagen a diretriz que conduzirá os debates acerca da língua até o final do século XIX:

[...] aceita-se a maioria de seus conceitos, sobretudo o que diz respeito à *diferenciação da fala* – e isto inclusive por parte dos que apregoam não apenas a *unidade da língua escrita*, mas ainda o culto aos clássicos: reivindicam-se maior legitimidade na herança do passado português quinhentista; mantém-se, nas investigações, sempre predominantemente fonológicas e léxicas, a mesma atitude apriorística, de documentar pela evidência, por fatos notórios, a realidade linguística brasileira; mantém-se também, pelo menos até a penúltima década do século, o sentimento nacionalista na abordagem dos fatos – aliás responsável, em *Varnhagen*, pela teoria da filiação castelhana da língua do Brasil, tese retomada posteriormente, com mais radicalismo, por *Paranhos da Silva*. (PINTO, 1978, INTRODUÇÃO – XVII, grifos do autor).

Faraco (2009) salienta que o intelectual maranhense João Francisco Lisboa (1812-1863), ao comentar a obra de história do Brasil de autoria de seu contemporâneo Varnhagen, tece especial elogio ao fato de este ter apontado o caráter europeu do país, como se constata no seguinte trecho, de 1854:

Uma razão superior o ilumina, e as suas palavras tornam-se eloquentes quanto trata de demonstrar que o elemento europeu é quem constitui, principal e essencialmente, a nossa nacionalidade atual. [...] Como consequência desta grande verdade o autor estabelece igualmente que é com o elemento europeu, cristão e civilizador, que devem andar abraçadas as antigas glórias da pátria, e portanto a história nacional, cujas fontes não

³⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Florilégio da poesia brasileira*. Lisboa: Impr. Nacional, 1850. p. VI-X e XIX-XXI.

podem remontar mais longe. (LISBOA, 1946³⁶ *apud* PINTO, 1978, p. 29-30).

Para Faraco (2009), o destaque acima é muito significativo por asseverar que estávamos emancipados, mas que continuávamos a cultivar os valores da civilização europeia, atitude que implicava o vivenciamento de contradições pela elite letrada, em face de duas realidades que se tornavam evidentes:

[...] o português de cá tinha diferenças em relação ao português de lá; e aqui dentro o “nosso” português diferia do português do “vulgo”. Na construção do novo país, como resolver esse duplo eixo de diferenças?
O caminhar da carruagem vai constituindo, desde a Independência, dois grupos distintos: **um conservador, purista**; e outro, **defensor da absorção, na escrita, de características próprias do modo brasileiro culto** de falar a língua. (FARACO, 2009, p. 110, grifos meus).

José de Alencar, que se defendia com ardor das críticas e das incorreções que se imputavam às alternativas linguísticas por ele empregadas em suas obras, assim se manifestou:

Os americanos do norte desde muito já se emanciparam da tutela literária da Inglaterra. Chegará a vez da raça espanhola e brasileira. Quando em vez de dez milhões (.) em que se conta um leitor por mil analfabetos: tivermos para nossos livros a circulação que dá os Estados Unidos aos seus: **nenhum escritor brasileiro se preocupará mais com a opinião que dele formarão em Portugal**. Ao contrário, serão os escritores portugueses que se afeiçoarão ao **nosso estilo**, para serem entendidos do povo brasileiro, e terem esse mercado em que se derramem”. (ALENCAR, 1965³⁷ *apud* PINTO, 1978, p. 121, grifos meus).

Pinto (1978) menciona que, apesar de José de Alencar usar termos como “nosso dialeto”, “novo idioma” e “português americano”, ele demonstra posição ambígua sobre a inter-relação da variante brasileira com a língua de Portugal:

Se por um lado fala textualmente em “cisma gramatical”, [...] permitindo supor a constituição de uma nova gramática para o Brasil, por outro, nunca deixou de recorrer ele próprio, à gramática normativa tradicional e aos mais credenciados dicionários da língua, sempre que pretendia defender-se e repelir acusações de incorreção – que nunca deixou sem resposta. (PINTO, 1978, INTRODUÇÃO – XXIV).

³⁶ LISBOA, João Francisco. *Obras escolhidas*. Prefácio e seleção de Otávio Tarquínio de Sousa. Col. “Joaquim Nabuco”. Dir. de Álvaro Lins, s. 1. Rio de Janeiro: Americ., 1946. v. 2.

³⁷ ALENCAR, José de. *Iracema*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1965. p. 218 a 240.

A polarização entre puristas e legitimistas pode ser sintetizada da seguinte forma: os primeiros defendiam a eliminação de “qualquer perspectiva de abasileiramento da língua, adotando para isso escritores portugueses como modelo” (FARACO, 2009, p. 117); os últimos admitiam como legítimas algumas diferenças brasileiras, advogando, contudo, o estabelecimento de “barreira às invasões descabidas da língua popular” (VERÍSSIMO, 1886³⁸ *apud* PINTO, 1978, p. 245).

Talvez a situação mais ilustrativa da importância atribuída à língua portuguesa e ao lugar que ela ocupava no imaginário dos brasileiros no final do século XIX e no início do século XX esteja consubstanciada nos acalorados debates acerca do projeto de código civil elaborado por Clóvis Beviláqua, por determinação de 1899, de Epitácio Pessoa, ministro da Justiça. A revisão gramatical do projeto foi realizada pelo médico e filólogo baiano Ernesto Carneiro Ribeiro, e a comissão de revisão do projeto no Senado, presidida por Rui Barbosa, registrou grande quantidade de críticas à vernaculidade do trabalho. No parecer do *Águia de Haia* e na réplica que ele desferiu contra o conterrâneo Ernesto Carneiro Ribeiro, prevalece a ideologia conservadora, que recomendava os “bons modelos de linguagem”:

O projeto, por exemplo, tal qual atravessou as suas quatro primeiras fases desde as mãos do Dr. *Clóvis* até às do Dr. *Carneiro*, passando, entre um e outro, pelas duas comissões, estaria escrito nisso a que chamam ‘dialecto brasileiro’: em português não está. Direi que o estaria em *brasileiro*, a queremos enxovalhar, contra a minha opinião, este adjetivo, associando-o ao abandono dos bons modelos da linguagem, cuja história, cujos monumentos e cujos destinos se entrelaçam com os da nossa raça e os da nossa nacionalidade. (RUI BARBOSA, 1904³⁹ *apud* PINTO, 1978, grifos do autor).

De acordo com Bagno (2012, p. 170), a fase áurea da reverência a uma norma lusitanizante coincide com a criação, em 1896, da Academia Brasileira de Letras, que, seguindo o modelo aristocrático-feudal da Academia Francesa, “perpetua até hoje aquele espírito de ‘defesa’ da ‘língua’ (isto é, da norma-padrão tradicional lusitanizada) contra toda ‘corrupção’ provocada pelo (ab)uso do idioma por parte do ‘vulgo’”.

Ao fazer um balanço dos textos mais representativos do pensamento brasileiro sobre a língua do Brasil no período de 1820 a 1920, Pinto (1978, INTRODUÇÃO – XLV) apura que, nesse século de debates, predominou a “falta de formação e de informação

³⁸ VERÍSSIMO, J. *Cenas da vida amazônica* com um estudo sobre as populações indígenas e mestiças da Amazônia. Lisboa: Tavares Cardoso, 1886.

³⁹ BARBOSA, Rui. *Projeto do código civil brasileiro*. Trabalhos da Comissão Especial do Senado, vol. II, *Réplica* do Senador Rui Barbosa às defesas da Redação do Projeto da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1904.

linguística”, não somente por parte dos leigos, como também por parte dos especialistas. Essa autora observa que os trabalhos sobre a língua se atrelam a discussões ou a circunstâncias propícias, caracterizando-se, na maioria das vezes, pela argumentação subjetiva, posta a serviço de interesses pessoais e de ideais nacionalistas, e pela ausência de metodologia científica, de citações e de referências bibliográficas.

Esse estado de coisas perdurará até a década de 1930, quando se inicia a formação propriamente linguística no país, destacando-se o primeiro curso de Linguística do Brasil, ministrado, em 1938, por Mattoso Câmara Jr. na Faculdade de Filosofia e Letras do Distrito Federal (PINTO, 1981).

Assim, pode-se dizer que mesmo a exacerbação da polêmica sobre a “língua brasileira”, circunstanciada pelo movimento modernista na década de 1920, não se apoiava em pesquisa linguística sistemática ou em experiência docente, prevalecendo o interesse “em questões de vanguardismo estético, de definição de uma identidade nacional, de aproveitamento do folclore (sobretudo o folclore de raiz indígena e africana) etc.” (BAGNO, 2012, p. 171).

Pinto (1981) afirma que os anos de 1920 a 1945 se caracterizam como os de maior densidade e de maior tensão na história da língua portuguesa no Brasil, sendo tarefa complexa sistematizar a produção do período.

Entre os diversos aspectos abordados por Pinto (1981), destaca-se a imprecisão e a ambiguidade de termos para designar a variante brasileira: usavam-se expressões como “língua nacional”, “idioma nacional”, “língua pátria”, “língua vernácula” nos manuais escolares como forma de evitar uma tomada de posição quanto à língua do Brasil ser o português ou o brasileiro. Às vezes, a crença na autonomia de uma língua brasileira levava à tentativa de denominar a nova entidade de *brasilina*, como fez Monteiro Lobato, ou de *brasiliano*, como fez Roquete Pinto; outras vezes, partidários da “língua brasileira” acreditavam que a esta só faltava ser oficializada, motivo pelo qual se apresentou à Câmara dos Deputados o Projeto nº 136, de 1935, que, se aprovado, teria tornado obrigatória a denominação “língua brasileira”. A querela foi resolvida, só parcialmente, na Constituição de 1946, cujo art. 168, inciso I, estabeleceu que “o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional”⁴⁰, tendo sido determinado, no art. 35, que o Governo nomearia comissão de professores, escritores e jornalistas, que opinasse sobre a denominação do idioma nacional. Pinto (1981, INTRODUÇÃO – XVI) afirma que, “não obstante o parecer da Comissão

⁴⁰ BRASIL. Constituição (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.

segundo o qual a ‘língua nacional’ era a ‘língua portuguesa’, aquela designação, assim como ‘idioma nacional’ e ‘língua pátria’ continuaram largamente divulgadas [...]”.

Outro aspecto salientado por Pinto (1981), relativamente ao período de 1920 a 1945, foi a preferência pela abordagem dialetológica, em vez do enfoque filológico. Lançaram-se trabalhos que punham em relevo a língua falada, como o de Eduardo Amaral (*O dialeto caipira*) e os de Sousa da Silveira (*Trechos seletos e A língua nacional e o seu estudo*).

Um ponto de particular interesse com relação à padronização linguística na primeira metade do século XX foi a indefinição quanto ao modelo ortográfico. Sucederam-se, no período, inúmeras tentativas de estabelecimento de um padrão de ortografia, como se pode observar na linha do tempo representada na Figura 4, a seguir:

1907	• Projeto de reforma sônica de Medeiros e Albuquerque. A discussão dura cinco anos, ao término dos quais pouco restou da proposta inicial.
1912	• Academia Brasileira de Letras (ABL) aprova proposta distinta do projeto de Medeiros, a qual vigora, sem nunca ter sido sancionada, até 1915.
1915	• Proposta da ABL é substituída pelo projeto português de reforma ortográfica, baseado nos estudos de fonética de Gonçalves Viana, oficializado em Portugal desde 1911.
1919	• Aprovação do projeto de Osório Duque Estrada, mediante o qual ficam abolidas todas as reformas anteriores.
1924	• Laudelino Freire apresenta projeto de reforma ortográfica como parte de seus trabalhos para a elaboração do <i>Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa</i> .
1929	• Após cinco anos de debates sobre a proposta de Laudelino Freire, a ABL volta à proposta de 1912.
1931	• Diante dos protestos generalizados sobre a proposta da ABL, o Governo proclama o Acordo entre a ABL e a Academia de Ciências de Lisboa.
1932	• Embora rejeitado pela opinião pública, o Acordo proclamado em 1931 corporifica-se no <i>Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa</i> , elaborado pela ABL.
1933	• Governo torna obrigatório o <i>Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa</i> de 1932.
1934	• Nova constituição revoga tudo e volta à ortografia vigente em 1891, ou seja, nenhuma.
1937	• Governo nomeia comissão para elaborar nova proposta ortográfica.
1938	• Proposta arquivada. Ratifica-se o Acordo de 1931, com pequenas alterações.
1943	• Nomeada nova comissão. Elaborada nova ortografia, resultante de Acordo com Portugal, divulgada no <i>Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa</i> .
1945	• Novo Acordo com Portugal, para eliminar discrepâncias entre o <i>Pequeno Vocabulário</i> brasileiro de 1943 e o <i>Vocabulário Ortográfico</i> português, resulta em nova reforma.
1946	• Constituição é redigida conforme a ortografia vigente em 1943, ignorando a reforma de 1945. Assunto é apaziguado até 1971, quando há reforma que simplifica a acentuação.

FIGURA 4 – A padronização ortográfica no Brasil na primeira metade do século XX

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Pinto (1981).

Segundo Pinto (1981), à dificuldade em se estabelecer um padrão ortográfico associava-se a dificuldade em se descrever a pronúncia brasileira. Muitos estudos tinham caráter assistemático, demonstrando o mesmo viés impressionista, característico do texto do Visconde de Pedra Branca, que fora escrito um século antes. Nessas circunstâncias, destacam-se Antenor Nascentes e Cândido Jucá, o primeiro, por propor a constituição de comissão com o objetivo de estabelecer um padrão de pronúncia a ser ensinado em escolas primárias, em escolas profissionais e em escolas normais; o segundo, por defender, no Congresso das Academias de Letras e Sociedades de Cultura Literária, em 1936, a fixação de uma prosódia literária da língua, que se ensinaria nas escolas públicas do país e que seria adotada em teatros, assim como em escolas de canto e de declamação.

As gramáticas tradicionais, apesar de terem sido alvo da irreverência do Movimento Modernista, também continuaram a estimular fortemente a padronização linguística na primeira metade do século XX, haja vista as muitas obras publicadas no período, entre as quais Pinto (1981) destaca as gramáticas históricas de autoria de Said Ali, de Antenor Nascentes e de Ismael Lima Coutinho.

Em texto de 1968 que se tornou clássico na discussão sobre a norma linguística no Brasil, Rodrigues (2012) afirmou que faltavam estudos sobre os padrões linguísticos do país. O conhecimento da real situação linguística de então era pouco consistente, como se depreende do seguinte comentário do autor:

Quase tudo o que se tem escrito sobre língua padrão (ou norma linguística) no Brasil está prejudicado por uma atitude normativa e muito subjetiva, que procura impor à sociedade um padrão, em lugar de procurar descobrir o padrão, ou os padrões naturalmente constituídos na sociedade. (RODRIGUES, 2012, p. 14).

Foi a partir de 1970 que começaram a se desenvolver projetos com o objetivo de descrever e de analisar as muitas variedades linguísticas do país. Além do pioneiro Norma Linguística Urbana Culta, formado naquela década, Coelho *et al.* (2015) mencionam que muitos bancos de dados se constituíram e ainda estão em formação, abrangendo diferentes procedências, tamanhos de amostra e variáveis sociais sob controle. Citam como exemplos os seguintes: Programa de Estudos sobre Usos da Língua (PEUL – Amostra Censo), Variação Linguística na Região Sul do Brasil (Varsul), Variação Linguística no Estado da Paraíba (VALPB), Dialetos Sociais Cearenses, Língua Usada em Alagoas (LUAL), Discurso & Gramática (D&G), Amostra Linguística do Interior Paulista (ALIP), Banco de Dados

Sociolinguísticos da Fronteira e da Campanha Sul-Rio-Grandense (BDS Pampa), Banco de Dados Sociolinguísticos Variáveis por Classe Social (VarX).

Embora, a partir do último quartel do século XX, a abordagem da heterogeneidade linguística no Brasil tenha passado a contar com o arcabouço teórico-metodológico da sociolinguística e com muitas informações agregadas pelas pesquisas empíricas calcadas nesta e em outras vertentes do conhecimento linguístico, Ana Maria S. Zilles, afirmou, em 2008, na apresentação do livro de Faraco (2009, p. 15), que “sofremos, de fato, de esquizofrenia linguística, pois amargamos uma dura dissociação entre a ação (o modo como falamos) e o pensamento (o modo como representamos o modo como falamos)”.

Um dos sintomas dessa “esquizofrenia linguística” é a multiplicidade de denominações – e de representações – que se aplicam à norma linguística modelar imposta no século XIX: “norma culta, norma-padrão, norma gramatical, gramática, língua culta, língua padrão, língua certa, língua cuidada, língua literária, entre tantas outras” (FARACO, 2009, p. 15).

De fato, além dessas denominações, diferentes etiquetas costumam ser aplicadas às heterogeneidades linguísticas brasileiras: “padrão ideal”, “padrão real” (RODRIGUES, 2012, p. 12); “norma subjetiva”, “norma objetiva” (CASTILHO, 2012, p. 27; LUCCHESI, 2012, p. 58); “norma prescritiva” (CASTILHO, 2012, p. 27), “língua formal” (BRITTO, 2012, p. 132); “variedades cultas” (BAGNO, 2012, p. 163), “norma curta” (FARACO, 2009, p. 91); “norma oculta” (BAGNO, 2003).

Diante de terminologia tão diversificada para nomear realidade igualmente multifacetada, uma certeza sobre a padronização linguística no Brasil parece ter sido bem expressada por Faraco (2009):

Não existe, em suma, uma norma “pura”: as normas absorvem características umas das outras – elas são, portanto, sempre hibridizadas. Por isso não é possível estabelecer com absoluta nitidez e precisão os limites de cada uma das normas – haverá sempre sobreposições, desbordamentos, entrecruzamentos. (FARACO, 2009, p. 42).

Daí, conclui-se que, por não existir uma norma pura, o trabalho de sistematização da heterogeneidade linguística se torna um grande desafio. Acredita-se, no entanto, que essa dificuldade não pode servir como mais um pretexto para que se adote um único padrão linguístico no país, já que esse procedimento tende a subtrair alternativas de expressão oral e escrita, empobrecendo as interações linguísticas que se realizam em português do Brasil.

3 METODOLOGIA

3.1 Delimitação de *corpora*

Foram levantadas ocorrências das variantes inovadoras EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE, bem como de variantes conservadoras de CLCs causais, em três conjuntos ou grupos de textos: decisão judicial, texto jornalístico e texto técnico-científico não jurídico.

3.1.1 Decisões judiciais

Segundo Silva (2008), *decisão judicial* é o termo por meio do qual se designa genericamente:

[...] todo e qualquer despacho proferido por um juiz ou tribunal, em qualquer processo ou ato submetido à sua apreciação e veredicto.
Pode ser proferida, em forma de mera decisão interlocutória, ou sob a forma de sentença [...]. (SILVA, 2008, p. 234).

De acordo com o *caput* do art. 4º da Lei nº 11.419, de 19 dez. 2006:

Art. 4º. Os tribunais poderão criar Diário da Justiça eletrônico, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação de atos judiciais e administrativos próprios e dos órgãos a eles subordinados, bem como comunicações em geral. (BRASIL, 2017f).

O parágrafo 2º do art. 4º da Lei nº 11.419/2006 prevê que a publicação eletrônica na forma desse artigo substitui qualquer outro meio de publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, excetuando-se os casos que, por lei, exigem intimação ou vista pessoal (BRASIL, 2017f).

Assim, por serem representantes do texto judicial por excelência e por se revestirem de caráter eminentemente oficial, as decisões judiciais disponibilizadas por meio eletrônico foram eleitas para comporem o *corpus* relativo aos textos judiciais. Como, em geral, as publicações nos diários eletrônicos judiciais são separadas em matérias

administrativas e em matérias judiciais, deu-se preferência a estas últimas, pois elas se referem aos textos diretamente elaborados por magistrados, por seus assessores e por seus assistentes.

Foram objeto desta pesquisa decisões judiciais extraídas de três diários judiciais eletrônicos, disponibilizados na internet em 30 nov. 2016, correspondentes à data de publicação⁴¹ 1º dez. 2016, a saber:

- a) *Diário da Justiça Eletrônico* (Caderno II – Judicial – 2ª Instância) do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;
- b) *Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região* (Caderno Judicial JFRJ), publicação do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Rio de Janeiro e Espírito Santo);
- c) *Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho* (Caderno Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região), relativo à Justiça do Trabalho no Estado do Rio de Janeiro.

A opção por coletar textos de um tribunal de justiça comum⁴² (justiça estadual) e de dois tribunais de justiça especializada (um tribunal de justiça federal e um tribunal de justiça do trabalho) foi feita buscando-se obter maior representatividade dos diversos órgãos da justiça nos dados a serem analisados.

Pretendia-se, a princípio, diversificar não apenas os órgãos da justiça sobre os quais incidiria a pesquisa, mas também as localidades onde os textos foram produzidos, de modo que os dados proviessem de pelo menos um Estado de cada região geográfica do país. Tal pretensão mostrou-se inexecutável, porque a quantidade de textos se avolumaria tanto, que o tratamento quantitativo de dados ficaria comprometido em face dos limites físico e temporal do presente trabalho. Além de inviável, concluiu-se, na verdade, que era desnecessário levar adiante a ideia de trabalhar com textos judiciais representativos de cada região do país, já que o foco da pesquisa é a comparação entre os textos judicial, jornalístico e técnico-científico, todos eles escritos em português padrão atualmente usado no Brasil, de modo que eventual variação dialetal, pouco notável, não teria repercussão significativa no cotejamento das espécies textuais examinadas.

⁴¹ O § 3º do art. 4º da Lei n. 11.419/2006 dispõe que “considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.” (BRASIL, 2017f).

⁴² No Apêndice AJ da presente pesquisa, detalha-se a estrutura e a organização do Poder Judiciário no Brasil.

Além de se restringir o *corpus* correspondente às decisões judiciais a três tribunais do Estado do Rio de Janeiro, procurou-se levantar os dados por amostragem, porque o total de páginas em cada diário é muito grande, a saber:

- a) 380 páginas no *Diário da Justiça Eletrônico* (Caderno II – Judicial – 2ª Instância);
- b) 2.793 páginas no *Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região* (Caderno Judicial JFRJ);
- c) 3.653 páginas no *Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho* (Caderno Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região).

Caso se tomassem os três diários na íntegra, ter-se-ia um total de 6.826 páginas.

Assim, a análise integral dos diários judiciais eletrônicos certamente comprometeria a comparação desse conjunto de textos com o grupo de textos jornalísticos e com a coletânea de textos técnico-científicos, pois a dimensão dos *corpora* excederia os limites de uma análise factível no alcance do presente trabalho. Por essa razão, entendeu-se que o *corpus* judicial estaria bem representado na pesquisa se se considerassem, pelo sistema de amostragem, 10% do total de páginas de cada diário eletrônico judicial. Para garantir aleatoriedade, adotou-se o critério de selecionar, em cada publicação, os textos correspondentes às páginas de números 10, 20, 30, etc., com o objetivo de nelas buscarem-se as ocorrências das variantes objeto de investigação.

Os diários eletrônicos selecionados contêm certas partes de texto sem interesse para a pesquisa, tais como preâmbulos e fechamentos. A ausência de interesse nesses itens deve-se ao fato de que, em ambos os trechos, não há probabilidade de ocorrência de conjunções ou de locuções conjuntivas, pois, nos primeiros, geralmente aparecem apenas informações sobre o órgão emissor, o número do processo a que se refere a matéria publicada, o nome das partes envolvidas e o assunto; nos últimos, registram-se, por exemplo, o local, a data e o nome da autoridade judicial que expediu a intimação, a notificação, o despacho, o edital, etc.

Há, ainda, seções de diários que se referem exclusivamente à distribuição de feitos, em que os elementos textuais se organizam em padrão distinto da forma oracional, o que frustra a expectativa de encontrar conectivos causais nessas passagens.

Por isso, foram expurgadas dos diários judiciais as partes correspondentes a preâmbulos, a fechamentos e a informações sobre distribuição de feitos.

Selecionadas as páginas dos diários judiciais eletrônicos correspondentes à amostra de 10% e delas decotados os elementos textuais em que não havia probabilidade de

encontrar conectivos (preâmbulos, fechamentos e informações sobre distribuição de feitos), obteve-se o total de palavras efetivamente analisadas em cada um dos três arquivos de texto judicial, conforme Quadro 5, apresentado abaixo:

QUADRO 5 – Número de palavras efetivamente analisadas nos textos judiciais

PUBLICAÇÃO	NÚMERO DE PALAVRAS
<i>Diário da Justiça Eletrônico</i> (Caderno II – Judicial – 2ª Instância)	16.763
<i>Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região</i> (Caderno Judicial JFRJ)	100.205
<i>Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho</i> (Caderno Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região)	55.265
Total	172.233

O número de palavras consignado no Quadro 5 é muito importante para que se satisfaça o quesito *comparabilidade*: como o total de palavras efetivamente analisadas no conjunto dos três diários judiciais foi 172.233, examinou-se esse mesmo número de palavras no grupo de textos jornalísticos e na coletânea de textos técnico-científicos de áreas não jurídicas.

3.1.2 Textos jornalísticos

Os textos jornalísticos foram colhidos em periódicos publicados recentemente no Brasil, a saber: jornais *Folha de São Paulo* (edição de 17 maio 2017) e *O Globo* (edições de 1º mar. 2017 e de 29 mar. 2017); revistas *Carta Capital* (edição de 15 fev. 2017), *Época* (edição de 24 abr. 2017) e *IstoÉ* (edição de 2 nov. 2016).

Foram excluídos de cada publicação os componentes textuais relativos a anúncios e a propagandas, uma vez que eles costumam fugir do português padrão escrito no Brasil. Também foram expurgadas as imagens, as tabelas, os gráficos e as respectivas legendas quando estas não se constituíam sob a forma de oração, mas de pequenas frases nominais, de nomes, etc., nos quais não havia possibilidade de encontrar conectivo causal.

Feitas essas deduções, a fim de assegurar a comparabilidade com os textos dos diários judiciais, analisaram-se, ao todo, 172.233 palavras provenientes do conjunto de publicações jornalísticas. Para se alcançar esse número, considerou-se, no caso dos jornais

O Globo e Folha de São Paulo e das revistas *Carta Capital* e *Época*, o texto integral de cada publicação, exceto, como mencionado, as deduções relativas a anúncios, a propagandas, a imagens, a tabelas, a gráficos e a legendas não oracionais. Apurada a soma do número de palavras que foram efetivamente analisadas desses jornais e dessas revistas, extraiu-se da revista *IstoÉ* somente o número de palavras que faltou para se atingir o total de 172.233 palavras. Com base nesse critério, o número de palavras de cada periódico que foram efetivamente analisadas é o que consta do Quadro 6, abaixo.

QUADRO 6 – Número de palavras efetivamente analisadas nos textos jornalísticos

PUBLICAÇÃO	NÚMERO DE PALAVRAS
<i>Carta Capital</i> , 15 fev. 2017	24.488
<i>Época</i> , 24 abr. 2017	26.181
<i>Folha de São Paulo</i> , 17 maio 2017	36.940
<i>IstoÉ</i> , 2 nov. 2016	11.949
<i>O Globo</i> , 1º mar. 2017	32.636
<i>O Globo</i> , 29 mar. 2017	40.039
Total	172.233

3.1.3 Textos técnico-científicos de áreas não jurídicas

Primeiramente, é necessário esclarecer que a qualificação *de áreas não jurídicas*, considerada como restritiva na seleção de textos técnico-científicos, deve-se ao fato de que muitos magistrados, além de exercerem atividades judicantes, costumam escrever e publicar artigos e livros sobre sua área de atuação. Isso também ocorre com assessores e com assistentes de magistrados. Assim, a eventual inclusão de artigos e de livros sobre Direito, escritos por magistrados, por seus assessores ou por seus assistentes, no *corpus* de textos técnico-científicos poderia contaminar a amostra desta área e, por isso, tornar imprecisos os limites entre ela e a área judicial, obscurecendo eventuais diferenças entre os conjuntos de textos desses dois setores.

Os textos técnico-científicos não jurídicos considerados nesta pesquisa foram retirados de um livro da área de Filosofia (*Filosofia da Linguagem e da Lógica*) e de revistas

eletrônicas de seis diferentes áreas, disponibilizadas para o público em geral na internet, a saber: *Revista de Ensino de Biologia da Associação Brasileira de Ensino de Biologia* (SBEnBio), *Revista Brasileira de Ensino de Física*, *Revista Brasileira de Geografia*, *Revista Brasileira de História*, *Revista da Associação Brasileira de Linguística* e *Revista Virtual de Química*.

Foram desconsiderados alguns elementos textuais dessas publicações, nos quais se julgou improvável a ocorrência de conjunções ou de locuções conjuntivas causais. Expurgaram-se fichas catalográficas, sumários, tabelas em que somente aparecem números e equações, legendas e títulos sem orações, nomes de autores, *abstracts*, citações em língua estrangeira, notas de rodapé não oracionais (referências, códigos, números, etc.), referências bibliográficas, equações. Também foram excluídos da *Revista da Associação Brasileira de Linguística* trechos que reproduzem textos em português antigo, já que a presente pesquisa se ocupa tão somente do português que efetivamente se usa no Brasil hoje.

A fim de resguardar a comparabilidade entre os três conjuntos de texto (judicial, jornalístico e técnico-científico não jurídico), considerando que o *corpus* relativo aos textos técnico-científicos de áreas não jurídicas constituiu-se de sete obras, selecionaram-se artigos de cada periódico e do livro, na ordem sequencial em que aparecem na publicação, até que se obtivessem 24.603 palavras da *Revista de Ensino de Biologia da Associação Brasileira de Ensino de Biologia* (SBEnBio) e 24.605 palavras de cada uma das seis outras obras consultadas. Esse último número representa a média aritmética simples que resulta da divisão de 172.233 (total de palavras analisadas em cada um dos outros conjuntos de textos – judicial e jornalístico) por sete. Foram, portanto, extraídas, ao todo, 172.233 palavras das sete obras de textos técnico-científicos de áreas não jurídicas, número que corresponde ao resultado da expressão aritmética “ $24.603 + 6 \times 24.605$ ” e que se equipara, como mencionado, ao total de palavras oriundas de textos judiciais, assim como ao total de palavras provenientes dos textos jornalísticos, que foram efetivamente analisadas.

Em síntese, mediante a adoção desses critérios de filtragem e de amostragem, definiu-se o número de palavras que seriam obtidas em cada publicação técnico-científica de áreas não jurídicas, conforme consta do Quadro 7, que se segue.

QUADRO 7 – Número de palavras efetivamente analisadas nos textos técnico-científicos de áreas não jurídicas

PUBLICAÇÃO	NÚMERO DE PALAVRAS
<i>Filosofia da Linguagem e da Lógica</i>	24.605
<i>Revista de Ensino de Biologia da Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEnBio)</i>	24.603
<i>Revista Brasileira de Ensino de Física</i>	24.605
<i>Revista Brasileira de Geografia</i>	24.605
<i>Revista Brasileira de História</i>	24.605
<i>Revista da Associação Brasileira de Linguística</i>	24.605
<i>Revista Virtual de Química</i>	24.605
Total	172.233

3.2 Seleção de variantes

Definidos os textos para análise em cada coletânea objeto da pesquisa (judicial, jornalística e técnico-científica de áreas não jurídicas), buscou-se estabelecer quais os conectivos causais seriam capturados dos textos escolhidos para exame.

De acordo com os critérios *legitimação em gramática* e *legitimação dicionário*, apresentados nas subseções 2.2.2.1 e 2.2.2.2, definiram-se os conectivos causais que são considerados como variantes padrão e conservadoras, os quais figuram no Quadro 2, a saber: *como, dado que, desde que, devido a, em razão de, já que, pois, pois que, por, por causa de, porquanto, porque, que, se, uma vez que, visto que*.

As variantes causais não padrão e inovadoras são EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE, apresentadas e caracterizadas na subseção 2.2.3.

Tanto as variantes padrão quanto as variantes não padrão foram submetidas ao *critério oracional*, que será descrito na próxima subseção (3.2.1), ao qual deveriam atender para que fossem consideradas ocorrências na presente pesquisa.

Assim, por *ocorrência*, designa-se, nesta pesquisa, a realização de uma das variantes causais inovadoras – EIS QUE, POSTO QUE, VEZ QUE – ou de uma das variantes causais conservadoras – *como, dado que, desde que, devido a, em razão de, já que, pois, pois*

que, por, por causa de, porquanto, porque, que, se, uma vez que, visto que – que satisfaça o *requisito oracional*, descrito a seguir.

3.2.1 *Requisito oracional*

Para preencher esse requisito e ser considerado ocorrência de variante causal, um conectivo causal deveria introduzir uma oração subordinada adverbial causal, conforme nomenclatura que se usa nas GTs⁴³, ou seja, o conectivo causal deveria vir seguido de forma verbal explícita, localizada em oração que, em termos semânticos, indica circunstância de causa relativamente a uma outra oração do período, chamada de oração principal, como no exemplo que se segue:

(66) O tambor soa **porque** é oco. (CEGALLA, 1993, p. 268, grifos meu e do autor).

Compare-se (66) com os exemplos (67), (68) e (69), que se seguem:

(67) Distinta do golpe instantâneo e violento **porque** um processo de liquidação das raízes ibéricas de nossa História, a ser transplantada em novo chão, a revolução americana é vivida no dia a dia e com ampla participação. (REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, 2016, p. 7, grifo meu).

(68) Foi um período de valorização demencial do real (quem se lembra do dólar a R\$1,55, em 2011?) e de inflação de custos industriais, ainda mais grave **porque** em um momento de queda de preços no mercado mundial de produtos manufaturados. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017, p. 18, grifo meu).

(69) Conheço dos embargos de declaração, **porquanto** tempestivos. (DEJF/2ª REGIÃO, 2017, p. 890, grifo meu).

Enquanto em (66) a conjunção *porque* é seguida da forma verbal explícita *é*, em (67) a conjunção *porque* é seguida do sintagma nominal *um processo de liquidação das raízes ibéricas de nossa História*, sem que se configure uma oração subordinada adverbial causal,

⁴³ Segundo Cegalla (1993, p. 346, grifo do autor), “*oração subordinada* é a que depende de outra: serve-lhe de termo e completa-lhe ou amplia-lhe o sentido”.

pois não há forma verbal regida por esse sintagma. Nesse caso, portanto, não há satisfação do requisito oracional.

Do mesmo modo, em (68) e em (69), não se encontram orações subordinadas adverbiais causais, pois os conectivos *porque* e *porquanto* precedem, respectivamente, um sintagma preposicionado (*em um momento de queda de preços no mercado mundial de produtos manufaturados*) e um sintagma adjetival (*tempestivos*), sem que haja forma verbal a eles associada. Logo, não satisfeito o requisito oracional, que se adotou neste trabalho, não se considera o conectivo *porque* dos exemplos (67) e (68) nem o conectivo *porquanto* do exemplo (69) como ocorrências de variantes causais.

Para ser considerado variante causal, o conectivo deveria estar seguido de forma verbal explícita, ainda que ela estivesse no infinitivo ou no particípio, formando o que os gramáticos tradicionais chamam de orações reduzidas⁴⁴, como as que se apresentam a seguir:

(70) Recebo os recursos manejados pelo reclamante e pela 1ª reclamada, **por estarem** presentes os pressupostos de admissibilidade. (DEJT, 2017, p. 640, grifo meu).

(71) **Por preenchidos** os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso ordinário da parte autora. (DEJT, 2017, p. 2.050, grifo meu).

Em (70), encontra-se a formação a que se refere Castilho (2014), constituída da preposição *por*, seguida da forma verbal infinitiva *estarem*, em que a preposição é considerada variante causal.

Em (71), apesar de a preposição *por* não se seguir de verbo no infinitivo, entendeu-se que a forma verbal *preenchidos* favorece a satisfação do *critério oracional*, porque com ela se constrói uma oração reduzida de particípio. Considerou-se, portanto, que em (71) também há ocorrência de variante causal.

Comparem-se, agora, (70) e (71) com o exemplo (72), que se segue, no qual não há oração reduzida, pois falta o elemento essencial para isso, ou seja, a forma nominal do verbo:

(72) Assim, **por presentes** os requisitos, recebo os recursos ordinários dos Reclamados. (DEJT, 2017, p. 640, grifo meu).

⁴⁴ De acordo com Rocha Lima (2007, p. 262, grifo do autor), “as orações reduzidas (ou, noutra terminologia – *implícitas*) têm o verbo numa das formas infinitas ou nominais: o infinitivo, o gerúndio, ou o particípio”.

Admitido que, em (72) e em vinte construções similares a ela, encontradas nos textos pesquisados, tem-se uma estrutura distinta de (70) e de (71), porque naquele caso a preposição *por* tem valor semântico causal, mas não satisfaz o *requisito oracional*, por não estar seguida de verbo no infinitivo ou no particípio, resta destacar que todos os vinte e um episódios de exclusão por não atendimento ao critério oracional foram observados no *corpus* relativo às decisões judiciais.

O *requisito oracional* aplica-se tanto às variantes padrão quanto às variantes não padrão, EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE. Isso quer dizer que essas locuções somente foram consideradas como ocorrências de variantes causais quando, nos textos pesquisados, elas introduziam oração subordinada adverbial, conforme exemplos (73) e (74), que se seguem:

(73) Em sede de agravo regimental não se conhece de alegações estranhas às razões da insurgência especial, **EIS QUE** evidenciam vedada inovação de fundamento. (DEJF/2ª REGIÃO, 2017, p. 2.160, grifo meu).

(74) Por ser ônus da ré a prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, deve ser oportunizada à mesma sua ampla produção, sob pena de restar caracterizado o cerceamento do direito de defesa, **VEZ QUE** não oportunizada a produção das provas oral e pericial requeridas [...]. (DEJF/2ª REGIÃO, 2017, p. 2.160, grifo meu).

Considera-se que tanto (73) quanto (74) satisfazem o *requisito oracional*: em (73), a forma verbal da oração subordinada adverbial causal é finita (*evidenciam*); em (74), considera-se que há uma oração reduzida adverbial causal em que a forma verbal está no particípio (*oportunizada*).

Com relação a (75), abaixo, considera-se que não foi satisfeito o *requisito oracional*, já que não há forma verbal explícita formando oração subordinada adverbial causal:

(75) Indefiro o requerido às fls. Retro, **POSTO QUE** incabível a citação do executado, na pessoa do sócio [...]. (DEJF/2ª REGIÃO, 2017, p. 780, grifo meu).

Desse modo, em (75), por não introduzir oração subordinada adverbial causal, POSTO QUE não foi considerada como ocorrência de variante causal.

3.3 Seleção de ocorrências

À medida que as variantes não padrão (EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE), bem como as variantes padrão eram localizadas nos textos selecionados para a pesquisa, verificava-se se aquelas e estas satisfaziam o *requisito oracional*. Em caso afirmativo, elas se transformavam em ocorrência alvo de captura, e o segmento de texto em que estavam inseridas era objeto de registro em quadro criado para receber esses dados, conforme será descrito adiante, na subseção 3.4, intitulada *Registro de Ocorrências*.

Seguindo esse método, foram detectadas e coletadas todas as ocorrências com as variantes consideradas inovadoras (EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE) e com as demais variantes objeto da pesquisa, consideradas padrão ou conservadoras, relacionadas no Quadro 2.

Nas próximas subseções, discute-se o tratamento dispensado às ocorrências quando elas apareceram repetidas (subseção 3.3.1), em paralelismo sintático (subseção 3.3.2) e em estruturas ambíguas (subseção 3.3.3).

3.3.1 Ocorrências repetidas

Ao longo da coleta dos dados, observou-se que algumas ocorrências incidiam em construções oracionais similares ou até mesmo idênticas, como a que se segue:

(76) À conta de tais fundamentos, **por** não visualizar, no caso presente, a necessidade desta tutela de emergência qualificada, INDEFIRO O PEDIDO LIMINAR. (DJE/RJ, 2017, p. 110, grifo meu).

Esse texto, relatado por um mesmo Desembargador, aparece de forma repetida em uma mesma página de diário judicial. Como não se trata de texto pré-formatado, a repetição do período e, particularmente, da oração em que se utiliza o mesmo conectivo (*por*) reforça a escolha do autor pela variante.

No Quadro 8, que se segue, estão relacionadas todas as ocorrências que se repetem em período(s) idêntico(s) ao período em que a ocorrência foi observada pela primeira vez nos textos dos *corpora* analisados.

QUADRO 8 – Ocorrências repetidas nos textos analisados

OCORRÊNCIA			VARIANTE
Registro	Número de ordem no Registro	Página da publicação	
Quadro 13, Apêndice A (TJ/RJ)	23	110	<i>por</i>
	24	110	
Quadro 14, Apêndice B (TRF/RJ)	35	1.980	<i>como</i>
	35	1.980	
	43	920	<i>já que</i>
	44	930	
	66	1.470	<i>pois</i>
	67	1.480	
	68	1.490	
	96	650	<i>porquanto</i>
	97	660	
	98	670	
	122	920	<i>uma vez que</i>
	123	930	
	124	1.000	<i>uma vez que</i>
	125	1.010	
134	1.420	<i>uma vez que</i>	
135	1.420		
Quadro 15, Apêndice C (TRT/RJ)	12	1.130	<i>POSTO QUE</i>
	14	1.140	
	36	920	<i>pois</i>
	37	930	
	113	1.150	<i>porque</i>
	115	1.160	

Com base no Quadro 8 acima, apura-se que 11 ocorrências se repetiram, o que corresponde a 1,17% do total de 942 ocorrências encontradas nos três conjuntos de textos. Todas as repetições foram encontradas nos textos judiciais e equivalem a 3,24% do total de 340 ocorrências desse conjunto de textos.

As reincidências não tiveram, contudo, nenhum significado especial no conjunto de textos estudados, cabendo ponderar, tão somente, que:

- a) os percentuais correspondentes ao total das ocorrências que se repetiram sobre o total de ocorrências dos três conjuntos de textos (1,17%) e sobre o total de ocorrências do grupamento de textos judiciais (3,24%) são relativamente baixos;
- b) são diversificadas as variantes que estão nas ocorrências que se repetem;

- c) das variantes inovadoras EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE, somente houve reincidência de POSTO QUE, mesmo assim, ela se repete somente uma vez;
- d) a maioria dos casos de repetição foi observada em textos de processos judiciais diferentes; somente um caso de repetição ocorreu em decisão de um mesmo processo, significando, de qualquer modo, que quem redigiu o texto teve predileção pela variante reincidente, em detrimento de outras variantes.

3.3.2 Ocorrências em simetria de construção

Foram contadas como duas ocorrências aquelas construções em que a variante integra estruturas em paralelismo ou simetria de construção⁴⁵, como a que se segue:

- (77) Considerando que tanto a instituição financeira quanto o INSS concorreram para o evento danoso, aquela **por** conceder empréstimo sem se certificar da autenticidade e da veracidade dos documentos apresentados, e este **por** ter realizado descontos no benefício previdenciário do autor, sem a devida autorização, cabe a eles suportar o ônus de restituir os valores descontados indevidamente, bem como ao pagamento dos danos morais. (DEJF/2ª REGIÃO, 2017, p. 1.210, grifos meus).

Em (77), no lugar de *por ter realizado*, teria sido possível o emprego de *porque realizou*, sem que isso tornasse a frase “incorreta”, diferentemente de combinações que ocorrem, por exemplo, em períodos com orações coordenadas alternativas, em que as conjunções devem ser usadas aos pares, observando o princípio do paralelismo gramatical estrito (*ou... ou, ora...ora, seja... seja*, etc.).

Assim, a existência de variante causal empregada em uma estrutura em paralelismo, como a exemplificada em (77), denota que, cada vez que o conectivo causal foi reutilizado, renovou-se a opção do autor pelo uso daquela variante.

Isso levou à adoção do critério segundo o qual o trecho transcrito em (77) possui duas ocorrências: a primeira, constituída pela preposição *por* seguida da forma verbal infinitiva *conceder*; a segunda, formada pela preposição *por*, seguida da perífrase verbal *ter realizado*.

⁴⁵ As noções de *paralelismo* ou *simetria de construção* aqui aplicadas estão baseadas em Garcia (1977).

Abaixo, no Quadro 9, estão listadas as ocorrências em paralelismo localizadas nos textos dos *corpora* examinados.

QUADRO 9 – Ocorrências em paralelismo nos textos analisados

OCORRÊNCIA			VARIANTE
Registro	Número de ordem no Registro	Página da publicação	
Quadro 14, Apêndice B (TRF/RJ)	87 e 88	1.210	<i>por</i>
Quadro 15, Apêndice C (TRT/RJ)	66 e 68	520	<i>por</i>
	79 e 80	1.120	<i>por</i>
	117 e 118	1.590	<i>porque</i>
Quadro 16 Apêndice D (<i>O GLOBO</i> , 1º mar. 2017)	30 e 31	17	<i>por</i>
	45 e 46	21	<i>porque</i>
Quadro 18, Apêndice F (<i>F. S. Paulo</i> , 17 maio 2017)	34 e 35	Caderno B2	<i>porque</i>
Quadro 19, Apêndice G (<i>Carta Capital</i> , 15 fev. 2017)	23 e 24	29	<i>por</i>
Quadro 20, Apêndice H (<i>Época</i> , 24 abr. 2017)	13 e 14	79	<i>por</i>
	15 e 16	26	<i>porque</i>
Quadro 23, Apêndice K (<i>Filosofia da linguagem e da lógica</i>)	44 e 45	32	<i>porque</i>
Quadro 27, Apêndice O (<i>Revista da ABRALIN</i>)	36 e 37	135	<i>por</i>

Como se depreende do Quadro 9, acima, observaram-se sete ocorrências em paralelismo com a variante *por* e cinco ocorrências em paralelismo com a variante *porque*. Essas doze ocorrências em simetria representam 1,27% do total de 942 ocorrências dos três conjuntos de textos e aparecem com ligeira predominância no grupo de textos jornalísticos (seis ocorrências paralelas) sobre a coletânea de textos judiciais (quatro ocorrências paralelas) e sobre o conjunto de textos técnico-científicos não jurídicos (duas ocorrências paralelas).

3.3.3 Estruturas ambíguas

Adotou-se o critério de não computar como ocorrência de variantes causais os itens que se revestiam de sentido ambíguo, ou que integravam sentença com ambiguidade de sentido. A ambiguidade semântica ocorre, por exemplo, na seguinte passagem:

- (78) Trata-se de requerimento de antecipação da tutela visando a concessão liminar de benefício previdenciário indeferido administrativamente **por parecer** contrário à existência de incapacidade da parte requerente. (DEJF/2ª REGIÃO, 2017, p. 2.680, grifo meu).

Considerou-se que não há ocorrência de variante causal no trecho reproduzido em (78) porque nele há duas hipóteses de leitura da palavra *parecer*. Ela pode ser lida como substantivo ou como verbo. Como, para atender ao *requisito oracional*, somente se reconheceu ocorrência de variante causal nos casos em que a preposição *por* estivesse seguida de forma verbal no infinitivo ou no particípio, e como o contexto não permite afirmar que é essa a hipótese de leitura mais plausível para (78), descartou-se o item como ocorrência.

No seguinte excerto, ocorre outro exemplo de estrutura que foi descartada por parecer ambígua:

- (79) O chefe assegurou que Mascarenhas não precisava se preocupar, **que** seria bem recompensado. Ele, então, aceitou o cargo. (ÉPOCA, 2017, p. 18, grifo meu).

A ambiguidade, em (79), incide sobre a segunda palavra *que*, pois esta pode ser lida como uma conjunção integrante, em paralelismo com o primeiro *que*, ou como uma conjunção causal. Na primeira hipótese, “o chefe” teria assegurado duas coisas: *que não precisava se preocupar* e *que seria bem recompensado*. Na hipótese de ser uma conjunção causal, teria havido uso provavelmente indevido da vírgula, o segundo *que* equivaleria a *porque* e, como tal, apresentaria o motivo por que Mascarenhas não precisaria se preocupar.

Finalmente, menciona-se, como exemplo de ambiguidade, a conjunção *porque*, a qual parece ter sido usada não somente para estabelecer relação de causa e consequência, mas também para explicar ou justificar uma afirmação anterior, caso em que foi subtraída das ocorrências com variante causal, por se classificar como conjunção coordenada explicativa.

Observando todas as orações introduzidas por *porque* nos conjuntos de publicações examinadas, concluiu-se que a oração reproduzida em (80), a seguir, não deveria ser considerada subordinada causal:

- (80) Não é aceitável subestimar o eleitor. Não nos enganemos, **porque** o cidadão não vai comparar listas e partidos. (O GLOBO, 29 mar. 2017, p. 17, grifo meu).

A oração introduzida por *porque*, em (80), foi considerada explicativa já que sua semântica aponta mais para a justificação de um comando constante da oração principal (*não nos enganemos*) do que para o estabelecimento de uma relação de causa e consequência.

Observe-se, agora, o seguinte período:

(81) Acho que o carro pegou fogo, **porque** estava subindo muita fumaça. (O GLOBO, 1º mar. 2017, p. 11, grifo meu).

A classificação da oração introduzida por *porque*, em (81), não é tão imediata. A dúvida se deve ao fato de que se trata de período composto, com duas formas verbais (“acho” e “pegou”) antes da oração que se inicia com *porque*. Se, por um lado, é certo que “estar subindo muita fumaça” não é a causa de “o carro ter pegado fogo”, por outro, é admissível que a causa do “achar” esteja contida na oração “porque estava subindo muita fumaça”. Na incerteza quanto à correta classificação do conectivo *porque*, adotou-se o critério de excluí-la da contagem de ocorrências de variantes causais.

3.4 Registro de ocorrências

Criou-se um quadro para registro das ocorrências levantadas em cada publicação pesquisada. Cada quadro criado constitui um apêndice da presente pesquisa. Explicita-se, a seguir, no Quadro 10, o conteúdo dos quadros numerados de 13 a 28, localizados nos Apêndices de letras A até P, que englobam as ocorrências observadas em cada obra selecionada para pesquisa:

QUADRO 10 – Quadros e apêndices com registro de ocorrências

QUADRO	APÊNDICE	ORIGEM DAS OCORRÊNCIAS
13	A	<i>Diário da Justiça Eletrônico</i> , Caderno II - Judicial - 2ª Instância, ano 9, número 60/2016, disponibilização: 30 nov. 2016
14	B	<i>Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região</i> , Caderno Judicial JFRJ, disponibilização: 30 nov. 2016
15	C	<i>Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho</i> , Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, Caderno Judiciário, n. 2115/2016, divulgado em 30 nov. 2016
16	D	Jornal <i>O Globo</i> – 1º mar. 2017

QUADRO	APÊNDICE	ORIGEM DAS OCORRÊNCIAS
17	E	Jornal <i>O Globo</i> – 29 mar. 2017
18	F	Jornal <i>Folha de São Paulo</i> – 17 maio 2017
19	G	Revista <i>Carta Capital</i> – 15 fev. 2017
20	H	Revista <i>Época</i> – 24 abr. 2017
21	I	Revista <i>IstoÉ</i> – 2 nov. 2016
22	J	<i>Revista da SBEnBio</i> , v. 9, 2016
23	K	Livro: <i>Filosofia da linguagem e da lógica</i> (BRAIDA <i>et al.</i> , 2017)
24	L	<i>Revista Brasileira de Ensino de Física</i> , v. 39, n. 3, 2017
25	M	<i>Revista Brasileira de Geografia</i> , v. 61, n. 1, 2016
26	N	<i>Revista Brasileira de História</i> , v. 36, n. 73, 2016
27	O	<i>Revista da ABRALIN</i> , v. XVI, n. 1, 2017
28	P	<i>Revista Virtual de Química</i> , v. 9, n. 1, 2017

Cada quadro de registro de ocorrências compõe-se, basicamente, de três colunas: na primeira, há o número sequencial da ocorrência; na segunda, informa-se a página da publicação em que se localiza a ocorrência da variante causal; na terceira, transcreve-se o segmento de texto em que foi observada a ocorrência.

3.5 Tratamento estatístico dos dados

A partir dos dados que foram extraídos dos textos selecionados para pesquisa em cada publicação e que foram registrados como ocorrências nos quadros de números 13 a 28, correspondentes aos apêndices A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, M, N, O e P deste trabalho, efetuou-se o levantamento estatístico das ocorrências com as variantes não padrão (EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE), bem como com as variantes padrão relacionadas no Quadro 2.

Apuraram-se as frequências absoluta e relativa de cada variante causal. A frequência absoluta (N) refere-se ao número de vezes que cada variante aparece em determinada publicação; a frequência relativa (%) é o percentual que se apura como resultado da divisão da frequência absoluta de cada variante pela soma do número de vezes que todas as variantes ocorrem em determinada obra, multiplicado por 100.

Para cada publicação, criou-se uma tabela com três colunas. Na primeira coluna, estão listados os conectivos causais pesquisados; na segunda e na terceira colunas, registraram-se, respectivamente, a frequência absoluta (N) e a frequência relativa (percentual) de cada variante constante da primeira coluna. Ao todo, foram criadas dezesseis tabelas, numeradas de 5 a 20, correspondentes aos apêndices Q, R, S, T, U, V, W, X, Y, Z, AA, AB, AC, AD, AE e AF do presente trabalho.

Com o objetivo de verificar a frequência das variantes inovadoras EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE nos três grupos de texto – judicial, jornalístico e técnico-científico de áreas não jurídicas –, relativamente às demais variantes de CLCs, foram criadas as tabelas de números 21, 22 e 23, correspondentes aos apêndices AG, AH e AI, que informam as frequências absoluta e relativa de cada espécie coletada no conjunto de textos examinados de cada *corpus*.

A adoção do critério de comparação baseado em frequências absoluta e percentual não exigiu nenhum ajuste antes de se confrontarem os números obtidos em cada uma das três áreas de interesse (judicial, jornalística e técnico-científica não jurídica). Isso, porque a comparabilidade dos dados ficou previamente assegurada pelo fato de o tamanho de cada um dos três conjuntos de textos ser idêntico ao tamanho de cada um dos outros dois grupos de textos. Em termos numéricos, isso quer dizer que o grupamento de textos de cada área pesquisada possui o mesmo total de palavras pesquisadas: 172.233.

Foi criada, ainda, a Tabela 1, que se segue, na qual os dados estão dispostos de forma consolidada. Nessa tabela, além da primeira coluna, em que constam os conectivos pesquisados, existem oito colunas, em que se exibem as frequências absoluta e relativa das ocorrências coletadas. Dessas oito colunas, as duas primeiras informam as frequências obtidas no conjunto de textos judiciais; as duas colunas seguintes consignam as frequências referentes à coletânea de textos jornalísticos; a próxima dupla de colunas registra as frequências correspondentes às ocorrências do grupo de textos técnico-científicos; as duas últimas colunas exprimem os totais de ocorrências coletadas em todos os três conjuntos de textos pesquisados.

TABELA 1 – Dados consolidados

CONECTIVO	TEXTOS JUDICIAIS (A)		TEXTOS JORNALÍSTICOS (B)		TEXTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS (C)		TOTAL (A + B + C)	
	N	%	N	%	N	%	N	%
<i>EIS QUE</i>	32	9,41	-	-	-	-	32	3,40
<i>POSTO QUE</i>	6	1,76	1	0,39	1	0,29	8	0,85
<i>VEZ QUE</i>	19	5,59	-	-	-	-	19	2,02
<i>como</i>	16	4,71	24	9,38	29	8,38	69	7,32
<i>dado que</i>	2	0,59	1	0,39	1	0,29	4	0,42
<i>desde que</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>devido a</i>	-	-	-	-	2	0,58	2	0,21
<i>em razão de</i>	2	0,59	1	0,39	1	0,29	4	0,42
<i>já que</i>	21	6,18	25	9,77	20	5,78	66	7,01
<i>pois</i>	60	17,65	35	13,67	130	37,57	225	23,89
<i>pois que</i>	-	-	-	-	1	0,29	1	0,11
<i>por</i>	68	20,00	56	21,88	48	13,87	172	18,26
<i>por causa de</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>porquanto</i>	15	4,41	-	-	-	-	15	1,59
<i>porque</i>	33	9,71	96	37,50	71	20,52	200	21,23
<i>que</i>	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>se</i>	6	1,76	6	2,34	-	-	12	1,27
<i>uma vez que</i>	51	15,00	10	3,91	37	10,69	98	10,40
<i>visto que</i>	9	2,65	1	0,39	5	1,45	15	1,59
Totais	340	100,00	256	100,00	346	100,00	942	100,00

Fonte: Todas as tabelas constantes neste trabalho foram elaboradas pelo autor.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Na Tabela 1, sobressai inicialmente o fato de a coluna *Total* ($A + B + C$) demonstrar que três variantes padrão das 19 variantes causais (padrão e não padrão) sob investigação não foram encontradas em nenhum dos *corpora* estudados. São elas: *desde que*, *por causa de* e *que*.

Dentre as três variantes padrão que não apareceram em nenhum dos textos pesquisados, destaca-se a conjunção subordinativa *que*, conectivo sobre o qual recaía elevada expectativa de incidência nos textos analisados, uma vez que ele é mencionado como exemplo de conjunção causal em cinco gramáticas tradicionais consultadas (BECHARA, 2001, p. 326; CUNHA; CINTRA, 1985, p. 572; CEGALLA, 1993, p. 268; ROCHA LIMA, 2007, p. 186; SACCONI, 2011, p. 342), nas gramáticas de Castilho (2014, p. 374) e de Neves (2011, p. 802), bem como nos dicionários de Houaiss (2009) e de Ferreira (2010), o que fez pressupor forte tradição de uso.

Caso se extraíam da Tabela 1 os conectivos que estiveram ausentes dos *corpora* pesquisados e caso se coloquem em ordem decrescente os dados da Coluna *Total* ($A + B + C$), obtém-se a Tabela 2, apresentada a seguir:

TABELA 2 – Ocorrência de variantes causais no total dos *corpora* judicial, jornalístico e técnico-científico de áreas não jurídicas

CONECTIVO	NÚMERO	%
<i>pois</i>	225	23,89
<i>porque</i>	200	21,23
<i>por</i>	172	18,26
<i>uma vez que</i>	98	10,40
<i>como</i>	69	7,32
<i>já que</i>	66	7,01
<i>EIS QUE</i>	32	3,40
<i>VEZ QUE</i>	19	2,02
<i>porquanto</i>	15	1,59
<i>visto que</i>	15	1,59
<i>se</i>	12	1,27

CONECTIVO	NÚMERO	%
<i>POSTO QUE</i>	8	0,85
<i>dado que</i>	4	0,42
<i>em razão de</i>	4	0,42
<i>devido a</i>	2	0,21
<i>pois que</i>	1	0,11
Totais	942	100,00

A Tabela 2, acima, evidencia que quatro variantes causais padrão tiveram produtividade abaixo de 0,5% nos *corpora*. São elas: *dado que*, *devido a*, *em razão de*, *pois que*. Observa-se que as frequências relativas dessas variantes (0,42%, 0,21%, 0,42% e 0,11%, respectivamente) foram muito inferiores às frequências relativas das variantes inovadoras EIS QUE e VEZ QUE (3,40% e 2,02%, respectivamente). Considera-se que foram também pouco expressivas as realizações das variantes causais conservadoras *porquanto*, *se* e *visto que*, as quais, juntas, representaram 42 ocorrências, ou seja, menos de 5% do total de 942 ocorrências registradas nos três conjuntos de textos.

Destacam-se, ainda, nesta abordagem preliminar, as variantes que apresentaram maior produtividade nas coletâneas de textos: *como*, *já que*, *pois*, *por*, *porque* e *uma vez que*, com frequências relativas 7,32%, 7,01%, 23,89%, 18,26%, 21,23% e 10,40%, respectivamente.

Conforme assinalado no Quadro 2, *porque* é mencionada como conjunção causal em todas as gramáticas e em todos os dicionários consultados. Além disso, essa variante padrão é citada por Nicola e Infante (1999, p. 335) como a “conjunção típica” para se expressar circunstância de causa, podendo esta ser definida como “aquilo ou aquele que determina um acontecimento”. Neves (2011, p. 801, grifos da autora), certamente por considerá-la como característica da espécie, afirma que “em português, a análise das construções complexas **causais** pode ser representada na análise das orações iniciadas pela **conjunção PORQUE**”.

Diante da importância que gramáticos atribuem à conjunção *porque*, surpreende que a Tabela 2, acima, revele não ser esse o conectivo causal mais usado nos *corpora* desta pesquisa. À conjunção *porque* correspondem 200 ocorrências, isto é, 21,23% do total de conectivos encontrados em todos os textos pesquisados. Esses números conferiram a essa conjunção o segundo lugar entre os conectivos causais mais frequentes no conjunto de textos

analisados, precedida pela conjunção *pois*, que foi observada em 225 ocorrências, ou seja, em 23,89% do somatório de registros dos *corpora* examinados, o que lhe garantiu o primeiro lugar, em número de ocorrências, entre todos os conectivos causais coletados na pesquisa, com 25 registros a mais que a variante causal *porque*.

Além de ter ficado em segundo lugar, a conjunção *porque* manteve vantagem de menos de três pontos percentuais sobre a variante *por*, que teve 172 realizações nos três conjuntos de textos, ocupando o terceiro lugar, com frequência relativa de 18,26%.

A linha de totais da Tabela 1 informa que foram coletadas, ao todo, 942 ocorrências em que se constatou a presença de variantes das CLCs causais, assim distribuídas: 340 ocorrências em textos judiciais, 256 em textos jornalísticos e 346 em textos técnico-científicos de áreas não jurídicas⁴⁶. Esses dados podem ser visualizados no Gráfico 1, que se segue.

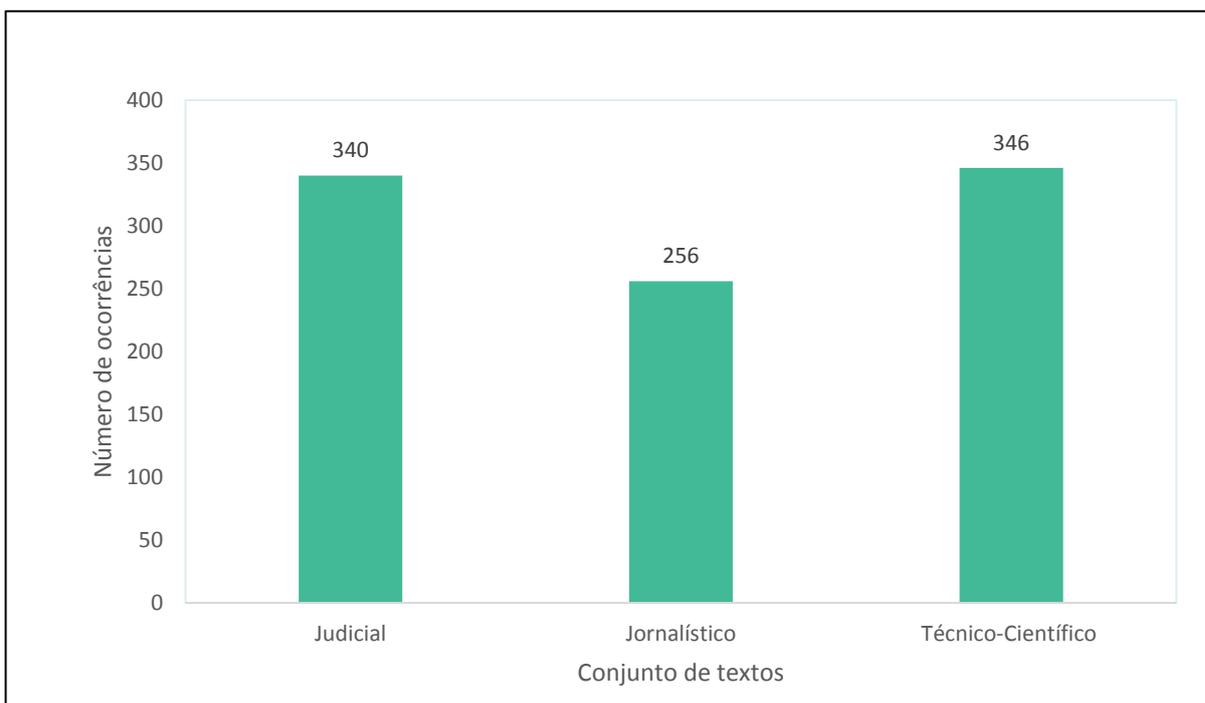


GRÁFICO 1 – Total de ocorrências com conectivos causais por grupo de textos

Fonte: Todos os gráficos constantes neste trabalho foram elaborados pelo autor.

Na Tabela 3, abaixo, além do número de ocorrências, informa-se a proporção por 10.000 palavras em cada grupo de textos e no total dos *corpora*. Nas linhas relativas ao conjunto de textos judicial, ao grupo de textos jornalísticos e à coletânea de textos

⁴⁶ Reafirma-se, por oportuno, que o cotejo direto dos números absolutos de ocorrências obtidas, no total, em cada conjunto textual está respaldado no fato de que o número global de palavras consideradas em cada grupo de textos é o mesmo (172.233), o que confere validade estatística à comparação.

técnico-científicos de áreas não jurídicas, a proporção corresponde ao total de ocorrências com variantes causais no respectivo grupamento de textos dividido por 172.233, multiplicado por 10.000. O divisor 172.233 corresponde ao número de palavras pesquisadas em cada *corpus*, conforme detalhado na subseção 3.1. Na linha referente ao “Total”, a proporção foi calculada a partir do somatório de ocorrências com variantes causais nos três conjuntos de textos (942) dividido por 516.699, multiplicado por 10.000. O divisor 516.699 corresponde à soma de palavras pesquisadas nas três coletâneas, ou seja, a “172.233 x 3”.

TABELA 3 – Ocorrências de variantes causais por conjunto de textos e proporção relativa a 10.000

CONJUNTO DE TEXTOS	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS COM VARIANTES CAUSAIS	PROPORÇÃO RELATIVA A 10.000
Judicial	340	19,74
Jornalístico	256	14,86
Técnico-científico de áreas não jurídicas	346	20,09
Totais	942	18,23

Com base na Tabela 3, acima, pode-se afirmar que o conjunto de textos judiciais e o grupo de textos técnico-científicos de áreas não jurídicas se aproximam em termos de número de ocorrências com variantes causais (340 e 346, respectivamente). Por proporção, calcula-se que, nesses conjuntos de textos, usam-se, respectivamente, 19,74 e 20,09 variantes causais em 10.000 palavras escritas, ou seja, uma média de 19,92 conectivos causais em 10.000 palavras escritas. O conjunto de textos jornalísticos afasta-se daqueles dois grupos de textos, porque nele foram encontradas somente 256 ocorrências com variantes causais, número a partir do qual se calcula, por proporção, que ocorram apenas 14,86 conectivos causais em 10.000 palavras escritas.

De acordo com a Tabela 1, pode-se afirmar que, dos 19 conectivos pesquisados, é no grupo de textos judiciais que se empregou maior variedade de variantes causais. Ao todo, nas decisões judiciais, foram usadas 14 diferentes variantes, correspondentes a 74% do total de 19 variantes causais pesquisadas. Com relação aos textos jornalísticos e aos textos técnico-científicos de áreas não jurídicas, foram utilizadas, em cada coletânea de textos, respectivamente, 11 e 12 variantes causais, correspondentes a 58% e a 63% do total de 19 variantes de CLCs investigadas. Esses números, reproduzidos na Tabela 4,

abaixo, demonstram que a diversidade de variantes encontradas em cada coletânea não acompanha o número de ocorrências em cada conjunto de textos, informado na Tabela 3.

TABELA 4 – Espécies de variantes causais por conjunto de textos

CONJUNTO DE TEXTOS	VARIANTES CAUSAIS	
	TIPO	PERCENTUAL ⁽¹⁾
Judicial	14	74%
Jornalístico	11	58%
Técnico-científico não jurídico	12	63%

Nota: ⁽¹⁾ Número de diferentes variantes encontradas em cada conjunto de textos, dividido pelo número total de variantes pesquisadas (19), multiplicado por 100.

A Tabela 4, combinada com a Tabela 3, revela que, embora o número de ocorrências com variantes causais seja mais elevado no conjunto de textos técnico-científicos de áreas não jurídicas (346 ocorrências em 172.233 palavras, ou seja, 20,09 ocorrências por 10.000 palavras escritas), o número de diferentes variantes causais usadas nesse grupo de textos (12) é somente uma unidade superior ao número de diferentes variantes causais usadas na coletânea de textos jornalísticos, em que o total de ocorrências (256) foi o menor dos três conjuntos. Por outro lado, no grupo de textos judiciais, que teve 340 ocorrências com variantes causais, isto é, 19,74 ocorrências com conectivos causais por 10.000 palavras (próxima, portanto, da proporção de 20,09/10.000 palavras da coletânea de textos técnico-científicos de áreas não jurídicas), o número de variantes causais foi 14, equivalendo a 74% do total de 19 variantes pesquisadas.

Assim, pode-se afirmar que, de um lado, o conjunto de textos técnico-científicos de áreas não jurídicas se assemelha ao grupo de textos judiciais porque ambas as coletâneas têm frequências mais elevadas de variantes causais; de outro lado, a coletânea de textos técnico-científicos de áreas não jurídicas se afasta do conjunto de textos judiciais e se aproxima do grupo de textos jornalísticos porque neles se observa menor diversidade de variantes do que no conjunto de textos judiciais.

A desproporcionalidade entre número de ocorrências com variantes causais e número de diferentes variantes causais também pode ser percebida ao se transporem dados das Tabelas 3 e 4 para os Gráficos 2 e 3, abaixo. Na comparação, observa-se, que a linha do Gráfico 3 tem inclinação bem menor do que a inclinação da linha do Gráfico 2 ao se passar, em cada gráfico, do ponto correspondente ao conjunto de textos jornalísticos para o ponto

correspondente ao grupo de textos técnico-científicos de áreas não jurídicas. Isso significa que, nesse último grupo de textos, a diversidade de variantes causais (Gráfico 3) não aumenta na mesma proporção em que aumenta o número de ocorrências de conectivos causais (Gráfico 2).



GRÁFICO 2 – Proporção de ocorrências por conjunto de textos

Nota: ⁽¹⁾ Número total de ocorrências em cada conjunto de textos, dividido pelo número total de palavras em cada grupo de textos (172.233), multiplicado por 10.000, conforme Tabela 3.



GRÁFICO 3 – Diversidade de variantes por conjunto de textos

Nota: ⁽¹⁾ Número de diferentes variantes encontradas em cada conjunto de textos, dividido pelo número total de variantes pesquisadas (19), multiplicado por 100.

Em síntese, percebe-se que o conjunto de textos judiciais e o grupo de textos jornalísticos seguem a regra *maior frequência de variantes, maior diversidade de variantes; menor frequência de variantes, menor diversidade de variantes*. Na coletânea de textos

técnico-científicos não jurídicos, ao contrário, verifica-se que a uma elevada frequência de variantes corresponde pequena diversidade de variantes.

Por meio da Tabela 2 e do Gráfico 4, constata-se que as cinco variantes mais frequentes no conjunto dos três *corpora* – *pois*, *porque*, *por*, *uma vez que* e *como* – perfizeram 764, ou seja, 81,10% do total de 942 variantes causais observadas nas três coletâneas de textos. As variantes que ocuparam os cinco primeiros lugares, em termos de frequência, em cada conjunto de textos, podem ser visualizadas no Quadro 11, abaixo, e nos Gráficos 5, 6 e 7, construídos com dados da Tabela 1:

QUADRO 11 – Variantes mais frequentes por conjunto de textos

CLASSIFICAÇÃO	TEXTOS JUDICIAIS	TEXTOS JORNALÍSTICOS	TEXTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS DE ÁREAS NÃO JURÍDICAS
1º	<i>por</i>	<i>porque</i>	<i>pois</i>
2º	<i>pois</i>	<i>por</i>	<i>porque</i>
3º	<i>uma vez que</i>	<i>pois</i>	<i>por</i>
4º	<i>porque</i>	<i>já que</i>	<i>uma vez que</i>
5º	<i>EIS QUE</i>	<i>como</i>	<i>como</i>

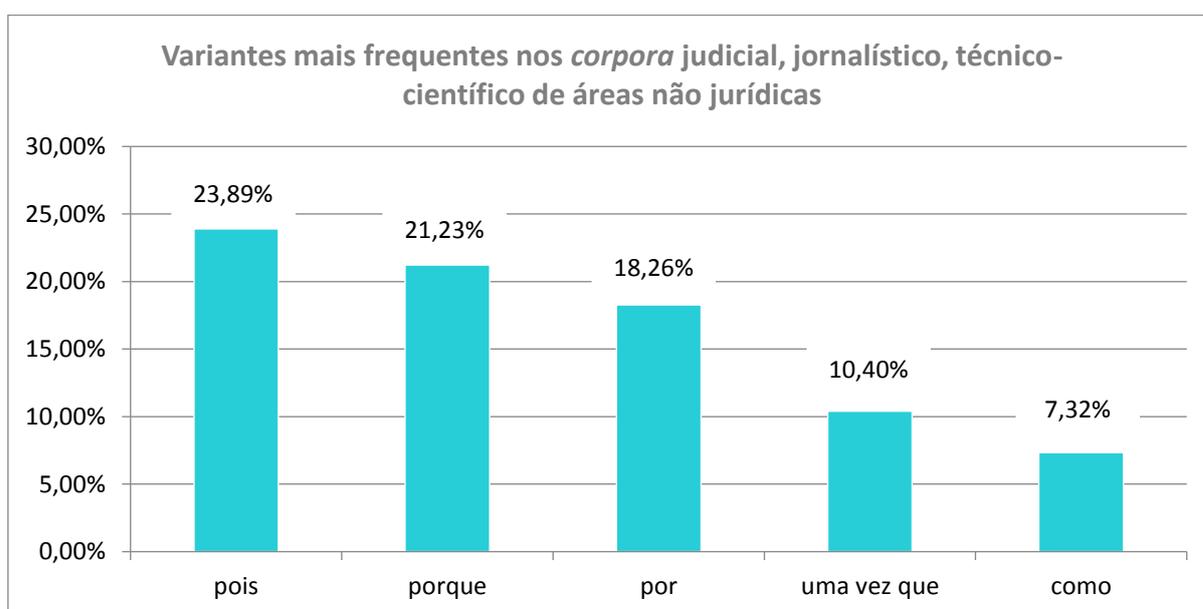


GRÁFICO 4 – Variantes mais frequentes nos *corpora* judicial, jornalístico, técnico-científico de áreas não jurídicas

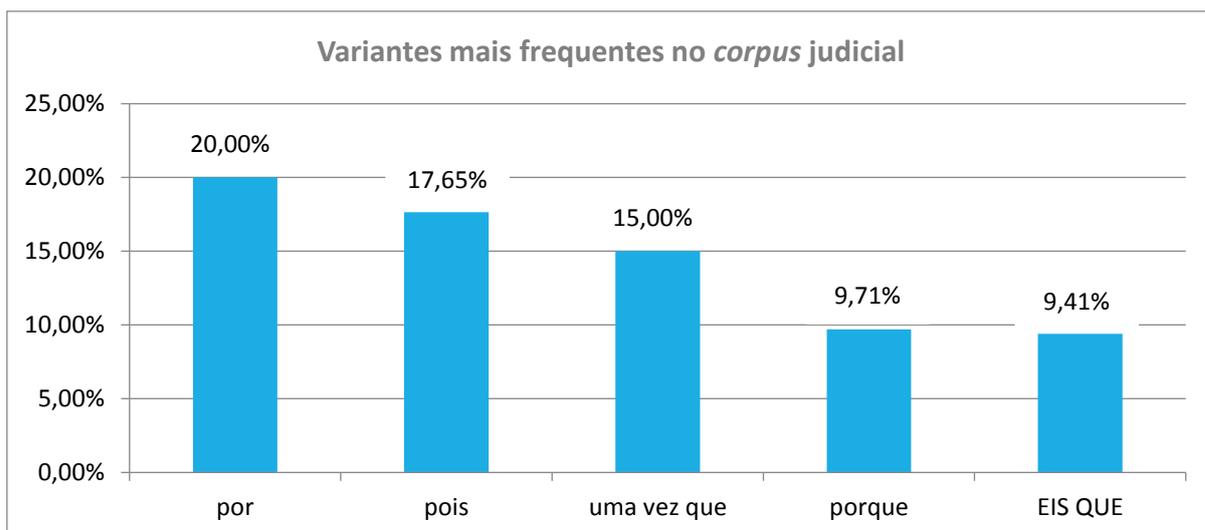


GRÁFICO 5 – Variantes mais frequentes no *corpus* judicial

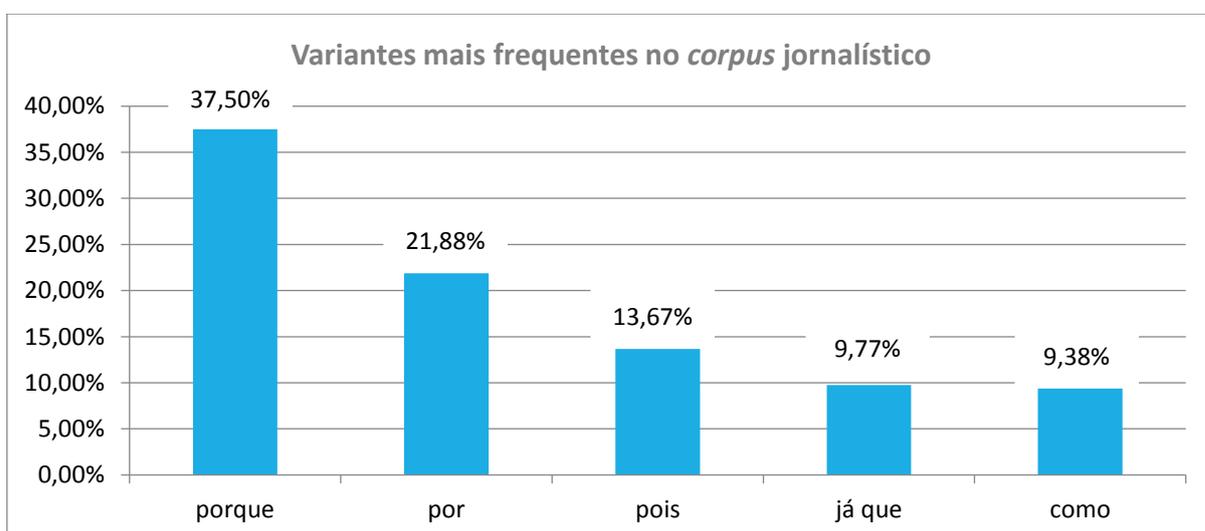


GRÁFICO 6 – Variantes mais frequentes no *corpus* jornalístico

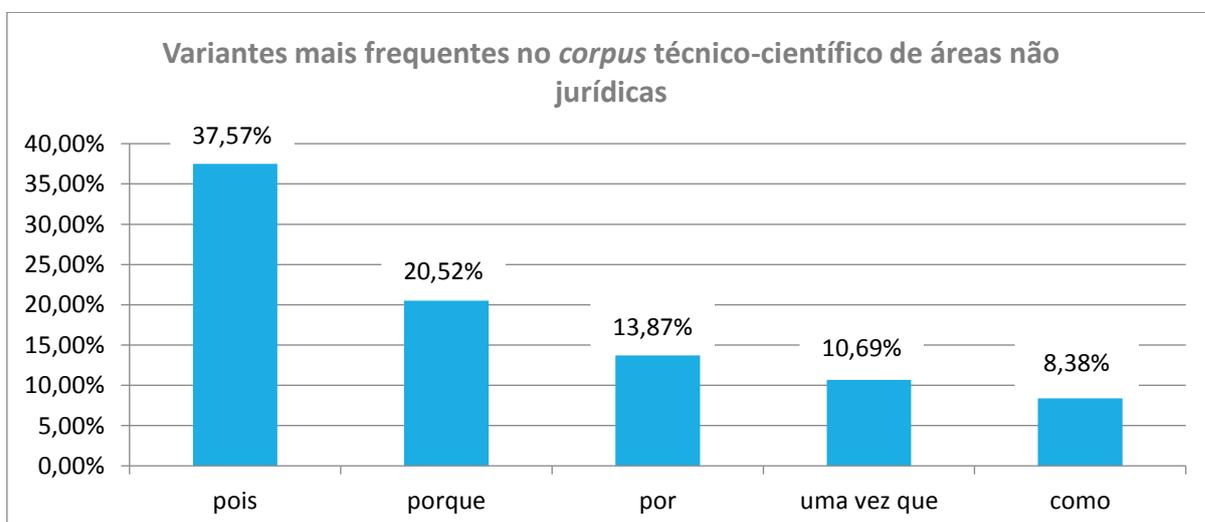


GRÁFICO 7 – Variantes mais frequentes no *corpus* técnico-científico de áreas não jurídicas

Do Quadro 11, em combinação com os Gráficos 4 e 7, depreende-se que, no conjunto de textos técnico-científicos de áreas não jurídicas, as variantes que ocupam os três primeiros lugares em número de ocorrências classificam-se nas mesmas posições com maior número de ocorrências no somatório dos três conjuntos de textos – *pois*, *porque* e *por*, nessa ordem.

Conforme Quadro 11 e Gráfico 6, no conjunto de textos jornalísticos, essas três variantes também foram as mais frequentes, mas o conectivo *pois* ficou em terceiro lugar, antecedido pela conjunção *porque*, a mais usada pelos jornalistas, e pela preposição *por*, a segunda mais empregada nesse conjunto de textos.

O Quadro 11 e o Gráfico 5 revelam que, quando se trata de textos judiciais, a situação é bem distinta daquela verificada nos dois outros grupos de textos. As três primeiras colocadas, em termos de frequência, nas decisões judiciais, são, em ordem decrescente, as variantes *por*, *pois* e *uma vez que*. Essa última locução conjuntiva, que não aparece nas três primeiras classificações dos textos jornalísticos ou dos textos técnico-científicos de áreas não jurídicas, foi verificada, de acordo com a Tabela 1, em 51 ocorrências de textos judiciais, número bem mais expressivo que as 33 ocorrências da variante *porque* nesse conjunto de textos. Assim, embora a conjunção *porque* seja considerada tipicamente causal, não ocupa nenhum dos três primeiros lugares, em termos de frequência, nos textos judiciais. Ela é o quarto conectivo mais usado nas decisões do judiciário. Aliás, pela Tabela 1, constata-se que, nos textos judiciais, o número total de ocorrências da variante *porque* (33) é somente uma unidade maior do que o total de ocorrências da variante inovadora EIS QUE (32). Conforme Quadro 11, esta última variante ocupou o quinto lugar entre as variantes mais utilizadas por magistrados, por seus assessores e por seus assistentes.

Quando se analisam as cinco variantes mais frequentes nos três conjuntos de textos, observa-se que a coletânea de textos judiciais se assemelha mais ao grupo de textos técnico-científicos de áreas não jurídicas. Conforme Quadro 11, esses dois conjuntos de textos têm em comum quatro variantes (*por*, *pois*, *uma vez que* e *porque*) entre as cinco variantes mais frequentes em cada grupamento. O conjunto de textos jornalísticos, por ter somente três variantes (*por*, *pois* e *porque*) em comum com as variantes que ocupam os cinco primeiros lugares da coletânea de textos judiciais, está mais distante deste do que do conjunto de textos técnico-científicos de áreas não jurídicas, com o qual tem quatro variantes em comum (*pois*, *porque*, *por* e *como*) entre aquelas que ocupam as cinco primeiras posições em termos de frequência.

Conforme dados extraídos da Tabela 1, outra distinção que emerge da comparação entre os três conjuntos de textos refere-se ao uso da variante *porquanto*. Esta conjunção, citada na maioria das gramáticas e nos dicionários consultados, foi utilizada quinze vezes nos textos judiciais, mas não foi empregada nenhuma vez nos textos jornalísticos ou nos textos técnico-científicos de áreas não jurídicas.

A realização das variantes inovadoras EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE pode ser examinada a partir da Quadro 12, que se segue, construído com dados extraídos da Tabela 1:

QUADRO 12 – Frequência absoluta das variantes inovadoras por grupo de textos

CONECTIVO	TEXTOS JUDICIAIS	TEXTOS JORNALÍSTICOS	TEXTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS NÃO JURÍDICOS
<i>EIS QUE</i>	32	-	-
<i>POSTO QUE</i>	6	1	1
<i>VEZ QUE</i>	19	-	-
Totais	57	1	1

O Quadro 12 exhibe o flagrante fenômeno de que as variantes inovadoras EIS QUE e VEZ QUE foram usadas exclusivamente nos textos relativos às decisões judiciais. Se, por um lado, nos textos jornalísticos e nos textos técnico-científicos de áreas não jurídicas, não foi encontrada nenhuma ocorrência de EIS QUE e de VEZ QUE como locuções conjuntivas causais, por outro lado, essas variantes apresentaram significativa produtividade nos textos judiciais.

De acordo com a Tabela 1, as 32 ocorrências de EIS QUE correspondem a 9,41% do total de realizações de variantes causais nos textos judiciais, o que conferiu a essa espécie o quinto lugar em termos de frequência, em posição bastante próxima da variante *porque*, considerada tipicamente causal, que ocupou o quarto lugar, com 9,71% do total de ocorrências do conjunto de textos judiciais. A expressão EIS QUE foi encontrada em textos jornalísticos, mas não como variante de CLCs causais, como se observa em (84) e em (85), abaixo, em que o sentido da expressão é bem distinto daquele usado em (82) e em (83), que mostram a locução EIS QUE empregada como variante causal:

- (82) Rejeito o pedido de pagamento de salário de janeiro de 2015, **EIS QUE** o autor confessou em audiência que recebeu a parcela. (DEJT, 2017, p. 2.370, grifo meu).
- (83) [...] tal parcela possui natureza salarial, **EIS QUE** entendida como horas extras fictas. (DEJT, 2017, p. 3.390, grifo meu).
- (84) Às vezes parece que andamos para trás, mas esta seria a melhor das hipóteses. O duro é admitir que este mar de erros nos mostra o que ocorre quando andamos para frente. O porvir talvez não seja melhor do que o passado, algo impossível de imaginar em um país que se acreditou parte do futuro iluminista promissor do Ocidente. Éramos o próprio futuro. Mas **EIS QUE** um surdo solitário na madrugada toca ao fundo e nos lembra: nunca fomos um país propriamente ocidental. (O GLOBO, 1º mar. 2017, p. 2, grifo meu).
- (85) E, de repente, **EIS QUE** até aparece a top Gisele Bündchen vibrando no campo como título doméstico, conquistado pelo Patriots, equipe de seu marido, Tom Brad. (CARTA CAPITAL, 2017, p. 64, grifo meu).

Em (82) e em (83), exemplos extraídos do conjunto de textos judiciais, atribui-se valor semanticamente causal a EIS QUE. Nos exemplos (84) e (85), extraídos da coletânea de textos jornalísticos, essa expressão não estabelece conexão causal, mas introduz ideia de imprevisto ou de surpresa.

A Tabela 1 mostra, ainda, que a locução VEZ QUE também foi bastante produtiva nos textos de decisões judiciais. Observe-se, no exemplo reproduzido em (86), a seguir, que a semântica de VEZ QUE é claramente causal:

- (86) O ente municipal está isento do pagamento da taxa judiciária, **VEZ QUE** comprovou a reciprocidade em favor do Estado. (DJE/RJ, 2017, p. 130, grifo meu).

A variante causal VEZ QUE foi realizada 19 vezes, correspondendo a 5,59% do total de variantes causais realizadas no conjunto de textos judiciais, o que lhe garantiu o sétimo lugar entre as variantes causais mais usadas por magistrados, por seus assessores e por seus assistentes. De acordo com a Tabela 1, a produtividade da variante inovadora VEZ QUE superou, na coletânea de textos judiciais, a produtividade de onze variantes conservadoras de conectivos causais, a saber: *como, dado que, desde que, devido a, em razão de, pois que, por causa de, porquanto, que, se, visto que*.

Relativamente à locução conjuntiva POSTO QUE, há de se salientar que ela não apareceu nenhuma vez, em nenhum dos *corpora* pesquisados, como conjunção concessiva,

equivalendo semanticamente a *ainda que, se bem que, embora*, etc., como no exemplo (87), que se segue, extraído de uma gramática tradicional:

- (87) *Posto que* estivéssemos cansados, prosseguimos viagem. (ROCHA LIMA, 2007, p. 186, grifos meu e do autor).

Pode-se afirmar, então, que o valor atribuído à locução POSTO QUE nas gramáticas tradicionais e nos dicionários consultados ou é ignorado ou é desprezado pelos usuários que redigiram os textos dos três *corpora* analisados. Por outro lado, depreende-se do Quadro 12 que seu uso como variante causal não se restringiu aos textos judiciais. Ela também aparece nos textos jornalísticos e nos textos técnico-científicos de áreas não jurídicas. Tomem-se, como respectivos exemplos de cada conjunto de textos, as reproduções em (88), em (89) e em (90), que se seguem:

- (88) Com efeito, argumenta a parte autora, na exordial, que o falecido teria direito à concessão do auxílio-doença, **POSTO QUE** era portador de RETINOPATIA DIABÉTICA, DOENÇA VASCULAR BILATERAL, CID H36.0, AVC, CRISES VISUAIS, patologias que lhe acarretavam incapacidade para o trabalho. (DEJF/2ª REGIÃO, 2017, p. 2.030, grifo meu).
- (89) Renan pode até ter recebido o apoio dos colegas da Câmara Alta, mas desencadeou um conflito com o Judiciário, **POSTO QUE**, como era natural, a ministra Carmen Lúcia, presidente do STF, saiu em defesa do juiz e de seus pares. (ISTOÉ, 2016, p. 14, grifo meu)
- (90) Para o autor da *Montanha mágica*, existiria uma antinomia insuperável entre o verdadeiro artista e a política, **POSTO QUE** a mais verdadeira definição do conceito de ‘política’ só é possível por meio de seu conceito oposto; qual seja ‘política é o oposto de estecicismo’. (REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, 2016, p. 67, grifo meu).

Apesar de a variante causal POSTO QUE não ser privativa de decisões judiciais, é neste grupo de textos que ela se realizou com maior frequência, consubstanciada em seis ocorrências, correspondentes a 1,76% do total de ocorrências com variantes causais empregadas por magistrados, por seus assessores e por seus assistentes, conforme Tabela 1. Foi bem mais modesta a participação da locução POSTO QUE nos conjuntos de textos jornalísticos e técnico-científicos de áreas não jurídicas, cada um deles com frequência absoluta de apenas uma unidade, correspondendo, respectivamente, aos percentuais 0,39% e 0,29% de uso da variante no total de ocorrências de cada área, conforme Tabela 1. A soma

dessas frequências relativas ($0,39\% + 0,29\% = 0,68\%$) não corresponde sequer à metade dos 1,76% apurados com relação aos textos judiciais, o que demonstra a supremacia do uso de POSTO QUE, como variante de CLC causal, no conjunto de textos judiciais, relativamente aos outros dois conjuntos de textos estudados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, fundamentado na sociolinguística laboviana, examinou-se a realização de variantes que integram a variável <conectivos causais no português contemporâneo do Brasil> em textos judiciais, em textos jornalísticos e em textos técnico-científicos de áreas não jurídicas, e procurou-se articular os fenômenos observados com a questão da padronização linguística no português do Brasil.

Por serem os *corpora* desta pesquisa representantes da língua padrão escrita (ROCHA, 2002), haveria entre eles, por princípio, elevado grau de semelhança no que tange à frequência e aos tipos de variantes de conectivos causais. Além disso, sendo essas coletâneas redigidas na variedade padrão, também por princípio, nelas somente se encontrariam variantes de conectivos causais padrão (MILROY; MILROY, 2012), ou seja, aquelas que figuram em gramáticas tradicionais e em dicionários de língua portuguesa, principais autoridades linguísticas que legitimam as formas consideradas padrão no Brasil.

Os dados extraídos dos *corpora* revelam, no entanto, que nem todas as variantes presentes no material examinado estão entre as variantes padrão de conectivos causais elencados em gramáticas tradicionais e em dicionários. Os dados mostram, ainda, que não há uniformidade de frequência nem de tipos de variantes entre os três conjuntos de textos.

Ao se cotejarem gramáticas e dicionários consultados, de um lado, com *corpora* pesquisados, de outro lado, observou-se que:

- a) três variantes que figuram em gramáticas e em dicionários não aparecem nos *corpora*. São elas: *desde que*, *por causa de*, *que*;
- b) o espectro de incidências é muito amplo: a variante *pois*, com 225 realizações no total dos três *corpora*, foi a mais produtiva (23,89% de um total de 942 ocorrências), enquanto a variante *pois que* teve, nos três conjuntos de textos, apenas uma realização (0,11% de 942 ocorrências). A variação de frequências e a amplitude dessa variação não são informadas em gramáticas e em dicionários;
- c) além das variantes padrão que constam de gramáticas e de dicionários, encontraram-se nos *corpora* as locuções conjuntivas EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE, usadas como conectivos causais em 59 ocorrências, ou seja, em 6,27% do total de 942 ocorrências dos três conjuntos de textos. Essas variantes

não padrão não constam de gramáticas e de dicionários, exceto quando essas publicações mencionam que é incorreto o seu uso como conectivos causais;

- d) não se observou, em nenhum dos *corpora*, ocorrência de POSTO QUE com valor concessivo, único sentido que gramáticas e dicionários atribuem a tal locução conjuntiva. Constatou-se que, no total dos três conjuntos de textos, houve oito realizações do conectivo, todas elas com sentido causal, portanto, não padrão.

Ao se confrontarem as ocorrências dos três conjuntos de textos, verificou-se que a regra “maior número de ocorrências, maior diversidade de variantes causais, e vice-versa” aplica-se tão somente aos textos judiciais (340 ocorrências, 14 diferentes variantes) e aos textos jornalísticos (256 ocorrências, 11 variantes). Essa regra não foi observada nos textos técnico-científicos não jurídicos (346 ocorrências, 12 variantes).

Verificou-se, também, na comparação entre os três grupos de textos, que:

- a) há variantes padrão que só ocorrem em determinados conjuntos de textos: *porquanto* se realiza somente no grupo de textos judiciais; *se* foi encontrada apenas nos textos judiciais e nos textos jornalísticos; *devido a* e *pois que* só aparecem no conjunto de textos técnico-científicos não jurídicos;
- b) o texto judicial se aproxima do texto técnico-científico não jurídico e se afasta do texto jornalístico quanto ao total de ocorrências com variantes causais (340, 346 e 256 ocorrências, respectivamente);
- c) as frequências das variantes usadas nos três conjuntos de textos não são uniformes. Por exemplo, das cinco variantes mais frequentes no texto judicial (*por*, *pois*, *uma vez que*, *porque*, EIS QUE), quatro também estão entre as cinco mais usadas nos textos técnico-científicos não jurídicos (*por*, *pois*, *uma vez que*, *porque*), mas somente três ocupam um dos cinco primeiros lugares em frequência nos textos jornalísticos (*por*, *pois*, *porque*).

Percebe-se, portanto, com base no total de ocorrências com variantes causais em cada conjunto de textos (letra *b* acima) e com base nas cinco variantes mais frequentes em cada coletânea de textos (letra *c*, acima), uma escala de proximidade entre esses grupos de textos, na seguinte conformação: JUDICIAL – TÉCNICO-CIENTÍFICO – JORNALÍSTICO.

Com relação às variantes não padrão (EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE), concluiu-se que elas decorrem de processos de gramaticalização. Ademais, notou-se que seu emprego é distinto em cada conjunto de textos, ou seja:

- a) EIS QUE e VEZ QUE são usadas com exclusividade em textos judiciais;

b) POSTO QUE é usada com preponderância em textos judiciais, mas ocorre também em textos jornalísticos e em textos técnico-científicos de áreas não jurídicas.

As constatações acima mencionadas vêm ao encontro da perspectiva sociolinguística laboviana, que comprovou serem a variação e a heterogeneidade fenômenos insofismáveis, inerentes a qualquer sistema linguístico existente.

Ocorre que, seguindo uma tendência de padronização linguística que se desenvolveu principalmente a partir da Idade Média em países europeus, grande parte dos estudos e das sistematizações sobre a língua portuguesa no Brasil nos últimos duzentos anos têm-se realizado sob a *ideologia da língua padrão*, perspectiva que confunde uma língua com seu padrão. Historicamente, a padronização linguística tem tentado impor uniformidade à diversidade linguística via eleição de itens que se consideram como corretos, a despeito de essas formas não serem as únicas empregadas pelos usuários da língua portuguesa, ou de, em muitos casos, não passarem de abstrações, isto é, de serem formas sem correspondência na realidade linguística do país.

As primeiras manifestações sobre as diferenças entre a língua usada no Brasil e a língua da antiga metrópole, logo após a independência política brasileira, foram somente prenúncio das muitas discussões sobre padronização linguística que ocorreriam nos quase dois séculos subsequentes. Fato é que, hoje, gramáticas tradicionais, dicionários e outros agentes de padronização linguística mantêm-se fiéis à ideologia da língua padrão, a qual implica, em última instância, não conferir legitimidade às variantes não padrão, renegar usos inovadores e, em contraposição, prescrever o emprego de formas consideradas como padrão.

Se, em uma situação ainda considerada como utópica, as gramáticas tradicionais, os dicionários de língua portuguesa, os livros didáticos, os manuais de redação, o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e outros repositórios da chamada norma-padrão espelhassem a diversidade linguística existente no país, os conectivos causais usados atualmente no português do Brasil poderiam ser conhecidos por meio dessas publicações. Nelas estariam relacionadas conjunções, locuções conjuntivas e outras variantes padrão e não padrão, que são efetivamente usadas como conectivos causais, com informações relativas a diacronia, a contextos reais de uso na fala e na escrita, a regionalismos, a nuances sintáticas, a tendências de especialização semântica das variantes, etc.

No entanto, essas publicações, seguindo a ideologia da língua padrão, catalogam formas e funções linguísticas como se a língua fosse homogênea e imutável, e deixam escapar muitos itens e usos que circulam correntemente na fala ou na escrita do português do Brasil.

Por isso, Faraco (2012, p. 43) afirma que “a norma-padrão é [...] apenas um rol congelado de formas ditas ‘corretas’ no vazio”.

Além das distinções intertextuais que foram constatadas relativamente às variantes padrão, as diferenças relacionadas às locuções conjuntivas EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE, usadas com sentido causal, evidenciam como essa perspectiva ideológica opera, reduzindo uma língua a determinado padrão. Embora gramáticas e dicionários não endossem seu uso como conectivos causais, as três variantes inovadoras mostraram-se produtivas no texto judicial, e a locução conjuntiva POSTO QUE aparece com valor causal também no texto jornalístico e no texto técnico-científico de área não jurídica.

No texto judicial, a exclusividade de EIS QUE e de VEZ QUE, como conectivo causal, e a preponderância de POSTO QUE, também como causativa, relativamente aos textos jornalístico e técnico-científico de área não jurídica, têm um significado especial, já que essas locuções, sendo itens gramaticais, diferenciam-se da linguagem especializada que se costuma denominar de *juridiquês*. Mesmo assim, elas acabam contribuindo para a especificidade do texto judicial em relação ao texto jornalístico e ao texto técnico-científico de áreas não jurídicas.

Apesar de serem variantes não padrão e inovadoras, EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE, usadas como conectivo causal, parecem não carregar o estigma que lhes seria imputado pela comunidade linguística em que transitam, caso nesta ressoassem e prevalecessem as contraindicações de autoridades guardiãs da língua padrão no Brasil.

Resta, então, indagar o porquê de, segundo observações empíricas do autor deste trabalho, constatar-se ausência de estigma com relação a essas variantes inovadoras causais. A resposta mais imediata parece relacionar-se com o fato de que elas têm sido usadas exclusiva ou preferencialmente por profissionais que desfrutam de elevado prestígio no mercado profissional e na comunidade linguística a que se vinculam.

Gnerre (1991, p. 5) afirma que a linguagem, além de veicular informações, tem funções como a de “comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa de fato ou acha que ocupa na sociedade em que vive”. De acordo com esse autor, as variedades linguísticas determinam poder, e “somente uma parte dos integrantes das sociedades complexas [...] tem acesso a uma variedade ‘cultura’ ou ‘padrão’, considerada geralmente ‘a língua’, e associada tipicamente a conteúdos de prestígio” (GNERRE, 1991, p. 6). Esse autor vai além em suas considerações e afirma:

Uma variedade linguística “vale” o que “valem” na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais. Esta afirmação é válida, evidentemente, em termos “internos”, quando confrontamos variedades de uma mesma língua, e em termos “externos” pelo prestígio das línguas no plano internacional. Houve época em que o francês ocupava a posição mais alta na escala de valores internacionais das línguas, depois foi a vez da ascensão do inglês. O passo fundamental na afirmação de uma variedade sobre as outras é sua associação à escrita e, conseqüentemente, sua transformação em uma variedade usada na transmissão de informações de ordem política e “cultural”. (GNERRE, 1991, p. 6/7, grifo meu).

As reflexões de Gnerre (1991) certamente contribuem para explicar não somente as distinções intertextuais referentes à realização das diferentes variantes da variável <conectivos causais no português contemporâneo do Brasil>, constatadas nos *corpora* desta pesquisa, como também fatos como o que se localiza pontualmente na decisão do Supremo Tribunal Federal relativa ao processo HC 72391-8 DISTRITO FEDERAL (confirmam-se, a propósito, folhas 58 desta dissertação), em que reiteradamente é mencionada a obrigatoriedade de uso da língua portuguesa no âmbito judicial e em que, paradoxalmente, é usada a variante não padrão EIS QUE sete vezes.

Se gramáticos, dicionaristas e outros estudiosos da língua portuguesa, em vez de refutarem o uso dessas variantes, se esmerassem para conhecer e para melhor caracterizar, por exemplo, os processos de gramaticalização que ensejaram o seu emprego como conectivos causais, talvez atenuassem as restrições a seu uso. Se lhes fosse possível colocar em suspenso a ideologia da língua padrão, poderiam, por exemplo, dar acolhimento ao princípio da *Estratificação* de Hopper (1991), segundo o qual novas formas (“camadas”) que vão emergindo na língua coexistem com as antigas, as quais podem ou não desaparecer. Assim, talvez concluíssem que o uso das variantes inovadoras EIS QUE, POSTO QUE e VEZ QUE, decorrentes de processos de gramaticalização, não suprime o uso das variantes padrão com as quais concorrem.

Acredita-se que a diversidade linguística estaria bem representada em gramáticas, em dicionários e em outras publicações sobre o português do Brasil se, em vez de uma atitude *prescritivista*, fosse adotada uma visão mais flexível e abrangente, que procurasse *descrever* a maior quantidade possível de usos e, eventualmente, de gradientes de formalidade e de prestígio relacionados a determinadas variantes, na fala e na escrita. Em outros termos, isso significaria tornar mais flexível a fórmula de um padrão único para poder contemplar a variedade linguística do país.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*: (curso único e completo). 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1952. 497 p.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Dicionário de questões vernáculas*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003. 618 p.
- ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2012. v. 1, p. 23-50.
- AMORIM, Fabrício da Silva. *Gramaticalização de conectores causais na história do português*. 2017. 212 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2017.
- ANDRÉ, Hildebrando Afonso de. *Gramática ilustrada*. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Moderna, 1978. 447 p.
- ARRUDA, Geraldo Amaral. *A linguagem do juiz*. São Paulo: Saraiva, 1996. 193 p.
- ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. *O judiciário ao alcance de todos: noções básicas de juridiquês*. 2. ed. Brasília: AMB, 2007. 76 p. Disponível em: <www.amb.com.br/portal/juridiques/livro.pdf>. Acesso em: 30 out. 2016.
- BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. 199 p.
- BAGNO, Marcos. Língua, história & sociedade: breve retrospecto da norma-padrão brasileira. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 163-181.
- BARRETO, Therezinha. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. 1999. 636 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

BARRETO, Therezinha. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. 1999. 636 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999 *apud* AMORIM, Fabrício da Silva. *Gramaticalização de conectores causais na história do português*. 2017. 212 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2017.

BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de direito constitucional*. 16. ed. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 1995. 400 p.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001. 671 p.

BRAIDA, Celso; CARVALHO, Marcelo; CONIGLIO, Marcelo Estevan; SALLES, João Carlos (Org.). *Filosofia da linguagem e da lógica*. São Paulo: ANPOF, 2015. 554 p. Disponível em: <<http://anpof.org/portal/index.php/pt-BR/2014-01-07-15-22-21/publicacoes-anpof/774-colecao-o-xvi-encontro-anpof-2015>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 2 set. 2017.

BRASIL. Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008. Promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 set. 2008. Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.in.gov.br>>. Acesso em 11 nov. 2017a.

BRASIL. Decreto nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012. Altera o Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, que promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Seção 1, p. 9. Disponível em: <<http://www.in.gov.br>>. Acesso em 11 nov. 2017b.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 2006, Seção 1, p. 2. Disponível em: <<http://www.in.gov.br>>. Acesso em: 3 set. 2017c.

BRASIL. Lei n 5.869, de 11 de janeiro de 1973. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869impressao.htm>. Acesso em: 11 out. 2017d.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Institui o Código de Processo Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm>. Acesso em: 11 out. 2017e.

BRASIL. Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 dez. 2006, Seção 1, p. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111419.htm>. Acesso em: 3 set. 2017f.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Língua e ideologia: a reprodução do preconceito. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 123-140.

BUENO, Francisco da Silveira. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*: vocábulos, expressões da língua geral e científica-sinônimos contribuições do tupi-guarani. Santos: Editora Brasília, v. 1 e 6, 1974.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*: referente à língua portuguesa. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1984. 266 p.

CARTA CAPITAL. São Paulo: Editora Confiança, ano XXIII, n. 939, 15 fev. 2017.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 25-34.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. 768 p.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Dicionário de dificuldades de língua portuguesa*. Edição de bolso, rev. e ampl. Porto Alegre: L&PM; Rio de Janeiro: Lexicon, 2007. 460 p.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*: com numerosos exercícios. 36. ed. rev. e ampl. São Paulo: Nacional, 1993. 587 p.

COELHO, Izete Lehmkuhl *et al.* *Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015. 174 p.

COELHO, Sueli Maria; VITRAL, Lorenzo Teixeira. O estatuto gramatical dos verbos relacionais. In: COELHO, Sueli Maria; VITRAL, Lorenzo Teixeira (Org.). *Estudos de processos de gramaticalização em português: metodologias e aplicações*. Campinas: Mercado de Letras, 2010. cap. 3, p. 75-104.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007. 839 p.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 724 p.

DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael J. *Corpus do Português: 45 million words, 1300s-1900s*. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

DIÁRIO DO JUDICIÁRIO ELETRÔNICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS (DJE/TJMG). Belo Horizonte, n. 57, data de publicação: 4 abr. 2016. Caderno Judicial da 2ª Instância. Disponível em: <<https://dje.tjmg.jus.br/diarioJudiciarioData.do>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (DJE/RJ). Rio de Janeiro: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, ano 9, n. 60, data da disponibilização: 30 nov. 2016. Caderno II, 2ª Instância, Judicial. Disponível em: <<https://www3.tjrj.jus.br/consultadje/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO (DEJT). Brasília: Conselho Superior da Justiça do Trabalho, n. 2095, data da disponibilização: 28 out. 2016, Caderno Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Disponível em: <<https://dejt.jt.jus.br/dejt/>>. Acesso em: 30 out. 2016.

DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO (DEJT). Brasília: Conselho Superior da Justiça do Trabalho, n. 2115, data da disponibilização: 30 nov. 2016, Caderno Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região. Disponível em: <<https://dejt.jt.jus.br/dejt/>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO (DEJF/2ª REGIÃO). Rio de Janeiro: Tribunal Regional Federal da 2ª Região, data da disponibilização: 30 nov. 2016, Caderno Judicial do JFRJ. Disponível em: <<http://dje.trf2.jus.br/DJE/Paginas/Externas/inicial.aspx>>. Acesso em: 2 jan. 2017.

DIAS DE MORAES, Lygia Corrêa. *Nexos de coordenação na fala urbana culta de São Paulo*. 1987. Tese (Doutorado) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

DIAS DE MORAES, Lygia Corrêa. *Nexos de coordenação na fala urbana culta de São Paulo*. 1987. Tese (Doutorado) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988 *apud* CASTILHO, Ataliba Teixeira de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. 768 p.

ÉPOCA. São Paulo: Editora Globo, n. 983, 24 abr. 2017, p. 18.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 205 p.

FARIA, Ernesto. *Dicionário latino-português*. Rio de Janeiro: Belo Horizonte: Livraria Garnier, v. 17, 2003. 1.081 p.

FERNANDES, Francisco. *Dicionário de verbos e regimes*. 44. ed. São Paulo: Globo, 2001. 606 p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010. CD-ROM.

FIGUEIREDO, Adma Hamam. Editorial. *Revista Brasileira de Geografia*, [s.l.: s.n.], v. 61, n. 1, p. 1-3, jul. 2016. ISSN 2526-0375. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/36>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto: leitura e redação*. 11. ed. São Paulo: Ática, 1995. 431 p.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, ano 97, n. 32.186, 17 maio 2017.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. 1977. 508 p.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite *et al.* Tratado geral sobre gramaticalização. In: GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (Org.) *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. cap. 1, p. 15-66.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 3. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes. 1991. 115 p.

HAESBAERT, Rogerio. Limites no espaço-tempo: a retomada de um debate. *Revista Brasileira de Geografia*, [S.l.: s.n.], v. 61, n. 1, p. 5-20, jul. 2016. ISSN 2526-0375. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/27>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, Rugaia. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, Rugaia. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976 *apud* KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A coesão textual*. 12. ed. São Paulo: Contexto, 1999. 75 p.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1991. 328 p.

HOPPER, Paul. On Some Principles of Grammaticalization. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd (Org.). *Approaches to Grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991, p. 17-36.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press. 2003. 276 p.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. CD-ROM.

ISTOÉ. São Paulo: Três Editorial Ltda., n. 2.447, 2 nov. 2016.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A coesão textual*. 12. ed. São Paulo: Contexto, 1999. 75 p.

KORTMANN, Bernd. *Adverbial subordination: a typology and history of adverbial subordinators based on european languages*. Berlin-New York: Mouton de Gruyter, 1997.

KORTMANN, Bernd. *Adverbial subordination: a typology and history of adverbial subordinators based on european languages*. Berlin-New York: Mouton de Gruyter, 1997 *apud* AMORIM, Fabrício da Silva. *Gramaticalização de conectores causais na história do português*. 2017. 212 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2017.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LONGHIN, Sanderléia Roberta; LOPES-DAMASIO, Lúcia Regiane. Construções relativas com traços circunstanciais: causa, condição e contraste. *Veredas* (UFJF. *On-line*), v. 18, n. 2, 2014. p. 136-155.

LONGHIN, Sanderléia Roberta; LOPES-DAMASIO, Lúcia Regiane. Construções relativas com traços circunstanciais: causa, condição e contraste. *Veredas* (UFJF. *On-line*), v. 18, n. 2, 2014. p. 136-155 *apud* AMORIM, Fabrício da Silva. *Gramaticalização de conectores causais na história do português*. 2017. 212 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto, 2017.

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 57-83.

LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993. 544 p.

MILROY, James. Language ideologies and the consequences of standardization. *Journal of sociolinguistics*, Malden, v. 5, n. 4, 2001. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-9481.00163/abstract>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

MILROY, James. The ideology of the standard language. In: LHAMAS, Carmen; MULLANY, Louise; STOCKWELL, Peter (Ed.). *The routledge companion to sociolinguistics*. London; New York: Routledge, 2007, cap. 16, p. 133-139.

MILROY, James; MILROY, Lesley. *Authority in language: investigating standard english*. 4th ed. London; New York: Routledge, 2012. E-book.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2004. 863 p.

NASCIMENTO, Edmundo Dantès. *Linguagem forense*. 10. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1992. 312 p.

NETO, Aristides Coelho. *Além da revisão: critérios para revisão textual*. 3. ed. Brasília: Senac, 2013. 324 p.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011. 1005 p.

NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. 15. ed. São Paulo: Scipione, 1999. 447 p.

NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa: (fonética e morfologia)*. 8. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1975. 456 p.

O GLOBO. Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.522, 1º mar. 2017.

O GLOBO. Rio de Janeiro, ano XCII, n. 30.550, 29 mar. 2017a.

PAGOTTO, Emílio Gozze. Norma e condescendência; ciência e pureza. *Línguas e instrumentos linguísticos*, Campinas, n. 2, p. 49-68, jul.-dez. 1998.

PEREIRA, Pâmella Alves; VIEGAS, Maria do Carmo. *NÃO em formações nominais no português: morfologização e gramaticalização*. 2012. 284 f., enc. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1843/LETR-8SSVEG>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998. 380 p.

PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1 – 1820/1920 – fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. 510 p.

PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos, 2 – 1920/1945 – fontes para a teoria e a história*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981. 575 p.

REMENCHE, Maria de Lourdes Rossi. Terminologia – reconstrução histórica dos principais paradigmas epistemológicos da ciência terminológica. *Tradterm*, São Paulo, v. 16, p. 343-364, jun. 2010. ISSN 2317-9511. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/46324/50087>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. [S.l.: s.n.], v. 61, n. 1, p. 5-20, jul. 2016. ISSN 2526-0375. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/27>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. São Paulo, SP: ANPUH, 2016. v. 36, n. 73. Disponível em: <<http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/revistas-anpuh/rbh>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

REVISTA BRASILEIRA DE ENSINO DE FÍSICA. [S.l.: s.n.], v. 39, n. 3, e3201, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1806-111720170003&lng=en&nr m=iso>. Acesso em: 10 jun. 2017.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA (ABRALIN). [S.l.: s.n.], v. XVI, n. 2, jan./fev./mar./abr. 2017. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/51940/32021>>. Acesso em: 18 maio 2017.

REVISTA DE ENSINO DE BIOLOGIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE BIOLOGIA (SBEnBio). Niterói, RJ: SBEnBio, v. 9, 2016. Disponível em: <<http://www.sbenbio.org.br/blog/categoria/revistas/>>. Acesso em: 30 maio 2017.

REVISTA VIRTUAL DE QUÍMICA. [S.l.: s.n.], v. 9, n. 1, jan./fev. 2017. Disponível em: <<http://rvq.s bq.org.br/default.asp?ed=53>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza*. Revisão e índice remissivo [de] Deraldo Ignacio de Sousa. 5. ed. Salvador: Livraria Progresso Editora; Aguiar & Souza, 1950. 791 p.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Gramática: nunca mais – o ensino da língua padrão sem o estudo da gramática*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 314 p.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 46. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2007. 553 p.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p. 11-23.

ROSS, Jurandy Luciano Sanches. O relevo brasileiro no contexto da América do Sul. *Revista Brasileira de Geografia*, [S.l.: s.n.], v. 61, n. 1, p. 21-58, jul. 2016. ISSN 2526-0375. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/28>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa gramática: teoria e prática*. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Atual, 1984. 430 p.

SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa gramática completa Sacconi: teoria e prática*. 31. ed. rev. São Paulo: Nova Geração, 2011. 592 p.

SAID ALI, Manoel. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 5. ed. melhor. e aum. São Paulo: Melhoramentos, 1965. 375 p.

SANDRONI, Paulo *et al.* *Dicionário de economia*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. 459 p.

SILVA, Antônio Álvares da *et al.* (Org.). *Direitos do trabalhador: teoria e prática*. Belo Horizonte: RTM, 2014. 1.685 p.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico conciso*. Rio de Janeiro: Forense, 2008. 749 p.

SOARES, Celso. *Prática de redação e estilo forenses*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Destaque, 1995. 173 p.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). Processo HC 72.391-8 DISTRITO FEDERAL. Brasília, 8 de março de 1995. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=publicacaoLegislacaoAnotada&pagina=aconstituicao eosupremo>>. Acesso em: 11 out. 2017.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007. 96 p. (Princípios, 9).

TAVARES, Flávia. Personagem da semana: Hilberto Mascarenhas: o gerente da corrupção. *Época*, São Paulo, n. 983, p. 17-19, abr. 2017.

WEISZFLOG, Walter (Ed.). *MICHAELIS*: moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998. 2.259 p.

ZILLES, Ana Maria Stahl *et al.* A concordância verbal com a primeira pessoa do plural em Panambi e Porto Alegre, RS. *Organon*, v. 14, n. 28-29, p. 195-219, 2000. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30205/18712>>. Acesso em: 11 out. 2017.

APÊNDICES

Apêndice A: Quadro das ocorrências nos textos do Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

QUADRO 13 – Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
1.	90	“DENÚNCIA QUE EXPÕE SUFICIENTEMENTE OS FATOS, NÃO TENDO IMPEDIDO O PLENO EXERCÍCIO DO DIREITO DE DEFESA PELO APELANTE. NÃO CONFIGURAÇÃO DE QUALQUER PREJUÍZO PARA A DEFESA TÉCNICA, EIS QUE PREENCHIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.” (Grifo meu).
2.	100	“Neste caso concreto, não há motivos para duvidar do comportamento dos policiais, sobretudo porque o fato da corporação possuir maus policiais que praticam condutas irregulares não significa que todos hajam da mesma forma, eis que maus profissionais estão por todos os lados, ou seja, a questão de caráter é do ser humano e não da profissão que exerce.” (Grifo meu).
3.	120	“AO CONTRÁRIO DO ALEGADO, NÃO INCORREU O JULGADO EM QUALQUER ESPÉCIE DE OBSCURIDADE QUE JUSTIFIQUE A OPOSIÇÃO DO PRESENTE RECURSO, MOSTRANDO-SE DESINFLUENTES AS QUESTÕES VENTILADAS, EIS QUE SE ACHAM CLARAS AS RAZÕES DE DECIDIR NO ACÓRDÃO EMBARGADO.” (Grifo meu).
4.	130	“Os embargos de declaração são sede imprópria para a manifestação de inconformismo com o julgado, eis que carece de caráter infringente e, salvo as hipóteses específicas, nele não se devolve o exame da matéria à Câmara.” (Grifo meu).
5.	220	“4. Inaplicável o princípio da fungibilidade recursal ante a inexistência de dúvidas quanto ao recurso cabível, eis que decorre de expressa determinação legal.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
6.	280	“Além disso, não merece ser acolhido ou analisado os demais pleitos contidos na reconvenção, posto que não houve recurso quanto a estes.” (Grifo meu).
7.	130	“O ente municipal está isento do pagamento da taxa judiciária, vez que comprovou a reciprocidade em favor do Estado.” (Grifo meu).
8.	130	“Os honorários advocatícios de sucumbênciasão (<i>sic</i>) devidos à CEJUR-DPGE, vez que patrocinou os interesses da parte vencedora nos autos.” (Grifo meu).
9.	130	“Não há que se falar em nulidade da sentença por cerceamento de defesa e supressão de fases processuais, vez que , instado (<i>sic</i>) a se manifestar sobre eventual interesse em produção de outras provas, a parte autora quedou-se inerte.” (Grifo meu).
10.	130	“Malgrado a Lei Municipal nº 725/92 tenha autorizado o Município de São Pedro D;Aldeia (<i>sic</i>) a doar ao autor o imóvel de sua propriedade, a transferência de domínio jamais se consumou, vez que , tratando-se o donatário de pessoa privada, impõe-se ainda, para sua efetivação, a prévia avaliação e formalização de escritura pública ou termo administrativo seguido do respectivo registro imobiliário, solenidade sem a qual não se opera a transferência do domínio ao particular.” (Grifo meu).
11.	180	“Documento apresentado pelo DER que demonstra, claramente, que os números dos lacres foram apostos posteriormente, vez que não cobrem, na totalidade, a informação anterior de sua ausência que consta na cópia acostada à inicial.” (Grifo meu).
12.	290	“Releva observar que, in casu, descabe a utilização da prova pericial emprestada, vez que esta somente poderia ser utilizada se a parte contra quem se pretende utilizá-la houvesse participado de sua produção [...]” (Grifo meu).
13.	290	“Por ser ônus da ré a prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, deve ser oportunizada à mesma sua ampla produção, sob pena de restar caracterizado o cerceamento do direito de defesa, vez que não oportunizada a produção das provas oral e pericial requeridas [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
14.	290	“Caracterizado o cerceamento do direito de defesa, vez que , inobstante a ré haver requerido a produção das provas oral e técnica, o pedido foi antecipadamente julgado improcedente, na forma do inciso I, do art. 355, do vigente Código de Processo Civil, de 2015.” (Grifo meu).
15.	290	“No que respeita ao recurso interposto pelos réus, desnecessária a sua ratificação após o julgamento dos embargos de declaração, vez que não houve modificação do decisum embargado.” (Grifo meu).
16.	220	“Se prolatada a R. Sentença em 01/03/2016, essa é a data em que foi aplicado o Direito, e como , então, ainda não estava em vigor o NCPC, não cabia à magistrada a quo fixar a verba honorária conforme a novel legislação, por não ser possível, juridicamente, proferir sentença com base em legislação ainda não vigente.” (Grifo meu).
17.	100	“A tese do apelante de que os policiais lhe plantaram o flagrante não se mostra crível diante do fato de que os agentes não escolheriam um passante desavisado pela rua para forjar-lhe significativa quantidade de droga, já que , se corruptos fossem, repassariam essa droga no mercado paralelo para ganhar um troco.” (Grifo meu).
18.	170	“Além disso, trata-se de documentos desprovidos de caráter probatório já que firmados apenas pela autora.” (Grifo meu).
19.	90	“POR OUTRO LADO, É INVIÁVEL A IMPOSIÇÃO DE PRAZO PARA A APRECIÇÃO DO PEDIDO, POIS ENSEJARIA A INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, QUE EXISTE PARA QUE A ANÁLISE DOS REQUISITOS PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO OCORRA COM A CAUTELA NECESSÁRIA. ORDEM DENEGADA.” (Grifo meu).
20.	260	“Não vislumbro risco de dano irreparável em simples ato de constrição, pois não há, ainda, a alienação do bem.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
21.	270	“A contradição que serve de suporte à interposição de Embargos de Declaração é aquela que diz respeito a divergências materiais dentro do julgado, e não a que serve de fundamento jurídico da própria decisão, pois não se justifica a interposição do recurso para discutir argumento que supostamente daria amparo à pretensão do Recorrente, tendo sido debatidas todas as teses relevantes.” (Grifo meu).
22.	370	“Uma vez julgados improcedentes os pedidos indenizatórios, relativamente aos quais o pleito de exibição assumia nítida feição instrutória, é forçoso reconhecer - a par dos princípios consagrados no Diploma Consumista, entre os quais a necessidade de transparência, do qual decorre o direito de informação ao consumidor (art. 6º, III, do CDC) -, que restou esvaziada a utilidade prática que caracteriza o interesse de agir do pedido de exibição, pois houve formação de coisa julgada sobre os pleitos indenizatórios.” (Grifo meu).
23.	110	“À conta de tais fundamentos, por não visualizar, no caso presente, a necessidade desta tutela de emergência qualificada, INDEFIRO O PEDIDO LIMINAR.” (Grifo meu).
24.	110	“À conta de tais fundamentos, por não visualizar, no caso presente, a necessidade desta tutela de emergência qualificada, INDEFIRO O PEDIDO LIMINAR.” (Grifo meu).
25.	110	“Com efeito, a provisão cautelar não se presta à apreciação da questão de mérito do writ, por implicar exame prematuro da matéria de fundo do Habeas Corpus, de competência do Colegiado, que não pode ser apreciada nos limites da cognição sumária do Relator.” (Grifo meu).
26.	140	“[...] impõe-se, na forma do artigo 982, inciso I do Código de Processo Civil em vigor, a suspensão deste feito, por se tratar de processo cujo o tema é absorção da GEAT e a forma de aplicação do reajuste [...]” (Grifo meu).
27.	160	“Defiro o efeito suspensivo requerido, por entender relevantes os fundamentos invocados pela agravante para dita concessão.” (Grifo meu).
28.	220	“[...] não cabia à magistrada a quo fixar a verba honorária conforme a novel legislação, por não ser possível, juridicamente, proferir sentença com base em legislação ainda não vigente.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
29.	240	“Defiro o pedido de efeito suspensivo, por vislumbrar na hipótese, a presença dos pressupostos elencados no art. 1.019, I [...]” (Grifo meu).
30.	290	“ Por ser ônus da ré a prova do fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, deve ser oportunizada à mesma sua ampla produção [...]” (Grifo meu).
31.	340	“Recorrente afirma ser cabível na hipótese o recurso de Agravo de Instrumento, por tratar-se de rol exemplificativo e pede a não aplicação da multa prevista no artigo 1.021, §1º do Código de Processo Civil.” (Grifo meu).
32.	350	“Quanto aos lucros cessantes, de acordo com a nova orientação do e. Órgão Especial deste Egrégio Tribunal de Justiça, os mesmos são devidos, por haver presunção de prejuízo do promitente-comprador.” (Grifo meu).
33.	100	“Mantém-se a sentença absolutória em relação ao delito de associação para o tráfico, porquanto a prova dos autos não atesta que o acusado era associado ao tráfico local.” (Grifo meu).
34.	130	“Descabe admitir a substituição do medicamento descrito na inicial por similares fornecidos regularmente pelos réus, diante da ressalva médica expressa proscovendo tal possibilidade, porquanto a enferma ostenta intolerância a outros fármacos.” (Grifo meu).
35.	130	“Tampouco se verifica a alegada negativa de prestação jurisdicional por suposta ausência de apreciação de todas alegações formuladas na inicial, porquanto , a atividade jurisdicional exercida pelo magistrado a quo encontra-se motivada com respaldo em fundamentos de fato e de direito que (<i>sic</i>) refutam as alegações aduzidas na exordial, em especial, aquelas ventiladas como qualificadoras da suposta fraude na permuta pactuada entre o ente público e os demais réus - de ilegalidade da dispensa de licitação e contratação realizada em detrimento do interesse econômico da Administração Pública.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
36.	130	<p>“O pedido de nulidade com base na alegação de que a permuta realizada entre o ente público e o segundo e terceiro réus teria sido celebrada sem prévia licitação na modalidade concorrência e em prejuízo ao interesse público encerra causa de pedir que não guarda pertinência subjetiva com o interesse jurídico do autor, enquanto particular, porquanto, ainda que, em tese, houvesse o reconhecimento de nulidade em razão de tais fundamentos, deste não decorreria como consequência lógica o acolhimento do pleito autoral, já que o autor não ostenta o título de proprietário do aludido imóvel, motivo pelo qual, com relação a este fundamento, carece o demandante de interesse de agir, na modalidade `interesse-utilidade. (sic).” (Grifo meu).</p>
37.	220	<p>“E, diferentemente da previsão anterior da EC 20/98, não garantiu, em todas as hipóteses, a integralidade das pensões, em relação aos proventos recebidos pelo servidor falecido, porquanto sujeitos ao limite do RGPS. 4. O STJ, no MS 14.743/DF, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, julgado em 16/06/2010, decidiu pela aplicabilidade do verbete nº 340 de sua súmula, com a fixação do redutor para óbitos ocorridos após a Lei nº 10.887, de 18/06/2004, pouco importando a situação do servidor, haja vista a inexistência de direito adquirido às regras de regime jurídico.” (Grifo meu).</p>
38.	220	<p>“A pensão dos autores não se enquadra nem na hipótese de integralidade, nem tampouco na de paridade, porquanto o óbito de seu companheiro e pai, como já dito, ocorreu em 30/07/2005, posteriormente à EC nº 41/2003, que extinguiu o regime de paridade, e à publicação da Lei 10.887/04, que estabeleceu a redução da integralidade.” (Grifo meu).</p>
39.	90	<p>“VERSÃO DEFENSIVA QUE NÃO ENCONTRA AMPARO NOS AUTOS, MOSTRANDO-SE INCONSISTENTE E INVEROSSÍMIL A ALEGAÇÃO DE QUE QUANDO ESTAVA VOLTANDO PARA SUA CASA FOI ALERTADO PARA QUE TOMASSE CUIDADO PORQUE (sic) A POLÍCIA TERIA PASSADO PELO LOCAL E QUE QUANDO ESTAVA VIRANDO SUA MOTO OUVIU UM DISPARO DE TIRO E GRANDE AGLOMERAÇÃO DE GENTE NA RUA E QUE LHE FOI DITO POR SUA TIA QUE A POLÍCIA HAVIA DITO QUE ACHARAM UMA PISTOLA EM SUA CASA E QUE NÃO DEVERIA VOLTAR ATÉ SEREM ESCLARECIDOS OS FATOS.” (Grifo meu).</p>

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
40.	100	“Neste caso concreto, não há motivos para duvidar do comportamento dos policiais, sobretudo porque o fato da corporação possuir maus policiais que praticam condutas irregulares não significa que todos hajam da mesma forma [...]” (Grifo meu).
41.	100	“Apelante que foi condenado às penas de 2 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa porque portava armas de fogodesmuniadas (<i>sic</i>) com o corréu Geanderson da Silva Nunes, falecido durante o processo.” (Grifo meu).
42.	230	“Mesmo que exista a previsão legal de instauração de Junta Médica em hipótese de divergência médica a respeito da necessidade ou não de procedimento cirúrgico, há que se considerar o histórico apresentado e a comprovada gravidade no quadro do Autor, conforme documentação acostada.- Até porque , o médico do Autor atesta que acompanha o paciente há 4 anos e considera que o quadro se mantém estável [...]” (Grifo meu).
43.	340	“Instituição financeira afirma que não pode ser responsabilizada no caso, mas se esquece de que não cumpriu com sua obrigação de entregar cópia do contrato para que o Autor efetuasse a regularização da documentação, isso porque , mesmo após o deferimento de liminar e a prolação de sentença em sede de Ação de Exibição de Documentos, a instituição financeira apresentou instrumento do negócio imprestável para a regularização do veículo.” (Grifo meu).
44.	220	“ Se prolatada a R. Sentença em 01/03/2016, essa é a data em que foi aplicado o Direito, e como, então, ainda não estava em vigor o NCPC, não cabia à magistrada a quo fixar a verba honorária conforme a novel legislação, por não ser possível, juridicamente, proferir sentença com base em legislação ainda não vigente.” (Grifo meu).
45.	90	“Incidência da causa de aumento de pena do artigo 40, inciso IV, da Lei de Drogas, uma vez que a arma de fogo encontrada na residência do apelante possuía ligação direta com a atividade do tráfico por ele exercida. O quantum da pena corporal e as circunstâncias do crime, especialmente em razão do emprego de arma de fogo, não permitem a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
46.	100	“Alegação de que o apelante não sabia da existência das armas que não procede, uma vez que , para sentar no banco do carona, o réu teria que tirá-la do acento e segurá-la na mão.” (Grifo meu).
47.	120	“INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA INÉRCIA E AO EFEITO DEVOLUTIVO DA APELAÇÃO PELO ACÓRDÃO EXEQUENDO, UMA VEZ QUE A POSSIBILIDADE DE A AUTORA DA AÇÃO PRINCIPAL PROMOVER A EXECUÇÃO DIRETAMENTE EM FACE DA DENUNCIADA É EFEITO ÍNSITO À DENUNCIACÃO DA LIDE FUNDADA EM CONTRATO DE SEGURO.” (Grifo meu).
48.	270	“Oposição de Embargos de Declaração alegando a existência de contradição no Acórdão Embargado, uma vez que foi afastado o pagamento das custas, mas não o da taxa, sendo que a Lei nº 3.350/99 equipara a taxa às custas processuais.” (Grifo meu).
49.	270	“Pequeno reparo na sentença, no que tange à fixação dos honorários, uma vez que o percentual fixado deve incidir sobre o valor da condenação (valor a ser ressarcido) e não sobre o valor da causa, como consignado (artigo 21, parágrafo único, do CPC/73, vigente à época da prolação da sentença e interposição dos recursos).” (Grifo meu).

Apêndice B: Quadro das ocorrências nos textos do Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região.

QUADRO 14 – Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
1.	140	“No ponto, tenho que a impugnação da embargada quanto ao pagamento da pensão não se dar de forma integral não merece prosperar, eis que não amparada no título exequendo [...]” (Grifo meu).
2.	190	“De plano, vale ressaltar que inexistente qualquer ofensa ao princípio da isonomia, eis que , conquanto sejam todos militares, os Apelantes e os militares apresentados como paradigmas, pertencem a Quadros diferentes, estando em situações jurídicas diversas.” (Grifo meu).
3.	190	“Registre-se, ainda, que o Decreto 68.951/71 não garantia que a mera implementação do interstício mínimo corresponderia automaticamente à promoção, eis que sua implementação compreende apenas um dos requisitos para as promoções pretendidas, devendo ser acrescidos aos demais critérios estabelecidos no Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica.” (Grifo meu).
4.	200	“Quanto ao fundamento de ilegalidade da aplicação da tabela price, tal alegação não encontra qualquer relação com o contrato celebrado eis que , conforme se verifica claramente, às fls. 32, o sistema de amortização adotado foi outro, o SAC, pelo que tal pedido é manifestamente improcedente.” (Grifo meu).
5.	370	“Assim, fica afastada a competência desta Justiça Federal, eis que inexistente interesse de qualquer das pessoas elencadas no artigo 109, I da Constituição Federal [...]” (Grifo meu).
6.	380	“[...] afirma ainda ser devido o valor pago a título de comissão de corretagem, disciplinado pelo art. 722 do CC, eis que a atuação do corretor aproveitou a ambas as partes.” (Grifo meu).
7.	380	“Isto posto, RECONHEÇO A ILEGITIMIDADE PASSIVA DE MRL ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A eis que , a priori, não é parte dos contratos que se pretende rescindir.” (Grifo meu).
8.	600	“No presente feito, porém, entendo não ser cabível a realização de tal ato, eis que nele figura como parte ré um ente público [...]” (Grifo meu).
9.	690	“A Resolução Normativa nº 337/2006, editada pelo Conselho Federal de Administração e adotada pelo MM. Juízo a quo como razão de decidir, não pode prevalecer, eis que criou exigência não prevista na legislação de regência da matéria.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
10.	750	“INDEFIRO o pedido de expedição de ofício requerido às fls. retro, eis que o Exequente deve valer-se de meios próprios para localização do Executado ou de seus bens, e não transferir ao Judiciário seu ônus.” (Grifo meu).
11.	770	“O juízo não pode chancelar a imposição de multas quando não há dolo ou culpa da embargante, eis que nem mesmo há possibilidade de extensão do nexa de causalidade à embargante, pela impossibilidade de negar cobertura a exame que não foi requerido de modo formalizado à Sul América.” (Grifo meu).
12.	1.070	“Aduz que na qualidade de pensionista da Polícia Militar / Corpo de Bombeiros do Antigo DF faz jus ao reajuste da parcela auxílio moradia, bem como ao pagamento dos respectivos atrasados eis que houve reajuste do benefício para os militares do ‘atual’ DF, com base no Decreto 35.181/2014.” (Grifo meu).
13.	1.080	“Afasto a preliminar suscitada pela Ré, eis que o Autor comprovou a titularidade das contas poupanças sobre as quais recaem o pedido (fls. 04/09 e 14/18).” (Grifo meu).
14.	2.160	“Em sede de agravo regimental não se conhece de alegações estranhas às razões da insurgência especial, eis que evidenciam vedada inovação de fundamento.” (Grifo meu).
15.	2.250	“Trata-se de embargos de declaração opostos pela parte ré, sob o argumento de que a sentença proferida nestes autos está maculada pelo vício da contradição, eis que condenou o INSS a conceder à parte [...]” (Grifo meu).
16.	2.730	“[...] para a concessão da gratuidade de justiça não basta o mero requerimento/declaração, mas também a prova cabal do estado de hipossuficiência, eis que requerimentos desta natureza vêm sendo banalizados, sendo que este beneplácito é excepcional e, por este motivo, somente deve ser restrito aos realmente necessitados.” (Grifo meu).
17.	930	“A Lei n.º 10.486/2002, que dispõe sobre a remuneração dos militares do atual Distrito Federal, revogou expressamente a Lei n.º 5.959/73, porém não conferiu isonomia entre os militares do Distrito Federal e os do antigo Distrito Federal, posto que , de forma clara, estabeleceu que os Policiais Militares e Bombeiros do antigo Distrito Federal têm direito às vantagens nos termos nela instituídos.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
18.	2.030	“Com efeito, argumenta a parte autora, na exordial, que o falecido teria direito à concessão do auxílio-doença, posto que era portador de RETINOPATIA DIABÉTICA, DOENÇA VASCULAR BILATERAL, CID H36.0, AVC, CRISES VISUAIS, patologias que lhe acarretavam incapacidade para o trabalho.” (Grifo meu).
19.	200	“[...] o não conhecimento questionamentos (<i>sic</i>) da parte frente à prova pericial não configura cerceamento de defesa vez que é ao Juiz que cabe aferir a necessidade ou não de determinada prova, consoante dispõe o art. 130 do CPC.” (Grifo meu).
20.	690	“A sentença, acertadamente, acolheu os embargos à execução fiscal de multa aplicada pela não inscrição da empresa no CRA, extinguindo a execução, com o cancelamento da CDA que a embasou, vez que a embargante não desempenha atividade de administração em sentido estrito [...]” (Grifo meu).
21.	690	“Mesmo que a empresa desempenhasse atividades de holding - fato não comprovado nos autos -, sua vinculação ao Conselho Regional de Administração – CRA seria inexigível, vez que não exerce tarefas próprias de técnicos em administração.” (Grifo meu).
22.	1.140	“Tais valores deverão ser atualizados monetariamente pelo IPCA-E (Lei nº 8.383/91), a partir da respectiva competência e acrescidas de juros de mora na forma prevista pelo art. 1º da Lei nº 12.703/2012, vez que , segundo o entendimento adotado pelo STJ em sede de recurso repetitivo (REsp 1356120/RS), que este Juízo passa a acompanhar, a norma inserta no art. 1º-F da Lei nº 9.494/97, pela Lei nº 11.960/09, foi declarada apenas parcialmente inconstitucional, de forma a persistir o cálculo dos juros de mora segundo os juros aplicáveis à caderneta de poupança.” (Grifo meu).
23.	1.250	“O segundo requisito também se encontra comprovado, vez que o falecido era titular de aposentadoria por tempo de contribuição, conforme se verifica do INFBEN de fl. 88.” (Grifo meu).
24.	2.220	“Preliminarmente, afastado qualquer possibilidade de prescrição quinquenal, vez que a eventual procedência do pedido levará ao pagamento das parcelas vencidas desde a data de entrada do requerimento administrativo (DER), em 03/12/2015 (fl. 10), sendo certo que desta data até o ajuizamento do presente feito, não decorreram cinco anos.” (Grifo meu).
25.	2.640	“No tocante à indenização por danos morais, não vislumbro sua ocorrência, vez que não há conduta ilícita praticada pela autarquia, que agiu com base na interpretação dos diversos diplomas legais existentes.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
26.	100	“Assim, como a ação foi proposta em 4 de outubro de 2010 (fl. 40), ou seja, quando já haviam sido realizados tais ajustes, cumpre-me reconhecer a falta de interesse processual de agir originária do Autor, em relação ao pleito do item d de fl. 11.” (Grifo meu).
27.	410	“ Como não havia sido atribuído efeito suspensivo àquela espécie recursal, o feito prosseguiu com os dez primeiros autores, tendo sido prolatada sentença que já se encontra transitada em julgado, e os autores promoveram a execução do julgado e já foram expedidos os requisitórios a eles devidos.” (Grifo meu).
28.	740	“Ora como no caso a ação foi ajuizada antes do início da vigência do NCPC, e, pois, (<i>sic</i>) devem ser aplicadas as regras previstas no CPC/73.” (Grifo meu).
29.	760	“ Como o possuidor não registrou o contrato, deu causa à restrição patrimonial, de sorte que deve arcar com o ônus financeiro decorrente de sua inação.” (Grifo meu).
30.	840	“ Como a lide em apreço envolve questão que supera o limite de 60 salários mínimos, entendo que falece competência a este Juizado Especial Federal para processar e julgar o presente feito.” (Grifo meu).
31.	880	“Diante das conclusões médicas, restou comprovado que a situação fática vivida pela parte autora atende ao requisito legal para a concessão do auxílio-doença, mas como não foi constatada a incapacidade laborativa total e definitiva, afasta a aposentadoria por invalidez como o benefício a ser concedido na ocasião.” (Grifo meu).
32.	1.220	“Assim, como o auxílio-moradia foi instituído no artigo 2º, I, ‘f’ da citada lei, não há que se falar em seu não cabimento à Apelada, sendo seu pagamento devido, conforme muito bem fundamentado na Sentença proferida pelo magistrado de piso.” (Grifo meu).
33.	1.240	“Assim, como o sustento do autor vem da aposentadoria que ele percebe (e antes era do trabalho dele, o qual lhe rendeu a referida aposentadoria), e o rateio das despesas domésticas com a mãe não comprovam a dependência econômica, a improcedência do pedido é medida que se impõe.” (Grifo meu).
34.	1.970	“E como os executados encontram-se em lugar incerto e não sabido, é expedido o presente Edital de Citação, com prazo de 30 (trinta) dias, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados [...]” (Grifo meu).
35.	1.980	“E como o executado encontra-se em lugar incerto e não sabido, é expedido o presente Edital de Citação, com prazo de 30 (trinta) dias, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
36.	1.980	“E como o executado encontra-se em lugar incerto e não sabido, é expedido o presente Edital de Citação, com prazo de 30 (trinta) dias, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados [...]” (Grifo meu).
37.	2.420	“O Código de Processo Civil, ao tratar da extinção do processo, sem resolução de mérito, previu as hipóteses em que aquela se daria, estatuinto em seu artigo 485, inciso VI, do CPC: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) VI – verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual. No caso, como o débito relativo ao imóvel foi regularizado administrativamente pelo réu junto à CEF, pelo que (<i>sic</i>) se infere a falta de interesse de agir superveniente.” (Grifo meu).
38.	2.600	“ Como se tratava de uma única parcela, a autora não contestou [...]” (Grifo meu).
39.	1.370	“Em que pese a relevância dos argumentos expendidos na inicial, não se verificam os fatos que tipificam os requisitos que fundamentam a antecipação de tutela requerida para fins de imediata concessão do benefício por incapacidade, dado que o caso demanda dilação probatória, em especial o exame pericial.” (Grifo meu).
40.	1.420	“De início, em que pese a relevância dos argumentos expendidos na inicial, não se verificam, por ora, os fatos que tipificam os requisitos que fundamentam a antecipação de tutela requerida para fins de imediato restabelecimento do benefício por incapacidade, dado que o caso demanda dilação probatória, em especial o exame pericial, que, por sua vez, já restará designado na presente decisão.” (Grifo meu).
41.	880	“Ademais, o indeferimento do benefício se deu em razão de o INSS entender que não havia incapacidade para o trabalho.” (Grifo meu).
42.	880	“Fixo como data de início de pagamento (DIP) do auxílio-doença a data da cessação do benefício, em 09.06.2016 (fl.91), já que restou comprovado na perícia que a incapacidade já existia naquela época.” (Grifo meu).
43.	920	“Decorrido in albis o prazo para a parte autora interpor recurso, certifique-se o trânsito em julgado da sentença, já que não há interesse da parte ré em recorrer, uma vez que a sentença é de improcedência do pedido da parte autora.” (Grifo meu).
44.	930	“Decorrido in albis o prazo para a parte autora interpor recurso, certifique-se o trânsito em julgado da sentença, já que não há interesse da parte ré em recorrer, uma vez que a sentença é de improcedência do pedido da parte autora.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
45.	1.200	“Nessa toada, a presente demanda deve ser julgada improcedente com relação à CEF, uma vez que não restou demonstrada falha na prestação de seus serviços, já que a CAIXA não possui responsabilidade pelo erro no preenchimento do TED.” (Grifo meu).
46.	1.210	“Arbitro, assim, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a título de indenização por danos morais, a ser pago por cada réu, já que ambos concorreram para o evento danoso.” (Grifo meu).
47.	1.240	“Essa presunção só pode ser a presunção simples, relativa, já que não qualificada pela lei.” (Grifo meu).
48.	1.380	“[...] INDEFIRO a gratuidade de justiça requerida, já que o valor mensal da sua aposentadoria é superior ao limite isento para fins de declaração de imposto de renda da pessoa física (R\$ 1.903,98).” (Grifo meu).
49.	2.060	“Além disso, existe, na hipótese sob apreciação, perigo de irreversibilidade do provimento solicitado (art. 300, § 3º, do NCPC), já que o mesmo implicaria na imediata implantação e pagamento do benefício previdenciário pretendido e, em caso de posterior improcedência da ação, a parte autora dificilmente poderia restituir os valores recebidos, o que causaria dano ao Poder Público.” (Grifo meu).
50.	2.180	“No caso sob análise, é necessário que se proceda à fase de instrução processual, não sendo possível o deferimento do pedido de antecipação dos efeitos da tutela sem que seja observado o princípio do contraditório, já que a matéria demanda dilação probatória.” (Grifo meu).
51.	100	“Persiste o interesse do Autor, contudo, no que pertine à devolução dos descontos realizados sob a rubrica ‘DA AUX INVALIDEZ’, no período de fevereiro a setembro de 2010, à qual faz jus, pois a própria Administração reconheceu a ilicitude do cancelamento de seu benefício de auxílio invalidez.” (Grifo meu).
52.	100	“Em relação aos dois primeiros pedidos, entende o Ministério Público Federal que houve perda do objeto, pois , conforme informação constante do ofício de fl. 104, a determinação para restabelecimento do benefício já havia sido feita quando o autor ajuizou a presente ação [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
53.	130	<p>“Este expert conclui que as supostas assinaturas produzidas nos documentos questionados: Nota Promissória / Pró – Solvente fls. 145, Contrato de Empréstimo Consignação Caixa nº 19.0216.110.0005338-93 fls. 146/150. NÃO pertencem ao punho escritor do Sr. MANOEL FERREIRA SOBRINHO (...). (sic)</p> <p>Pois conforme ilustrado no exame técnico, foi constatado que o escritor concernente as peça questionadas (sic) lançou o seu grafismo sobre o suporte (documento) com diversas anormalidades gráficas de ordem genética, as quais não se repetem nos grafismos padrões.” (Grifo meu).</p>
54.	150	<p>“Ressalvo, ademais, que o simples fato de a autarquia ré exigir ressarcimentos referentes a contratos celebrados antes da vigência da Lei nº 9.656/98 não viola o princípio da segurança jurídica, pois, desde que os reembolsos pretendidos pela ANS sejam relativos a serviços médicos prestados após a vigência do referido diploma, inexistente violação à norma do art. 5º, XXXVI, da CRFB/1988.” (Grifo meu).</p>
55.	210	<p>“A autora sustenta a necessidade de transferência para unidade oncológica para realização de tratamento e biópsia, pois não há serviço especializado no hospital em que se encontra internada, tampouco tal unidade de saúde dispõe de tratamento paliativo.” (Grifo meu).</p>
56.	210	<p>“De outro giro, há situações, como no presente caso, em que é necessário averiguar a oferta de vagas e leitos, pois é certo que uma determinação judicial não faz surgir leitos livres.” (Grifo meu).</p>
57.	300	<p>“Que não poderia ser licenciado com tal fundamento – duas avaliações consecutivas deficientes no EAD ou FIS, pois sempre apresentou boa aptidão para a carreira, conforme atesta sua Folha de Alterações.” (Grifo meu).</p>
58.	530	<p>“Dispensada a audiência de conciliação para este caso, pois o litígio não se enquadra em situação que contenha previsão para a fazenda pública celebrar acordos, o que requer autorização administrativa.” (Grifo meu).</p>
59.	670	<p>“Ressalte-se que o indeferimento do pleito de penhora da empresa no juízo do feito executivo não obsta que o exequente requeira a penhora no rosto do processo de recuperação no juízo falimentar, pois, repisa-se, os atos de alienação voltados contra o patrimônio social das sociedades empresárias em recuperação submetem-se ao crivo do juízo universal.” (Grifo meu).</p>
60.	740	<p>“As regras relativas a honorários previstas no NCPC – Lei nº 13.105/15 aplicam-se apenas às ações ajuizadas após a entrada em vigor desta lei, em 18.03.2016, pois a causalidade, balizadora da determinação de quem deve suportar os honorários e aferida na sentença, reporta-se ao próprio ajuizamento da ação, momento no qual as partes calculam os riscos da rejeição de sua pretensão.” (Grifo meu).</p>

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
61.	760	“Ainda que a determinação do juiz seja para citação pessoal do executado - pois somente assim poderia agir o magistrado, ante a previsão expressa da norma -, a posterior alteração processual legislativa enseja a sua imediata incidência, pois a intimação do executado, ato processual pendente de efetivação, deveria observar a nova redação estabelecida, que determina a ciência do devedor por meio de seu advogado.” (Grifo meu).
62.	760	“Ainda que a determinação do juiz seja para citação pessoal do executado - pois somente assim poderia agir o magistrado, ante a previsão expressa da norma -, a posterior alteração processual legislativa enseja a sua imediata incidência, pois a intimação do executado, ato processual pendente de efetivação, deveria observar a nova redação estabelecida, que determina a ciência do devedor por meio de seu advogado.” (Grifo meu).
63.	840	“Apesar de o autor ter atribuído à causa o valor de R\$ 33.062,13, o proveito econômico pretendido ultrapassa a alçada deste juízo, pois se observa que constitui o cerne da demanda a pretensão de desfazimento dos negócios jurídicos celebrados com as rés, sendo que apenas o contrato de financiamento imobiliário celebrado com a CEF já foi no valor de R\$ 166.500,00.” (Grifo meu).
64.	1.090	“JULGO PROCEDENTE O PEDIDO condenando a CEF no pagamento da diferença de correção monetária referente ao índice de 42,72%, em janeiro de 1989 e ao índice de fevereiro de 1989, mediante aplicação do percentual de 10,14%, com todos os reflexos posteriores, pois restou comprovado que a conta poupança nº 0211.013.00918774-9 tem data-base o dia 01.” (Grifo meu).
65.	1.240	“Diante desse quadro, tenho que a dependência econômica da falecida não restou comprovada, pois ela também recebia um salário mínimo, estava doente e apenas divida (<i>sic</i>) as despesas domésticas com o autor.” (Grifo meu).
66.	1.470	“Defiro a gratuidade de justiça, pois requerida na forma do art. 98, caput, c/c art. 99, § 3º, todos do NCPC/2015.” (Grifo meu).
67.	1.480	“Defiro a gratuidade de justiça, pois requerida na forma do art. 98, caput, c/c art. 99, § 3º, todos do NCPC/2015.” (Grifo meu).
68.	1.490	“Defiro a gratuidade de justiça, pois requerida na forma do art. 98, caput, c/c art. 99, § 3º, todos do NCPC/2015.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
69.	1.850	“Tal indenização, vale dizer, deve ser cumulada com a condenação em obrigação de fazer, consistente na reparação integral do dano causado, pois a mera demolição das construções e recuperação da área não tem o condão de indenizar todo o prejuízo [...]” (Grifo meu).
70.	1.860	“Relata que tem sido impedida, em virtude da inadimplência, de realizar as atividades do décimo período, sendo-lhe vedada a renovação da matrícula, pois está em débito com todas as mensalidades do ano de 2016.” (Grifo meu).
71.	2.140	“[...] o Sr. João não quis que constasse na certidão de nascimento dos filhos o nome da mãe, pois ela era casada no papel com o pai da testemunha [...]” (Grifo meu).
72.	2.520	“Requer desbloqueio de verbas, pois seriam originadas de verbas salariais.” (Grifo meu).
73.	2.540	“O exequente requer o prosseguimento do feito com a devida citação por carta precatória no endereço Rua Scylla Souza Ribeiro, 545, casa 15 Itaipu – Niterói – RJ – Cep: 24236-200. Indefero, pois como comprovado em mandado anexado às fls. 25/29 o endereço já foi diligenciado sem êxito.” (Grifo meu).
74.	2.600	“[...] afirma a parte autora que ‘o gerente informou que seria obrigado a efetuar o pagamento dos valores em aberto, e após seria efetuado estorno. Pois não poderiam pedir cancelamento e estorno de seguro, com o mesmo em aberto.’” (Grifo meu).
75.	140	“O cumprimento da obrigação de pagar, estipulada neste parágrafo, fica subordinado ao implemento da condição suspensiva, capitulada no art. 12 da Lei 1.060/1950, por ser a Demandante beneficiário (<i>sic</i>) de gratuidade de justiça (fl. 63 dos autos da ação originária).” (Grifo meu).
76.	150	“[...] o Tribunal afastou a alegada inconstitucionalidade material por ofensa aos princípios do devido processo legal substantivo e aos artigos 196 e 199 da CF, bem como pela alegada caracterização de desproporcional e desarrazoada intervenção estatal em área reservada à livre iniciativa, de determinados dispositivos das normas impugnadas [...] por considerar que os artigos impugnados, ao estabelecerem os limites de atuação das operadoras de planos privados de saúde, estão em harmonia com a competência do Estado prevista no art. 197 da CF.” (Grifo meu).
77.	180	“Sobre a importância paga pelo empregador ao empregado durante os primeiros quinze dias de afastamento por motivo de doença não incide a contribuição previdenciária, por não se enquadrar na hipótese de incidência da exação, que exige verba de natureza remuneratória.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
78.	180	“O salário-paternidade deve ser tributado, por se tratar de licença remunerada prevista constitucionalmente, não se incluindo no rol dos benefícios previdenciários [...]” (Grifo meu).
79.	590	“[...] a autora foi submetida à Inspeção de Saúde (IS) e, de acordo com o descrito às fls. 60/61, foi cientificada de que fora considerada incapaz por apresentar ‘altura abaixo daquela preconizada no edital do concurso’.” (Grifo meu).
80.	690	“[...] a apelada tenta desconstituir débito resultante da aplicação de multa, por parte do conselho apelante, por não ter a empresa efetuado registro junto ao órgão fiscalizador.” (Grifo meu).
81.	700	“O embargante aduz indevido cerceamento de defesa com desrespeito ao contraditório por não ter sido intimado após a apresentação de impugnação pela embargada.” (Grifo meu).
82.	730	“ Por encontrarem-se os executados em lugar incerto e não sabido, é expedido o presente edital para INTIMAÇÃO [...]” (Grifo meu).
83.	740	“Por fim, por se tratar de matéria diretamente relacionada à exigibilidade do crédito, e portanto, à própria higidez do título executivo, entendo ser a mesma passível de cognição de ofício.” (Grifo meu).
84.	890	“Em suas razões recursais, alega a embargante que a sentença padece de omissão, por não ter apreciado o pedido de antecipação dos efeitos da tutela (fl. 68).” (Grifo meu).
85.	970	“Cabia à requerida, em especial por ter sido invertido o ônus da prova, comprovar que não houve irregularidade na conta do autor. A CEF, no entanto, não se desincumbiu do ônus probatório que lhe foi imposto.” (Grifo meu).
86.	1.080	“Rejeito a arguição de prescrição alegada pela CEF, por ser a mesma vintenária, nos termos do art. 177 do Código Civil de 1916 [...]” (Grifo meu).
87.	1.210	“Considerando que tanto a instituição financeira quanto o INSS concorreram para o evento danoso, aquela por conceder empréstimo sem se certificar da autenticidade e da veracidade dos documentos apresentados, e este por ter realizado descontos no benefício previdenciário do autor, sem a devida autorização, cabe a eles suportar o ônus de restituir os valores descontados indevidamente, bem como ao pagamento dos danos morais.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
88.	1.210	“Considerando que tanto a instituição financeira quanto o INSS concorreram para o evento danoso, aquela por conceder empréstimo sem se certificar da autenticidade e da veracidade dos documentos apresentados, e este por ter realizado descontos no benefício previdenciário do autor, sem a devida autorização, cabe a eles suportar o ônus de restituir os valores descontados indevidamente, bem como ao pagamento dos danos morais.” (Grifo meu).
89.	1.440	“Admite-se a conversão para comum do tempo de serviço prestado sob condições especiais em qualquer época, por não ter a Lei nº 9.711/98 revogado o art. 57, § 5º da Lei nº 8.213/91.” (Grifo meu).
90.	1.590	“Trata-se de agravo (art. 1.042 do Código de Processo Civil - CPC) interposto pela parte autora em face de decisão que inadmitiu seu recurso extraordinário (RE), por se tratar de matéria já decidida [...]” (Grifo meu).
91.	2.230	“Trata-se de ação por meio da qual pretende a parte autora, menor impúbere, a condenação do INSS à concessão, em seu favor, do benefício de pensão por morte do Sr. Iran da Silva Correa, indeferido administrativamente pela autarquia por supostamente não mais ostentar o eventual instituidor, por ocasião do seu óbito, a qualidade de segurado.” (Grifo meu).
92.	2.640	“Sem condenação em ônus sucumbenciais, em face do disposto no art. 55 da Lei nº 9.099/95, por não haver recorrente vencido.” (Grifo meu).
93.	2.650	“[...] apesar de ter cumprido todo o procedimento, em setembro de 2014, uma outra correspondência com o endereço antigo dos autores, foi recebida por sua cunhada, causando-lhes constrangimentos, por terem sido questionados se estavam em débito com as prestações do imóvel, sendo alvos de piadas e chacotas; [...]” (Grifo meu).
94.	2.660	“EXTINGO O PROCESSO, por ter sido efetuado o pagamento do débito exequendo [...]” (Grifo meu).
95.	490	“Assim, estando o cálculo elaborado pelo Contador Judicial equidistante do interesse das partes, goza de presunção iuris tantum e reflete o comando expresso no título executivo judicial, merecendo credibilidade porquanto elaborados conforme as diretrizes previamente fixadas pelo Conselho da Justiça Federal, em consonância com a orientação jurisprudencial sobre a matéria.” (Grifo meu).
96.	650	“Ademais, consignou-se inexistir prejuízo à Fazenda, porquanto , ressalvadas as preferências legais, seu crédito estará assegurado pelo juízo falimentar [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
97.	660	“Ademais, consignou-se inexistir prejuízo à Fazenda, porquanto , ressalvadas as preferências legais, seu crédito estará assegurado pelo juízo falimentar [...]” (Grifo meu).
98.	670	“Ademais, consignou-se inexistir prejuízo à Fazenda, porquanto , ressalvadas as preferências legais, seu crédito estará assegurado pelo juízo falimentar [...]” (Grifo meu).
99.	790	“Insurgiu-se contra a aplicação de multa moratória e juros de mora, porquanto o crédito patrimonial em comento deveria ser atualizado na forma do art. 101 do DL 9760/46 e art. 1º do DL 2398/1987.” (Grifo meu).
100.	2.320	“4. Inviável o exame do pleito da recorrente quanto ao caráter confiscatório da multa, nos termos do art. 150, IV, da CF/88, porquanto o instrumento utilizado não comporta esta análise.” (Grifo meu).
101.	2.760	“Por fim, não enxergo, no presente caso, a ocorrência de danos morais sofridos pela demandante, porquanto o INSS possui poderes para rejeitar benefícios administrativos quando não entender satisfeitos os requisitos à sua concessão.” (Grifo meu).
102.	100	“Não se trata, quanto a esta parcela do pedido, de reconhecimento da procedência da pretensão autoral, a ensejar julgamento com exame de mérito, porque a decisão de restituir tais valores foi tomada pela Administração, antes de proposta a demanda (fl. 104).” (Grifo meu).
103.	330	“Isso porque , tratando-se de competências entre Subssedes (<i>sic</i>) situadas na mesma Seção Judiciária, a hipótese é de competência entre juízos, e não entre foros (ou territorial, como mais comumente conhecida) [...]” (Grifo meu).
104.	370	“Indefiro o pedido de reserva dos honorários contratuais do montante 40% a ser pago aos autores porque [...] a obrigação a ser cumprida é meramente de fazer (creditar valores na conta fundiária dos litisconsortes remanescentes), não tendo, este Juízo, como reter nenhuma quantia.” (Grifo meu).
105.	380	“No tocante à antecipação de tutela, não é possível afirmar a verossimilhança das alegações da parte autora. A uma, porque afirma abusividade e nulidades contratuais, mas não identifica uma cláusula nula sequer.” (Grifo meu).
106.	700	“No presente caso, não assiste razão ao embargante porque a impugnação da embargada foi juntada aos autos em 22/09/2016, fls. 37/41.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
107.	990	“De igual sorte, argumentos como idade e grau de instrução não serão considerados como motivos para impugnação, mesmo porque não é o i. expert, na condição de médico, que deve mitigar tais circunstâncias, mas sim o julgador.” (Grifo meu).
108.	1.150	“Vedada, portanto, a escolha de remédios, mormente porque as aquisições de antineoplásicos de alto custo devem atender às necessidades da coletividade e não as prioridades individuais, pena de ofensa aos princípios constitucionais da isonomia, reserva do possível e economicidade.” (Grifo meu).
109.	2.310	“[...] a mesma lógica contida no § 4.º do art. 40 da LEF deve ser aplicada ao presente caso, sob pena de permitir-se, em tese, o reconhecimento da prescrição de débitos de grandes devedores, por aplicação da mencionada norma, ao mesmo tempo em que se eterniza a cobrança de créditos insignificantes que, a critério do próprio titular do crédito fiscal, sequer eram dignos de serem mantidos em cobrança ativa. Isto porque o fator preponderante para a caracterização da prescrição é a inércia da parte, e não o fundamento normativo do arquivamento do feito.” (Grifo meu).
110.	2.540	“O dispositivo legal em questão, que dispõe de forma específica sobre as execuções fiscais, privilegia os princípios constitucionais do acesso à justiça e da duração razoável do processo. Isso porque , se a demanda continuar tramitando perante este juízo, além de se aumentar a dificuldade de defesa do devedor, os atos processuais que serão praticados a partir deste momento deverão ser realizados em outra localidade, na qual há juízo competente para a sua efetivação, o que implicaria gasto de tempo, material e dinheiro, desnecessariamente.” (Grifo meu).
111.	150	“Ora, se antes mesmo de qualquer manifestação jurisdicional já existe a presunção de constitucionalidade de toda e qualquer lei ou ato normativo, é de se convir que tal panorama reforça-se ainda mais após decisão favorável do Supremo Tribunal Federal [...]” (Grifo meu).
112.	490	“A exigência do CPC, art. 604, em relação ao credor-exequente, pode ser desconsiderada se nos autos já consta memória de cálculos elaborada oficialmente pela Contadoria do Juízo, quando da execução provisória.” (Grifo meu).
113.	760	“Ora, se a causalidade é dotada de referibilidade ao ajuizamento da petição inicial, é natural que se aplique a regra tempus regit actum, de sorte que os honorários sejam disciplinados não pela lei em vigor ao tempo de prolação da sentença/acórdão, senão por aquela vigente àquele primeiro momento.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
114.	800	“Se a empresa promoveu sua liquidação voluntária, não haveria que se esperar encontrá-la funcionando no endereço fiscal, por óbvio. O caso, portanto, não é de dissolução irregular que permita o redirecionamento.” (Grifo meu).
115.	140	“Por fim, uma vez que o valor apurado pela Embargante é superior aquele (<i>sic</i>) tido como correto apurado pela Contadoria, cumpre-me reconhecer como devido, sob pena de proferir sentença ultra petita, o valor de R\$ 240.110,96, nos estritos termos da planilha apresentada pelo CNPQ às fls. 6/7.” (Grifo meu).
116.	150	“O Tribunal não conheceu da ação quanto à alegada inconstitucionalidade formal do inteiro teor da Lei e da Medida Provisória impugnadas, tendo em vista as substanciais alterações nelas promovidas, nem quanto à alegada inconstitucionalidade formal de determinados dispositivos, em que se sustentava a necessidade de lei complementar para disciplinar as matérias relativas à autorização, fiscalização e funcionamento das empresas em questão, uma vez que , desde a edição da CF/88, os planos privados de saúde não integram o sistema financeiro nacional, mas sim as ações e serviços de saúde (Título VIII, Capítulo II, Seção II, da Constituição), não exigindo, assim, a reserva de lei complementar.” (Grifo meu).
117.	150	“[...] o TRF da 2ª Região já decidiu que, ‘Quanto ao aspecto da legalidade das Resoluções editadas pela ANS, no tocante ao recolhimento dos valores inerentes ao ressarcimento ao SUS, sinal-se que a própria lei confere à ANS a normatização da referida cobrança, fixando os critérios relativos aos valores a serem ressarcidos, tendo a ANS apenas exercido o poder regulamentar dentro dos limites que lhe foram conferidos, uma vez que a Lei nº 9.656/98 determina os limites mínimo e máximo para a fixação dos valores a serem ressarcidos’ [...].” (Grifo meu).
118.	150	“É relevante assentar, ainda, que ‘O procedimento administrativo instituído para o ressarcimento obedece aos ditames da Carta Política de 1988, assegurando às operadoras o direito de ampla defesa e do contraditório, uma vez que a cobrança somente é efetuada após a apreciação definitiva dos recursos apresentados [...].’ (Grifo meu).
119.	410	“[...] não procede a alegação do Sindicato que dera efetivo cumprimento ao despacho de fls. 1130, fornecendo as cópias necessárias para o desmembramento do feito, uma vez que as cópias fornecidas através da petição de fls. 1321 referem-se tão somente à contra-fé para instruir o mandado, cuja citação do réu fora determinada pelo despacho de fls. 1324.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
120.	480	“[...] incumbe à parte autora, nos termos do § 2º do artigo 240 do CPC/2015, adotar as providências necessárias a viabilizar a citação do demandado, mediante a indicação de seu endereço atual, uma vez que a parte demandada não foi localizada no endereço indicado na inicial [...]” (Grifo meu).
121.	490	“Não ocorreu a omissão suscitada capaz de ensejar a anulação do julgado por violação do art. 535 do CPC uma vez que somente quando da oposição dos embargos de declaração o INSS pleiteou a manifestação da Corte de origem sobre o eventual excesso do valor da verba honorária fixada no juízo de primeiro grau.” (Grifo meu).
122.	920	“Intimem-se as partes, dando-lhes ciência da sentença. Decorrido in albis o prazo para a parte autora interpor recurso, certifique-se o trânsito em julgado da sentença, já que não há interesse da parte ré em recorrer, uma vez que a sentença é de improcedência do pedido da parte autora.” (Grifo meu).
123.	930	“Intimem-se as partes, dando-lhes ciência da sentença. Decorrido in albis o prazo para a parte autora interpor recurso, certifique-se o trânsito em julgado da sentença, já que não há interesse da parte ré em recorrer, uma vez que a sentença é de improcedência do pedido da parte autora.” (Grifo meu).
124.	1.000	“Satisfeito o requisito do artigo 4º, §1º, da Lei nº 1.060/1950, defiro a gratuidade de justiça requerida para eventual interposição de recurso, uma vez que os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 já a autorizam em primeiro grau.” (Grifo meu).
125.	1.010	“Satisfeito o requisito do artigo 4º, §1º, da Lei nº 1.060/1950, defiro a gratuidade de justiça requerida para eventual interposição de recurso, uma vez que os artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95 já a autorizam em primeiro grau.” (Grifo meu).
126.	1.010	“No caso dos autos, faz-se necessário o esclarecimento dos fatos, através de cognição exauriente, uma vez que , com base na documentação acostada, não seria possível aferir-se em caráter liminar, a existência da posição jurídica de vantagem sustentada pelo demandante em sua peça inicial.” (Grifo meu).
127.	1.040	“Determino o cancelamento do alvará de fls. 174, uma vez que a conta nele contida não possui saldo a ser levantado.” (Grifo meu).
128.	1.200	“Nessa toada, a presente demanda deve ser julgada improcedente com relação à CEF, uma vez que não restou demonstrada falha na prestação de seus serviços [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
129.	1.210	“No que tange ao pedido do autor pela aplicação do art.42, parágrafo único, do CDC, o mesmo não merece prosperar, uma vez que o Superior Tribunal de Justiça tem precedentes no sentido de que a restituição em dobro deve ocorrer apenas quando houver má-fé, o que não ocorreu no caso concreto [...]” (Grifo meu).
130.	1.220	“Não bastasse a falta de amparo legal, uma vez que a Lei nº 10.486/2002 não estipula a isonomia nos termos acima, a VPE foi instituída em favor dos militares do Distrito Federal em caráter privativo.” (Grifo meu).
131.	1.240	“É importante frisar que a dependência econômica dos entes indicados no inciso primeiro supracitado é presumida. Essa presunção só pode ser relativa, uma vez que não qualificada pela lei.” (Grifo meu).
132.	1.300	“INDEFIRO a gratuidade de justiça requerida, uma vez que a renda mensal/remuneração demonstrada pelos documentos que acompanham a inicial é incompatível com a concessão de tal benefício.” (Grifo meu).
133.	1.330	“O silêncio da parte autora será tido como recusa à renúncia, uma vez que esta não se presume, conforme Enunciado nº 17 da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudências dos Juizados Especiais Federais.” (Grifo meu).
134.	1.420	“Sendo a renúncia manifestada pelo advogado, deverá a parte autora outorgar poderes específicos para tanto, valendo o silêncio como recusa a renúncia, uma vez que esta não se presume, nos termos do Enunciado nº 10 das Turmas Recursais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.” (Grifo meu).
135.	1.420	“Sendo a renúncia manifestada pelo advogado, deverá a parte autora outorgar poderes específicos para tanto, valendo o silêncio como recusa a renúncia, uma vez que esta não se presume, nos termos do Enunciado nº 10 das Turmas Recursais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro; [...]” (Grifo meu).
136.	1.850	“No entanto, na hipótese dos autos, impossível alterar o entendimento do Tribunal a quo, uma vez que lastreado em prova produzida.” (Grifo meu).
137.	1.860	“À fl. 73 a impetrante informa a perda de objeto da presente ação, uma vez que conseguiu matricular-se no décimo período após pagar parte do débito.” (Grifo meu).
138.	1.960	“[...] nem todos os benefícios do RGPS fazem jus a tal revisão, uma vez que restou claro que a alteração do valor do teto repercute apenas nos casos em que o salário de benefício do segurado tenha sido calculado em valor maior que o teto vigente na época da concessão [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
139.	1.960	“[...] será preciso conhecer o valor genuíno da RMI, sem qualquer distorção, calculando-se o salário de benefício através da média atualizada dos salários de contribuição, sem incidência do teto limitador, uma vez que este constitui elemento extrínseco ao cálculo, aplicando-se posteriormente ao salário de benefício o coeficiente de cálculo [...]” (Grifo meu).
140.	1.960	“Tendo o STF adotado a premissa de que o teto constitucional é elemento extrínseco ao cálculo dos benefícios, uma vez que não faz parte dos critérios fixados pela lei para cálculo do benefício, representando apenas uma linha de corte do valor apurado, fica rechaçada alegação da autarquia [...]” (Grifo meu).
141.	2.030	“[...] os acórdãos apontados como paradigma do dissenso oriundos de Tribunal Regional Federal não podem ser considerados como representativos da divergência, uma vez que não atendem ao requisito previsto no art. 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/01.” (Grifo meu).
142.	2.120	“A Caixa Seguradora S/A é ilegítima para constar no polo passivo da presente demanda, sequer como litisconsórcio passivo necessário, uma vez que se é a CEF quem cobra o seguro da demandante, ainda que venha a repassar os valores àquela, é ela a responsável pelas sequelas jurídicas perante o autor/mutuário.” (Grifo meu).
143.	2.310	“[...] INDEFIRO o pedido de gratuidade de justiça uma vez que a jurisprudência majoritária no âmbito do TRF da 2ª Região limita a concessão do benefício da gratuidade ao requerente cujo rendimento esteja na faixa de isenção do IRPF [...]” (Grifo meu).
144.	2.320	“É inviável ao STJ apreciar ofensa aos artigos da Carta Magna, uma vez que compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal o exame de violação a dispositivo da Constituição da República, nos termos do seu art. 102, III, ‘a’.” (Grifo meu).
145.	2.440	“Indefiro a gratuidade de justiça, uma vez que os documentos anexados às fls. 12/16 indicam que a parte autora não preenche o requisito da hipossuficiência econômica.” (Grifo meu).
146.	2.510	“Saliento que deixo de determinar a intimação do MPF para manifestação no presente feito, uma vez que de acordo com parecer apresentado pelo parquet em feitos que versam sobre pedido de Benefício de Amparo Assistencial, é desnecessária a sua intervenção nas demandas previdenciárias em que inexistente interesse de incapazes [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
147.	2.770	“Contudo, pugnou pela expedição à 3ª Vara Cível de Nova Iguaçu para que aquele Juízo tome ciência da presente decisão antes da devolução do veículo, uma vez que lá está em curso ação de busca e apreensão tendo como autor e réu o Banco Bradesco Financiamentos SA e Thiago Cattem Conte, respectivamente.” (Grifo meu).
148.	2.770	“No caso vertente, o veículo apreendido não se insere em quaisquer das hipóteses constantes do artigo 91, inciso II, alíneas ‘a’ e ‘b’, do CP, uma vez que sua posse, por si só, não constitui fato ilícito [...]” (Grifo meu).
149.	790	“Igualmente não merece prosperar a alegação de excesso de execução, visto que , como bem discorreu o Magistrado a quo, ‘o pedido de parcelamento (de 28.05.97) e sua concessão (de 19.11.98) só se deram após a citação (de 21.01.97), o que descaracteriza o excesso de execução’.” (Grifo meu).
150.	930	“De forma alguma pretendeu o legislador estender toda e qualquer vantagem aos integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal, mas somente aquelas expressamente previstas no aludido diploma legal, visto que , nos termos da Súmula n.º 339 do STF, por analogia, ‘Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob fundamento de isonomia’.” (Grifo meu).
151.	1.150	“[...] o Poder Judiciário só pode intervir nos critérios do SUS para afastar ilegalidades, sendo insuficientes a tal desiderato a mera exibição de laudos médicos, particulares ou oficiais, visto que na saúde pública os tratamentos sujeitam-se a múltiplos fatores [...]” (Grifo meu).
152.	1.500	“Condene a parte recorrente vencida ao pagamento de honorários advocatícios no equivalente a 10% do valor monetariamente atualizado da causa (tabela de cálculos da Justiça Federal), observado o disposto no §3º do art. 98 do Código de Processo Civil de 2015, visto que deferida a gratuidade de justiça na presente decisão.” (Grifo meu).
153.	2.000	“Rejeito a impugnação ao laudo apresentada pelo autor, visto que não há que se confundir doença com incapacidade.” (Grifo meu).
154.	2.120	“Inicialmente, impõe-se afastar a arguição da Caixa Econômica Federal de sua ilegitimidade ad causam, visto que o alegado contrato de seguro não foi celebrado diretamente pela autora com a Caixa Seguradora S.A.” (Grifo meu).

Apêndice C: Quadro das ocorrências nos textos do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho da 1ª Região.

QUADRO 15 – Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho da 1ª Região

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
1.	640	“[...] os recursos são tempestivos, eis que interpostos no dia 01/09/2016 pelo reclamante [...]” (Grifo meu).
2.	1.170	“[...] verifica-se a impossibilidade de se deferir a pretensão ao autor da presente demanda em sede de antecipação dos efeitos da tutela, eis que , além do fato de haver alegação de rescisão indireta, matéria a ser apreciada na sentença, após exauriente instrução processual, a continuidade da prestação de serviços depois da rescisão do contrato da 2ª com a 1ª reclamada atrairia, em tese, a aplicabilidade do item I da OJ n. 225 da SBDI-1 do TST.” (Grifo meu).
3.	2.240	“Não se tem como deferir estabilidade acidentária ao Reclamante apenas em vista dos exames e declarações por ele trazidos, não havendo elementos suficientes no autos (<i>sic</i>) de forma a se demonstrar cabalmente a existência de estabilidade acidentária, eis que restou prejudicada a mensuração dos fatos alegados no que tange ao evento danoso ocorrido e suas consequências, pela ausência da prova pericial.” (Grifo meu).
4.	2.330	“[...] defiro o prazo de 20 dias para que diligencie no sentido de comprovar suas alegações, eis que não pode o Juízo substituí-lo nessa tarefa.” (Grifo meu).
5.	2.370	“[...] declaro a rescisão indireta do contrato de trabalho, nos termos do art. 483, d da CLT na data de 14/04/2015, data da projeção do aviso prévio de 30 dias, eis que o Reclamante informou em audiência que seu último dia de trabalho foi até meados do mês de março de 2015.” (Grifo meu).
6.	2.370	“Rejeito o pedido de pagamento de salário de janeiro de 2015, eis que o autor confessou em audiência que recebeu a parcela.” (Grifo meu).
7.	2.600	“Tal entendimento não afronta o artigo 133 CF, eis que este não garante o recebimento de verba honorária sempre que houver o patrocínio de uma causa.” (Grifo meu).
8.	2.840	“Inicialmente, verifica-se que a autora não seria detentora da estabilidade provisória, eis que afastada pelo INSS sob a rubrica B31 auxílio-doença (<i>sic</i>) [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
9.	2.880	“[...] entendo que não há possibilidade de ampliação eterna da lide, eis que uma vez ofertada pelo Sindicato autor a lista dos substituídos, a execução somente poderá ser processada em favor desses.” (Grifo meu).
10.	3.330	“Nada a deferir eis que a petição foi protocolada após a ocorrência do trânsito em julgado.” (Grifo meu).
11.	3.390	“[...] tal parcela possui natureza salarial, eis que entendida como horas extras fictas.” (Grifo meu).
12.	1.130	“São indevidos honorários advocatícios, posto que não preenchidos simultaneamente os requisitos do art. 14 da Lei nº. 5.584/70, com a exegese das Súmulas 219 e 329 do Colendo TST, valendo notar que é inaplicável ao processo trabalhista o princípio da sucumbência, insculpido no art. 20 do CPC.” (Grifo meu).
13.	1.130	“A L. 8.541/92 e a L. 8.620/93 são claras ao atribuírem a ambas as partes a responsabilidade pelo recolhimento do imposto de renda e da contribuição previdenciária, não sendo relevante o argumento de que não houve pagamento na época própria, posto que a obrigação com a Fazenda Pública independe da existência ou inexistência de mora por parte do empregador.” (Grifo meu).
14.	1.140	“São indevidos honorários advocatícios, posto que não preenchidos simultaneamente os requisitos do art. 14 da Lei nº. 5.584/70, com a exegese das Súmulas 219 e 329 do Colendo TST, valendo notar que é inaplicável ao processo trabalhista o princípio da sucumbência, insculpido no art. 20 do CPC.” (Grifo meu).
15.	1.150	“É de se concluir, portanto, que da empregada não se podia exigir a contribuição social colaborativa laboral, BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR e ASSISTENCIA MEDICA SINDICATO”, (sic) vez que não consta autorização da autora pata (sic) tanto [...]” (Grifo meu).
16.	1.150	“Inicialmente, cumpre registrar que não há que se falar em aplicação da confissão em relação à 2ª ré, vez que foi apresentada defesa nos termos da recomendação nº 02/2013 da CGJT/TST e dos Atos 158/2013 e 4/2014 da Presidência do TRT desta 1ª Região.” (Grifo meu).
17.	2.240	“E desse ônus, efetivamente, se desincumbiu, vez que logrou êxito em provar fato extremamente ofensivo à imagem da Reclamada, divulgado pelo Reclamante, nas redes sociais [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
18.	890	“[...] a obreira trabalhava das 9 às 18h, de segunda a sexta, e às quintas feiras das 9 às 20h, com uma hora de intervalo, totalizando 42h semanais, sendo que como vinha faltando injustificadamente uma vez na semana, em geral às segundas feiras, não ultrapassava 34h de trabalho semanais.” (Grifo meu).
19.	2.770	“ Como não se exige maior formalidade, podendo o pedido de gratuidade ser formulado na petição inicial, conforme o <i>caput</i> do art. 99 do NCPC, o que ocorreu no caso em tela, acolho o requerimento de gratuidade judiciária.” (Grifo meu).
20.	1.750	“[...] algumas vezes tal extrato não era fornecido em razão de não ter papel na máquina; [...]” (Grifo meu).
21.	160	“Disse ainda, em depoimento pessoal (fls.116), que todos os documentos da creche são afixados no mural, inclusive TRCT's e Acordos judiciais, já que trata-se de uma instituição de utilidade pública, [...]” (Grifo meu).
22.	160	“[...] não vemos como tal situação possa ter causado uma exposição vexatória à reclamante, já que tratava-se apenas de uma informação prestada pela ré acerca de uma ação trabalhista movida por ex-funcionária.” (Grifo meu).
23.	220	“Rejeita-se o pedido de aplicação do artigo 467 da CLT relativamente ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) das verbas rescisórias já que as mesmas já foram quitadas corretamente pela reclamada.” (Grifo meu).
24.	530	“[...] O TRIBUNAL ARBITRAL NÃO TEM COMPETÊNCIA PARA HOMOLOGAR O ACORDO FIRMADO, JÁ QUE O ACORDO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO S (<i>sic</i>) ‘ É PERMITIDO QUANDO EFETIVADO PERANTE A COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA, [...]’ (Grifo meu).
25.	1.140	“Nesse diapasão, goza a confissão efetiva, proveniente do depoimento pessoal, de eficácia ímpar, não podendo ser desprezada. Representa argumento robusto e insuperável, já que consiste no reconhecimento, pela parte, de que fato prejudicial a si e favorável à parte contrária realmente ocorreu.” (Grifo meu).
26.	1.140	“A confissão da parte autora é a rainha de todas as provas, já que , por seu intermédio o próprio requerente atesta a existência de fato obstativo ao reconhecimento judicial por ele almejado.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
27.	1.760	“Tal conclusão encontra amparo na interpretação sistemática da legislação vigente, já que o dispositivo mencionado, como já visto, está inserido no título que trata da ‘Duração do Trabalho’ e, pela lógica da CLT, a violação dos módulos previstos nesse título dão ensejo ao efetivo pagamento de horas extras.” (Grifo meu).
28.	2.370	“O salário é a principal contraprestação devida pelo empregador ao empregado, é a força motiz, (<i>sic</i>) do ponto de vista do trabalhador, para permanecer no emprego, já que é dele que tira seu sustento.” (Grifo meu).
29.	2.370	“Registrei em muitas de minhas sentenças que, em que pese a existência de entendimento no sentido de que o descumprimento comprovado das obrigações contratuais por parte do ex empregador já acarretaria o pagamento das multas e cominações legais próprias previstas na lei, sendo incabível, pois, a condenação da empresa no pagamento de indenização por danos morais, com este mesmo fundamento, sob pena de incidir em <i>bis in idem</i> , com esta tese não concordava, já que penso que, sendo diferentes os bens jurídicos violados, diferentes serão as indenizações devidas.” (Grifos meu e do autor).
30.	3.630	“O pensar digitalmente, no entanto, exige a reorientação das concepções atuais em torno do eventual saneamento do processo já que a correção não deve implicar em retardamento do acesso para novas demandas.” (Grifo meu).
31.	160	“Em depoimento pessoal (fls.73), o autor confirmou a tese defensiva, ao declarar que não anotava o horário da jornada, pois eram 3 vendedores que trabalhavam sozinhos, cada um em sua área; que eram os próprios vendedores que definiam quais e quantos clientes seria atendidos (<i>sic</i>) em cada dia, e era raro, mas acontecia de um cliente ligar para a concessionária e o reclamante deixar o local que estava atendendo para atender tal cliente () que não havia uma frequência fixa mas ia na sede da ré quando o supervisor chamava, o que ocorria, em média, de 15 em 15 dias.” (Grifo meu).
32.	160	“Diz o recorrente que a recorrida não quitava o DSR sobre as comissões devidas, pois os valores constantes nos contracheques eram retirados das próprias comissões.” (Grifo meu).
33.	650	“[...] muitas vezes usavam a rua como banheiro, pois na rodoviária não tem comércio próximo ou banheiro [...]” (Grifo meu).
34.	660	“[...] no tempo que trabalhou com o reclamante acha que este trabalhava das 13 às 23h; que via efetivamente o reclamante nesta jornada com exceção da saída, pois ia embora mais cedo [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
35.	660	“Inválida é a cláusula coletiva que assegura indenização pela não concessão de intervalo, pois ele é destinado ao descanso ou alimentação (artigo 71 da CLT), além do que, o acordo coletivo é fonte hierarquicamente inferior à Lei Ordinária, não tendo o condão de substituir o intervalo de uma hora por indenização [...].” (Grifo meu).
36.	920	“Outrossim, sequer juntou a parte autora o contrato em que se estabelecem os referidos honorários, o que inviabiliza o albergue de sua pretensão, pois não comprovado o alegado dano (art. 818 da CLT c/c art. 373, I, do NCPC).” (Grifo meu).
37.	930	“Outrossim, sequer juntou a parte autora o contrato em que se estabelecem os referidos honorários, o que inviabiliza o albergue de sua pretensão, pois não comprovado o alegado dano (art. 818 da CLT c/c art. 373, I, do NCPC).” (Grifo meu).
38.	940	“Inicialmente registro que os cartões de ponto possuem o mesmo padrão de variação de minutos, com variações de entrada e saída de no máximo 5 minutos, sendo espécie de controle britânico e, por conseguinte, inválidos como meio de prova, pois não demonstram verdadeira variação de jornada.” (Grifo meu).
39.	1.150	“Necessário seria que fosse comprovado ao menos algum fato objetivo do qual se pudesse inferir que houve abalo moral. Caso contrário, impossível o deferimento de indenização, pois o que gera o dano não é a mora em si, mas as circunstâncias nas quais se configurou, e/ou as consequências eventualmente advindas desse atraso [...].” (Grifo meu).
40.	1.590	“O item 3.1.4. do documento ‘manual <i>compensation</i> ’ corrobora os termos da defesa, pois o referido documento dispõe que a transferência da apólice para outro vendedor resultará no pagamento do restante da comissão a este.” (Grifos meu e do autor).
41.	1.650	“Nos termos da certidão retro, recebo o recurso ordinário interposto pela 2ª reclamada, pois satisfeitos os pressupostos de admissibilidade (art. 895, I, da CLT).” (Grifo meu).
42.	1.750	“Pretende o autor o pagamento de diferenças de horas extras em razão da jornada descrita na inicial, pois afirmou que estas não eram corretamente pagas pela demandada.” (Grifo meu).
43.	1.750	“Não obstante, nota-se que também houve concessão de folgas compensatórias, pois de fato há autorização nas convenções coletivas da categoria profissional para instituição de banco de horas (ID ca33f99, 819351a, 0b31c5b), nos moldes do art. 59, § 2º da CLT.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
44.	1.750	“Postulou o demandante o pagamento de auxílio alimentação referente ao lanche e jantar dos sábados laborados, em conformidade com a norma coletiva da categoria profissional, pois afirma que estes jamais foram pagos.” (Grifo meu).
45.	2.240	“O ônus de provar o término do contrato de trabalho, quando negados a prestação de serviço e o despedimento, é do empregador, pois o princípio da continuidade da relação de emprego constitui presunção favorável ao empregado.” (Grifo meu).
46.	2.370	“[...] é do empregador o ônus da prova em relação à regularidade dos depósitos do FGTS, pois o pagamento é fato extintivo do direito do autor (art. 373, II, do CPC de 2015).” (Grifo meu).
47.	2.750	“Da mesma forma, considerando todos os fundamentos acima, improcedem os seguintes pedidos: [...] multa do artigo 467 da CLT, pois inexistem parcelas resilitórias devidas, incontroversas e não quitadas em audiência, pois todas estão controvertidas.” (Grifo meu).
48.	2.750	“Da mesma forma, considerando todos os fundamentos acima, improcedem os seguintes pedidos: [...] multa do artigo 467 da CLT, pois inexistem parcelas resilitórias devidas, incontroversas e não quitadas em audiência, pois todas estão controvertidas.” (Grifo meu).
49.	2.750	“Alega o autor que nunca recebeu a PLR. Tal não é verdade, pois em março e agosto recebeu valores a título de participação nos lucros, conforme ficha financeira juntada.” (Grifo meu).
50.	2.750	“Todos os pedidos relativos a horas extras improcedem, pois o autor nada provou além daquela jornada corretamente consignada nos controles e quitada pela ré.” (Grifo meu).
51.	2.750	“O fato de não haver um ou outro controle de ponto não inverte o ônus da prova, pois não há qualquer alegação do autor de que em determinado mês tenha ocorrido algo de excepcional, alterando sobremaneira a jornada.” (Grifo meu).
52.	2.750	“Quanto ao período de 16/02/2014 em diante, basta olhar atentamente que verificará que a ré juntou o controle. Apenas não houve trabalho, pois o autor estava em greve.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
53.	2.770	“Tal conclusão é adotada com base na Teoria da Asserção, pois leva em consideração somente os fatos articulados na inicial, sob pena de indevida análise do mérito da demanda.” (Grifo meu).
54.	2.840	“No entanto, desde sua alta no INSS , se dirigiu ao empregador para expor sua situação- até mesmo em tom ameaçador (vide doc0053392), cerca de dois meses após, presumindo-se que o réu nem mesmo sabia de suas condições, pois afastada está do trabalho há mais de dois anos.” (Grifo meu).
55.	2.910	“Segundo o Prof. Carlos Alberto Gonçalves, ‘[...] Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral’, pois estas situações são efêmeras e não chegam ao ponto de romper o equilíbrio psicológico.” (Grifo meu).
56.	3.070	“Não há falar em nova inépcia da inicial, pois a emenda à inicial apresentada preencheu amplamente os requisitos mínimos previstos no art. 840 da CLT, permitindo à reclamada a formulação de satisfatória defesa quanto aos pleitos.” (Grifo meu).
57.	3.070	“Desta forma, alega que os horários constantes nas folhas de ponto jamais corresponderam à realidade da jornada exercida pelo reclamante, pois assevera que continuava no trabalho após anotar a saída nos controles de jornada [...]” (Grifo meu).
58.	3.320	“Intime-se a parte autora para apresentar novamente o documento ‘Duplicatas pagas pelo vendedor’, ‘Recibos devolução Tablet’, ids 5d836d3 e c119dae, pois digitalizados de cabeça para baixo e os documentos ‘Relatórios de Comissão 1 a 6’, ids 1745ecc, 3da45a7, bc0cdb8, 07542b6, 25b5486, ef08c79 e ef08c79, pois digitalizados na transversal o que dificulta a leitura.” (Grifo meu).
59.	3.320	“Intime-se a parte autora para apresentar novamente o documento ‘Duplicatas pagas pelo vendedor’, ‘Recibos devolução Tablet’, ids 5d836d3 e c119dae, pois digitalizados de cabeça para baixo e os documentos ‘Relatórios de Comissão 1 a 6’, ids 1745ecc, 3da45a7, bc0cdb8, 07542b6, 25b5486, ef08c79 e ef08c79, pois digitalizados na transversal o que dificulta a leitura.” (Grifo meu).
60.	3.430	“Não há incidência de imposto de renda sobre o crédito do reclamante, pois é inferior ao valor mínimo constante da tabela progressiva acumulada utilizada para o cálculo do I.R., conforme Instrução Normativa RFB nº 1.500/2014.” (Grifo meu).
61.	3.430	“Não há incidência de imposto de renda sobre o crédito da reclamante, pois é inferior ao valor mínimo constante da tabela progressiva acumulada utilizada para o cálculo do I.R., conforme Instrução Normativa RFB nº 1.500/2014.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
62.	3.640	“A inicial está confusa, pois ora o autor diz que sacou o FGTS, (R\$ 1.577,01), mesmo que esse esteja com depósitos faltantes, ora em sede de tutela, afirma que o alvará deve ser emitido para saque do saldo existente do FGTS.” (Grifo meu).
63.	110	“Mantidos os valores já arbitrados a título de custas e condenação, por adequados.” (Grifo meu).
64.	140	“Mantido o valor da condenação, por adequado.” (Grifo meu).
65.	320	“Destaco, outrossim, que a penalidade incide apenas na hipótese de atraso no <i>pagamento</i> , não na homologação, seja por se tratar de dispositivo que comporta interpretação restritiva, seja diante da sujeição do empregador à disponibilidade da agenda do sindicato para a formalização do desate.” (Grifos meu e do autor).
66.	520	“Assim, por não ter comprovado o Autor os fatos alegados na Inicial, ônus que lhe competia por ser fato constitutivo de seu direito (artigos 818 da CLT e 373, I do CPC), e, ainda, por nem mesmo conhecer a paradigma apontada, improcede o pedido de equiparação salarial e seus consectários legais.” (Grifo meu).
67.	520	“Assim, por não ter comprovado o Autor os fatos alegados na Inicial, ônus que lhe competia por ser fato constitutivo de seu direito (artigos 818 da CLT e 373, I do CPC), e, ainda, por nem mesmo conhecer a paradigma apontada, improcede o pedido de equiparação salarial e seus consectários legais.” (Grifo meu).
68.	520	“Assim, por não ter comprovado o Autor os fatos alegados na Inicial, ônus que lhe competia por ser fato constitutivo de seu direito (artigos 818 da CLT e 373, I do CPC), e, ainda, por nem mesmo conhecer a paradigma apontada, improcede o pedido de equiparação salarial e seus consectários legais.” (Grifo meu).
69.	640	“Recebo os recursos manejados pelo reclamante e pela 1ª reclamada, por estarem presentes os pressupostos de admissibilidade.” (Grifo meu).
70.	650	“Assim sendo, por entender não violado o disposto no artigo 462 da CLT, não há como acolher os pedidos de devolução dos descontos narrados na inicial.” (Grifo meu).
71.	650	“Indevidos por não preenchidos os requisitos insculpidos na Lei 5584 de 1970, ante o disposto nas Súmulas 219 e 329 do c. TST. (Grifo meu).
72.	670	“Indevidos os honorários advocatícios por não preenchidos os requisitos insculpidos na Lei 5584/70, conforme o disposto nas Súmulas 219 e 329 do c. TST.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
73.	920	“Nos termos do art. 790, § 3º da CLT, defiro os benefícios da Gratuidade de Justiça à autora, por preenchidos os pressupostos legais.” (Grifo meu).
74.	930	“Nos termos do art. 790, § 3º da CLT, defiro os benefícios da Gratuidade de Justiça, por preenchidos os pressupostos legais.” (Grifo meu).
75.	940	“ Outrossim, verifico que a reclamada realizou o pagamento da rubrica adicional de risco prevista em norma coletiva no contracheque do reclamante sob o código 0904, durante todo o pacto laboral, com a integração nas verbas salariais, inclusive constante do TRCT (código 95.2) de ID a75ecd6, razão pela qual julgo improcedente o pleito, por já integrado o adicional de risco na remuneração do autor. ” (Grifo meu).
76.	940	“[...] <i>fruía 15 minutos de intervalo, por não haver rendição;</i> [...]” (Grifos meu e do autor).
77.	940	“[...] <i>não havia revezamento por fazerem rondas distintas,</i> [...]” (Grifos meu e do autor).
78.	940	“ Ademais ante o teor dos depoimentos das testemunhas reputo inválidos os cartões de ponto, por não demonstrarem a real jornada de trabalho do autor, [...]” (Grifo meu).
79.	1.120	“Ao reconhecer que houve prestação de serviços, a reclamada fez surgir presunção relativa de que o reclamante foi admitido como seu empregado, uma vez que a relação de emprego se presume por ser o <i>standard</i> , ou seja, por ser o que ordinariamente acontece.” (Grifo meu).
80.	1.120	“Ao reconhecer que houve prestação de serviços, a reclamada fez surgir presunção relativa de que o reclamante foi admitido como seu empregado, uma vez que a relação de emprego se presume por ser o <i>standard</i> , ou seja, por ser o que ordinariamente acontece.” (Grifo meu).
81.	1.260	“[...] por preenchidos os requisitos, recebo os recursos de IDs4a445d1 e4cc6ae6.” (Grifo meu).
82.	1.930	“[...] por não ter logrado aumento salarial se afastou do trabalho. ” (Grifo meu).
83.	1.940	“ Por satisfeitos os pressupostos processuais, recebo o recurso ordinário da Ré.” (Grifo meu).
84.	2.050	“ Por preenchidos os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso ordinário da parte autora.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
85.	2.070	“In albis, por não impugnados os cálculos autorais, remetam-se os autos à Contadoria para atualização, voltando-me, após, conclusos.” (Grifo meu).
86.	2.240	“[...] tendo a parte Autora alegado a existência de doença incapacitante decorrente de acidente trabalho atraiu para si o ônus probatório de provar suas assertivas, por se tratarem (<i>sic</i>) de fatos constitutivos de seu direito, a teor do que dispõem os arts. 818 da CLT e 333, I, do CPC/1973 correspondente artigo 373, I do CPC/2015.” (Grifo meu).
87.	2.290	“ Por ser de interesse de ambas as partes, e considerando-se a expressa anuência do(a) reclamante manifestada por sua assinatura de próprio punho, HOMOLOGO O ACORDO constante da petição [...]” (Grifos meu e do autor).
88.	2.510	“ Por quitados todos os valores, julgo extinta a execução, na forma do artigo 924, II, do CPC.” (Grifo meu).
89.	2.510	“ Por preenchidos os requisitos de admissibilidade, dou seguimento ao recurso ordinário interposto pela parte autora.” (Grifo meu).
90.	2.750	“O autor por ter sido admitido em data posterior a data base de 01/02/2013, já recebia o salário devido, não havendo que se falar em aumento.” (Grifo meu).
91.	2.750	“ Por pleitear parcela já recebida, como já fundamentado, alterando a verdade dos fatos, além de provocar incidente manifestamente infundado, na forma acima, condeno o autor em litigância de má-fé [...]” (Grifo meu).
92.	2.750	“Resta o pedido de responsabilidade subsidiária da segunda ré. Revendo posicionamento anterior, entendo não haver possibilidade de se responsabilizar a segunda ré, por ser a mesma mera dona da obra, diga-se de passagem uma das maiores existentes.” (Grifo meu).
93.	2.750	“ Por ser dona da obra, improcedem os pedidos em face da mesma, aplicando-se o entendimento consagrado na OJ 191 da SDI-1 do C. TST.” (Grifo meu).
94.	2.870	“ Por satisfeitos os pressupostos de admissibilidade ante o teor da certidão IDd351a42, determino o processamento do(s) recurso(s) interposto(s) pela ré Petrobras.” (Grifo meu).
95.	2.870	“ Por satisfeitos os pressupostos de admissibilidade ante o teor da certidão ID19e554c, determino o processamento do(s) recurso(s) interposto(s) pela 2ª ré.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
96.	3.070	“Assim, por não ter se desincumbido do ônus de provar suas alegações, nos termos do artigo 818 da CLT c/c artigo 373, II, do NCPC, julgo improcedente o pedido de horas extras [...]” (Grifo meu).
97.	3.410	“[...] a inversão do ônus da prova não se justifica pelo simples fato da documentação apresentada pela 2ª reclamada, não mencionar especificamente a função de Operador de Usina de Asfalto, sobretudo por não ter a parte contrária requerido tal prova.” (Grifo meu).
98.	3.430	“Homologo os cálculos apresentados pelo reclamante com a petição de id.c2e368f, devidamente atualizados através da planilha de id.ebf925a, por estarem conforme a r. sentença [...]” (Grifo meu).
99.	3.430	“Homologo os cálculos apresentados pela reclamante (id. 1768e79), devidamente atualizados através da planilha de id. ed891d4, por estarem conforme a r. sentença [...]” (Grifo meu).
100.	3.630	“ Por não atendidos os pressupostos processuais em questão, reputo extinto o processo sem resolução do mérito [...]” (Grifo meu).
101.	320	“O depósito id 75c1d69 demonstra a tempestividade na quitação das verbas discriminadas no TRCT id 76f1238, porquanto efetuado em 12/11/2015, [...]” (Grifo meu).
102.	670	“ <i>Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do meu dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo.</i> ” (Grifos meu e do autor).
103.	220	“Logo, não se pode acatar que o autor não consiga custear o processo enquanto tenha como pagar honorários advocatícios, até porque o autor poderia fazer uso do corpo jurídico existente em seu sindicato de classe, o qual seria custeado pela ré vencida, segundo previsão legal, na forma da sucumbência. Indefere-se o requerido.” (Grifo meu).
104.	310	“Em consequência, são partes legítimas para figurarem no polo passivo da causa, mormente porque na relação jurídica processual a simples indicação, pelo credor, de que o réu é o devedor da relação jurídica material, basta para legitimá-lo a responder a ação.” (Grifo meu).
105.	320	“Logo, seja em razão da ausência de prejuízo, seja porque sequer comprovado o recebimento, improcede o pedido de repercussão de qualquer valor nas demais verbas quitadas.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
106.	320	“[...] constato que, a partir de novembro de 2010, os exatos R\$ 102,00 que antes eram ofertados sob a rubrica <i>adicional de insalubridade</i> passou (<i>sic</i>) a ser incorporada em definitivo ao salário do empregado. Isto porque , pautado em laudo confeccionado por empresa especializada na matéria, apurou-se a ausência de sujeição a agente nocivo (documento id f3e59f8) e, a fim de se evitar a redução salarial, embutiu-se o exato valor da parcela na remuneração, afastando, todavia, a natureza sob a qual era quitada.” (Grifos meu e do autor).
107.	320	“Assim, porque nenhuma irregularidade se constata no particular, sobretudo quando a inicial é expressa quanto à desnecessidade de prova pericial, julgo improcedente o pedido.” (Grifo meu).
108.	530	“A SENTENÇA [...] É INVÁLIDA PORQUE O TRIBUNAL ARBITRAL NÃO TEM COMPETÊNCIA PARA HOMOLOGAR O ACORDO FIRMADO [...]” (Grifo meu).
109.	660	““INTERVALO INTRAJORNADA PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 71 DA CLT II - É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF/1988), inafiançável à negociação coletiva’.” (Grifo meu).
110.	870	““Me causa estranheza o pedido de tutela emergencial porque a documentação trazida pelo próprio autor na inicial já é suficiente para que ele saque o FGTS e se habilite ao seguro desemprego (ID’s f25e99e - Pág. 1 e 15784a7 - Pág. 2). Logo, não me convenço do direito alardeado, tampouco que o autor necessite do Poder Judiciário no particular. INDEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA. Designo audiência para o dia 13/02/2017 às 09:55 horas. Cite-se e intemem-se as partes desta decisão.”” (Grifo meu).
111.	940	“[...] que o depoente também era vigilante motociclista; que rendia o autor para fruição de intervalo de 15-20 minutos, porque a ronda com bastão não poderia parar muito tempo; [...]” (Grifo meu).
112.	1.130	“Deveras, não se vislumbra nas condutas patronais indicadas na reclamatória o ânimo de ofender a honra subjetiva do empregado, com o intuito de conduzi-lo a situação vexatória ou humilhante. Isso porque o simples descumprimento de obrigações trabalhistas repercute na esfera material do trabalhador.” (Grifo meu).
113.	1.150	“A doutrina e a jurisprudência entendem e sempre reafirmam que nenhum tema de direito fica atingido pelo efeito da revelia, porque jura novit curia. ” (Grifos meu e do autor).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
114.	1.150	“Com efeito, não se vislumbra nas condutas patronais indicadas na reclamatória o ânimo de ofender a honra subjetiva da empregada, com o intuito de conduzi-la a situação vexatória ou humilhante. Isso porque o simples descumprimento de obrigações trabalhistas repercute na esfera material da trabalhadora.” (Grifo meu).
115.	1.160	“A doutrina e a jurisprudência entendem e sempre reafirmam que nenhum tema de direito fica atingido pelo efeito da revelia, porque jura novit curia.” (Grifo meu).
116.	1.590	“Referido art. 62, I não contém carta branca, para que os empregadores classifiquem a seu bel-prazer quem executa serviço externo, porque a regra é a prestação laboral mediante controle de jornada.” (Grifo meu).
117.	1.590	“Assim, é de se concluir que a empresa podia controlar a jornada - e, se não controlou, foi porque não quis, e não porque não pôde.” (Grifo meu).
118.	1.590	“Assim, é de se concluir que a empresa podia controlar a jornada - e, se não controlou, foi porque não quis, e não porque não pôde.” (Grifo meu).
119.	3.070	“O simples desgosto, o desagrado ou a indignação em razão das violações contratuais constituem estados de ânimo que fazem parte dos riscos cotidianos encontrados na vida em sociedade e que, portanto, não são juridicamente reparáveis. Até mesmo porque o prejuízo que se vislumbra nos autos é apenas patrimonial, o que será reparado pelo pagamento das verbas deferidas.” (Grifo meu).
120.	3.110	“Razão, contudo, não lhe assiste. Isso porque o autor ingressou na ré em data de 25/10/1990 [...]” (Grifo meu).
121.	3.330	“Nada a deferir, uma vez que a matéria ali contida deveria ser aviada em sede de contestação, o que não foi feito pela Ré, até porque deixou de comparecer à audiência para a qual foi devidamente notificada.” (Grifo meu).
122.	2.840	“Por fim, contraditório é o deferimento de reintegração para as atividades de doméstica se a própria autora afirma não ter condições de trabalho.” (Grifo meu).
123.	530	“O autor ingressou com uma execução pleiteando o cumprimento de sentença arbitral anexada aos autos. Ocorre que tal sentença não possui qualquer efeito, uma vez que os direitos trabalhistas são indisponíveis [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
124.	1.120	“Ao reconhecer que houve prestação de serviços, a reclamada fez surgir presunção relativa de que o reclamante foi admitido como seu empregado, uma vez que a relação de emprego se presume por ser o <i>standard</i> , ou seja, por ser o que ordinariamente acontece.” (Grifos meu e do autor).
125.	1.120	“A primeira testemunha ouvida nada prova quanto à existência de vínculo de emprego entre as partes, uma vez que declarou ter visto o reclamante uma única vez no restaurante, passando pano nas paredes, situação ocorrida em 2012.” (Grifo meu).
126.	1.140	“Não há que se falar em dedução, uma vez que não veio aos autos prova de valores pagos sob igual título ora deferido.” (Grifo meu).
127.	1.780	“Não resta configurada a verossimilhança dos argumentos aduzidos pela parte autora, uma vez que a tutela requerida enseja dilação probatória, com o estabelecimento do contraditório e da ampla defesa.” (Grifo meu).
128.	2.170	“Diante da certidão, recebo o Recurso Ordinário interposto pela reclamante, uma vez que preenchidos os pressupostos de admissibilidade.” (Grifo meu).
129.	2.180	“Diante da certidão, recebo o Recurso Ordinário interposto pela ré no duplo efeito, uma vez que preenchidos os pressupostos de admissibilidade.” (Grifo meu).
130.	2.540	“Em cumprimento ao art.22 do Provimento 01/2014 da Corregedoria Regional da 1ª Região, verifico os pressupostos de admissibilidade dos Recursos Ordinários interpostos pelos Reclamados: [...] 2) VIA VAREJO S.A - em 20/07/2016, ID.b6c9e8f, sendo este tempestivo, uma vez que a notificação para ciência da decisão de embargos foi publicada em 09/09/2016, apresentado por parte legítima, com a devida representação nos autos, conforme substabelecimento, ID 1e0c150, estando a comprovação do depósito recursal e das custas no IDa3dfe4b e a3dfe4b.” (Grifo meu).
131.	2.830	“Na presente hipótese, uma mera análise do rol de pedidos, considerando a remuneração alegada na fundamentação, permite verificar que o valor atribuído à causa não é razoável, uma vez que a soma das pretensões deduzidas não ultrapassam 40 salários mínimos.” (Grifo meu).
132.	3.200	“À parte autora para regularizar sua representação, uma vez que o instrumento procuratório anexado encontra-se rasurado, bem como juntar ou informar número do PIS da reclamante, no prazo de 10 dias.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
133.	3.240	“ NEGO SEGUIMENTO ao Recurso Ordinário do Reclamante, por deserto, uma vez que não há, nos autos, comprovação de recolhimento de custas, bem como deferimento da gratuidade de justiça.” (Grifos meu e do autor).
134.	3.330	“Nada a deferir, uma vez que a matéria ali contida deveria ser aviada em sede de contestação, o que não foi feito pela Ré, até porque deixou de comparecer à audiência para a qual foi devidamente notificada.” (Grifo meu).
135.	940	“Ademais ante o teor dos depoimentos das testemunhas reputo inválidos os cartões de ponto, por não demonstrarem a real jornada de trabalho do autor, visto que a testemunha indicada pela ré asseverou que os funcionários têm que assinar a folha de ponto e o preenchimento é feito pela ré [...]” (Grifo meu).
136.	2.600	“Indefiro a dedução/compensação de valores, visto que , em relação às verbas deferidas, nada foi quitado à parte autora.” (Grifo meu).
137.	3.400	“Tomarem ciência do indeferimento do requerido pelo reclamante em petição ID nº 588671f, visto que a inversão do ônus da prova não se justifica pelo simples fato da documentação apresentada pela 2ª reclamada, não mencionar especificamente a função de Operador de Usina de Asfalto, sobretudo por não ter a parte contrária requerido tal prova.” (Grifo meu).

Apêndice D: Quadro das ocorrências nos textos do Jornal *O Globo* – 1º/03/2017.

QUADRO 16 – Jornal *O Globo* – 1º/03/2017

NÚMERO DE ORDEM	CADERNO/PÁGINA	OCORRÊNCIA
1.	12	“ Como virou tradição, muitos brasileiros estão esquiando nesta época do ano em Aspen, nos EUA.” (Grifo meu).
2.	13	“ Como Crivella esnobou a maior festa da cidade, as honras da casa ficaram por conta de Nilcemar Nogueira, em seu primeiro carnaval como secretária de Cultura.” (Grifo meu).
3.	14	“Policiais disseram que, como sou brasileira, deveria ir à delegacia ao lado (a 14ª DP, do Leblon).” (Grifo meu).
4.	14	“ Como a espera era longa, a família que sofreu o assalto decidiu ir embora.” (Grifo meu).
5.	15	“ Como os carros não podem mais crescer para os lados, estão indo para o alto.” (Grifo meu).
6.	15	“ Como as pessoas têm resistência a aprender que não há soluções fáceis e a cidade não merece, desisti.” (Grifo meu).
7.	17	“ Como não brinco o carnaval, brinquei de registrar alguns sinais que o passar do tempo, cada vez mais rápido, deixa na gente.” (Grifo meu).
8.	17	“ Como ainda acredito no Brasil, permaneço obstinado na trincheira do diálogo.” (Grifo meu).
9.	27	“Estamos pensando nesse jogo pela Copa do Brasil, que é importante, e depois visaremos a final da Taça Guanabara — garantiu o zagueiro Henrique, lembrando que, como na segunda fase não há a vantagem do empate, a atenção precisa ser redobrada.” (Grifo meu).
10.	27	“Mas, como o jogador ainda sente o incômodo, a comissão técnica decidiu deixá-lo no Rio para tratamento.” (Grifo meu).
11.	Segundo Caderno 1	“Afim, como ela foi retirada do mundo assassinada, não deixou testamento, memórias, nada.” (Grifo meu).
12.	20	“Tratando-se da descrição de sua conta em ‘Bens e Direitos’, você deverá editá-la, acrescentando a informação de que sua conta migrou para o banco Bradesco ao longo de 2016, em razão de que esse banco adquiriu o banco HSBC Brasil, [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	CADERNO/PÁGINA	OCORRÊNCIA
13.	3	“Segundo fontes do Planalto, a definição está totalmente nas mãos dos tucanos, já que José Serra, que pediu demissão por problemas de saúde, é do partido.” (Grifo meu).
14.	4	“Tucanos acham que a diferença de hoje em relação à primeira experiência da dobradinha, no pós-impeachment de Fernando Collor, é que, naquele governo de transição, nenhum dos partidos estava na cadeira presidencial, já que Itamar só deixou o PRN de Collor já em 1992, poucos meses antes do impeachment.” (Grifo meu).
15.	4	“Tucanos acham que a diferença de hoje em relação à primeira experiência da dobradinha, no pós-impeachment de Fernando Collor, é que, naquele governo de transição, nenhum dos partidos estava na cadeira presidencial, já que Itamar só deixou o PRN de Collor já em 1992, poucos meses antes do impeachment. Embora tenha pertencido ao PMDB entre a década de 1960 e meados da década de 1980, o mineiro só voltou à legenda após deixar o Planalto. Diferentemente de agora, já que Temer é o maior líder político do partido e os peemedebistas abrem a porta de seu gabinete para dar as cartas.” (Grifo meu).
16.	14	“Mais uma vez, a orientação foi entrar na comunidade, já que o deslocamento por suas vielas seria mais rápido.” (Grifo meu).
17.	19	“É importante ficar atento porque o prazo este ano vai até 28 de abril, sexta-feira, já que dia 30 de abril cai num domingo.” (Grifo meu).
18.	27	“A partida é de extrema importância para o Tricolor, já que a vaga para a próxima fase do torneio será decidida em um jogo único, segundo o regulamento que estreou neste ano.” (Grifo meu).
19.	Segundo Caderno 2	“Mesmo fora do ar, a Fluminense FM continua sendo transmitida de boca em boca, já que até hoje a sua lacuna audaciosa, inteligente e engraçada não foi preenchida.” (Grifo meu).
20.	15	“Dentre as muitas providências que a nova prefeitura precisa implementar na cidade do Rio, pois há muito tempo ela foi abandonada pelas administrações anteriores, é o replantio das árvores.” (Grifo meu).
21.	16	“Ora, esses proventos/benefícios habitualmente representam a única fonte de renda dos aposentados e pensionistas, fruto de regulares recolhimentos feitos nos contracheques dos antigos funcionários públicos, e não podem faltar, pois , dessa forma, estar-se-ia infringindo um dos Princípios Constitucionais mais importantes, o da dignidade da vida humana.” (Grifo meu).
22.	17	“O carnaval é uma linguagem que reúne e separa por muitos critérios.

NÚMERO DE ORDEM	CADERNO/PÁGINA	OCORRÊNCIA
		Sua regra de liberdade e igualdade se contradiz a todo momento, pois ele é também hierárquico [...].” (Grifo meu).
23.	17	“É o que faço hoje, ao levar para a biblioteca um estranho carnaval dos livros. Nada de novo, pois a ideia da vida autônoma dos volumes possui já muitos séculos.” (Grifo meu).
24.	17	“Hoje de tarde, as cinzas, da quarta-feira, as da fênix, que se traduzam na esperança de uma reforma política séria, depois de 2018, pois agora seriam desacreditadas e aumentariam o baixo impacto da democracia.” (Grifo meu).
25.	22	“[...] o 5G traz desafios, pois é preciso ter uma arquitetura que permita conversar com setores tão distintos e que consiga suportar um crescimento alto de itens conectados [...].” (Grifo meu).
26.	27	“Desde o início do ano, o treinador Cristóvão Borges vem dizendo que o time necessita de tempo, pois conta com chegada recente de vários reforços [...].” (Grifo meu).
27.	27	“Estamos bem preparados, pois vamos encontrar uma equipe fechada atrás de contra-ataques.” (Grifo meu).
28.	Segundo Caderno 1	“Não a interpreto por uma escolha artística, pois sabia que eu seria mais contundente e convincente como um contador.” (Grifo meu).
29.	16	“A presidente Dilma perdeu o mandato por atropelar a LRF.” (Grifo meu).
30.	17	“Você sabe que está démodé não só por usar essa palavra, mas também por não concordar com a visão dos mais jovens de que o Brasil está conservador e careta em termos de costumes [...].” (Grifo meu).
31.	17	“Você sabe que está démodé não só por usar essa palavra, mas também por não concordar com a visão dos mais jovens de que o Brasil está conservador e careta em termos de costumes [...].” (Grifo meu).
32.	Segundo Caderno 3	“Taylor se diz feliz por estar de volta ao Brasil [...].” (Grifo meu).
33.	2	“Os policiais alegaram que estavam buscando o namorado, porque ele tinha cometido algum crime [...].” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	CADERNO/PÁGINA	OCORRÊNCIA
34.	5	“A única opção eleitoral para manter o foro privilegiado e sua esfera de poder é a reeleição para mais um mandato no Senado. Isto porque , segundo entendimento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), parente em até segundo grau de um chefe de Poder Executivo [...] não pode se candidatar a qualquer cargo na mesma jurisdição, salvo para aquele que já esteja exercendo.” (Grifo meu).
35.	6	“Por ver tudo do alto do Pão de Açúcar e de lá seguir direto pro Maraca, porque é clássico! (Grifo meu).
36.	11	“Componente relata agonia durante resgate e diz que temia um incêndio porque havia muita fumaça [...]” (Grifo meu).
37.	12	“Ou seja: lazer, esporte e cultura geram mais emprego, salário e contribuição social do que fabricar carro — até porque estes passarão a ser feitos cada vez mais por robôs.” (Grifo meu).
38.	16	“[...] existe a possibilidade de ingressarem no Judiciário com pedido de indenização material e moral, devido a essas infelizes ocorrências, especialmente porque o atraso dos recebimentos tem ocasionado endividamento e excessivo comprometimento da renda de milhares de famílias de servidores públicos do meu estado.” (Grifo meu).
39.	17	“Você se sente um objeto não identificado, quando nos acham estranhos porque nascemos antes do e-mail, do WhatsApp, do Facebook, [...]” (Grifo meu).
40.	17	“Não contamos carnavais porque ele não nos pertence.” (Grifo meu).
41.	17	“O carnaval é a única maluquice que ninguém ousou mudar ou roubar. Porque ele, carnavalescamente, roubaria o ladrão.” (Grifo meu).
42.	19	“É importante ficar atento porque o prazo este ano vai até 28 de abril [...]” (Grifo meu).
43.	20	“O país precisa rever seu contrato social porque ele está em profundo desequilíbrio.” (Grifo meu).
44.	20	“O país está com a Previdência quebrada porque homens e mulheres se aposentaram precocemente, filhas de servidores tiveram benefícios excessivos, e a desigualdade da sociedade foi reproduzida no acesso à Previdência.” (Grifo meu).
45.	21	“É importante evitar que isso ocorra porque as consequências são graves, e porque reverter barreiras protecionistas tende a ser muito difícil.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	CADERNO/PÁGINA	OCORRÊNCIA
46.	21	“É importante evitar que isso ocorra porque as consequências são graves, e porque reverter barreiras protecionistas tende a ser muito difícil.” (Grifo meu).
47.	22	“A conectividade vai simplificar a vida das pessoas porque vai permitir mais possibilidade de uso.” (Grifo meu).
48.	26	“O SND é muito relevante, porque concorreremos com jornais do peso do ‘New York Times’ ou do britânico ‘Guardian’ [...]” (Grifo meu).
49.	Segundo Caderno 2	“Sukman observa que ele ficou menos conhecido do que seus contemporâneos ‘ porque sua carreira rumou para os bastidores’: [...]” (Grifo meu).
50.	Segundo Caderno 2	“Esse repertório é um tesouro, também porque conta uma história.” (Grifo meu).
51.	Segundo Caderno 3	“Os cliques trouxeram algo incrível porque artistas querem se expressar, e a imagem é mais uma forma de fazer isso.” (Grifo meu).
52.	2	“Em muitas histórias, os policiais do Brasil simplesmente chegam e atiram. Depois, dizem que houve resistência. E se ele alega resistência, nada acontece. Nos EUA, isso causaria revolta imediatamente.” (Grifo meu).
53.	16	“Sair cortando salários, benefícios de aposentadorias e pensionamentos não é atitude condizente com a nossa Constituição Cidadã, que defende o ser humano em detrimento do patrimônio, e é por isso que não vale a afirmação de que esses cortes, em grande parte irregulares, são em defesa do patrimônio público, se desfavorecem o cidadão.” (Grifo meu).
54.	17	“ Se achamos que o mundo pode ser juridicamente resolvido, por que não abolir o carnaval? Esse carnaval que foi prova de preguiça, malandragem e mestiçagem doentia? Afinal, o ‘legal’ é sinônimo de ‘bom’ no Brasil.” (Grifo meu).
55.	7	“A situação se agravou uma vez que , nos primeiros dias de paralisação, o governador Paulo Hartung estava de licença para se submeter a uma cirurgia na bexiga.” (Grifo meu).
56.	20	“Você pode considerar o valor pago à corretora como dedução, uma vez que é permitido excluir do valor do aluguel recebido, quando o encargo tenha sido exclusivamente do locador, [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	CADERNO/ PÁGINA	OCORRÊNCIA
57.	20	“O fato de você e a mãe de sua filha não terem uma relação conjugal não é impeditivo para incluí-la como sua dependente fiscal, uma vez que não há decisão judicial sobre a guarda da menina.” (Grifo meu).

Apêndice E: Quadro das ocorrências nos textos do Jornal *O Globo* – 29/03/2017.

QUADRO 17 – Jornal *O Globo* – 29/03/2017

NÚMERO DE PÁGINA	CADERNO/ PÁGINA	OCORRÊNCIA
1.	4	“ Como foi eleito na chapa vencedora, é evidente que Temer se beneficiou.” (Grifo meu).
2.	12	“ Como são alunos da British School, boa parte dos deveres deles são feitos no computador, com pesquisas na internet.” (Grifo meu).
3.	20	“ Como a Selic está sendo reduzida, a alta da taxa de juros cobrada pelo banco público reduzirá o custo do subsídio concedido ao crédito para as empresas que fazem operações com o BNDES.” (Grifo meu).
4.	25	“ Como em alguns meses você ultrapassou o limite mensal de tributação de Imposto de Renda, possivelmente você terá estes mesmos montantes a restituir.” (Grifo meu).
5.	26	“ Como a produtividade do país é relativamente baixa, ainda é possível expandir muito a pecuária brasileira, e sem colocar nenhuma árvore a mais no chão.” (Grifo meu).
6.	31	“ Como a economia hoje é globalizada, é essencial que todos os países se unam [...]” (Grifo meu).
7.	Segundo Caderno 5	“— Como há pouquíssimas pesquisas científicas sobre samba nesse período, e menos ainda relativas à censura no samba, agora será possível atualizar várias dimensões da historiografia sobre música popular brasileira e censura — reforça ele.” (Grifo meu).
8.	6	“A ação buscou comprovar a interrupção dos serviços de telefonia e internet no apartamento, já que a mulher de Sérgio Cabral ficará proibida de acessar qualquer aparelho de comunicação durante a prisão domiciliar.” (Grifo meu).
9.	6	“O STJ não soube informar se o procedimento é usual já que a assinatura é eletrônica e não há levantamento disponível sobre o local de onde ministros fazem uso do sistema.” (Grifo meu).
10.	13	“O estado, por sua vez, estuda as condições legais para punir os servidores, já que não há uma greve oficial.” (Grifo meu).
11.	14	“Ele será a segunda geração da família no mundo do crime já que o pai está preso, cumprindo pena por integrar a quadrilha do morro.” (Grifo meu).

NÚMERO DE PÁGINA	CADERNO/PÁGINA	OCORRÊNCIA
12.	15	“Mulheres grávidas, ou com crianças, e idosos costumam ser vítimas, já que é preciso agilidade na descida.” (Grifo meu).
13.	17	“Afinal, a mesma hipocrisia e ingratidão devida a Deus é igualmente replicada para com o capeta, já que ambos são obrigados a conhecer a ‘eterna contradição humana’.” (Grifo meu).
14.	Segundo Caderno 1	“Em 2014, aos 20 anos, depois de um álbum digital que não chegou às paradas (‘Journals’), de acusações de vandalismo, do muito noticiado abandono de um macaco de estimação na Alemanha e de uma prisão em Miami sob a acusação de dirigir embriagado e intoxicado (o que o expôs ao risco de deportação, já que ele também resistiu à abordagem), a imagem do astro foi substancialmente arranhada.” (Grifo meu).
15.	15	“Ciro Gomes adoraria ver a sua fantasia — receber o juiz Moro e ‘turma dele na bala’, caso venha a ser preso — transformada em fato real, mas atenuado pela turma do deixa disso, pois , assim, adquiriria a notoriedade de que necessita para alavancar seu projeto eleitoral.” (Grifo meu).
16.	15	“O Brasil, infelizmente, não faz parte do Primeiro Mundo, onde muitos parlamentares são punidos, pois não contam com foro privilegiado e outras chicanas que só vemos no Brasil.” (Grifo meu).
17.	15	“A terceirização vai marcar o retorno do Brasil ao tempo da escravatura. Agora, certamente, mais acentuada, pois temos instrumentos modernos, como internet, redes sociais, celular e tantos outros.” (Grifo meu).
18.	17	“Ele é um motor que enlouquece individualizando, pois entre a negativa da moralidade e o sim do interesse individual, ele dá licença para realizar todos os desejos.” (Grifo meu).
19.	17	“Além disso, é fundamental coibir o autofinanciamento e o abuso do poder econômico, pois é chegado o momento de trazer a tão necessária isonomia ao processo eleitoral.” (Grifo meu).
20.	27	“A redução no número de lesões e contusões nos animais beneficia também o consumidor, pois aumenta a qualidade da carne.” (Grifo meu).
21.	28	“Ele chamou a decisão de ‘golpe de Estado’, pois o tribunal estaria agindo além de suas atribuições constitucionais.” (Grifo meu).
22.	32	“Isaquias pode ser bicampeão, pois na última edição foi o escolhido ao lado de Ana Marcela Cunha.” (Grifo meu).

NÚMERO DE PÁGINA	CADERNO/ PÁGINA	OCORRÊNCIA
23.	3	“Ele disse não ter lido a proposta de Janot, mas considera que são positivas por contribuir com o debate.” (Grifo meu).
24.	4	“[...] por ser o registro do governador e vice-governador realizado em chapa única e indivisível segundo o artigo 91 do Código Eleitoral, a apuração de eventual censura em relação a um dos candidatos contamina a ambos, [...].” (Grifo meu).
25.	5	“Por lei, Gonçalves, por ser funcionário da Petrobras, tinha suas movimentações financeiras monitoradas de forma rotineira.” (Grifo meu).
26.	14	“[...] o pai está preso, cumprindo pena por integrar a quadrilha do morro.” (Grifo meu).
27.	15	“Adriana Ancelmo, por ser mãe de filhos menores, cumprirá prisão domiciliar [...].” (Grifo meu).
28.	16	“Será, caso ocorra, emblemático, por retirar em alguma proporção o Estado do circuito das relações patrões e empregados [...].” (Grifo meu).
29.	26	“ Por recuperar solos degradados por meio da rotação de atividades e aumentar a produção, eles têm causado entusiasmo entre engenheiros ambientais, [...].” (Grifo meu).
30.	33	“[...] o atacante do Vasco será indiciado em três artigos por ofender o árbitro.” (Grifo meu).
31.	34	“A suspensão de Messi por quatro jogos, por ter xingado o bandeirinha brasileiro Emerson Carvalho no jogo contra o Chile tirou da Argentina o resto de equilíbrio que lhe restava nas eliminatórias.” (Grifo meu).
32.	Segundo Caderno 1	“[...] foi preso por dirigir perigosamente.” (Grifo meu).
33.	Segundo Caderno 1	“[...] uma citação judicial que deve ser entregue ao astro no Rio, por ter pichado um muro do Hotel Nacional em 2013 [...] (Grifo meu).
34.	2	“Disseram que eu estava louco. É porque não vivem no bairro (favela).” (Grifo meu).

NÚMERO DE PÁGINA	CADERNO/ PÁGINA	OCORRÊNCIA
35.	2	“Eu, particularmente, tenho um pouco de medo da autoridade, porque acredito que as principais violações de direitos humanos no México vêm do pacto de impunidade entre políticos e empresários.” (Grifo meu).
36.	2	“As periferias sobrevivem, apesar da ausência do Estado, porque criam ferramentas de governabilidade.” (Grifo meu).
37.	3	“No campo da investigação, tende a trazer impunidade, porque o magistrado, com medo de colher provas, vai conduzir o processo penal de maneira inadequada.” (Grifo meu).
38.	4	“O pacote de mudanças legislativas criou grande polêmica no final do ano passado, porque os deputados modificaram quase integralmente as propostas apresentadas pelo MPF, levando Fux a conceder uma liminar paralisando a tramitação do projeto.” (Grifo meu).
39.	4	“— Eu não quero mexer com isso agora não, porque eles querem se esconder atrás de mim — disse Fux.” (Grifo meu).
40.	4	“O projeto teve apoio de mais de 2 milhões de pessoas, mas a Câmara conferiu pouco mais de 1,7 milhão de assinaturas. Cerca de 300 mil não foram conferidas porque houve dificuldade para checar alguns documentos anexados ao projeto de iniciativa popular.” (Grifo meu).
41.	5	“Dessa vez, o juiz disse que a prisão preventiva era necessária porque o acusado tentou ocultar dinheiro no exterior por meio de transferências da Suíça para paraísos fiscais.” (Grifo meu).
42.	12	“Esperar sentando, porque em pé cansa! Tem ônibus que demora tanto a passar pela Av. Niemeyer que uma moradora do Morro do Vidigal, na Zona Sul do Rio, instalou, veja só, um banquinho, feito de estrado de cama.” (Grifo meu).
43.	15	“Ciro Gomes é um fanfarrão e ponto final! Ele só está ameaçando o juiz Sérgio Moro porque sabe, pelo menos por enquanto, que a Lava-Jato não o alcançou.” (Grifo meu).
44.	16	“Essa carta saiu do baralho porque , depois de ter assombrado a oligarquia nacional durante três anos, as manifestações de rua desmilinguaram-se.” (Grifo meu).
45.	17	“O sistema de lista fechada, adotado por muitos países, é a saída mais viável para o Brasil. Isto porque a Câmara e o Senado devem deliberar com o prazo máximo de um ano de antecedência das próximas eleições.” (Grifo meu).

NÚMERO DE PÁGINA	CADERNO/ PÁGINA	OCORRÊNCIA
46.	19	“A empresa está correndo contra o relógio, porque o governo não tem recursos [...]” (Grifo meu).
47.	20	“E isso é importante porque estamos vindo de muitas altas na energia elétrica, com a volta da bandeira amarela [...]” (Grifo meu).
48.	20	“A Previdência perdeu dinheiro pela redução da base de contribuintes e porque as empresas passaram a pagar bem menos com a nova fórmula.” (Grifo meu).
49.	20	“O governo Temer, ao chegar, cometeu o erro de conceder aumentos de salários aos funcionários porque temia uma onda de greves.” (Grifo meu).
50.	20	“A qualquer vacilo na intenção de austeridade, ou concessão pedida por grupos de pressão, alguém diz que não pode ser feito porque ‘o TCU não deixa’.” (Grifo meu).
51.	20	“Apesar de a Odebrecht e suas subsidiárias terem sido suspensas de licitações de empresas públicas, Jorge Mitidieri, diretor superintendente de Serviços Integrados da Odebrecht Óleo e Gás, explicou que o projeto não foi afetado porque o contrato foi assinado em setembro de 2014.” (Grifo meu).
52.	28	“Para ela, o tribunal fala em comoção porque sabe que medidas como esta terminarão provocando uma reação social violenta.” (Grifo meu).
53.	31	“Neste sentido, o decreto de Trump é um passo atrás, porque representa o interesse de indústrias que estão não na vanguarda da tecnologia e das indústrias limpas, mas sim no atraso dos séculos XVIII e XIX, como a do carvão.” (Grifo meu).
54.	32	“Para mim, ao menos, soa meio estranha essa comparação de Mourinho. Porque até então eu pensava o contrário, imaginava que atuar ao lado de Messi fosse um privilégio, um sonho para qualquer jogador, este sim ‘um passo adiante na carreira’, para usar a expressão do próprio José Mourinho.” (Grifo meu).
55.	33	“As pessoas se sentem mais flamenguistas depois de assistir a esse filme. Ninguém vai brigar porque assistiu ao filme. Quem vai para brigar já tem os motivos dele para briga.” (Grifo meu).
56.	Segundo Caderno 2	“Muitos clamam por reformas no Brasil quase como dogma evolutivo. São necessárias porque o país e o mundo mudaram [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE PÁGINA	CADERNO/PÁGINA	OCORRÊNCIA
57.	Segundo Caderno 6	“Preciso considerar diversas possibilidades em diferentes línguas, porque um pequeno erro pode fazer toda a estrutura desabar.” (Grifo meu).
58.	Segundo Caderno 2	“Reformar, lembro, é dar nova forma, é melhorar algo já formado. Digo essa obviedade para evitarmos automatismos de classe ou ideologia ao falarmos do tema. Se estamos tratando de mudanças que impactam vidas, reformas precisam melhorá-las.” (Grifo meu).
59.	2	“Para escrever sobre a obra do tcheco Leoš Janáček (1854-1928), Márvio estudou a ópera nas horas vagas, em casa, uma vez que não a conhecia.” (Grifo meu).
60.	13	“Não podemos ficar nesse impasse, uma vez que a Constituição Federal nos dá essa garantia.” (Grifo meu).
61.	17	“Discorro sobre o que a imprensa brasileira deveria estar tratando ao abordar a reforma política — uma vez que remodelar o sistema político-eleitoral brasileiro é premente e diz respeito a todos os cidadãos.” (Grifo meu).
62.	25	“Apesar da forte queda no lucro, a agência de classificação de risco Moody’s avalia que o impacto da recessão nos bancos foi limitado, uma vez que as taxas de inadimplência (atrasos acima de 90 dias) se mantiveram moderadas.” (Grifo meu).

Apêndice F: Quadro das ocorrências nos textos do Jornal *Folha de São Paulo*.

QUADRO 18 – Jornal *Folha de São Paulo*

NÚMERO DE PÁGINA	CADERNO/PÁGINA	OCORRÊNCIA
1.	Caderno B 4	“ Como Lourdes além de escritora é cozinheira, montaram a Casa dos Cariris, abrindo seu lar para clientes que se tornavam amigos e amigos feitos clientes, em refeições animadas, com os sabores reais de seu país.” (Grifo meu).
2.	Caderno Ilustrada C6	“ Como pouca gente se dispõe a pensar sobre política e economia o tempo inteiro, debate se simplifica.” (Grifo meu).
3.	Caderno A 2	“Trata-se de medida de amplo impacto social, dado que a clientela do programa soma 13,4 milhões de famílias, ou cerca de um quarto da população brasileira [...]” (Grifo meu).
4.	Caderno A 6	“O governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, disse que as suspeitas são ‘delirantes e mentirosas’, já que ele não concorreu nas eleições de 2010 e 2012 [...]” (Grifo meu).
5.	Caderno A 16	“O Facebook argumentou que a autoridade de proteção de dados da Irlanda, não a CNIL, é a autoridade competente para formular tais ordens, já que a sede europeia da companhia de rede social fica em Dublin.” (Grifo meu).
6.	Caderno A 19	“‘A fronteira dos serviços vai demorar mais a ser cruzada, já que os postos são mais qualificados’, diz.” (Grifo meu).
7.	Caderno B 6	“O jogo é crucial para os paranaenses também no aspecto psicológico, já que a equipe perdeu o título estadual para o rival Coritiba e foi goleada por 6 a 2 pelo Bahia, na abertura do Brasileiro.” (Grifo meu).
8.	Caderno B 6	“Esse índice pode ser afetado, já que a Conmebol julgará o clube nesta semana pela briga generalizada após o jogo contra o Peñarol, no Uruguai.” (Grifo meu).
9.	Caderno B 7	“A Fifa afirmou à Folha que o número tem crescido, já que os postos de venda fixa já foram abertos nas quatro sedes (Kazan, Moscou, São Petersburgo e Sochi) e a venda via internet não exige mais fila de espera.” (Grifo meu).

NÚMERO DE PÁGINA	CADERNO/ PÁGINA	OCORRÊNCIA
10.	Caderno A 5	“O Google tem papel fundamental para esclarecer os fatos ocorridos, pois tem, em tese, registros técnicos sobre os endereços IP e portais utilizados para criar as contas de e-mail e para realizar todos os acessos ao longo do tempo’, disse o diretor do Instituto Brasileiro de Peritos, Giuliano Giova.” (Grifo meu).
11.	Caderno A 7	“O relator afirmou não ter como estimar o total das dívidas, pois nem a Justiça Eleitoral tem esse levantamento.” (Grifo meu).
12.	Caderno A 16	“Com tantos Refis, a Receita Federal os considera, em termos educacionais, muito ruins, pois contribuintes podem deixar de pagar o tributo, à espera de um novo.” (Grifo meu).
13.	Caderno B 1	“De acordo com a nota, ‘não cabia consulta à SRCOM, pois a mesma havia oferecido um valor inicial muito inferior e, permitir, neste momento, que a SRCOM oferecesse outro valor, aí sim, seria injusto’.” (Grifo meu).
14.	Caderno B 2	“Disse ainda que, embora se sinta ‘constrangido na posição de civil’, pois não perdeu os hábitos de militar, considera-se civil ‘porque quer que a autoridade civil se reconstitua em bases sólidas’.” (Grifo meu).
15.	Caderno B 7	“Apesar dos óbvios motivos, como o time visitante ter de viajar, se hospedar em hotéis impessoais, de não conhecer bem o gramado e de ficar acuado pela pressão dos torcedores locais, falta um amplo estudo científico sobre o assunto, com profissionais de várias áreas, embora seja quase impossível chegar a uma conclusão definitiva, pois não se pode medir os fatores subjetivos, a emoção e a lucidez dos atletas.” (Grifo meu).
16.	Caderno A 2	“ Por atingir de forma direta os estratos vulneráveis da sociedade, o Bolsa Família é a política adequada para atenuar o avanço da taxa nacional de pobreza [...]” (Grifo meu).
17.	Caderno A 5	“No final de 2014, o juiz Sergio Moro chegou a multar a empresa por não atender suas determinações [...]” (Grifo meu).
18.	Caderno A 13	“ <i>E que antes Trump sugeriu que ele ‘devia considerar pôr repórteres na prisão por publicar informação secreta’.</i> ” (Grifos meu e do autor).
19.	Caderno A 14	“O israelense Uri Geller (conhecido por supostamente entortar colheres com a mente), [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE PÁGINA	CADERNO/PÁGINA	OCORRÊNCIA
20.	Caderno A 16	“O Facebook recebeu uma multa de € 150 mil (o equivalente a cerca de R\$ 510 mil) do órgão fiscalizador de proteção de dados da França por falhar em impedir que dados de usuários fossem acessados por anunciantes.” (Grifo meu).
21.	Caderno B 4	“Rubi de La Fuentes, 32, que sofreu agressões por ser trans [...]” (Grifo meu).
22.	Caderno B 4	“[...] A transfobia é tão grande que a discriminação sofrida por eles é duas vezes maior do que com homens gays, que às vezes passam batido por não aparentarem ser homossexuais’, explica.” (Grifo meu).
23.	Caderno B 4	“Os ‘3Rs’ vêm do fato de as três palavras começarem com essa letra em inglês (‘Replacement, Reduction and Refinement’), e por elas resumirem um ideal desenvolvido há meio século para servir de base às pesquisas com animais.” (Grifo meu).
24.	Caderno Folha Corrida	“O Facebook recebeu multa de € 150 mil (R\$ 510 mil) de um órgão fiscalizador da França por não impedir que dados de usuários fossem acessados por anunciantes.” (Grifo meu).
25.	Caderno C 1	“Criticada por cruzar o limite da verossimilhança em anos anteriores, ‘House of Cards’ nunca foi tão realista quanto na nova temporada [...]” (Grifo meu).
26.	Caderno C 1	“Ela é conhecida por ter protagonizado as séries ‘The New Adventures of Old Christine’ e ‘Seinfeld’.” (Grifo meu).
27.	Caderno C 4	“O diretor carioca descarta estar em vantagem por serem conterrâneos.” (Grifo meu).
28.	Caderno A 2	“E há sempre uma mãe na torcida para fazer um garoto passar vergonha, mandando-o sair porque está na hora da sua aula de piano.” (Grifo meu).
29.	Caderno A 3	“As empresas nacionais não investem em novas tecnologias porque contam com a proteção dos políticos, que quase sempre não se importam com a qualidade, mas com a propina paga. Vejam a indústria naval e a petrolífera.” (Grifo meu).
30.	Caderno A 4	“Acusa Lula de comandar o esquema de irregularidades na Petrobras porque desvios dessas proporções não teriam como acontecer sem o aval do principal nome do governo.” (Grifo meu).
31.	Caderno A 6	“A notícia é boa porque sinaliza vitalidade, um atributo raro nas grandes empresas brasileiras.” (Grifo meu).

NÚMERO DE PÁGINA	CADERNO/PÁGINA	OCORRÊNCIA
32.	Caderno A 19	“Os salários dispararam porque companhias multinacionais transferiram boa parte de sua produção à China, e a mão de obra do país está mudando rapidamente.” (Grifo meu).
33.	Caderno B 1	“ASRCOM só não foi a escolhida para organizar o Carnaval porque Sturm não aceitou o parecer da comissão técnica encarregada de avaliar as propostas.” (Grifo meu).
34.	Caderno B 2	“Em vez do dividir a bola, ela é chutada contra o ‘veado’ (isso quando não se chuta o ‘veado’), em vez de se encorajar a menina que se compreende como menino, ela é castigada pelo pecado que envergonha sei lá quem, é oprimida porque valores alheios, porque o que os outros entendem como vida, são diferentes da sua forma de ser.” (Grifo meu).
35.	Caderno B 2	“Em vez do dividir a bola, ela é chutada contra o ‘veado’ (isso quando não se chuta o ‘veado’), em vez de se encorajar a menina que se compreende como menino, ela é castigada pelo pecado que envergonha sei lá quem, é oprimida porque valores alheios, porque o que os outros entendem como vida, são diferentes da sua forma de ser.” (Grifo meu).
36.	Caderno B 2	“Disse ainda que, embora se sinta ‘constrangido na posição de civil’, pois não perdeu os hábitos de militar, considera-se civil ‘ porque quer que a autoridade civil se reconstitua em bases sólidas’.” (Grifo meu).
37.	Caderno B 4	“Muitas que eram portadoras de HIV deixavam de se tratar porque se sentem hostilizadas até no posto médico. Elas cortam os cabelos e são tratadas como homens no presídio, sendo destituídas da feminilidade’, diz o médico.” (Grifo meu).
38.	Caderno C 2	“Apesar de amarrado por uma ideia principal, as canções do disco nunca soam monótonas ou repetitivas porque Albarn consegue colocar seus convidados — 16, ao todo — em situações inusitadas.” (Grifo meu).
39.	Caderno C 6	“O fato é que a disputa ideológica se tornou mais clara porque , depois de longo período de desmoralização, a direita recuperou seu amor próprio.” (Grifo meu).
40.	Caderno B 7	“Se a competição começasse agora, não haveria difusão em televisão para a maioria dos 144,4 milhões de habitantes do país. Nem em locais públicos isso será possível, uma vez que na Copa das Confederações não haverá as tradicionais Fan Fests.” (Grifo meu).

Apêndice G: Quadro das ocorrências nos textos da Revista *Carta Capital*.

QUADRO 19 – Revista *Carta Capital*

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
1.	20	“Pois bem como achei que esse vide-o (<i>sic</i>) joga o nome de vosso marido na lama, quando você disse q ele tem um marqueteiro q faz a parte baixo nível... pensei em ganhar algum com isso!” (Grifo meu).
2.	57	“Ao contrário de Fernando Pessoa, Michel Temer recusa o artifício dos heterônimos, já que o rapsodo do golpe, sendo uno, consegue ser múltiplo [...]” (Grifo meu).
3.	59	“Dar polimento a súbitos poemas nas citadas circunstâncias tem o condão de inflar ainda mais seus méritos de rapsodo, já que , em jatinhos da FAB, o máximo de intercâmbio erudito a lhe caber poderia ser a eventual presença de um Moreira Franco [...]” (Grifo meu).
4.	18	“Ex-presidente do Boca Juniors, disse que no Brasil era Palmeiras, o time do chanceler, que bateu palmas. Em seguida, Macri completou: era Palmeiras, pois o time sempre lhe tinha dado alegrias quando viera ao Brasil como presidente do Boca.” (Grifo meu).
5.	20	“Em sua tese de doutorado pela Faculdade de Direito da USP em 2000, sobre tribunais constitucionais, Moraes defendeu a proibição de o presidente indicar ao STF uma pessoa que tivesse sido sua subordinada no governo, pois uma certa gratidão seria inevitável.” (Grifo meu).
6.	20	“Já Cunha acabou absolvido no Supremo em 2014, pois o relator do caso entendeu que não havia provas de que o acusado soubesse da pirataria, embora a única função do material fraudulento fosse socorrer o peemedebista.” (Grifo meu).
7.	31	“Desregulamentadas e isentas, cobram menos que os táxis, pois estes funcionam sob licença das prefeituras, que exigem comprovação de ausência de antecedentes criminais, pagamento de taxas, habilitação profissional e realização de curso específico.” (Grifo meu).
8.	32	“Um levantamento da fundação alemã Friedrich Ebert Stiftung concluiu que o uso, nesse sistema, de empregados não regulares reduz os custos do trabalho em mais de 30%, pois as empresas não proveem assistência à saúde, aposentadoria, compensações por acidentes de trabalho, desemprego, afastamento por doença ou férias.” (Grifo meu).
9.	64	“Fala-se muito, e com grande entusiasmo, do futebol europeu, pois lá estão os craques mais valorizados do mundo.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
10.	64	“Não compartilho da adoração a Pep Guardiola, novamente a carência, embora reconheça nele o melhor técnico do momento, pois é o profissional que ensina a necessidade premente de mudar esse futebol engessado que anda por aí.” (Grifo meu).
11.	6	“[...] publicou em seu perfil duas postagens carregadas de ódio contra eleitores nordestinos, nortistas e cariocas por votarem em Dilma Rousseff em 2014 [...]” (Grifo meu).
12.	6	“[...] foi condenado por incitar a discriminação. (sic).” (Grifo meu).
13.	13	“Três negras são expulsas de festa em loja de decoração por ‘destoarem’ dos convidados [...]” (Grifo meu).
14.	13	“[...] elas foram expulsas pelo dono do espaço, o empresário Nino Nogueira, por ‘destoarem’ dos demais convidados do evento vip.” (Grifo meu).
15.	17	“[...] Rodrigo Maia, do DEM, recebeu 1 milhão de reais na campanha de 2014 da OAS, por ter defendido os interesses da empreiteira.” (Grifo meu).
16.	18	“[...] estava enfraquecido no continente por comprar brigas ideológicas graças a Serra.” (Grifo meu).
17.	18	“[...] Temer foi genial ao escolher o cargo dado a Serra, por ter deixado o ambicioso tucano amarrado para maquinações políticas.” (Grifo meu).
18.	23	“Fez <i>mea-culpa</i> por não ter assistido ao parto dos filhos [...]” (Grifo meu).
19.	24	“[...] foi alvo de críticas da militância petista por ter lançado candidatura própria à Prefeitura São Paulo [...]” (Grifo meu).
20.	27	“Caso Moreira Franco fosse mantido sem foro privilegiado, o inquérito, por dizer respeito a desfalque ao patrimônio público, tramitaria em primeiro grau de jurisdição.” (Grifo meu).
21.	27	“ Por já integrar o governo Temer e pela relação de proximidade com a homologação das delações, um grau bem maior de suspeição recai sobre a dupla Temer-Moreira Franco.” (Grifo meu).
22.	28	“[...] estudantes de todo o Brasil têm se manifestado contra a proposta por meio de ocupações, trancamento de vias e manifestações de rua, por entenderem o quanto ela agride a rede pública [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
23.	29	“[...] depois de noites sem dormir por estarmos preocupados com a segurança uns dos outros e por planejar a todo instante como a escola poderia se tornar um ambiente de convivência saudável, muitos aprendizados e descobertas ficaram evidenciados.” (Grifo meu).
24.	29	“[...] depois de noites sem dormir por planejar a todo instante como a escola poderia se tornar um ambiente de convivência saudável, muitos aprendizados e descobertas ficaram evidenciados.” (Grifo meu).
25.	31	“O Uber e similares fazem sucesso também por proporcionarem a milhares de proprietários de carros a possibilidade de ganhar dinheiro com o transporte de terceiros.” (Grifo meu).
26.	32	“[...] as autoridades finalmente enquadraram a empresa, forçada a pagar uma multa de 7,6 milhões de dólares por violar a lei de envio de dados ao Estado.” (Grifo meu).
27.	40	“‘Eu adoro Trump’, afirma James Zawatski. ‘Dou-lhe crédito por fazer o que disse que faria. Muitos políticos não o fazem. Tenho 47 anos e nunca votei na vida, mas, este ano, sim. Precisávamos de alguém com um par de bolas para fazer o que é preciso. Estou cansado desses liberais.’” (Grifo meu).
28.	12	“Que eu chamo e recordo como Marisa apenas, mesmo porque nunca ouvi Lula chamá-la Letícia.” (Grifo meu).
29.	25	“‘É preciso desejar muita força ao Lula, porque o ataque continua e, em meio a isso, ele tem uma perda tão dolorosa como essa’, disse Guilherme Boulos, líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).” (Grifo meu).
30.	27	“O ‘círculo mágico’ do presidente Temer, segundo os bastidores, preocupou-se duplamente com as delações. Primeiro, porque ele poderia ser investigado criminalmente com autorização do STF e em inquérito conduzido pela Procuradoria, com apoio da Polícia Federal.” (Grifo meu).
31.	30	“‘Tem de harmonizar os sistemas, porque esses problemas vão acontecer em várias áreas’, justificou o deputado Rodrigo Maia, presidente da Câmara, também conhecido como Botafogo.” (Grifo meu).
32.	34	“A indústria foi destruída porque , há 30 anos, usa-se a taxa de câmbio como instrumento de combate à inflação [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
33.	34	“Outros (Keynes) tentaram salvá-la, porque ela não foi ‘inventada’, mas parece ser a única capaz de acomodar três valores não inteiramente compatíveis: liberdade, igualdade e eficiência produtiva, o que pode gerar uma sociedade civilizada.” (Grifo meu).
34.	41	“A Marcha das Mulheres, acrescenta ela, ‘foi a coisa mais idiota, porque algumas diziam que são tratadas de forma desigual. As mulheres podem se erguer e ir atrás do que querem. Os homens não têm atrapalhado’.” (Grifo meu).
35.	59	“Dar polimento a súbitos poemas nas citadas circunstâncias tem o condão de inflar ainda mais seus méritos de rapsodo, já que, em jatinhos da FAB, o máximo de intercâmbio erudito a lhe caber poderia ser a eventual presença de um Moreira Franco (nom de plume : Gato Angorá). Porque com caronas como Paulo Skaf, o da Fiesp, fica difícil encetar qualquer veleidade intelectual. Skaf jamais leu um livro na vida.” (Grifo meu).
36.	65	“Mas eu, de fato, fiquei animado, porque fazia muito, muito tempo que não dava uma mordida no que fosse e me sentisse gratificado.” (Grifo meu).
37.	65	“Saí de lá animado, até porque a conta foi mais que razoável.” (Grifo meu).
38.	65	“O local é horrível. A localização é péssima, sem o menor encanto. As pessoas amontoam-se, sentam-se nas guias, invadem o espaço da rua. E sabem por quê? Porque é o local com o <i>litrão</i> mais barato da cidade.” (Grifo meu).
39.	64	“ Se , na Inglaterra, existem nove ou mais divisões, por que não?” (Grifo meu).
40.	34	“Para os economistas clássicos, com exceção de Malthus, o desemprego ‘involuntário’ é uma impossibilidade lógica, uma vez que se supõe que o sistema econômico é um mecanismo natural que se autorregula.” (Grifo meu).
41.	44	““Com relação aos outros dois corpos estáveis, possíveis ajustes, se houver, serão pautados tecnicamente pelas respectivas direções artísticas, a quem compete especificar o número de músicos necessários, uma vez que este dado não é estabelecido no contrato de gestão celebrado com a Secretaria da Cultura’, informou a pasta, em nota oficial.” (Grifo meu).

Apêndice H: Quadro das ocorrências nos textos da Revista *Época*.

QUADRO 20 – Revista *Época*

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
1.	43	“ Como as imprecisões do texto de Requião interessam a boa parte dos políticos encarregados de aprová-lo, a opinião pública será importante para barrar o projeto.” (Grifo meu).
2.	54	“ Como a política do Facebook favorecia os posts mais clicados, alguns adolescentes ganhavam US\$ 5 mil por mês afirmando que Hillary participava de rituais satânicos com apoio de uma rede de pizzarias, que o papa havia abençoado a candidatura Trump e que Barack Obama era secretamente muçulmano.” (Grifo meu).
3.	75	“Porém, como não houve acordo com os representantes de Caetano para a publicação da obra, a editora que inicialmente iria lançá-la não se sentiu segura e deu para trás.” (Grifo meu).
4.	46	“ Já que o público não quer um político, oferece-se um candidato não identificado como tal.” (Grifo meu).
5.	62	“De que maneira isso afeta as campanhas políticas, já que os candidatos não fazem mais questão de parecer confiáveis? (Grifo meu).
6.	26	“[...] sem Lula na disputa, a democracia brasileira sairá debilitada, desacreditada e até inviabilizada, pois perderá seu lastro de confiança.” (Grifo meu).
7.	68	“A China dificilmente adotará sanções contra a Coreia do Norte, pois teme o colapso de um país aliado com o qual faz fronteira [...]” (Grifo meu).
8.	43	“[...] esclareço que não fui consultado sobre essa redação específica e ela, por ser imprecisa, não atende a minha sugestão.” (Grifo meu).
9.	49	“Adotou um visual despojado depois de ficar famoso por usar suéteres de cashmere.” (Grifo meu).
10.	49	“Desde os tempos de empresário, Doria é conhecido por dormir pouco [...]” (Grifo meu).
11.	58	“Essas narrativas, por sua vez, ganharam força por ter sido replicadas pelo ecossistema de sites pró-Trump.” (Grifo meu).
12.	67	“Terceiro defeito: são ‘utópicas’, por não distinguir as garantias não onerosas das onerosas.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
13.	79	“Durante anos, votei nos partidos de esquerda. Simplesmente por acreditar em justiça social. Por duvidar que um país possa ser feliz com crianças passando fome, gente morando na rua.” (Grifo meu).
14.	79	“Durante anos, votei nos partidos de esquerda. Simplesmente por acreditar em justiça social. Por duvidar que um país possa ser feliz com crianças passando fome, gente morando na rua.” (Grifo meu).
15.	26	“Mesmo entre aqueles que criticam Lula – ou porque o consideram uma ‘decepção ética’ ou porque veem nele um populista vulgar e irresponsável – há os que já se mostram sensíveis à ideia.” (Grifo meu).
16.	26	“Mesmo entre aqueles que criticam Lula – ou porque o consideram uma ‘decepção ética’ ou porque veem nele um populista vulgar e irresponsável – há os que já se mostram sensíveis à ideia.” (Grifo meu).
17.	26	“A resposta a essas perguntas talvez nos constranja, porque talvez sugira que o colossal empenho coletivo para que Lula entre na cédula está a serviço de uma estratégia advocatícia para evitar que Lula entre na cela.” (Grifo meu).
18.	31	“Sugiro que você mude sua foto da última página de ÉPOCA, em que você está sorrindo, por uma de semblante triste, porque nestes tempos os brasileiros choram.” (Grifo meu).
19.	36	“A resistência nasceu ali porque é justamente o Senado, especialmente sua cúpula, o principal alvo dos investigadores.” (Grifo meu).
20.	39	“Questionado se houve pedido de propina nesse caso, Emílio afirmou que não, porque tanto a Odebrecht quanto o governo estavam enfraquecidos pela Lava Jato.” (Grifo meu).
21.	39	“A matéria era de interesse da Odebrecht porque daria segurança jurídica a seus investimentos em Cuba [...]” (Grifo meu).
22.	42	“‘Tenham absoluta certeza de que, se não for aprovada, não foi porque o Renan deixou de trabalhar’, disse, em dezembro.” (Grifo meu).
23.	47	“A figura de zelador da cidade ficou comprometida conforme se noticiou que semáforos na cidade ficam quebrados porque o contrato com a empresa responsável pela manutenção expirou e não foi renovada [...]” (Grifo meu).
24.	48	“Ele não deixa de postar sua vida pública na internet porque sabe que o terreno lhe é fértil [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
25.	51	“Quando ele escolhe o pichador como inimigo, é porque a sociedade tem se manifestado contra esse tipo de figura mais anárquica, identificada com a esquerda.” (Grifo meu).
26.	58	“Não gosto do termo fake news porque simplifica demais a situação. [...]’.” (Grifo meu).
27.	58	“O que ocorre é que, se você é leitor de muitos desses sites, essa narrativa começa a se tornar verdade, porque é reforçada de todos os lados.’ (Grifo meu).
28.	58	“Para Zuckerman, a questão foi agravada porque o jornalismo profissional não conseguiu dar conta do desafio de fazer frente a essas narrativas e, muitas vezes, acabou pautado por elas.” (Grifo meu).
29.	62	“[...] nos Estados Unidos, mais de 40% dos eleitores nem foram votar para presidente –, e eu acredito que isso ocorre, em parte, porque a comunicação política é feita para manipulá-las, e não para educá-las.” (Grifo meu).
30.	64	“O maio de 68, tema do filme <i>No intenso agora</i> , não deu em nada. Ele nos inspira até hoje porque mostra que a política também pode ser alegre [...]’.” (Grifo meu).
31.	67	“Essas garantias devem ser objeto de regulação infraconstitucional, porque é necessário medir os custos e especificar quem vai pagar a conta’, diz Campos.” (Grifo meu).
32.	78	“Eu estou aqui para passar uma mensagem, dar voz às meninas da periferia, porque nós raramente somos retratadas.” (Grifo meu).
33.	78	“Acompanhei de perto o que aconteceu com a Taís Araújo, a Maju do Jornal Nacional e a Ludmilla. Nas redes sociais, nunca passei por nada parecido. Talvez porque eu ainda não seja famosa o suficiente.” (Grifo meu).
34.	79	“Mas, quando Lula venceu, eu respirei fundo. Ele veio, ninguém pode negar, com um projeto de inclusão social. Fomos o último país a abolir a escravidão. Seremos os últimos em muitas coisas, parece. Porque veio junto essa roubalheira toda, pelo menos segundo o que está sendo denunciado abertamente, com nomes e quantias.” (Grifo meu).
35.	79	“Restam o PSOL e a Rede, embora eu sempre fique com um pé atrás porque Marina Silva é evangélica.” (Grifo meu).
36.	79	“Se me perguntarem em quem votarei nas próximas eleições, direi que não sei. Não tenho a menor ideia, porque nenhum partido me representa.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
37.	57	<p>“[...] quando alguém é confrontado por informações que contrariem sua visão de mundo, as chances de que aceitará o novo dado como um fato, mudará sua opinião ou questionará o próprio sistema de crenças são um tanto baixas. É o que os psicólogos cognitivos chamam de ‘viés de confirmação’: a tendência que nós temos de aceitar as informações que dão suporte a nossas crenças e de rejeitar aquelas que as contradizem.</p> <p>Se a maneira como processamos as informações que nos chegam continua a mesma, o que estaria por trás da explosão das notícias falsas? De acordo com os estudos mais recentes sobre o tema, a indústria das fake news foi turbinada pela combinação de três fatores [...]” (Grifo meu).</p>

Apêndice I: Quadro das ocorrências nos textos da Revista *IstoÉ*.

QUADRO 21 – Revista *IstoÉ*

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
1.	14	“Renan pode até ter recebido o apoio dos colegas da Câmara Alta, mas desencadeou um conflito com o Judiciário, posto que , como era natural, a ministra Carmen Lúcia, presidente do STF, saiu em defesa do juiz e de seus pares.” (Grifo meu).
2.	21	“É certo que ele tem interesse na aliança, já que busca o apoio do Planalto numa possível candidatura à presidência da Casa.” (Grifo meu).
3.	14	“Em um primeiro momento, a líder do Supremo recusou o convite, pois essa semana deverá julgar processo que afeta Renan diretamente.” (Grifo meu).
4.	21	“Na avaliação de Maia, o Congresso vai ter que dialogar, pois não dá para impor força em todos os temas.” (Grifo meu).
5.	38	“Não poderia ser transformado em mártir da ‘ocupação’ como o líder gostaria, pois sua morte não teve nada a ver com a brutalidade policial.” (Grifo meu).
6.	16	“ Por ser também menor, o que esfaqueou poderá até se livrar da cadeia, mas de sua memória, não se livrará jamais.” (Grifo meu).
7.	21	“[...] eles estavam cassando um senador eleito legitimamente baseados em provas que eu tinha certeza que seriam anuladas pelo STF por serem ilegais.” (Grifo meu).
8.	35	“[...] recebeu R\$ 800 mil da DAG Construtora, investigada pela PF por ter sido usada pela Odebrecht para negócios ilícitos.” (Grifo meu).
9.	38	“[...] e se sentia o legítimo representante dos pobres por votar no PSOL.” (Grifo meu).
10.	41	“A acusação foi apresentada em janeiro de 2013, pelos crimes de peculato, falsidade ideológica e uso de documento falso por supostamente ter recebido propina da construtora Mendes Júnior.” (Grifo meu).
11.	6	“Resolvi escrever o livro porque vi que o jornalismo nacional nos EUA não estava fazendo um bom trabalho em explicar quem era Trump.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
12.	6	“Para muitos analistas a mídia ajudou a campanha de Trump porque , no início não o levava a sério e dava espaço para que ele falasse qualquer bobagem.” (Grifo meu).
13.	6	“Hoje Donald Trump é um homem de 70 anos preso nas emoções de um garoto de 13 anos, idade em que ele foi enviado pelo pai para uma academia militar. Isso porque ele era um garoto muito problemático, que sempre arrumava confusão.” (Grifo meu).
14.	8	“As pessoas sabem disso e não o rejeitam porque elas querem acreditar.” (Grifo meu).
15.	16	“Renan Calheiros anda tenso e transformou a sua irritação numa espécie de cruzada republicana como se a tripartição dos poderes e sua independência e harmonia tivessem sido feridas com a prisão de policiais legislativos por ordem de um juiz de primeira instância - não foram não, até porque policial legislativo não tem prerrogativa de foro (era só o que faltava!).” (Grifo meu).
16.	18	“O papa pediu-lhe ‘sinceridade’ no diálogo com oponentes, mas sabe que suas palavras caíram no chão - até porque conhece, e muito bem, o histórico cheiro de enxofre das demagogas estratégias de governantes populistas da América Latina.” (Grifo meu).
17.	20	“E a defesa de Cunha argumentará que não havia risco de fuga ao exterior porque ele perdeu o passaporte diplomático ao ter o mandato cassado e não tirou outro.” (Grifo meu).
18.	37	“Mas por que envolver o ministro da Fazenda no esquema criminoso de pagamento de propina orquestrado por Palocci? Porque seria de Mantega a autoria de uma medida provisória que impactaria de forma positiva nos cofres da empreiteira, segundo a PF.” (Grifo meu).
19.	14	“No caso, aliás, tudo indica que o senador pode até ter acertado nos motivos, visto que na quinta-feira 27 o ministro Teori Zavaski tornou sem efeito as investidas na Lava Jato no Senado.” (Grifo meu).

Apêndice J: Quadro das ocorrências nos textos da *Revista da Associação Brasileira de Ensino de Biologia*.

QUADRO 22 – *Revista da Associação Brasileira de Ensino de Biologia*

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
1.	76	“ Como a tampa da panela foi afastada, as crianças puderam observar que estava cheia de bolhas de água, que por sua vez retornavam para a panela em forma líquida.” (Grifo meu).
2.	86	“ Como a maioria das UA encontradas nos Textos Complementares foram categorizadas em abordagem fraca ou razoável, segundo a ferramenta de análise, consideramos que interlocuções mais abrangentes de HFC também não são priorizadas na coleção [...]” (Grifo meu).
3.	37	“Os modelos didáticos produzidos versaram sobre a temática de morfologia bacteriana e foram construídos com materiais de baixo custo, tais como: massinha de modelar colorida, fio de lã e garrafas PET pequenas (caçulinhas) (Figura 3). Sendo um ponto positivo devido a , muitas vezes, as escolas possuem recursos escassos.” (Grifo meu).
4.	94	“Embora a formação continuada seja vista como uma ferramenta indispensável no trabalho do professor, uma das características mais observadas é que os professores em exercício mostram uma resistência a mudanças, devido a sua prática docente ser permeada por teorias implícitas, crenças e valores pessoais, que são considerados inadequados ao manejo do contexto escolar.” (Grifo meu).
5.	36	“Sendo relatado que há uma grande ‘dificuldade no processo de ensino, já que a escola não dispõe de aparatos metodológicos adequados [...]” (Grifo meu).
6.	36	“Assim, iniciou-se o planejamento das regências, que, segundo Junges; Povaluk; Santos (2008), é de extrema importância no processo de ensino-aprendizagem, já que é considerado um instrumento de efetivação da educação ampla, contextualizada e significativa.” (Grifo meu).
7.	43	“Atualmente, uma dessa novidade são as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), que estão presentes no cotidiano dos alunos em áreas urbanas, já que algumas das suas atividades corriqueiras ocorrem com algum tipo de tecnologia [...]” (Grifo meu).
8.	46	“Nesta abordagem, os autores almejam contemplar a complexidade das ciências e de suas disciplinas particulares pois estas apresentam ‘um número de similaridades, entrecruzamentos, sobreposições que lhe dão unidade suficiente’ [...], já que nem todas as ciências compartilham de todas as mesmas características.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
9.	87	“[...] consideramos que interlocuções mais abrangentes de HFC também não são priorizadas na coleção, já que não são apresentadas nos Textos Complementares que têm natureza mais diversificada de assunto [...]” (Grifo meu).
10.	10	“Jogos educativos com finalidades pedagógicas revelam a sua importância, pois promovem situações de aprendizagem e aumentam a construção do conhecimento [...]” (Grifo meu).
11.	18	“Os jogos podem ser ferramentas instrucionais eficientes, pois eles divertem enquanto motivam, facilitam o aprendizado e aumentam a capacidade de retenção do que foi ensinado.” (Grifo meu).
12.	24	“[...] as tirinhas são uma ferramenta didática para o professor, pois contribuem na formação de subjetividades e ampliação da percepção de conteúdos pelos alunos.” (Grifo meu).
13.	29	“A motivação pode ser vista simultaneamente como processo e produto da atividade escolar, porém nunca fragmentada, pois está relacionada ao sujeito em seu contexto histórico-cultural.” (Grifo meu).
14.	46	“Como um contraponto à (<i>sic</i>) estas listas consensuais propostas por McComas, Irzik e Nola a criticam, pois há disciplinas que são majoritariamente não-experimentais, como a astronomia e a cosmologia [...]” (Grifo meu).
15.	46	“Nesta abordagem, os autores almejam contemplar a complexidade das ciências e de suas disciplinas particulares pois estas apresentam ‘um número de similaridades, entrecruzamentos, sobreposições que lhe dão unidade suficiente’ [...]” (Grifo meu).
16.	47	“[...] acredita-se que esta é uma forma que abrange um número maior de professores, pesquisadores e alunos do que o material impresso, pois o ‘mundo virtual proporciona uma maior divulgação científica ao ampliar o fluxo da comunicação científica tradicional’ [...]” (Grifo meu).
17.	50	“O artigo de Galembeck e Garzon (2014) foi desconsiderado pois sua leitura revelou que não se trata de um dispositivo móvel específico [...]” (Grifo meu).
18.	50	“O artigo de CLEOPHAS, CAVALCANTI, SOUZA e LEÃO (2015) também foi descartado para esta análise, pois se trata uma revisão de literatura.” (Grifo meu).
19.	51	“Outra característica que permeia os artigos é a subjetividade do fazer Ciência [...], pois ao professor são propostas as atividades, mas a ele também se admite que o mesmo tenha liberdade para usá-las no momento da aula que lhe convier.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
20.	56	“[...] o termo analogia é de origem grega e assume o significado de proporção. Surgiu no campo da matemática, mas perdeu esse significado na medida em que não considera uma identidade de duas relações, pois garante uma similaridade de correlações.” (Grifo meu).
21.	57	“[...] para um ensino efetivo com as analogias é necessário que todos os passos sejam completados, pois na falta de um corre-se o risco do aluno compreender mal o conceito ensinado pelo docente.” (Grifo meu).
22.	58	“[...] a pesquisa qualitativa não tende a empregar instrumentos da área estatística para a análise de dados, pois envolve prioritariamente a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos.” (Grifo meu).
23.	60	“Foi preciso realizar recortes, pois no estudo completo 17 episódios foram resgatados.” (Grifo meu).
24.	60	“Na segunda etapa ele apresentou a analogia, mas a terceira etapa não foi desenvolvida e rompeu, assim, com a sistematização proposta pelo modelo, pois a identificação das características do análogo não foi realizada.” (Grifo meu).
25.	61	“Esta analogia poderia cumprir seu papel de transferir a característica do conceito análogo para conceito alvo, pois a função do cabo de guerra, assim como do fuso mitótico, é puxar para lados oposto (<i>sic</i>) os adversários e os cromossomos, respectivamente.” (Grifo meu).
26.	61	“Essa analogia é implícita, pois os termos ‘mãe’ e ‘filha’ poderiam ser substituídas respectivamente por ‘principal’ e ‘derivada’ ou ‘original’ e ‘derivada’.” (Grifo meu).
27.	61	“Apenas o primeiro passo do modelo TWA foi alcançado, pois estando implícito (<i>sic</i>) a analogia, não sendo enunciada como uma comparação, o passo seguinte não pode ser efetivado.” (Grifo meu).
28.	62	“A analogia foi classificada como enriquecida, pois os conceitos alvos explicados (aminoácido e proteína) estão diretamente ligados, assim como os conceitos análogos (colar e conchinha).” (Grifo meu).
29.	63	“A analogia citada acima foi classificada como duplas ou triplas, pois um conceito alvo foi relacionado a mais de um conceito análogo.” (Grifo meu).
30.	64	“As analogias consideradas mais fortes são as estendidas, pois apresentam o maior número de correspondências entre o conceito alvo e o análogo, além de evidenciar os limites da validade do análogo.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
31.	65	“Os professores utilizam desses recursos em diversas situações, pois pensar por analogias faz parte da comunicação e das relações interpessoais.” (Grifo meu).
32.	70	“[...] faz-se necessário que esse tempo seja aproveitado da melhor maneira possível com o intuito de estimular e desenvolver todas as suas potencialidades, pois enquanto a criança brinca, sua atenção está concentrada na atividade em si e não em seus resultados ou efeitos [...]” (Grifo meu).
33.	72	“A superação de obstáculos permite a criança enfrentar limitações, pois quando brincam elas fazem uso da imaginação [...]” (Grifo meu).
34.	75	“Assim sendo, as crianças deveriam pensar sobre as mudanças, pois não se deve dar por concluída a construção do significado de um conceito, [...]” (Grifo meu).
35.	76	“As intervenções da sequência didática, oportunizaram-nas a refletir sobre o processo de evaporação, pois em suas falas lembraram-se de fatos reais do cotidiano [...]” (Grifo meu).
36.	76	“Ao final, cada criança pode falar sobre a experiência, pois havia o estímulo na aula para conversas úteis, [...]” (Grifo meu).
37.	77	“[...] algumas das crianças ao serem lembradas das respostas produzidas anteriormente às atividades, ou seja, seus conhecimentos prévios, sorriam e negavam a autoria das falas iniciais, pois [...] <i>‘é importante informar sempre as crianças acerca de suas competências e desde pequenas, a valorização de seu esforço e comentários a respeito de como estão construindo e se apropriando desse conhecimento, são atitudes que as encorajam e situam com relação à própria aprendizagem’</i> .” (Grifos meu e do autor).
38.	78	“[...] o lúdico prevaleceu nessas intervenções, pois [...] <i>‘nesta forma de brincar mais do que simplesmente repetir modelos que as crianças observam, elas são oportunizadas a exercitar diferentes papéis, (sic) por elas vividos em suas relações com o outro’</i> [...]” (Grifo meu).
39.	88	“Além da questão trazer uma análise contextualizada dos dados históricos (descoberta da pasteurização) para a resolução, ela exige do aluno uma análise crítico-reflexiva, pois ele precisa estabelecer comparações entre conceitos antigos e novos [...]” (Grifo meu).
40.	10	“Neste cenário, jogos didáticos apresentam-se como ferramentas alternativas, uma vez que se diferenciam dos materiais didáticos tradicionais pela ludicidade e por serem utilizados para alcançar objetivos pedagógicos específicos, bem como diagnosticar problemas de assimilação de conteúdo [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
41.	22	“[...] isso ocorre por se tratar de um conteúdo que necessita grande abstração [...]” (Grifo meu).
42.	23	“As charges e quadrinhos são um material de fácil acesso que encantam crianças e adultos pelo seu poder imaginativo, crítica e humor. Podem também ter propósitos pedagógicos por gerarem questionamentos que permitem levantar discussões [...]” (Grifo meu).
43.	32	“No Brasil, hoje, existem milhares de pessoas sendo discriminadas (<i>sic</i>) e excluídas por possuir algum tipo de deficiência, tornando-se, muitas vezes, marginalizados (<i>sic</i>).” (Grifo meu).
44.	64	“Podemos inferir que, com base nos resultados de outras pesquisas e desta investigação, os professores de Biologia tendem a usar mais analogias da tipologia simples. No entanto, estas são consideradas mais fracas por não relacionarem sistematicamente as características do conceito análogo e alvo.” (Grifo meu).
45.	65	“Uma analogia simples tende a ser menos sistemática e por apresentar poucos atributos com o conceito alvo dificulta o professor completar mais do que quatro passos do modelo.” (Grifo meu).
46.	70	“ Por sermos um país de muitos imigrantes, muitos dos grupos que para cá vieram, trouxeram consigo e com suas crianças vários jogos e brincadeiras de seus países de origem’ [...]” (Grifo meu).
47.	73	“ Por configurar-se num estudo de intervenção, desenvolveu-se uma ação pedagógica junto aos participantes da pesquisa [...]” (Grifo meu).
48.	74	“Como já mencionamos, por se caracterizar num estudo de intervenção pedagógica, inicialmente realizamos um processo investigativo que perpassou durante o percurso, nos servindo de parâmetro para guiar o planejamento dessas intervenções pedagógicas, as sequências didáticas por investigação.” (Grifo meu).
49.	78	“ Por entendermos que a criança vê o mundo através das brincadeiras, [...] o lúdico prevaleceu nessas intervenções [...]” (Grifo meu).
50.	82	“Procedemos a análise destas coleções de livros de Ciências e Biologia por estas terem sido avaliadas, respectivamente, no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 2014 [...] e no Programa Nacional do Livro Didático - Ensino Médio em 2012 [...]” (Grifo meu).
51.	86	“Ainda é possível perceber que, apesar do seu vínculo com a Ciência, os pesquisadores, por serem pessoas comuns, também possuem sua própria maneira de lidar com outros fatores concernentes com a vida em sociedade [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
52.	94	“ Por se tratar de uma área que está sempre evoluindo e se renovando, muitos professores que estão há anos em sala de aula e quase sempre com sobrecarga de trabalho para completar o orçamento familiar, mantêm uma fraca interação com universidades locais [...]” (Grifo meu).
53.	59	“Segundo o autor, a fala ao se transformar em texto perde diversos elementos, isto porque a oralidade é permeada por entonações [...]” (Grifo meu).
54.	64	““[...] <i>uma hora ele vai pifar que nem o carro, não vai fundir porque não tem motor para fundir que nem o carro</i> [...]”” (Grifos meu e do autor).
55.	64	“[...] disse que ‘ <i>uma hora ele vai pifar ((corpo humano)) que nem o carro...não vai fundir porque não tem motor para fundir que nem o carro</i> [...]’.” (Grifos meu e do autor).
56.	70	“[...] sustenta o fato de que ‘as crianças e os animais brincam porque gostam de brincar, e é precisamente em tal fato que reside sua liberdade’.” (Grifo meu).
57.	75	““A <i>chuva vem da Terra; A chuva é porque Deus chorou; [...]</i> ”” (Grifos meu e do autor).
58.	75	““ Porque Deus tem um balde que fica de cabeça para baixo, aí derrama, a água dele.”” (Grifos meu e do autor).
59.	75	““Porque Deus tem um balde que fica de cabeça para baixo, aí derrama, a água dele. E ele também liga um ventilador aí vem o vento; É porque Jesus chorou e Deus bota um ventilador e tem um vento forte; [...]’.” (Grifos meu e do autor).
60.	77	““A <i>chuva vem do céu porque a água que fica na terra vai subindo igual a panela da cozinha; [...]</i> ’.” (Grifos meu e do autor).
61.	81	“Isso porque , a ausência do arcabouço histórico e filosófico no ensino gera equívocos que repercutem diretamente na compreensão dos indivíduos a respeito dos conteúdos.” (Grifo meu).
62.	10	“Neste cenário, jogos didáticos apresentam-se como ferramentas alternativas, uma vez que se diferenciam dos materiais didáticos tradicionais pela ludicidade [...]” (Grifo meu).
63.	10	“[...] o uso de jogos didáticos como ferramenta didática não é unanimidade entre professores, uma vez que alguns os veem apenas como entretenimento.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
64.	10	“[...] o jogo didático é uma alternativa importante para melhorar o desempenho dos estudantes, sobretudo em assuntos de difícil aprendizagem, uma vez que a apropriação do conteúdo e a aprendizagem significativa [...] são facilitadas através de atividades lúdicas [...]” (Grifo meu).
65.	56	“Essa ação não é incomum, uma vez que este recurso didático está intimamente relacionado à cognição humana [...]” (Grifo meu).
66.	58	“A investigação foi embasada na abordagem da pesquisa qualitativa, uma vez que não foi o objetivo a enumeração (<i>sic</i>) ou quantificação dos eventos estudados e sim, analisar o processo.” (Grifo meu).
67.	61	“Essa analogia é simples, uma vez que foi apenas citada e não houve uma explicação posterior, nem uma comparação entre os conceitos alvo e análogo.” (Grifo meu).
68.	70	“ Uma vez que as crianças passam um terço de seu dia na escola, faz-se necessário que esse tempo seja aproveitado da melhor maneira possível [...]” (Grifo meu).
69.	75	“[...] não se deve dar por concluída a construção do significado de um conceito, uma vez que eles são modificados à medida que se desenvolvem relações dele com outros conceitos [...]” (Grifo meu).
70.	78	“Desenvolver práticas investigativas na escola visando a construção do conhecimento escolar-científico de crianças, contribuiu para aumentar a curiosidade das crianças, uma vez que elas interagem muito mais, perguntaram com maior frequência e foram motivadas a pensar.” (Grifo meu).
71.	87	“ Uma vez que a pesquisa científica tem aplicações práticas e consequências sociais importantes, cabe ao cientista assumir compromissos sociais e éticos respeitando valores e direitos humanos [...]” (Grifo meu).
72.	57	“[...] em dado momento equívocos começam a aparecer, visto que dois conceitos nunca são completamente iguais.” (Grifo meu).
73.	81	“Todos esses fatores acima citados vêm de encontro com a proposta de inclusão da HFC na Educação, visto que tais conteúdos buscam uma forma ‘onde estas sejam ensinadas em seus diversos contextos [...]’ (Grifo meu).
74.	83	“ Visto que nem todas as unidades de contexto possuem todos os critérios elencados, deve-se atribuir a pontuação 0 (zero) para aqueles critérios que não puderem ser identificados dentro da unidade de análise.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
75.	87	“[...] consideramos que interlocuções mais abrangentes de HFC também não são priorizadas na coleção, já que não são apresentadas nos Textos Complementares que têm natureza mais diversificada de assunto, visto que ‘incluem uma variedade mais ampla de temas e perspectivas, em relação ao corpo principal do texto’ [...].” (Grifo meu).
76.	88	“Exercitar tais aptidões por meio de atividades como a mostrada é possível, visto que a aplicação da HFC pode favorecer o desenvolvimento da capacidade argumentativa [...].” (Grifo meu).

Apêndice K: Quadro das ocorrências nos textos do livro *Filosofia da Linguagem e da Lógica*.

QUADRO 23 – *Filosofia da Linguagem e da Lógica*

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
1.	26	“ Como mundo e linguagem se ordenam logicamente, é através da análise lógica que é possível, segundo as reflexões de Wittgenstein no TLP, perceber de que forma é possível a linguagem figurar o mundo.” (Grifo meu).
2.	39	“Quanto a abordagem <i>a priori</i> , esta leva em conta que <i>não pode haver</i> uma análise lógica da proposição <i>ad infinitum</i> , uma vez que isso implicaria na indeterminação do sentido da proposição; e como evidentemente sabemos que há proposições significativas, somos, portanto, obrigados a considerar que a análise <i>deve</i> parar em algum momento.” (Grifos meus e do autor).
3.	85	“A filosofia, com efeito, apenas põe todas as coisas diante de nós e nada explica ou deduz. – Como tudo está à vista, nada existe para explicar. Porque o que, porventura, estiver escondido, não nos interessa.” (Grifo meu).
4.	58	“[...] é uma relação externa, já que depende deste ‘terceiro evento’ que nada tem a ver com o pensamento e com o evento acontecido.” (Grifo meu).
5.	59	“Nesta relação interna podemos encontrar o que o autor chama de intenção, já que , segundo o parágrafo §24, o autor afirma que a intenção não está na própria figuração do evento [...]” (Grifo meu).
6.	68	“É claro que, com o uso da identidade, a dificuldade desaparece, já que a seguinte definição seria possível: [...]” (Grifo meu).
7.	12	“[...] não se consegue entender a identificação, tampouco, se consegue chegar ao lugar que a Estética ocupa no pensamento e, sobretudo, na atividade filosófica de Wittgenstein, pois , o que a tradição sugere, como vimos, é um contínuo afastamento entre ambas.” (Grifo meu).
8.	13	“Trata-se de admirar o mundo de modo correto, ou seja, como uma verdadeira obra de arte. Pois , cada vez que Wittgenstein invoca o ponto de vista da estética, está pensando na beleza da natureza [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
9.	14	“Quer dizer, o ponto de vista estético desconsidera a apreensão dos objetos enquanto fenômenos, tratando de contemplá-los como verdadeiras obras de arte, o que não significa anular o fenômeno, pois , este movimento de destacar algo, (...) permanece preso ao fenômeno, não o anula (como na cabeça C-P o desenho permanece o mesmo, mesmo que de cada vez se veja coisas diferentes), por isso é que esta maneira de olhar o mundo é um combate contra a cegueira que restitui o mundo.” (Grifo meu).
10.	21	“É uma peça medíocre, mas uma das personagens expressa a ideia de que, não importa o que pudesse acontecer com o mundo, nada de ruim aconteceria com ele, pois era independente do destino e das circunstâncias.” (Grifo meu).
11.	25	“Como fazemos isso? Segundo a teoria wittgensteiniana, o fazemos através da linguagem, pois ela tem o poder de figurar os fatos.” (Grifo meu).
12.	27	“Fiel à sua noção de filosofia como crítica da linguagem, Wittgenstein diz que não cabe à ela tentar provar que existem objetos no mundo, ou investigar a essência das coisas, ou ainda a forma lógica do mundo, pois isso se mostra.” (Grifo meu).
13.	28	“Através de suas reflexões, Wittgenstein diz que não podemos dizer as condições de possibilidade da linguagem, pois , caso contrário, cairíamos em contra-senso.” (Grifo meu).
14.	28	“Wittgenstein afirma que todas as proposições em filosofia são absurdas, pois tentam, por exemplo, dizer que as coisas existem – o seu aspecto ontológico – mas a existência não pode ser dita, ela mostra-se.” (Grifo meu).
15.	29	“Não se refere, dessa forma, ao corpo, pois este é um fato no mundo simplesmente e, portanto, a ciência pode descrevê-lo.” (Grifo meu).
16.	29	“A influência schopenhauriana fica clara e evidente nessa noção, pois para o autor de MVR, o sujeito conhece a tudo sem conhecer a si mesmo [...]” (Grifo meu).
17.	29	“O sujeito como limite do mundo não pode ser figurado, representado pela linguagem com sentido, pois não está no mundo, mas fora dele.” (Grifo meu).
18.	30	“O sujeito no TLP é transcendental, pois é uma condição de possibilidade.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
19.	30	“Parece-nos que a abordagem tractatiana do solipsismo tem como objetivo reforçar a ideia desenvolvida no livro a respeito da diferenciação entre o que pode ser dito e o que apenas pode ser mostrado, pois segundo Wittgenstein: O que o solipsismo quer significar é inteiramente correto; apenas é algo que não se pode dizer, mas que se mostra.” (Grifo meu).
20.	32	“Portanto, para Black essa questão levantada no TLP não possui nenhum conteúdo significativo relevante, pois é usada apenas como exemplo para se entender a obra.” (Grifo meu).
21.	32	“O estudioso em questão não concorda com o posicionamento de Black, pois afirma que a discussão acerca do solipsismo no TLP não pode ter sido usada meramente como um exemplo.” (Grifo meu).
22.	38	“Se isso não fosse o caso, então a epistemologia de Russell deixaria de cumprir uma função na fundamentação do atomismo lógico; pois , no limite, não poderíamos dizer se as entidades que conhecemos de forma imediata são as partes logicamente mais simples da realidade.” (Grifo meu).
23.	38	“Mas se isso é o caso, então x não pode ser portador de um nome, pois nomes só aparecem em proposições completamente analisadas; [...]” (Grifo meu).
24.	40	“Ao contrário de Russell, Wittgenstein não esperar (<i>sic</i>) encontrar as partes logicamente simples da proposição, mas diz que devemos admitir que a análise tem um fim, pois , caso contrário, o sentido da proposição seria indeterminado.” (Grifo meu).
25.	46	“Concordamos com essa distinção, pois lemos no livro: [...]” (Grifo meu).
26.	48	“Existem questões que não podem ser representadas por esse tipo de figuração, pois elas não cumpririam alguma dessas condições de sentido.” (Grifo meu).
27.	48	“ <i>Mostrar</i> significa que essas questões somente podem ser <i>apontadas</i> , pois elas <i>ocorrem</i> , <i>subsistem</i> , em oposição aos estados de coisas que podem acontecer ou não.” (Grifos meus e do autor).
28.	48	“Uma coisa ‘sozinha’ não existe, pois ela somente pode ser pensada como ligada a outra [...]” (Grifo meu).
29.	49	“Se há um valor que tenha valor, deve estar fora de todo acontecer e ser- <i>assim</i> . Pois todo acontecer e ser- <i>assim</i> é casual.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
30.	53	“Ou seja, o livro enquadra-se dentro da distinção das etapas weberianas expostas <i>supra</i> , pois se o pesquisador se ocupa de <i>descrever</i> certos estados de coisas sociais que possam ser comparados com a realidade para testar sua veracidade, ele estaria, então, gerando um conhecimento que se localiza dentro daquilo que pode ser <i>dito</i> .” (Grifos meu e do autor).
31.	54	“[...] o saber científico deve ocupar-se daquilo que ocorre ou não no mundo, ou seja, de estados de coisas, pois estes podem ser representados figurativamente.” (Grifo meu).
32.	54	“O marco delineado exposto no <i>Tractatus</i> enquadra perfeitamente na proposta weberiana, pois o primeiro e o terceiro momento implicam coisas que só podem ser <i>mostradas</i> , e o segundo coisas que podem se (<i>sic</i>) ditas.” (Grifos meu e do autor).
33.	62	“[...] esta mudança se faz necessária pois o número deve, ao contrário do que acontecia no <i>Tractatus</i> , caracterizar o <i>sentido</i> da proposição.” (Grifos meu e do autor).
34.	63	“[...] a ‘verdade’ ou a ‘validade’ de uma equação numérica não pode ser obtida mediante uma investigação acerca do caráter tautológico de um sinal proposicional, pois uma tal investigação sempre <i>pressuporia</i> o conhecimento da verdade da equação.” (Grifos meu e do autor).
35.	64	“[...] o filósofo observa: ‘Mas a adição de números cardinais aparece realmente somente neste caso? É a sua <i>única</i> aplicação? Pois neste caso não teria sentido tratar a adição isolada da sua aplicação lógica. (Aqui, porém, eu penso no fato de que a forma sujeito/predicado não determina nenhuma forma lógica.)’.” (Grifos meu e do autor).
36.	67	“Não obstante, é impossível definir um conceito ϕ de modo que a série de proposições $(\exists_n x)\phi x$ seja materialmente equivalente à série de proposições acima. Pois , por um lado, se o conceito ϕ é definido como [...], a proposição $aRc \cdot cRb \cdot aRd \cdot dRb$ implica $(\exists_2 x)\phi x$ [...]” (Grifo meu).
37.	67	“[...] esta tentativa também falha pois , neste caso, a mesma proposição $aRc \cdot cRb \cdot aRd \cdot dRb$ implica $(\exists_1 x)aRxRb$, mas não implica $(\exists_1 x)\phi x$.” (Grifo meu).
38.	33	“[...] por estar no limite, o sujeito não pode ser figurado.” (Grifo meu).
39.	70	“[...] esta investigação preliminar (<i>sic</i>) é importante sob um ponto de vista filosófico por explicar por que podemos considerar restrições da verofuncionalidade como ‘regras’.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
40.	70	“[...] nossa abordagem também pode ser importante sob o ponto de vista lógico por motivar a expressão de noções modais em tabelas de verdade para capturar distintas relações lógicas de exclusão.” (Grifo meu).
41.	15	“Mas trata-se de uma transformação particular, porque aquele que reconhece valor no mundo afasta-se do mundo não o perdendo de vista: [...]” (Grifo meu).
42.	20	“[...] continuo a pensar num desses insípidos instantâneos fotográficos de um fragmento de paisagem que tem interesse para quem os atirou porque estava lá e sentiu algo; [...]” (Grifo meu).
43.	29	“No entanto, o <i>eu</i> só existe porque há um mundo, no qual ele pode ver sua ação e perceber seu próprio limite.” (Grifos meu e do autor).
44.	32	“[...] isso ocorre porque eles se constituem conceitos importantes para o pensamento wittgensteiniano do TLP e não porque eles são simplesmente exemplos e ilustrações.” (Grifo meu).
45.	32	“[...] isso ocorre porque eles se constituem conceitos importantes para o pensamento wittgensteiniano do TLP e não porque eles são simplesmente exemplos e ilustrações.” (Grifo meu).
46.	33	“Afirmamos isso por dois motivos. Primeiramente, pelo fato de que o sujeito tractariano é uma condição [...] Em segundo lugar, porque , tendo em vista a distinção entre <i>dizer</i> e <i>mostrar</i> , o solipsismo apresenta-se, por um sentido lógico do TLP, como uma verdade que não pode ser dita, mas se mostra.” (Grifos meu e do autor).
47.	47	“Qualquer sentença que não cumpra alguma dessas condições de sentido será uma pseudo-proposição. Ou seja, não é legítima porque não pode ser submetida à análise de verdade [...]” (Grifo meu).
48.	48	“ <i>Dizer</i> , no sentido tractariano, significa que uma figuração, para ser válida, deve cumprir as condições de sentido enumeradas anteriormente. Ela <i>diz</i> porque representa a realidade.” (Grifos meu e do autor).
49.	59	“Dessa forma, é um contra senso alguém perguntar se ‘isto era realmente aquilo que eu esperava?’ Isso porque a expectativa é definida pelo evento que responde a ela, e não o contrário [...]” (Grifo meu).
50.	59	“[...] se a intenção já está expressa na maneira como se compara a figuração com a realidade, é porque a relação interna entre pensamento e fato é uma relação intencional.” (Grifo meu).
51.	59	“O significado de uma expectativa é o evento que responde a ela porque a expectativa possui a mesma multiplicidade na representação do evento que responde a ela.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
52.	60	“[...] o método de procura nos direciona ao objeto de nossa procura porque há, nesta relação entre a aplicação de um método de procura e a própria realidade uma relação intencional que possibilita a primeira.” (Grifo meu).
53.	60	“Só é possível através do elemento da intenção presente na relação interna que se estabelece entre a linguagem e a realidade porque a primeira possui a multiplicidade necessária na representação do mesmo evento.” (Grifo meu).
54.	70	“Algumas exclusões não podem ser reduzidas em termos de contradições formais, porque elas representam incompatibilidades primitivas.” (Grifo meu).
55.	71	“Estas sentenças todas parecem representar truísmos, porque exemplificam exclusões comuns em meu cotidiano.” (Grifo meu).
56.	71	“Proposições que comportam gradações são claramente mutuamente excludentes, mas elas não são contraditórias porque elas podem ser falsas juntas.” (Grifo meu).
57.	72	“Nestes casos, os membros de uma conjunção são mutuamente exclusivos, mas são diferentes da exclusão envolvendo uma contradição, porque esta tem a propriedade lógica de ser exaustiva.” (Grifo meu).
58.	72	“[...] a temperatura pode nem ser de 30°C e nem ser de 31°C, porque há inúmeras outras alternativas.” (Grifo meu).
59.	73	“Há nesta perspectiva da exclusão uma clara característica modal porque podemos definir a contrariedade como a relação entre duas proposições que não podem ser verdadeiras juntas, mas que podem ser falsas juntas.” (Grifo meu).
60.	75	“Se nós tomarmos ‘isto é branco’ como p e ‘isto é preto’ como q, o produto lógico não pode ser TFFF (p, q), precisamente porque os conjuntos <i>não podem</i> ser verdadeiros juntos.” (Grifos meu e do autor).
61.	76	“Como nós já discutimos, o problema das cores é muito mais geral, porque cobre o sistema de cores, mas de modo algum é restrito a ele.” (Grifo meu).
62.	77	“Tampouco podemos analisar 3cm como a conjunção 1cm.2cm, porque isto representaria um absurdo.” (Grifo meu).
63.	77	“Similarmente, se uma mesa tem 3 metros de comprimento, isto não pode ser analisado como 1metro.2metros.3metros, porque isto significaria que o analisado está no analisando.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
64.	77	“Neste sentido, nós temos uma motivação filosófica clara para a sistemática mutilação de linhas da tabela de verdade, porque nós temos que adicionar regras no quadro conceitual realista para restringir o espaço lógico combinatório.” (Grifo meu).
65.	79	“Este problema não representa um desafio somente para a lógica proposicional, porque predicados interpretados como simples extensões também não vão expressar as peculiaridades (<i>sic</i>) modais destas relações lógicas.” (Grifo meu).
66.	85	“Como tudo está à vista, nada existe para explicar. Porque o que, porventura, estiver escondido, não nos interessa.” (Grifo meu).
67.	10	“[...] a estética só ocuparia um centro de interesse periférico na obra do autor vienense, uma vez que ela é citada apenas uma única vez na única obra publicada em vida por Wittgenstein, o <i>Tractatus Logico-Philosophicus</i> .” (Grifos meu e do autor).
68.	12	“Em geral, o surgimento inesperado de uma informação acarreta como consequência a falta de observação por parte do interlocutor, o que pode gerar graves equívocos, uma vez que , no caso de Wittgenstein, essa característica é uma forma de alerta [...]” (Grifo meu).
69.	36	“Aqui, encontramos divergências entre Russell e Wittgenstein, uma vez que estes apresentam abordagens distintas para estas questões.” (Grifo meu).
70.	39	“Basta considerar que, se nós estamos familiarizados com algum objeto, então nós podemos dar um nome <i>y</i> a este objeto por ostensão; e uma vez que o meu conhecimento deste objeto não depende de nenhum conhecimento anterior, então este nome não pode ser analisado em partes mais simples.” (Grifo meu).
71.	39	“Quanto a abordagem <i>a priori</i> , esta leva em conta que <i>não pode haver</i> uma análise lógica da proposição <i>ad infinitum</i> , uma vez que isso implicaria na indeterminação do sentido da proposição; [...]” (Grifos meu e do autor).
72.	41	“[...] uma vez que podemos fazer figurações do mundo (F), então a proposição não deve depender da verdade de outra proposição para ter sentido, [...]” (Grifo meu).
73.	67	“Nesse sentido, é perfeitamente possível aplicar o número neste caso, uma vez que o critério é satisfeito.” (Grifo meu).
74.	68	“Mas, uma vez que se recusa que o sinal de identidade possa ser uma função proposicional legítima, esta estratégia já deixa de ser válida [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
75.	75	“[...] algumas relações modais devem pertencer à base da linguagem, uma vez que o seu fundamento não poderia ser mais livre de implicações (<i>sic</i>) ou exclusões, ou seja, não poderia ser livre de lógica (logic-free).” (Grifo meu).
76.	77	“Isto representa uma virada dramática, uma vez que impor uma restrição à tabela de verdade representa impor restrições à vero-funcionalidade, ou à extensonalidade de conectivos lógicos, típicas características (clássicas) do <i>Tractatus</i> .” (Grifo meu).
77.	77	“Este problema é muito pervasivo, uma vez que toda qualidade empírica pode comportar graus.” (Grifo meu).

Apêndice L: Quadro das ocorrências nos textos da *Revista Brasileira de Ensino de Física*.

QUADRO 24 – *Revista Brasileira de Ensino de Física*

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
1.	e3201-16	“ Como , no entanto, o pedido irretratável de demissão do coordenador exigia uma ação imediata por parte da pró-reitoria de graduação para garantir a continuidade do funcionamento do curso, a solução adotada foi a implementação imediata, embora sem amparo regulamentar, da comissão diretora.” (Grifo meu).
2.	e3302-5	“ Como esta lei foi proposta de forma independente por Lotka e Volterra, este conjunto de equações ficou conhecido como equações de Lotka-Volterra.” (Grifo meu).
3.	e3201-17	““A atual comissão diretora do curso entende que deve, evidentemente, abster-se de qualquer manifestação sobre a proposta da Pró-Reitoria de Graduação constante do documento de fls. 312/313 do presente processo bem como das questões correlatas ali tratadas, dado que tal proposta e tais questões colocam em questão sua própria existência e constituição. [...]’.” (Grifo meu).
4.	e3201-8	“O curso não foi submetido ao Conselho Universitário nos termos do artigo 11, inciso V do Regimento Geral, pois a gestão anterior não via Ciências Moleculares como em (<i>sic</i>) ‘curso’ e sim como ‘uma ênfase’.” (Grifo meu).
5.	e3201-8	“Quando a primeira turma concluir o curso a Universidade não poderá expedir diploma registrado pois o curso não possui reconhecimento pelos órgãos próprios externos à USP.” (Grifo meu).
6.	e3201-16	“ <i>Este relator é entusiasta do Curso de Ciências Moleculares, pois, vê nele um embrião do ‘college’ que deveria ter sido adotado genericamente pela USP como um sistema superior de ensino de graduação.</i> ” (Grifos meu e do autor).
7.	e3201-16	“[...] <i>entende que a frase inserida no relatório pedindo mais atenção ao curso de Ciências Moleculares tem valor simbólico, pois, as pessoas dessa comissão seriam as últimas a defender ‘representação política em colegiados’.</i> ” (Grifos meu e do autor).
8.	e3301-5	“Este é um item importante neste experimento pois , como mostraremos mais adiante nos resultados do experimento do tubo semiaberto, apenas <i>1 mm</i> de deslocamento do alto-falante faz com que, naquela extremidade, o tubo possa ser considerado aberto.” (Grifos meu e do autor).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
9.	e3301-7	“Com estes valores, só seria esperado que fosse obtida uma onda estacionária no primeiro e último caso, pois resultaria, a partir das equações (3) e (5), que $n = m = 3$ e $n = m = 4$, respectivamente.” (Grifo meu).
10.	e3301-7	“A princípio, o aparecimento de uma onda estacionária, nesse caso, violaria a equação (3) pois , como dissemos, representaria um valor não inteiro para n .” (Grifos meu e do autor).
11.	e3301-12	“Isto também permite a utilização de tubos de comprimentos menores, pois frequências maiores representam comprimentos de onda menores.” (Grifo meu).
12.	e3301-12	“Para este caso, a dificuldade estaria em se modificar o tamanho do tubo, pois teria de se usar o tubo por completo, necessitando do uso de vários tamanhos de tubos diferentes se este fosse o caso.” (Grifo meu).
13.	e3302-2	“Estas aproximações são razoáveis, pois na natureza, determinadas populações se desenvolvem completamente isoladas e também podem ser isoladas por meio de barreiras artificiais impostas por um pesquisador [...]” (Grifo meu).
14.	e3302-4	“Como podemos notar, este modelo se mostra irreal para tempos muito longos, pois existem outros fatores além das taxas de crescimentos e mortes que determinam como será a variação do número de determinada espécie para um dado grupo inicial.” (Grifo meu).
15.	e3302-4	“Este processo limitante foi batizado por Verhulst como ‘Crescimento Logístico’ (pois a sua solução é uma função logística) e é encontrado em vários outros modelos dinâmicos [...]” (Grifo meu).
16.	e3302-4	“Esse modelo se mostra mais apropriado pois uma determinada população não pode crescer mais do que as condições físicas e de suprimento que um determinado meio permite.” (Grifo meu).
17.	e3302-5	“Neste formato as interações são do tipo locais pois um ocupante de um ponto no espaço interage com outro, apenas quando este está no mesmo ponto.” (Grifo meu).
18.	e3302-5	“O modelo de Lotka-Volterra tem um papel muito importante no estudo de sistemas ecológicos, pois foi o primeiro modelo proposto para tentar compreender como duas espécies estão relacionadas na dinâmica entre presas e predadores.” (Grifo meu).
19.	e3201-2	“Essa mesma estabilidade, por outro lado, é algumas vezes sentida como uma limitação, por não indicar o crescimento em escala muitas vezes tido como condicionante para diagnósticos de sucesso.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
20.	e3201-12	“Apesar da resposta positiva e rápida do coordenador, os pouquíssimos encontros efetivamente ocorridos não me deixaram memória significativa. Talvez por ter havido excesso de informalidade.” (Grifo meu).
21.	e3201-18	“[...] um estudante da segunda turma do CECM teve sua inscrição em concurso docente para área de física não homologada em uma universidade federal brasileira por ter apresentado um diploma de graduação, já devidamente registrado, em Ciências Moleculares, e não em física.” (Grifo meu).
22.	e3201-24	“Agradeço a Fábio Tal, atual coordenador do CCM, por me dar acesso a documentos e informações relativos ao curso [...]” (Grifo meu).
23.	e3201-24	“Um agradecimento especial é devido a meu colega Jorge de Lyra por me ter fornecido um rico relato [...]” (Grifo meu).
24.	e3301-10	“Essa distância foi escolhida por permitir uma boa representação do tubo semiaberto [...]” (Grifo meu).
25.	e3201-5	“A ideia é não contratar ninguém e não comprar nada porque temos laboratórios de ensino já muito bem instalados.” (Grifo meu).
26.	e3201-21	“A FFLCH, por exemplo, ficou louca, porque eu queria criar um curso interdisciplinar de Humanidades nos moldes daquele que tinha sido criado para Ciências Moleculares.” (Grifo meu).
27.	e3201-21	“Estudamos a criação de cursos sequenciais, porque nem todos podem ficar cinco anos na Faculdade [...]” (Grifo meu).
28.	e3301-11	“Isso ocorre porque quando temos um modo normal, com a formação da onda estacionária, além da superposição das ondas ocorre também o fenômeno de ressonância.” (Grifo meu).
29.	e3301-3	“Outro fato a ser observado é que nas extremidades de um tubo fechado não deverá haver deslocamento, uma vez que existe uma parede que impede tal movimento.” (Grifo meu).
30.	e3301-5	“O erro no posicionamento dos objetos é de 5 mm, tendo sido desconsiderado uma vez que estava presente em todos os experimentos que serão comparados.” (Grifo meu).

Apêndice M: Quadro das ocorrências nos textos da *Revista Brasileira de Geografia*.

QUADRO 25 – *Revista Brasileira de Geografia*

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
1.	12	“ Como se trata de dimensões geminadas, ‘fechamento’ e ‘fixação’ serão sempre, é claro, relativos.” (Grifo meu).
2.	33	“ Como essas coberturas são identificadas como do Terciário-Quaternário e estão dissecadas pela rede de drenagem atual, interpreta-se que após sua origem, houve uma retomada erosiva que pode ter sido induzida por efeitos de tectônica recente ou então do rebaixamento do nível de base do rio Tocantins ou ambos.” (Grifo meu).
3.	35	“ Como são interpretações que consideram superfícies aplanadas e elevadas, de um lado, e de outro, depósitos de cobertura do Cretáceo, associando ambas com os processos tectônicos a partir do Jurássico, essas datações relativas oscilam entre o Cretáceo e o Terciário Médio, com significativo grau de imprecisão e incertezas.” (Grifo meu).
4.	37	“A faixa de dobramentos supra citado e o arqueamento de São Vicente estão entre as Chapadas dos Guimaraes, a sudeste, e Parecis, a noroeste, e como ambas são constituídas por rochas do Cretáceo (Grupos Bauru e Parecis) e também circundadas por escarpas seguidas de depressões e recobertas por camadas argilosas e ferruginosas, com solos profundos, os fatos alinhavados para interpretar a morfogênese da Chapada dos Guimaraes, também se aplicam à Chapada dos Parecis, com a diferença de que a primeira está na bacia do Paraná e a segunda está na borda do Cráton Amazônico.” (Grifo meu).
5.	39	“ Como as águas são fluidas e têm seus fluxos comandados pela gravidade, os caminhos dos rios sul-americanos têm basicamente os grandes divisores de águas na cordilheira Andina [...]” (Grifo meu).
6.	48	“ Como os seixos em forma de fragmentos de quartzo (sílica) são pouco solúveis, acabam por manter-se acumulados em forma de camadas descontínuas [...]” (Grifo meu).
7.	3	“[...] a leitura da RBG se tornou mais fácil e customizável, já que o usuário pode abordá-la conforme sua conveniência [...]” (Grifo meu).
8.	13	“[...] o ‘axioma da governamentalidade moderna’ se torna a máxima ‘ já que governar as causas é difícil e caro, é mais seguro e útil tentar governar os efeitos’ [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
9.	16	“ <i>Numa perspectiva mais geográfica, já que a metáfora do limite/fronteira está sempre colocada, podemos afirmar que adquire outra dupla co- notação: viver no limiar de um espaço, transpondo suas fronteiras – ou viver em e através delas – e viver refazendo, reconstruindo ou repondo limites, vistos concomitantemente como término e (re)começo.</i> ” (Grifos meu e do autor).
10.	1	“O término das atividades da RBG repercutiu em toda a comunidade geográfica, pois se tratava de uma das principais referencias (<i>sic</i>) editoriais na área.” (Grifo meu).
11.	5	“Partindo do debate sobre a relação indissociável entre espaço e tempo, considera os limites através de sua contextualização espaço-temporal e sem que eles sejam interpretados, a priori, como negativos, pois nossa existência e nossa autonomia dependem, constantemente, da imbricação entre abertura e fechamento, fixação e mobilidade, ou seja, criação e destruição de limites.” (Grifo meu).
12.	8	“Espaço e tempo são também ‘generificados’, distinguem-se conforme o gênero a que estão referidos, pois homens e mulheres acabam de uma forma ou de outra construindo suas próprias espaço-temporalidades.” (Grifo meu).
13.	12	“Como se trata de dimensões geminadas, ‘fechamento’ e ‘fixação’ serão sempre, é claro, relativos. Ou, mais ainda, relacionais, pois a relação mútua não apenas deve ser reconhecida <i>entre</i> esses processos, mas também na constituição interna de suas produções, dos arranjos espaciais daí advindos.” (Grifo meu).
14.	16	“Aí, explorei a dupla conotação do termo: [...] pois envolve o sentido contraditório de estar numa situação ao mesmo tempo de impulsionamento e excesso e de fragilidade e risco.” (Grifos meu e do autor).
15.	16	“Esse ir-e-vir entre diferentes territórios, ultrapassando limites, tem, obviamente, uma conotação que pode ser tanto positiva quanto negativa, pois quando compulsório reduz drasticamente o caráter libertário que potencialmente carrega.” (Grifo meu).
16.	17	“[...] <i>ele não é mais arbitrário, pois facilita o enquadramento de um projeto social [...].</i> ” (Grifos meu e do autor).
17.	17	“[...] <i>os limites só manifestam um projeto que por si mesmo não é arbitrário, pois isso seria admitir que a classe dominante não procura enquadrar seu projeto social [...].</i> ” (Grifos meu e do autor).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
18.	17	“Efeitos que estão profundamente impregnados de historicidade, pois ‘todo período de crise, toda insurreição, toda revolução se traduzem por modificações mais ou menos fortes nos sistemas de limites’ [...]” (Grifo meu).
19.	17	“ <i>De fato, a quadrícula não é exclusivamente territorial, é também temporal, pois as atividades que são regulamentadas, organizadas e controladas se exprimem de uma só vez [...].</i> ” (Grifos meu e do autor).
20.	25	“Não se pode, portanto, atribuir aos planaltos e às serras deste cinturão orogenético, a mesma idade de sua origem, ou seja, do Pré-Cambriano Superior (Proterozóico), pois os processos de desgaste dessa megaestrutura estão atuando por mais de 550 milhões de anos, desde a sua geração, erodindo e rebaixando o relevo originalmente produzido pela tectônica.” (Grifo meu).
21.	25	“[...] quando se diz que o Cinturão Orogenético do Atlântico tem em sua litologia e arranjo estrutural idade entre 550 e 1.5 bilhão de anos, só se está se referenciando à idade geológica, pois a idade geomorfológica é bem mais recente, considerando o fato de que os rebaixamentos erosivos estão atuantes ao longo de todo o Fanerozóico (550 Ma).” (Grifo meu).
22.	26	“Isso, entretanto, não resolve a gênese da bacia do Pantanal como um todo, pois é preciso ter-se os dados sobre os sedimentos mais profundos e conhecer a cronoestratigrafia de todo pacote.” (Grifo meu).
23.	35	“Essa vasta superfície rebaixada que tanto caracteriza o Cráton Amazônico é contemporânea do Continente Gondwana e, portanto, sua origem é pré-Paleozóica, pois está recoberta parcialmente por sedimentos da Bacia Amazônica Oriental em franca discordância erosiva e estrutural.” (Grifo meu).
24.	47	“Os nomes destas também passaram por ligeiras modificações, pois , tanto as bases geológicas como o relevo, não coincidem com os limites político-administrativos das nações que compõem a divisão geopolítica do continente.” (Grifo meu).
25.	7	“ Por ignorarem as especificidades geográficas de cada região do mundo é que muitos historiadores eurocentrados extrapolaram [...]” (Grifo meu).
26.	14	“Em mais de um sentido, [...] ao se reportar à polis como ‘limite’ e à política como ‘arte de definir limites’ (p. 300), é por perder seu(s) limite(s) que o Estado – e, com ele, de certa forma, a própria política – acaba se esvaziando [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
27.	14	“[...] o estabelecimento de ‘barragens’ ou barreiras, com ou sem monitoramento por câmeras e/ou ‘checkpoints’; por nunca envolverem todas as passagens, essas barreiras acabam deixando sempre a possibilidade de serem contornadas [...]” (Grifo meu).
28.	15	“[...] recorre ao que Agamben (2013) denomina ‘pequenos golpes de Estado’, por apelar todo tempo a situações emergenciais [...]” (Grifo meu).
29.	17	“[...] mesmo que condenemos linhas delimitadoras por não existirem exatamente como tais na realidade, jamais poderemos ignorar os diversos usos [...]” (Grifo meu).
30.	22	“Nessas faixas, as atividades sísmicas são mais intensas justamente por representarem as áreas de contato e/ou a transição entre um bloco litosférico e outro.” (Grifo meu).
31.	7	“A emergência do espaço com tamanha força dar-se-ia porque estaríamos vivendo agora a ‘época da simultaneidade’.” (Grifo meu).
32.	10	“ <i>Enquanto a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o limite jurídico do Estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono.</i> ” (Grifos meu e do autor).
33.	12	“[...] devemos tomar cuidado para não incorrer no equívoco de ver limite num sentido estrito e exclusivamente negativo. Até porque , num sentido amplo, nossa vida pode ser vista como desdobrando-se num ir-e-vir entre aberturas e fechamentos [...]” (Grifo meu).
34.	14	“Isso gera uma preocupação extrema ‘sobre os perigos que representa para a democracia, porque nele se tornou impossível a vida política, e democracia significa precisamente a possibilidade de uma vida política’.” (Grifo meu).
35.	17	“[...] o discurso do ‘fim’ das fronteiras ou dos limites deve ser questionado não apenas pela ideologia neoliberal contemporânea que o legitima mas também porque a questão não envolve apenas as linhas demarcatórias e barreiras em si mesmas, mas, sobretudo, o sentido político [...]” (Grifo meu).
36.	25	“[...] a grande dificuldade e o enorme desafio estão no fato de que não se quer datar materiais (rochas, solos), mas sim as formas do relevo e estas, por si só, são abstratas, ou seja, só existem porque há materiais que lhes dão suporte.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
37.	26	“[...] pode-se ter maior certeza sobre a idade das formas do relevo do Pantanal, porque são coincidentes com as dos materiais de suporte que estão próximos da superfície atual.” (Grifo meu).
38.	26	“É evidente que essas datações relativas carecem de maior rigor cronológico, até porque foi preciso também considerar que os movimentos crustais são dinâmicos.” (Grifo meu).

Apêndice N: Quadro das ocorrências nos textos da *Revista Brasileira de História*.

QUADRO 26 – *Revista Brasileira de História*

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
1.	67	“Para o autor da <i>Montanha mágica</i> , existiria uma antinomia insuperável entre o verdadeiro artista e a política, posto que a mais verdadeira definição do conceito de ‘política’ só é possível por meio de seu conceito oposto; qual seja: ‘política é o oposto de esteticismo’.” (Grifo meu).
2.	44	“‘Snr. Lima, como seu artigo ‘não representa <i>Klaxon</i> ’ amigavelmente tomamos a liberdade de lhe dar um conselho: Não deixe mais que os rapazes paulistas vão buscar no Rio edições da <i>Nouvelle Revue</i> [...]’.” (Grifo meu).
3.	48	“ Como passasse uma temporada na rua largado à vida boêmia, o livreiro Schettino o abrigava ali entre os livros, acomodando-o num pequeno estrado atrás do balcão principal.” (Grifo meu).
4.	69	“[...] como tudo o que lhes restava agora eram 90 <i>pfennige</i> , não tiveram o suficiente sequer para jantar.” (Grifos meu e do autor).
5.	21	“No <i>post-scriptum</i> à edição comemorativa do cinquentenário de Raízes, Candido caracterizou Sérgio, politicamente, como ‘um coerente radical democrático’, em razão de ter apostado, desde os anos 1930, na iniciativa do povo para ‘cuidar do seu destino’.” (Grifo meu).
6.	13	“Sérgio Buarque de Holanda e seu mais famoso livro, <i>Raízes do Brasil</i> , vêm despertando a atenção de pesquisadores de vários campos do conhecimento – história, ciências sociais, literatura etc. – há décadas. Ou melhor, desde as últimas décadas do século XX, já que o interesse pelos grandes autores do pensamento social brasileiro, entre os quais Sérgio Buarque, pode ser datado, <i>grosso modo</i> , dos anos 1980.” (Grifo meu).
7.	24	“[...] do que não me livraria depressa era do projeto de <i>Teoria da América</i> , pois justamente durante a estada no estrangeiro naqueles meus <i>Wanderjahre</i> alemães, ela principiará a ganhar forma definida.” (Grifos meu e do autor).
8.	25	“De todo modo, antes de propor uma reflexão sobre as raízes histórico-sociológicas do Brasil, Sérgio desejou formular uma teoria da América. De qual teoria se tratava? Difícil responder, pois ele abandonou o projeto.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
9.	27	“Não quero dizer, com isso, que <i>Raízes</i> tenha se inspirado em Bomfim na concepção de sua ‘teoria da América’, jamais publicada, salvo pelos dois capítulos dela aproveitados em 1936. Nem poderia dizê-lo, pois , não (<i>sic</i>) apesar das diferenças, as duas primeiras edições de <i>Raízes</i> celebravam a colonização portuguesa [...]” (Grifo meu).
10.	27	“Mas a presente comparação não é ociosa, pois João Kennedy Eugenio demonstrou a força da filosofia organicista na primeira edição de <i>Raízes</i> .” (Grifo meu).
11.	27	“É verdade que algum pessimismo desse jaez pode ser visto na edição original, pois há ambiguidades variadas em <i>Raízes</i> .” (Grifo meu).
12.	29	“Diz ter abandonado a ideia de proceder a ‘uma revisão verdadeiramente radical do texto’, pois isso equivaleria a escrever um novo livro [...]” (Grifo meu).
13.	31	“A edição de 1948 teria adotado, segundo Eugenio, a perspectiva sociológico-progressista que marcou o enquadramento futuro do livro. Sociologia ainda alemã, vale dizer, pois inspirada em Max Weber, mas sem nenhuma vinculação com ideias depois apropriadas pelo nazismo.” (Grifo meu).
14.	33	“[...] ‘quem diz sociologia alemã da época (anos 1930-1940) diz também epistemologia histórica, pois desde Dilthey e Rickert, os problemas do conhecimento histórico encontravam-se no centro mesmo da reflexão sobre as ciências que hoje chamamos ciências humanas, mas que então ainda se designavam por ciências do espírito...’” (Grifo meu).
15.	59	“Levando o esquema a seu limite lógico, uma vez que os traços nacionais fossem identificados e tomados em conta pelo governante – e ademais, entendidos como imutáveis pois marcados por traços culturais persistentes –, a política já não seria mais necessária – ao menos não no seu sentido liberal [...]” (Grifo meu).
16.	68	““por oposição ao radicalismo, considero a ironia um elemento artístico; pois nela o espírito se torna conservador e erótico’.” (Grifo meu).
17.	68	“Quando Thomas Mann [...] afirma que ‘nunca ocorreu a uma alma na Alemanha politizar o <i>pathos</i> vital (<i>Lebenspathos</i>) nietzscheano’, pois ‘isso seria totalmente não-alemão (<i>undeutsch</i>)’, Sérgio anota a lápis na margem: <i>Hitler undeutsch?</i> ” (Grifos meu e do autor).
18.	72	“É um estranho silêncio, pois diferentemente do que afirmou em uma de suas últimas entrevistas, que não teria sido confundido com algum judeu na Alemanha (Holanda, 2004, p. 5), uma crônica escrita por seu amigo Di Cavalcanti indica que tal confusão chegou a ocorrer.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
19.	49	“— Aí é que está a coisa! O sinhoiri João está a vieiri que o homem não é um literato e, vai daí, cada vez que lhe mando cobrar a conta, insulta-se, torna-se fulo, diz que espere, pois que ele é um futurista. E faz assim com o padeiro, com o açougueiro e até com o sinhoiri farmacêutico, que eu soube!” (Grifo meu).
20.	22	“[...] autor então amaldiçoado no meio acadêmico por ter apoiado o golpe de 1964 [...]” (Grifo meu).
21.	31	“Reveladora, porém, do mal-estar que o assombrava – e o assombrou até os últimos dias –, por ter sido tão germanófilo na juventude.” (Grifo meu).
22.	37	“[...] sempre foi um <i>democrata radical</i> , por esposar as causas populares na história do Brasil.” (Grifos meu e do autor).
23.	38	“Subestimava o ‘mussolinismo indígena’ por considerá-lo ‘amolengado’ [...]” (Grifo meu).
24.	53	“[...] para o crítico paulistano, traduzia-se em valor positivo, por manter o texto longe do ‘realismo’ de que ele tanto desconfiava.” (Grifo meu).
25.	66	“[...] ele censura o intelectual católico por ver na transcendência religiosa e na tradição forças orientadoras capazes de fazer frente ao ‘niilismo de meus dias’, [...]” (Grifo meu).
26.	67	“Nietzsche é onipresente no livro, e Thomas Mann recupera sua crítica a Bismarck por ter este supostamente contribuído para a europeização e a democratização da Alemanha.” (Grifo meu).
27.	73	“[...] não deixa de surpreender que Sérgio tenha encontrado lugar em suas reportagens para temas perfeitamente triviais, como a primeira viagem do <i>Graf Zeppelin</i> ao Brasil, e evitado qualquer menção à crescente violência antissemita. E isso sobretudo – a ser verídico o relato de Di Cavalcanti – por quase ter se tornado uma vítima daquela mesma ‘truculência desabrida e exasperada, quase apocalíptica que tanto colorido emprestou’ ao fascismo italiano e alemão.” (Grifo meu).
28.	15	“Por fim, o próprio Sérgio é também mobilizado como figura decisiva que é na construção da fortuna crítica de sua obra, em especial porque o leitor é advertido de que nem todas as questões têm respostas completas.” (Grifo meu).
29.	16	“Dois autores que praticamente nunca são cotejados, porque frequentemente vistos como opostos: Sérgio, um modernista, e Lima, um antimodernista, nas letras e na vida.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
30.	21	“[...] comparada às explicações da história brasileira, apresentadas por autores mais à esquerda, a interpretação do Brasil oferecida em <i>Raízes</i> obteve modesta repercussão, quando não foi deliberadamente distorcida. Talvez porque aqueles tratavam de história econômica (ou sustentavam o determinismo econômico), enquanto Sérgio sempre adotava uma perspectiva sociocultural que fugia, por assim dizer, aos padrões mais valorizados naqueles anos.” (Grifo meu).
31.	22	“[...] um partido que acendia as esperanças da esquerda brasileira – ou parte dela, na verdade, porque o trabalhismo renovado no PDT de Leonel Brizola era, então, uma vertente importante nesse campo político.” (Grifo meu).
32.	28	“Sigo, no essencial, o ajuizamento de Candido, salvo quanto à valorização do patriarcalismo, do <i>familismo</i> , como aspecto estruturante da história brasileira. Isso porque , em Manoel Bomfim, a discussão sobre o patriarcalismo é nula.” (Grifos meu e do autor).
33.	31	“Eu vivi na Alemanha, mas isto não é suficiente para dizer que eu fui influenciado pelos historiadores alemães; eu também vivi na Itália, na França e nos Estados Unidos’ (Apud Sanches, 2013, p.154). Réplica frágil, sobretudo porque as demais experiências internacionais lembradas são posteriores à publicação de <i>Raízes</i> [...]” (Grifo meu).
34.	33	“Não sabemos qual foi a edição lida por Sérgio, porque ele não cita Béguin em <i>Visão</i> , à diferença de Curtius, ali citado duas vezes.” (Grifo meu).
35.	33	“Menos relevante me parece a discussão sobre a maior ou menor presença do pensamento weberiano na obra de Sérgio, inclusive porque o autor jamais suprimiu esse grande sociólogo alemão de qualquer edição de <i>Raízes</i> .” (Grifo meu).
36.	33	“Irrelevante não é, porque Sérgio o valoriza quando relaciona a virtude atribuída ao trabalho manual pelos puritanos e o êxito da colonização na Nova Inglaterra.” (Grifo meu).
37.	44	“Não há como saber se Lima Barreto leu as notas de <i>Klaxon</i> , até porque ele morreria logo mais, em novembro de 1922.” (Grifo meu).
38.	48	“[...] o debate sobre vagabundos geniais que perambulavam pelas grandes cidades também o mobilizava, porque lhe interessava a potência errática desses sujeitos ‘desviantes’, [...]” (Grifo meu).
39.	53	“Não se pode pensar aqui em causa e efeito, até porque em literatura não há continuidade ou descontinuidade absolutas com o contexto.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
40.	56	“Machado de Assis é um acidente interessante nesse cenário de constantes negações e intermináveis fugas, porque foi capaz de introduzir a realidade em sua ficção, mas não de forma direta.” (Grifo meu).
41.	58	“O personalismo, em suma, não seria derrotado por uma democracia liberal, porque o pacto político que ela pressupunha não se ajustava aos traços mais profundos da história brasileira.” (Grifo meu).
42.	60	“Crise, aliás, que mal ousamos discutir em nossa contemporaneidade, talvez porque hoje, passadas umas tantas décadas da experiência dos totalitarismos, sabemos bem o que significa apostar todas as fichas num Estado sem fissuras.” (Grifo meu).
43.	60	“Mas o argumento pode ser falacioso, porque se por um lado justifica a singularidade de cada país no concerto das nações, por outro justifica e naturaliza um destino nacional [...]” (Grifo meu).
44.	65	“Tal estratégia de pesquisa se nos afigura tão mais importante porque , comparadas às concepções <i>estéticas</i> de Sérgio durante as décadas de 1920-1930, nós praticamente nada sabemos a respeito [...]” (Grifos meu e do autor).
45.	28	“Fica sem resposta, portanto, a pergunta sobre o porquê de Sérgio não ter citado Bomfim em <i>Raízes</i> – uma vez que o livro do autor sergipano tratou dos ‘males de origem’ do continente, 30 anos antes – [...]” (Grifo meu).
46.	65	“ Uma vez que o manuscrito já se achava ‘parcialmente escrito’ e ‘no essencial quase todo pensado’ [...] quando de seu retorno da Alemanha, nada mais justificado que ampliar – e é disso que se trata aqui – o esforço de mapeamento dos traços que a breve experiência alemã do autor deixou em RdB.” (Grifo meu).
47.	68	“[...] colocariam o esteta acima de todo dever de coerência, uma vez que para Thomas Mann ‘a arte é irresponsável’.” (Grifo meu).

Apêndice O: Quadro das ocorrências nos textos da *Revista da Associação Brasileira de Linguística*.

QUADRO 27 – *Revista da Associação Brasileira de Linguística*

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
1.	20	“ Como o impresso de 1489 segue muito fielmente o manuscrito de Madri, foram adotados na presente análise apenas o referido manuscrito e o impresso de Sevilha.” (Grifo meu).
2.	28	“ Como tanto <i>CS</i> quanto <i>CE</i> apresentam erros privativos separativos, um não foi modelo para o outro; [...]” (Grifo meu).
3.	29	“ Como <i>PL</i> forma um ramo próprio com <i>PL₂</i> e <i>PE</i> , a contaminação deve ter atingido o modelo para essa tradição [...]” (Grifos meu e do autor).
4.	32	“ Como já se apurou que <i>CE</i> e <i>CS</i> não são um cópia do outro, deve-se admitir a existência de um testemunho a eles interposto em catalão (=*C), derivado de um texto latino (=*L2) que tinha a especificidade apresentada no excerto 7 deste trabalho ²⁵ ; [...]” (Grifo meu).
5.	32	“[...] além disso, como o apêndice de <i>CE</i> e de <i>CB</i> também não é um cópia do outro, deve-se admitir também a existência de um testemunho a eles interposto em catalão [...]” (Grifos meu e do autor).
6.	33	“ Como se sabe da existência de 2 testemunhos latinos maiorquinos (um perdido e o atual 529, ambos do Monestir de La Real, da Ordem de Cister), pode ser um destes a fonte para essa possível segunda tradução catalã do fr. Valero.” (Grifo meu).
7.	60	“ Como nem sempre há referência sobre a nacionalidade do autor, foi necessário separar também os casos de não identificados.” (Grifo meu).
8.	70	“ Como o testemunho em folhas soltas (B) não foi localizado nos diversos acervos consultados, optamos por editar os textos do jornal (testemunho A) [...]” (Grifo meu).
9.	87	“ Como a análise deste trabalho parte do ponto de vista etimológico, escolhemos classificá-lo duplamente (<i>sic</i>) em zootopônimo e etnotopônimo.” (Grifo meu).
10.	26	“Há uma tal discrepância entre a tradução de <i>EM</i> e as demais traduções que parece óbvio que estas não derivam de um possível testemunho com a tradução espanhola que teria servido de modelo para <i>EM</i> (já que , como dissemos, <i>EM</i> não foi modelo para o ramo desses 5 testemunhos).” (Grifos meu e do autor).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
11.	29	“Note-se, aliás, que, nos dados de Cambraia e Laranjeira (2010), que abarcam 18 testemunhos latinos, apenas em <i>LL</i> aparece a expressão <i>mundi</i> nesse ponto, o que sugere que <i>PL</i> foi contaminado possivelmente pelo próprio texto latino de <i>LL</i> – algo perfeitamente plausível, já que ambos pertenceram ao Mosteiro de Alcobaça em Portugal.” (Grifos meu e do autor).
12.	29	“Como <i>PL</i> forma um ramo próprio com <i>PL2</i> e <i>PE</i> , a contaminação deve ter atingido o modelo para essa tradição (cf. o testemunho * <i>L</i> que contamina * <i>P2</i> na figura 3 acima), já que os 3 testemunhos em português apresentam grande semelhança textual.” (Grifo meu).
13.	45	“ <i>Vossa Excellencia</i> não possui fronteira entre palavras, como no original, já que a edição utilizada é a semidiplomática.” (Grifos meu e do autor).
14.	103	““Demais, se por outro lado, a pontuação não parecia denotar uma relação direta e exclusiva com a língua falada – já que as considerações dos estudiosos citados apontam também para alguma tendência de fundamento gramatical, por outro lado, não se pode distanciá-la completamente desta.”” (Grifo meu).
15.	142	“Em relação a estas, podemos distinguir um primeiro grupo em que o parentesco é mais ou menos evidente, já que o processo de revisão assenta em operações de excisão, extensão ou substituição de partes do poema [...]” (Grifo meu).
16.	16	“Em segundo lugar, é preciso que esse erro seja tão particular e idiossincrático que não possa ter sido cometido simultânea e independentemente por dois copistas; além disso, sua condição de erro não pode ser óbvia, pois , em sendo, os copistas poderiam intervir conjecturalmente e, dependendo da obviedade do erro, poderiam acabar por fazer modificações [...]” (Grifo meu).
17.	25	“A posição de <i>LL</i> é complexa, pois , como já mencionamos, não apresenta erro conjuntivo com <i>LMi</i> (estando fora do ramo dele) nem erro conjuntivo com todos os 7 demais (estando fora do ramo deles).” (Grifos meu e do autor).
18.	25	“Há também entre os testemunhos ibero-românicos erros conjuntivos que demonstram formarem um ramo próprio, mas subordinado a um outro interposto [* <i>L3</i>], pois esse erro não poderia estar no modelo de <i>LB</i> : [...]” (Grifos meu e do autor).
19.	27	“Os excertos 1 e 2 sugerem que, além de o interposto do ramo formado por <i>CS</i> , <i>CE</i> , <i>ES</i> , <i>PR</i> e <i>PL</i> não estar em espanhol (pelo menos equivalente ao texto de <i>EM</i> , pois há muita discrepância), é possível que esteja em uma das 3 línguas em questão [...]” (Grifos meu e do autor).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
20.	28	“[...] a hipótese mais provável é a de que sejam cópias independentes (ramos diferentes) de um mesmo modelo [*CI], pois a concordância textual de forma geral indica ambos derivarem de uma mesma tradução catalã.” (Grifos meu e do autor).
21.	29	“Não terá atingido o modelo para a tradição portuguesa como um todo (cf. o testemunho *L que contamina *P na figura 3 acima), pois essa contaminação específica não ocorre em PR.” (Grifos meu e do autor).
22.	30	“Atente-se para o fato de que a contaminação de LL foi ligada aqui diretamente a PL, pois não foram considerados os demais testemunhos do ramo próprio de PL nesta análise.” (Grifos meu e do autor).
23.	32	“A integração dos estemas prévios (figuras 1, 2 e 3) ao estema provisório elaborado aqui (figura 4) é viável, pois em muitos casos há diferença apenas no postulado de mais interpostos, e não em diferentes relações entre os testemunhos [...]” (Grifo meu).
24.	56	“Não se trata aqui de indicar quando os textos literários foram vinculados aos jornais, pois desde o início da imprensa brasileira havia a publicação de poemas, novelas, contos e anedotas.” (Grifo meu).
25.	61	“Um caso ilustrativo sobre a identificação do nome completo a fim de consagrar o texto é de José de Alencar, único brasileiro nesse período a vincular seu nome completo em seu romance (<i>O Guarany</i>), pois já era sucesso frente ao público [...]” (Grifo meu).
26.	64	“Foi necessário realizar análise do periódico por inteiro, pois as demais seções poderiam oferecer melhor compreensão sobre a forma como os brasileiros vinculavam seus textos.” (Grifo meu).
27.	68	“Ao escrever sobre os <i>massantes</i> , uma classe de amoladores sociais, o autor alerta para a possível confusão envolvendo os <i>capoeiras</i> , pois guardariam as mesmas características – ‘classe perigosa de homens, cujos actos escapam á ação da justiça’.” (Grifos meu e do autor).
28.	69	“Segundo a personagem, ‘E’ um perigo’, pois oferece o risco de investir com uma faca contra o proprietário.” (Grifo meu).
29.	70	“O primeiro cuidado foi localizar os folhetins no jornal. O principal problema foi a localização do folhetim <i>Dilettanti</i> , pois não foi publicado como os demais.” (Grifo meu).
30.	89	“[...] a Toponímia também traz em sua gênese a necessidade de se remeter a outras ciências, pois , para se realizar um estudo desta natureza, faz-se necessário recorrer a áreas como a Antropologia, Sociologia, História, Geografia, etc.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
31.	148	“A VM 5.0 foi disponibilizada no início de 2016 e tem como grande novidade a funcionalidade HTML5, que, no meu caso, é particularmente útil para editar poemas adaptados ao fado, pois permite que ficheiros de som e imagem sejam incorporados e alinhados com o texto.” (Grifo meu).
32.	151	“[...] edições digitais deste tipo evidenciam uma conceção barthesiana de metamorfose textual, que é intrínseca às obras do período modernista, pois , como vimos, os seus autores reviam os textos mais frequentemente [...].” (Grifo meu).
33.	24	“Há, no entanto, erros conjuntivos entre 6 dos outros testemunhos, excluindo LL (pela ausência do erro) e PL (por aparecerem na parte que corresponde ao trecho mutilado nesse testemunho) [...].” (Grifo meu).
34.	52	“[...] a cópia em espanhol, por ser tradução dele, também contempla apenas até ‘Total Vice Rey de Buenos Ayres = 240.000’.” (Grifo meu).
35.	77	“ Por possuir um grau mediano de intervenção do editor, essa edição condiz com os objetivos para uma posterior análise linguística do texto.” (Grifo meu).
36.	135	“Quando A apresenta variantes mas B não as acompanha [...] 3.1) seja por não adotar a última variante da cronologia, atendo-se a uma das anteriores na sucessão registrada pelo manuscrito; 3.2) seja por incorporar uma variante que não estava prevista em A.” (Grifo meu).
37.	135	“Quando A apresenta variantes mas B não as acompanha [...] 3.1) seja por não adotar a última variante da cronologia, atendo-se a uma das anteriores na sucessão registrada pelo manuscrito; 3.2) seja por incorporar uma variante que não estava prevista em A.” (Grifo meu).
38.	135	“Para a situação 3.1, acompanhemos a seguinte transcrição de A: ‘(...) e, por ser tão caseiro e confortável <nos> /em seus\ arranjos interiores [...]’.” (Grifo meu).
39.	148	“Entre os vários recursos disponibilizados pela comunidade TEI, em acesso aberto, destacaremos apenas um, por responder, de forma geral, aos objetivos do meu projeto [...].” (Grifo meu).
40.	156	“É árduo o trabalho do filólogo, por se tratar de uma tarefa em que sejam necessários conhecimentos de áreas diversas [...].” (Grifo meu).
41.	34	“[...] esse fato apenas evidencia a natureza exploratória deste estudo, mas não o invalida, sobretudo porque apresentou grande compatibilidade com os estudos prévios [...].” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
42.	59	“No entanto, afirma que o fato de adotar essa palavra não lhe confere a primazia pela estratégia editorial. Isso porque a prática já era empregada por <i>O Chronista</i> há mais tempo.” (Grifo meu).
43.	71	“Adotamos a <i>edição diplomático-interpretativa</i> com o aparato crítico-textual, porque , para além dos objetivos propedêuticos de construção de <i>corpora</i> , confiáveis quanto à forma, reconhecemos ser necessário aos futuros <i>pesquisadores-usuários</i> de meus materiais editados, ter acesso a comentários que lhes ajudem a compreender valores contextuais de certos usos pretéritos ou mesmo dimensionar certos dados modificados de um testemunho a outro.” (Grifos meu e do autor).
44.	53	“[...] copiada de um manuscrito oferecido ao IHG de São Paulo, 1840, vol. 2, pág. 20, que não se pode atestar, por enquanto, ser do mesmo teor dos já conhecidos, uma vez que ainda não se teve contato com ele.” (Grifo meu).
45.	72	“No entanto, todo o percurso envolvendo o estudo dos jornais também faz parte do expediente filológico, uma vez que potencializa as possíveis intervenções desse tipo de edição.” (Grifo meu).

Apêndice P: Quadro das ocorrências nos textos da *Revista Virtual de Química*.

QUADRO 28 – *Revista Virtual de Química*

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
1.	7	“ Como o catalisador utilizado neste trabalho é bifuncional, ou seja, capaz de catalisador (<i>sic</i>) reações de esterificação e transesterificação, espera-se que essa pequena quantidade de ácidos graxos livres tenha sido consumida no processo de produção dos acilgliceróis.” (Grifo meu).
2.	8	“O ponto de fusão do EZ é 136°C, como as reações foram conduzidas a 170°C, o EZ foi utilizado no estado fundido durante o processo catalítico.” (Grifo meu).
3.	12	“ Como o capim-elefante pode render até 45 t de massa seca por hectare plantado por ano, e a cana-de-açúcar somente 12 t de bagaço de cana por hectare, os resultados deste trabalho indicam que há um potencial de produção de 3.160 L de etanol 2G por hectare de capim-elefante por ano e 1.152 L de etanol 2G por hectare de cana-de-açúcar por ano.” (Grifo meu).
4.	81	“[...] como o solvente usado para a dispersão das nanoestruturas é a água, todo o processo é seguro, ambientalmente correto e de baixo custo, [...]” (Grifo meu).
5.	8	“Porém, a não ser que se busque maximizar o teor de monoacilgliceróis no processo, os resultados sugerem que as reações podem ser conduzidas com intervalos de tempo de 2 h, já que , nesta condição, conforme já citado, pode-se obter um produto análogo ao obtido no processo industrial tradicional.” (Grifo meu).
6.	9	“[...] o catalisador lamelar possivelmente poderá ser reutilizado no processo, já que os espectros de infravermelho e os difratogramas de raios X atestam que a estrutura de carboxilato lamelar foi mantida após o processo.” (Grifo meu).
7.	2	“Em resumo, o que queremos mesmo é comemorar a Química pois ela é um componente essencial para um desenvolvimento sustentável e para a redução dos impactos ambientais [...]” (Grifo meu).
8.	31	“A compactação dos resíduos é uma maneira eficiente para concentrar a energia disponível da biomassa, pois adensa os resíduos da biomassa em uma forma definida [...]” (Grifo meu).
9.	31	“O processo de compactação é recomendado pois aumenta a densidade, diminui o teor de umidade, minimiza a grande variedade de formas [...]” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
10.	31	“O teor de umidade influencia de maneira negativa na queima da biomassa vegetal, pois reduz a quantidade de energia global produzida durante a combustão.” (Grifo meu).
11.	37	“[...] o que apresentou melhores propriedades para a produção de briquetes foi o angelim-vermelho, pois resultou em maior resistência mecânica [...]” (Grifo meu).
12.	43	“[...] nem toda oleaginosa pode ser usada para produzir biodiesel, pois a mistura de ésteres metílicos, devido às características estruturais, não atende às especificações da ANP para esse biocombustível.” (Grifo meu).
13.	44	“Além disso, este artigo possui um equívoco (<i>sic</i>) quando diz ‘óleos vegetais ou de gorduras animais’, pois também existem gorduras vegetais e óleos animais [...]” (Grifo meu).
14.	45	“Sem dúvida esse foi o grande marco da história do biodiesel no Brasil, pois possibilitou a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira.” (Grifo meu).
15.	47	“Por essa razão, o uso desta rota muitas vezes recebe críticas, pois o deslocamento de grandes quantidades de óleo ou gordura refinado para a produção de combustíveis pode inflacionar o mercado de alimentos.” (Grifo meu).
16.	80	“Estudos envolvendo tratamentos químicos das nanoestruturas visando a obtenção de dispersões estáveis são fundamentais, pois além de proporcionar uma melhora na dispersão, as diferentes abordagens empregadas nesses tratamentos aumentam a afinidade química entre essas nanoestruturas e a matriz polimérica [...]” (Grifo meu).
17.	6	“Os Estados Unidos, assim como o Brasil são conhecidos por serem grandes produtores de etanol de primeira geração.” (Grifo meu).
18.	33	“Esse tamanho de partículas foi escolhido por ser mais adequado à confecção de briquetes em moldes de 35mm de diâmetro.” (Grifo meu).
19.	54	“[...] é uma planta disponível e de baixo custo, conhecida por tolerar condições climáticas diversas [...]” (Grifo meu).
20.	61	“Destaca-se também os baixos valores para enxofre, teor este que justifica a utilização de bio-óleo derivado de biomassa para a obtenção de energia por significarem menor emissão de SO ₂ à atmosfera.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
21.	7	“A hidrólise enzimática da celulose para a produção de etanol a partir de biomassas lignocelulósicas é metodologia muito utilizada porque apresenta, em condições ideais, em temperaturas de 40-50 °C, à pressão atmosférica, rendimento de até 0,85 g glicose/g de celulose.” (Grifo meu).
22.	26	“A tecnologia da 2ª geração pode ser utilizada para qualquer tipo de material orgânico além da cana de açúcar o que é muito atrativo porque abre uma rota para a produção de etanol que independe de produtos como o milho e cana de açúcar [...]” (Grifo meu).
23.	27	“Este é na realidade um falso problema porque existem amplas áreas no mundo onde é possível a expansão destas culturas.” (Grifo meu).
24.	81	“Esse método apresenta inúmeras vantagens: todo o processo é rápido (porque consiste basicamente de uma mistura simples de dois componentes em meio aquoso), [...]” (Grifo meu).
25.	27	“[...] questões de natureza econômica uma vez que energia da biomassa compete diretamente com energia produzida com combustíveis fósseis que tem variado substancialmente ao longo do tempo [...]” (Grifo meu).
26.	29	“[...] a utilização de biocombustíveis sólidos torna-se uma alternativa importante uma vez que a biomassa é fonte de energia limpa e renovável.” (Grifo meu).
27.	41	“[...] esse programa teve um impacto positivo, uma vez que reduziu a importação de petróleo.” (Grifo meu).
28.	49	“[...] o programa foi extremamente efetivo, uma vez que se conseguiu instalar com sucesso um parque industrial que fornece anualmente 4 bilhões de litros de biodiesel [...]” (Grifo meu).
29.	50	“[...] o Brasil em 2015 ainda necessitou importar 44 milhões de barris de óleo diesel, uma vez que não possui capacidade de refino de petróleo capaz de abastecer a demanda interna por combustíveis líquidos.” (Grifo meu).
30.	54	“Sementes de mamona são tóxicas para os seres humanos e animais devido à presença de ricina, por isso pode ser considerada para a produção de biodiesel uma vez que é uma planta disponível e de baixo custo, [...]” (Grifo meu).
31.	58	“Já os materiais voláteis presentes na composição da biomassa também são de fundamental importância para o processo de pirólise nas etapas iniciais da termoconversão, uma vez que materiais com maior teor de voláteis alcançam a máxima taxa de volatilização em temperaturas mais baixas.” (Grifo meu).

NÚMERO DE ORDEM	PÁGINA	OCORRÊNCIA
32.	61	“Sua presença também pode ser desvantajosa uma vez que reduz o poder calorífico, especialmente o PCI, e a temperatura de chama.” (Grifo meu).
33.	61	“A redução do teor de oxigênio no óleo em comparação com a torta pode indicar que ocorreu uma desoxigenação durante a pirólise, o que é importante, uma vez que altos teores de oxigênio não são desejados para combustíveis.” (Grifo meu).

Apêndice Q: Tabela das ocorrências no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

TABELA 5 – Ocorrências no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

CONECTIVO	Nº	%
<i>EIS QUE</i>	5	10,20
<i>POSTO QUE</i>	1	2,04
<i>VEZ QUE</i>	9	18,37
<i>como</i>	1	2,04
<i>dado que</i>	-	-
<i>desde que</i>	-	-
<i>devido a</i>	-	-
<i>em razão de</i>	-	-
<i>já que</i>	2	4,08
<i>pois</i>	4	8,16
<i>pois que</i>	-	-
<i>por</i>	10	20,41
<i>por causa de</i>	-	-
<i>porquanto</i>	6	12,24
<i>porque</i>	5	10,20
<i>que</i>	-	-
<i>se</i>	1	2,04
<i>uma vez que</i>	5	10,20
<i>visto que</i>	-	-
Total	49	100,00

Apêndice R: Tabela das ocorrências na Justiça Federal da 2ª Região.

TABELA 6 – Ocorrências na Justiça Federal da 2ª Região

CONECTIVO	Nº	%
<i>EIS QUE</i>	16	10,39
<i>POSTO QUE</i>	2	1,30
<i>VEZ QUE</i>	7	4,55
<i>como</i>	13	8,44
<i>dado que</i>	2	1,30
<i>desde que</i>	-	-
<i>devido a</i>	-	-
<i>em razão de</i>	1	0,65
<i>já que</i>	9	5,84
<i>pois</i>	24	15,58
<i>pois que</i>	-	-
<i>por</i>	20	12,99
<i>por causa de</i>	-	-
<i>porquanto</i>	7	4,55
<i>porque</i>	9	5,84
<i>que</i>	-	-
<i>se</i>	4	2,60
<i>uma vez que</i>	34	22,08
<i>visto que</i>	6	3,90
Total	154	100,00

Apêndice S: Tabela das ocorrências na Justiça do Trabalho da 1ª Região.

TABELA 7 – Ocorrências na Justiça do Trabalho da 1ª Região

CONECTIVO	Nº	%
<i>EIS QUE</i>	11	8,03
<i>POSTO QUE</i>	3	2,19
<i>VEZ QUE</i>	3	2,19
<i>como</i>	2	1,46
<i>dado que</i>	-	-
<i>desde que</i>	-	-
<i>devido a</i>	-	-
<i>em razão de</i>	1	0,73
<i>já que</i>	10	7,30
<i>pois</i>	32	23,36
<i>pois que</i>	-	-
<i>por</i>	38	27,74
<i>por causa de</i>	-	-
<i>porquanto</i>	2	1,46
<i>porque</i>	19	13,87
<i>que</i>	-	-
<i>se</i>	1	0,73
<i>uma vez que</i>	12	8,76
<i>visto que</i>	3	2,19
Total	137	100,00

Apêndice T: Tabela das ocorrências no Jornal *O Globo* – 1º/03/2017.

TABELA 8 – Ocorrências no Jornal *O Globo* – 1º/03/2017

CONECTIVO	Nº	%
<i>EIS QUE</i>	-	-
<i>POSTO QUE</i>	-	-
<i>VEZ QUE</i>	-	-
<i>como</i>	11	19,30
<i>dado que</i>	-	-
<i>desde que</i>	-	-
<i>devido a</i>	-	-
<i>em razão de</i>	1	1,75
<i>já que</i>	7	12,28
<i>pois</i>	9	15,79
<i>pois que</i>	-	-
<i>por</i>	4	7,02
<i>por causa de</i>	-	-
<i>porquanto</i>	-	-
<i>porque</i>	19	33,33
<i>que</i>	-	-
<i>se</i>	3	5,26
<i>uma vez que</i>	3	5,26
<i>visto que</i>	-	-
Total	57	100,00

Apêndice U: Tabela das ocorrências no Jornal *O Globo* – 29/03/2017.

TABELA 9 – Ocorrências no Jornal *O Globo* – 29/03/2017

CONECTIVO	Nº	%
<i>EIS QUE</i>	-	-
<i>POSTO QUE</i>	-	-
<i>VEZ QUE</i>	-	-
<i>como</i>	7	11,29
<i>dado que</i>	-	-
<i>desde que</i>	-	-
<i>devido a</i>	-	-
<i>em razão de</i>	-	-
<i>já que</i>	7	11,29
<i>pois</i>	8	12,90
<i>pois que</i>	-	-
<i>por</i>	11	17,74
<i>por causa de</i>	-	-
<i>porquanto</i>	-	-
<i>porque</i>	24	38,71
<i>que</i>	-	-
<i>se</i>	1	1,61
<i>uma vez que</i>	4	6,45
<i>visto que</i>	-	-
Total	62	100,00

Apêndice V: Tabela das ocorrências no Jornal *Folha de São Paulo*.

TABELA 10 – Ocorrências no Jornal *Folha de São Paulo*

CONECTIVO	Nº	%
<i>EIS QUE</i>	-	-
<i>POSTO QUE</i>	-	-
<i>VEZ QUE</i>	-	-
<i>como</i>	2	5,00
<i>dado que</i>	1	2,50
<i>desde que</i>	-	-
<i>devido a</i>	-	-
<i>em razão de</i>	-	-
<i>já que</i>	6	15,00
<i>pois</i>	6	15,00
<i>pois que</i>	-	-
<i>por</i>	12	30,00
<i>por causa de</i>	-	-
<i>porquanto</i>	-	-
<i>porque</i>	12	30,00
<i>que</i>	-	-
<i>se</i>	-	-
<i>uma vez que</i>	1	2,50
<i>visto que</i>	-	-
Total	40	100,00

Apêndice W: Tabela das ocorrências na Revista *Carta Capital*.

TABELA 11 – Ocorrências na Revista *Carta Capital*

CONECTIVO	Nº	%
<i>EIS QUE</i>	-	-
<i>POSTO QUE</i>	-	-
<i>VEZ QUE</i>	-	-
<i>como</i>	1	2,44
<i>dado que</i>	-	-
<i>desde que</i>	-	-
<i>devido a</i>	-	-
<i>em razão de</i>	-	-
<i>já que</i>	2	4,88
<i>pois</i>	7	17,07
<i>pois que</i>	-	-
<i>por</i>	17	41,46
<i>por causa de</i>	-	-
<i>porquanto</i>	-	-
<i>porque</i>	11	26,83
<i>que</i>	-	-
<i>se</i>	1	2,44
<i>uma vez que</i>	2	4,88
<i>visto que</i>	-	-
Total	41	100,00

Apêndice X: Tabela das ocorrências na Revista *Época*.

TABELA 12 – Ocorrências na Revista *Época*

CONECTIVO	Nº	%
<i>EIS QUE</i>	-	-
<i>POSTO QUE</i>	-	-
<i>VEZ QUE</i>	-	-
<i>como</i>	3	8,11
<i>dado que</i>	-	-
<i>desde que</i>	-	-
<i>devido a</i>	-	-
<i>em razão de</i>	-	-
<i>já que</i>	2	5,41
<i>pois</i>	2	5,41
<i>pois que</i>	-	-
<i>por</i>	7	18,92
<i>por causa de</i>	-	-
<i>porquanto</i>	-	-
<i>porque</i>	22	59,46
<i>que</i>	-	-
<i>se</i>	1	2,70
<i>uma vez que</i>	-	-
<i>visto que</i>	-	-
Total	37	100,00

Apêndice Y: Tabela das ocorrências na Revista *IstoÉ*.

TABELA 13 – Ocorrências na Revista *IstoÉ*

CONECTIVO	Nº	%
<i>EIS QUE</i>	-	-
<i>POSTO QUE</i>	1	5,26
<i>VEZ QUE</i>	-	-
<i>como</i>	-	-
<i>dado que</i>	-	-
<i>desde que</i>	-	-
<i>devido a</i>	-	-
<i>em razão de</i>	-	-
<i>já que</i>	1	5,26
<i>pois</i>	3	15,79
<i>pois que</i>	-	-
<i>por</i>	5	26,32
<i>por causa de</i>	-	-
<i>porquanto</i>	-	-
<i>porque</i>	8	42,11
<i>que</i>	-	-
<i>se</i>	-	-
<i>uma vez que</i>	-	-
<i>visto que</i>	1	5,26
Total	19	100,00

Apêndice Z: Tabela das ocorrências na *Revista da Associação Brasileira de Ensino de Biologia*.

TABELA 14 – Ocorrências na *Revista da Associação Brasileira de Ensino de Biologia*

CONECTIVO	Nº	%
<i>EIS QUE</i>	-	-
<i>POSTO QUE</i>	-	-
<i>VEZ QUE</i>	-	-
<i>como</i>	2	2,63
<i>dado que</i>	-	-
<i>desde que</i>	-	-
<i>devido a</i>	2	2,63
<i>em razão de</i>	-	-
<i>já que</i>	5	6,58
<i>pois</i>	30	39,47
<i>pois que</i>	-	-
<i>por</i>	13	17,11
<i>por causa de</i>	-	-
<i>porquanto</i>	-	-
<i>porque</i>	9	11,84
<i>que</i>	-	-
<i>se</i>	-	-
<i>uma vez que</i>	10	13,16
<i>visto que</i>	5	6,58
Total	76	100,00

Apêndice AA: Tabela das ocorrências no livro *Filosofia da linguagem e da lógica*.

TABELA 15 – Ocorrências no livro *Filosofia da linguagem e da lógica*

CONECTIVO	Nº	%
<i>EIS QUE</i>	-	-
<i>POSTO QUE</i>	-	-
<i>VEZ QUE</i>	-	-
<i>como</i>	3	3,90
<i>dado que</i>	-	-
<i>desde que</i>	-	-
<i>devido a</i>	-	-
<i>em razão de</i>	-	-
<i>já que</i>	3	3,90
<i>pois</i>	31	40,26
<i>pois que</i>	-	-
<i>por</i>	3	3,90
<i>por causa de</i>	-	-
<i>porquanto</i>	-	-
<i>porque</i>	26	33,77
<i>que</i>	-	-
<i>se</i>	-	-
<i>uma vez que</i>	11	14,29
<i>visto que</i>	-	-
Total	77	100,00

Apêndice AB: Tabela das ocorrências na *Revista Brasileira de Ensino de Física*.

TABELA 16 – Ocorrências na *Revista Brasileira de Ensino de Física*

CONECTIVO	Nº	%
<i>EIS QUE</i>	-	-
<i>POSTO QUE</i>	-	-
<i>VEZ QUE</i>	-	-
<i>como</i>	2	6,67
<i>dado que</i>	1	3,33
<i>desde que</i>	-	-
<i>devido a</i>	-	-
<i>em razão de</i>	-	-
<i>já que</i>	-	-
<i>pois</i>	15	50,00
<i>pois que</i>	-	-
<i>por</i>	6	20,00
<i>por causa de</i>	-	-
<i>porquanto</i>	-	-
<i>porque</i>	4	13,33
<i>que</i>	-	-
<i>se</i>	-	-
<i>uma vez que</i>	2	6,67
<i>visto que</i>	-	-
Total	30	100,00

Apêndice AC: Tabela das ocorrências na *Revista Brasileira de Geografia*.

TABELA 17 – Ocorrências na *Revista Brasileira de Geografia*

CONECTIVO	Nº	%
<i>EIS QUE</i>	-	-
<i>POSTO QUE</i>	-	-
<i>VEZ QUE</i>	-	-
<i>como</i>	6	15,79
<i>dado que</i>	-	-
<i>desde que</i>	-	-
<i>devido a</i>	-	-
<i>em razão de</i>	-	-
<i>já que</i>	3	7,89
<i>pois</i>	15	39,47
<i>pois que</i>	-	-
<i>por</i>	6	15,79
<i>por causa de</i>	-	-
<i>porquanto</i>	-	-
<i>porque</i>	8	21,05
<i>que</i>	-	-
<i>se</i>	-	-
<i>uma vez que</i>	-	-
<i>visto que</i>	-	-
Total	38	100,00

Apêndice AD: Tabela das ocorrências na *Revista Brasileira de História*.

TABELA 18 – Ocorrências na *Revista Brasileira de História*

CONECTIVO	Nº	%
<i>EIS QUE</i>	-	-
<i>POSTO QUE</i>	1	2,13
<i>VEZ QUE</i>	-	-
<i>como</i>	3	6,38
<i>dado que</i>	-	-
<i>desde que</i>	-	-
<i>devido a</i>	-	-
<i>em razão de</i>	1	2,13
<i>já que</i>	1	2,13
<i>pois</i>	12	25,53
<i>pois que</i>	1	2,13
<i>por</i>	8	17,02
<i>por causa de</i>	-	-
<i>porquanto</i>	-	-
<i>porque</i>	17	36,17
<i>que</i>	-	-
<i>se</i>	-	-
<i>uma vez que</i>	3	6,38
<i>visto que</i>	-	-
Total	47	100,00

Apêndice AE: Tabela das ocorrências na *Revista da Associação Brasileira de Linguística*.

TABELA 19 – Ocorrências na *Revista da Associação Brasileira de Linguística*

CONECTIVO	Nº	%
<i>EIS QUE</i>	-	-
<i>POSTO QUE</i>	-	-
<i>VEZ QUE</i>	-	-
<i>como</i>	9	20,00
<i>dado que</i>	-	-
<i>desde que</i>	-	-
<i>devido a</i>	-	-
<i>em razão de</i>	-	-
<i>já que</i>	6	13,33
<i>pois</i>	17	37,78
<i>pois que</i>	-	-
<i>por</i>	8	17,78
<i>por causa de</i>	-	-
<i>porquanto</i>	-	-
<i>porque</i>	3	6,67
<i>que</i>	-	-
<i>se</i>	-	-
<i>uma vez que</i>	2	4,44
<i>visto que</i>	-	-
Total	45	100,00

Apêndice AF: Tabela das ocorrências na *Revista Virtual de Química*.

TABELA 20 – Ocorrências na *Revista Virtual de Química*

CONECTIVO	Nº	%
<i>EIS QUE</i>	-	-
<i>POSTO QUE</i>	-	-
<i>VEZ QUE</i>	-	-
<i>como</i>	4	12,12
<i>dado que</i>	-	-
<i>desde que</i>	-	-
<i>devido a</i>	-	-
<i>em razão de</i>	-	-
<i>já que</i>	2	6,06
<i>pois</i>	10	30,30
<i>pois que</i>	-	-
<i>por</i>	4	12,12
<i>por causa de</i>	-	-
<i>porquanto</i>	-	-
<i>porque</i>	4	12,12
<i>que</i>	-	-
<i>se</i>	-	-
<i>uma vez que</i>	9	27,27
<i>visto que</i>	-	-
Total	33	100,00

Apêndice AG: Tabela das ocorrências no conjunto de textos judiciais.

TABELA 21 – Ocorrências no conjunto de textos judiciais

CONECTIVO	Nº	%
<i>EIS QUE</i>	32	9,41
<i>POSTO QUE</i>	6	1,76
<i>VEZ QUE</i>	19	5,59
<i>como</i>	16	4,71
<i>dado que</i>	2	0,59
<i>desde que</i>	-	-
<i>devido a</i>	-	-
<i>em razão de</i>	2	0,59
<i>já que</i>	21	6,18
<i>pois</i>	60	17,65
<i>pois que</i>	-	-
<i>por</i>	68	20,00
<i>por causa de</i>	-	-
<i>porquanto</i>	15	4,41
<i>porque</i>	33	9,71
<i>que</i>	-	-
<i>se</i>	6	1,76
<i>uma vez que</i>	51	15,00
<i>visto que</i>	9	2,65
Total	340	100,00

Apêndice AH: Tabela das ocorrências no conjunto de textos jornalísticos.

TABELA 22 – Ocorrências no conjunto de textos jornalísticos

CONECTIVO	Nº	%
<i>EIS QUE</i>	-	-
<i>POSTO QUE</i>	1	0,39
<i>VEZ QUE</i>	-	-
<i>como</i>	24	9,38
<i>dado que</i>	1	0,39
<i>desde que</i>	-	-
<i>devido a</i>	-	-
<i>em razão de</i>	1	0,39
<i>já que</i>	25	9,77
<i>pois</i>	35	13,67
<i>pois que</i>	-	-
<i>por</i>	56	21,88
<i>por causa de</i>	-	-
<i>porquanto</i>	-	-
<i>porque</i>	96	37,50
<i>que</i>	-	-
<i>se</i>	6	2,34
<i>uma vez que</i>	10	3,91
<i>visto que</i>	1	0,39
Total	256	100,00

Apêndice AI: Tabela das ocorrências no conjunto de textos técnico-científicos.

TABELA 23 – Ocorrências no conjunto de textos técnico-científicos

CONECTIVO	Nº	%
<i>EIS QUE</i>	-	-
<i>POSTO QUE</i>	1	0,29
<i>VEZ QUE</i>	-	-
<i>como</i>	29	8,38
<i>dado que</i>	1	0,29
<i>desde que</i>	-	-
<i>devido a</i>	2	0,58
<i>em razão de</i>	1	0,29
<i>já que</i>	20	5,78
<i>pois</i>	130	37,57
<i>pois que</i>	1	0,29
<i>por</i>	48	13,87
<i>por causa de</i>	-	-
<i>porquanto</i>	-	-
<i>porque</i>	71	20,52
<i>que</i>	-	-
<i>se</i>	-	-
<i>uma vez que</i>	37	10,69
<i>visto que</i>	5	1,45
Total	346	100,00

Apêndice AJ: Estrutura e organização do Poder Judiciário no Brasil.

ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL

De acordo com o art. 2º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, os Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, são o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

A função típica do Poder Judiciário é a função jurisdicional, ou seja, a função de julgar, a qual, segundo Moraes (2004, p. 465), consiste “na imposição da validade do ordenamento jurídico, de forma coativa, toda vez que houver necessidade”. Assim, o Poder Judiciário exerce sua função típica “aplicando a lei a um caso concreto, que lhe é posto, resultante de um conflito de interesses” (MORAES, 2004, p. 465).

Além de sua função típica, o Poder Judiciário também exerce funções atípicas, que podem ser de natureza administrativa ou legislativa. Um exemplo de função administrativa do Poder Judiciário é a concessão de licença ou de férias aos seus membros e aos serventuários. Tais concessões são competência privativa dos tribunais, a qual está prevista no art. 96, inciso I, alínea *f*, da Constituição da República de 1988. Por outro lado, o Poder Judiciário exerce função legislativa, por exemplo, quando edita uma norma regimental, nos termos do art. 96, inciso I, alínea *a*, da Constituição da República de 1988, que atribui competência privativa aos tribunais para elaborar seus regimentos internos, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos.

De acordo com o art. 92 da Constituição da República de 1988, são órgãos do Poder Judiciário: o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais, os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais, os Tribunais e Juízes Militares, os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

No Brasil, não há Poder Judiciário Municipal, de modo que o Poder Judiciário está dividido entre duas esferas, a federal e a estadual.

Segundo BASTOS (1995), no Poder Judiciário, distingue-se, ainda, a *justiça especializada*, incumbida da prestação jurisdicional relativa às matérias militar, eleitoral e trabalhista, e a *justiça comum*, que cuida de matéria remanescente da justiça especializada. Conjugando as esferas com as competências, tem-se que os tribunais e juízes estaduais exercem a justiça comum, quando aplicam a lei federal e a lei estadual a matérias relativas à

sua competência residual, bem como a justiça especializada, que está restrita à justiça militar estadual. A Justiça Federal, por regra, tem suas competências elencadas no texto constitucional e também se classifica em justiça especializada, quando aprecia matérias afetas à Justiça do Trabalho, à Justiça Militar e à Justiça Eleitoral, e em justiça comum, nos casos em que a União for parte ou nas causas em que ela tiver especial interesse.

Assim, a distribuição dos órgãos da justiça, segundo a classificação em justiça especializada e comum, é a que se segue:

Justiça Especializada: Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho, Juízes do Trabalho), Justiça Militar da União (Superior Tribunal Militar e Tribunais e Juízes Militares instituídos por lei), Justiça Militar dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, e Justiça Eleitoral (Tribunal Superior Eleitoral, Tribunais Regionais Eleitorais, Juízes Eleitorais e Juntas Eleitorais).

Justiça Comum: Justiça Federal (Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais) e Justiça Comum Estadual (juízos de primeiro grau de jurisdição, incluindo os Juizados Especiais, Justiça de Paz e juizados de segundo grau, representados pelos Tribunais de Justiça).

Quando se analisa a estrutura e a organização do Poder Judiciário no Brasil, é importante que se distingam os órgãos que compõem a primeira instância dos órgãos que integram a segunda instância. Para a distinção, deve-se partir do seguinte sentido da palavra *instância*:

[...] grau de jurisdição ou hierarquia judiciária, determinado pela evidência do juízo, em que se instituiu ou se instaurou quando se assinala, numericamente, para determinar a mesma graduação, e indicar a ordem ou hierarquia do *estádio* em que se movimenta a causa. (SILVA, 2008, p. 428, grifo do autor).

Com apoio nessa noção, evidencia-se o que se chama de *primeira instância* e de *segunda instância* do Poder Judiciário. De acordo com Silva (2008), a *primeira instância* corresponde ao juízo em que teve início a demanda, ou onde se propôs a ação. Ela pressupõe a existência de uma instância hierarquicamente mais elevada, a *segunda instância*, à qual se poderá recorrer com a pretensão de anular uma decisão proferida pelo juiz de primeira instância (juiz *a quo*) ou de modificá-la. É, portanto, à segunda instância, instituída em tribunal ou juízo de grau superior (juízo *ad quem*), que se recorre de decisão ou sentença final dada pelo juiz *a quo*.

A estrutura do Poder Judiciário do Brasil pode ser representada, sinteticamente, da seguinte forma:

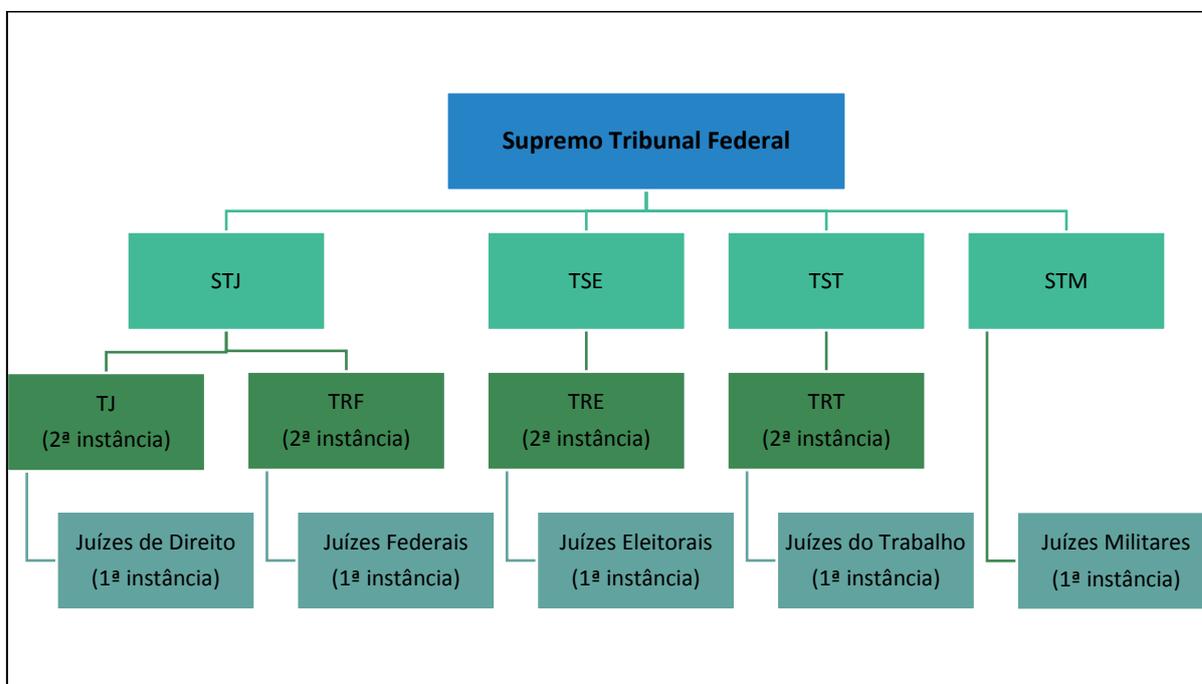


FIGURA 5 – Poder Judiciário no Brasil

Fonte: Elaborada pelo autor.

Legendas: STJ: Superior Tribunal de Justiça
TSE: Tribunal Superior Eleitoral
TST: Tribunal Superior do Trabalho
STM: Superior Tribunal Militar
TJ: Tribunal de Justiça
TRF: Tribunal Regional Federal
TRE: Tribunal Regional Eleitoral
TRT: Tribunal Regional do Trabalho

Como foi mencionado, o Conselho Nacional de Justiça também compõe o Poder Judiciário do Brasil, mas ele não consta da Figura 5 acima porque a esse órgão compete, basicamente, o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juizes, conforme § 4º do art. 103-B, da Constituição da República de 1988, não tendo, portanto, competência jurisdicional.

Também não se inseriu, na Figura 5, o Tribunal de Justiça Militar, já que, de acordo com o § 3º do art. 125 da Constituição da República de 1988, lei estadual poderá criar a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juizes de direito e pelos Conselhos de Justiça, e em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes. Portanto, nem todos os Estados têm Tribunal de Justiça Militar.

Na Figura 5, evidencia-se, em primeiro plano, o Supremo Tribunal Federal, órgão máximo do Poder Judiciário, e os tribunais superiores (STJ, TSE, TST e STM). Como órgãos da justiça de segunda instância, temos o TJ, os TRFs, os TREs e os TRTs. Finalmente, na primeira instância, encontram-se os Juízes de Direito, os Juízes Federais, os Juízes Eleitorais, os Juízes do Trabalho e os Juízes Militares.

É importante ressaltar, por fim, que os Tribunais Regionais Federais (TRFs) e os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) são geralmente identificados por números ordinais, que correspondem à região sobre a qual exercem jurisdição. Existem, atualmente, cinco Tribunais Regionais Federais, de que servem de exemplo o TRF da 1ª Região (que compreende as seções judiciárias dos seguintes Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins) e o TRF da 2ª Região (que tem competência sobre os territórios dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo). Os Tribunais Regionais do Trabalho, por sua vez, distribuem-se por vinte e quatro regiões, por exemplo: TRT da 1ª Região, com jurisdição no Rio de Janeiro; TRT da 3ª Região, com jurisdição em Minas Gerais.